



**Instituto Politécnico de Santarém**

Escola Superior de Educação

## **Integração de alunos imigrantes e refugiados no Instituto Federal de Brasília - IFB**

Dissertação apresentada para obtenção a grau de Mestre na área de Educação Social e Intervenção Comunitária

**Fátima Bandeira Hartwig**

Orientadora:

Professora Doutora Perpétua Santos Silva

2016, Santarém

## **Dedicatória**

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que têm a coragem de ultrapassar fronteiras, de cruzar oceanos, de romper barreiras, de aceitar o diferente, de não aceitar o preconceito e a discriminação e de desejar, profundamente, compartilhar o que sabe e aprender o que ainda não sabe, com o outro.

## **Agradecimentos**

A concretização deste trabalho somente aconteceu devido ao apoio de muitas pessoas que me incentivaram e apoiaram durante todo o percurso de mais de dois anos de estudo e pesquisa.

Em primeiro lugar quero agradecer à política de capacitação de servidores pela qual preza o Instituto Federal de Brasília e, que em parceria com o Instituto Politécnico de Santarém, possibilitou a realização deste trabalho de pesquisa.

Meu maior e profundo reconhecimento a minha orientadora, Professora Doutora Perpétua Santos Silva, pelo incentivo na escolha de um tema com o qual me identificasse. Por ter aceitado ser minha orientadora e pelo apoio dedicado durante toda a realização do trabalho. Meu agradecimento pela sua paciência, pela amizade, pelo profissionalismo e comprometimento. Agradeço pela oportunidade de aprender com você!

Agradeço à Professora Doutora Maria Cristina Madeira, pelo carinho e apoio incondicional durante todo o percurso do mestrado.

Deixo uma palavra de reconhecimento e agradecimento, em especial ao professor Paulo Dias, Coordenador do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária e fiel apoiador desta proposta de trabalho integrado.

Meu agradecimento especial a todos os professores e professoras do Instituto Politécnico de Santarém, com os quais tive o imenso prazer de aprender e compartilhar conhecimentos, durante todo o percurso do mestrado.

Dirijo o meu reconhecimento a todos os alunos e alunas, imigrantes e refugiados, que gentilmente colaboraram e aceitaram participar das entrevistas, compartilhando suas histórias de vida, suas experiências, suas sabedorias, suas expectativas e seus sonhos. Agradeço imensamente, pois sem vocês este trabalho não seria possível.

Agradeço a disponibilidade das instituições, Universidade de Brasília, na pessoa da professora Lúcia Barbosa e Instituto Migrações e Direitos Humanos, na pessoa da Irmã Rosita Milesi, que participaram desta pesquisa e colaboraram com as entrevistas para compartilhar suas experiências com o trabalho desenvolvido junto aos imigrantes e refugiados na cidade de Brasília.

Deixo meu reconhecimento e agradecimento ao Magnífico Reitor do Instituto Federal de Brasília, Wilson Conciani, pela disponibilidade para participar da entrevista e compartilhar a percepção do papel da instituição no acolhimento dos alunos imigrantes e refugiados.

A todos os meus colegas da turma de mestrado, meu agradecimento pela amizade e apoio em vários momentos desta longa caminhada.

Gostaria também de agradecer a todos os colegas do Instituto Federal de Brasília, pelo apoio e incentivo, em especial à equipe de trabalho da Pró-Reitoria de Ensino, principalmente na fase final. Agradeço pela compreensão na ausência e no cansaço que possa ter apresentado em alguns momentos.

Em especial, ao meu esposo André, pelo incentivo desde o momento inicial do processo seletivo para o mestrado. Agradeço pelo amor e pela compreensão pelos momentos em que estive ausente, enquanto dedicava-me a este trabalho. Agradeço pela sua presença na minha vida.

“Quero que o mundo inteiro nos escute e veja onde chegamos tentando escapar da guerra. Vivo um grande sofrimento. Faço esta declaração para evitar que outras pessoas vivam o mesmo.”

(Abdullah Kurdi, pai de Aylan Kurdi)

## Resumo

O contexto atual, relacionado ao fenômeno dos fluxos migratórios, exige das sociedades contemporâneas maior responsabilidade e respeito pelas diferenças étnicas e culturais, primando por espaços democráticos que atendam às demandas impostas pela multiculturalidade. Enquadra-se nesta situação a perspectiva da Educação Social e a necessidade de intervenção, por parte dos educadores e das instituições de ensino, em contextos sociais complexos. Dessa forma, percebe-se o desafio posto ao Instituto Federal de Brasília (IFB), na busca pela integração educacional, social e econômica dos alunos imigrantes e refugiados que chegam à instituição, promovendo o acesso ao mercado de trabalho, por meio de uma formação profissional de qualidade. É fato que no Brasil ainda não existem políticas educacionais específicas pensadas para as populações imigrantes, porém o IFB já recebe este público, tornando-se urgente a definição de uma política educativa integradora. Para tal, é primordial compreender quais são as necessidades deste público e como eles percebem a atuação da instituição no acolhimento e integração dos mesmos. Nesse sentido, se optou por desenvolver uma pesquisa enquadrada nas metodologias qualitativas, por meio da técnica de entrevistas, para ouvir alunos oriundos de diversos países como Nigéria, Peru, Guiné Bissau, Venezuela e Paraguai, matriculados em diferentes cursos, distribuídos entre os dez campi do IFB, com o objetivo de entender quais os motivos da migração; as dificuldades encontradas para a adaptação à realidade brasileira; as línguas de uso e o acesso à Língua Portuguesa, idioma oficial do Brasil; a situação socioprofissional e educacional; possíveis práticas de preconceito e desrespeito já sofridas na instituição ou fora dela, nomeadamente devido às assimetrias étnicas e culturais; os aspectos que auxiliam e que prejudicam a aprendizagem; as metodologias de ensino utilizadas pelos professores; o relacionamento professor/aluno e demais equipes de trabalho. Além das entrevistas com os alunos, foram realizadas entrevistas com gestores, instituições públicas e da sociedade civil, que também desenvolvem trabalhos junto ao público imigrante e refugiado. A partir da análise da informação levantada, teve-se o cuidado de propor algumas formas de intervenção que possam contribuir para o desenho de uma política educativa integradora e que prime pela interculturalidade, porém sabe-se que devido à amplitude da temática migratória, as sugestões aqui apresentadas não esgotam as pesquisas nesta área.

**Palavras chave:** imigrantes, refugiados, necessidades, acolhimento, língua, integração, multiculturalidade e interculturalidade.

## **Abstract**

The current situation of migration flows has demanded the contemporary society to be more responsible and respectful of ethnic and cultural differences and to create democratic spaces that provide answers to this multicultural context. That is the background under which come the perspective of Social Education and the need for the intervention of educators and educational institutions in complex social contexts. That is the challenge faced by Instituto Federal de Brasília – IFB (Brasília Federal Institute) in search for educational, social and economic integration for its students who are immigrants or refugees not through professional qualification and their insertion in the labor market, but specially through a holistic concept of education. Even though Brazil is yet to create specific educational policies for immigrant populations, IFB has already been taking in such students, which urges the definition of an integrating educational policy. It is essential to understand the needs of this public, as well as the way they perceive how the institution receives and integrates them. Thus, it was sought to develop a research based on qualitative methodologies, through the interview technique to listen to students from various origins - such as Nigeria, Peru, Guinea-Bissau, Venezuela and Paraguay – who were enrolled in the ten campus of IFB. The objective was to identify and understand the reasons for their immigration; the difficulties found in their adaptation to the Brazilian context; their native languages and their access to Portuguese; their social, professional and educational situation; acts of prejudice and disrespect suffered within the institution or outside it, notably those concerning cultural and ethnic differences; teaching methodologies; their relationship with teachers and other members of the educational community. In addition to the students, managers and professionals from public and social institutions who develop activities with immigrants and refugees were also interviewed. From the data analysis and considering the role of a Social Educator, lines of intervention were proposed as a contribution to the designing of an integrating educational policy with and intercultural basis. However, the proposals presented do not exhaust the research concerning the migratory thematic.

**Key words:** immigrants, refugees, needs, acceptance; language; integration; multicultural and intercultural education

## Lista de Siglas

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CDHCI	Centro de Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes
CF	Constituição Federal
CGIg	Coordenação Geral de Imigração
CIE	Cédula de Identidade de Estrangeiro
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Conselho Nacional para Refugiados
CPF	Cadastrado de Pessoa Física
DBR	Divisão das Comunidades Brasileiras
DEEST	Departamento de Estrangeiros
DF	Distrito Federal
DPF	Departamento de Polícia Federal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIC	Formação Inicial e Continuada
IFB	Instituto Federal de Brasília
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
L2	Língua segunda
LE	Língua estrangeira
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MESIC	Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NEPPE	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEC-G	Programa de Estudantes de Convênio de Graduação/ Brasil-GuinéBissau
PL	Projeto de Lei
PLNM	Programa Português Língua não Materna
PPT	Programa Português para Todos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RGE	Registro Geral de Estrangeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília

## Índice

Introdução.....	1
1. Breve contextualização do fenômeno migratório no Brasil.....	5
1.1. Primeiros fluxos migratórios para o Brasil .....	7
2. Leis e Políticas Migratórias Brasileiras.....	17
2.1 A importância do acesso à educação pelos imigrantes e refugiados: o papel da escola e do Educador Social na valorização da multiculturalidade e da pluriculturalidade.....	25
2.2 Políticas Públicas de Integração e Inclusão Social .....	35
2.2.1 A importância do domínio do idioma do país de acolhimento – Acesso à Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento e Política de Inclusão Social. ....	41
2.3 Papel das instituições públicas e da sociedade civil brasileiras na inclusão social dos imigrantes e refugiados.....	48
3 Proposta de Pesquisa: problemática, questionamentos, objetivos e questões metodológicas.....	58
4. O olhar dos alunos imigrantes: análise e interpretação.....	67
4.1 Caracterização sociográfica, profissional e do percurso migratório .....	67
4.2 Caracterização da trajetória escolar dos alunos no IFB .....	82
5. Contribuições para o desenho de uma proposta de desenvolvimento de atitudes integradoras e políticas educativas na instituição.....	95
1º Eixo - Estratégias de difusão da oferta formativa do IFB - Captação de novos públicos pela via da eficaz divulgação .....	97
2º Eixo – Reconhecimento de Habilitações/Documentação e Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências .....	98
3º Eixo – Formação em Língua Portuguesa. ....	99
4º Eixo – Prevenção para a Inclusão.....	103
I. Ações de Sensibilização e Formação de Profissionais do IFB. ....	103
II. Mediação.....	104
III. Promoção de Eventos de partilha e reconhecimento intercultural envolvendo toda a comunidade educativa. ....	105
6. Conclusão.....	107
7. Referências.....	111

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 01 - Imigrantes atendidos anualmente – período 2009-2013 .....	52
Gráfico 02 - Solicitantes de refúgio e refugiados atendidos pelo IMDH.....	53

## **Índice de Quadros**

Quadro 01 - Países de origem dos imigrantes por década de chegada.....	7
Quadro 02 - ‘Estoque’ de estrangeiros segundo país de nascimento, Brasil, 2000 e 2010.....	10
Quadro 03 - Países de procedência dos imigrantes.....	52
Quadro 04 - Síntese das contribuições dos solicitantes de refúgio e dos refugiados.....	54

## **Índice de Anexo**

Anexo 1 – Guião de entrevista semiestruturada alunos evadidos .....	XI
Anexo 2 – Guião de entrevista semiestruturada alunos com matrícula ativa nos campi.....	XIV
Anexo 3 – Guião de entrevista semiestruturada – Irmã Rosita Milesi - IMDH .....	XVI
Anexo 4 – Guião de entrevista semiestruturada – Professora Lúcia Barbosa - NEPPE .....	XIII
Anexo 5 – Guião de entrevista semiestruturada – Reitor do IFB - Wilson Conciani.....	XXI
Anexo 6 – Sinopses de entrevista .....	XXII
Anexo 7 – Grelha de análise de conteúdo – Reitor do IFB - Wilson Conciani.....	XXXII
Anexo 8 – Grelha de análise de conteúdo – alunos ativos .....	XXXV
Anexo 9 – Grelha de análise de conteúdo – alunos evadidos.....	LV
Anexo 10 – Grelha de análise de conteúdo – Irmã Rosita Milesi - IMDH .....	LXXI
Anexo 11 – Grelha de análise de conteúdo – Professora Lúcia Barbosa - NEPPE.....	LXXVIII
Anexo 12 – Resolução CONSUP/IFBA, nº 06, de 28 de março de 2014 .....	LXXXV

## **Introdução**

Nas sociedades contemporâneas em que vivemos o contexto das diferenças culturais e étnicas e da heterogeneidade das relações se evidencia cada vez mais, sendo da maior importância que as instituições educativas, enquanto espaços democráticos, atendam às temáticas da multiculturalidade e da diversidade nas suas mais variadas formas. Neste sentido, é preciso direcionar um olhar cuidadoso para a questão dos fluxos migratórios, considerando as influências da globalização que contribuíram diretamente para a mobilidade dos indivíduos entre países.

Dessa forma, percebe-se a pertinência do tema, que se enquadra na perspectiva da Educação Social, buscando a integração educacional, social e econômica dos alunos imigrantes do Instituto Federal de Brasília (IFB), associada ao acesso ao mercado de trabalho, em função da formação profissional adquirida dentro do IFB.

Fazendo uma reflexão sobre o nosso tempo, Santos (2008) busca entender o que é hoje o nosso espaço geográfico e qual o papel da globalização nesse contexto atual. O autor compreende que o mundo globalizado pode se apresentar de diferentes formas, dependendo da maneira como se compreende o processo de globalização. Seriam três formas: o mundo como fábula, ou seja, o mundo tal como nos fazem vê-lo, como algo muito bom; o mundo tal como ele é, ou seja, perverso e que não querem que a gente veja e o mundo como pode ser, ou seja, como outra forma de globalização.

Para Santos (2008) é preciso uma globalização mais humana que aceite os novos fatos e exigências da história ao considerar o fenômeno da mistura de povos, raças, culturas, filosofias e gostos em todos os continentes.

Nesse contexto e devido a uma expansão rápida e intensa dos fluxos migratórios nos últimos anos, o IFB começou a receber alunos imigrantes e refugiados, sendo necessária uma abordagem atenta sobre este tema para contribuir com a integração e a promoção da cidadania dos alunos imigrantes que já fazem parte da instituição, além de promover o acesso e ingresso de mais alunos imigrantes e refugiados ao IFB.

Assim, com este trabalho desenvolvido no quadro do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC), da Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém procurou-se refletir sobre a integração educacional, social e econômica dos alunos imigrantes do IFB, considerando o fato de ainda não existirem políticas educacionais específicas pensadas para as populações imigrantes que chegam à instituição, tornando assim, o IFB pioneiro no Distrito Federal nesse domínio e podendo trazer

contributos relevantes para a definição de uma política educativa integradora que auxilie para o desenvolvimento de trajetórias formativas de sucesso das populações estudantis imigrantes que acolhe e poderá vir a acolher.

Além da pertinência e relevância do tema, é necessário ressaltar nossa afinidade pessoal com a temática da diversidade e da multiculturalidade, trazendo motivação para desenvolver uma pesquisa que venha contribuir para uma intervenção social que terá como objetivo a integração e a promoção da cidadania como forma de ação contra as desigualdades sociais, culturais e étnicas de uma população muitas vezes em situação de vulnerabilidade, sofrendo atitudes de preconceito e exclusão.

Nas sociedades atuais, marcadas pela diversidade e pela multiculturalidade, faz-se necessário que esta ofereça lugar à interculturalidade, para promover a efetiva inclusão social, profissional e econômica do imigrante. Sendo assim, o espaço educacional possui a incumbência de promover a inclusão de seus alunos imigrantes, adequando-se ao contexto da diferença cultural e valorizando o convívio plural, assim como, compreendendo sua responsabilidade social. A compreensão dessa responsabilidade social orienta esta pesquisa, com o objetivo de entender qual a percepção dos alunos imigrantes e refugiados sobre o papel do IFB no seu acolhimento e nos seus processos de integração. E, isso somente será possível por meio do contato com esses alunos, procurando conhecer algumas das suas necessidades e, também, até que ponto suas expectativas são atendidas.

Para a prossecução do objetivo geral atrás enunciado, foi definido um conjunto de objetivos específicos que passam pelo conhecimento dos percursos migratórios dos alunos (proveniências geográficas; motivações para migrarem para Brasília), pelo conhecimento das suas trajetórias escolares no IFB (motivo pela escolha do curso que frequentam; relacionamento professor/aluno e adequabilidade das metodologias de ensino utilizadas; aspectos que consideram positivos e negativos relacionados à sua aprendizagem, tendentes à sua continuidade no IFB ou, contrariamente, que se possam constituir como razões de evasão) e, também, identificar possíveis práticas de preconceito que tenham sofrido. A partir destes objetivos específicos será possível sistematizar informação relevante que permita identificar e compreender áreas-problema significativas, pensar soluções e contribuir para o desenho de uma proposta educativa integradora de minorias étnicas dentro do IFB, finalidade última deste trabalho.

Nesse sentido, reforça-se a relevância do tema, pois a pesquisa trata-se de uma temática recente na nossa realidade educacional, que ainda não desenvolveu políticas

educativas que orientem nossas ações, justificando, assim, o papel do Educador Social neste contexto como elemento facilitador no processo de integração deste segmento populacional na instituição educativa IFB.

Em um mundo globalizado e, acima de tudo, numa sociedade democrática, faz-se necessária uma formação diferenciada, dinâmica e adequada à diversidade cultural, não porque a diversidade cultural tenha surgido com a globalização, pois ela sempre existiu, mas sim porque o contexto de disseminação da democracia moderna exige uma resposta para a inevitabilidade das várias formas de expressão, de etnia, de cultura, de língua, de religião, entre outras. Dessa forma, não se trata de escolher dar ou não atenção a este tema da imigração e da multiculturalidade, trata-se sim de estar-se preparado para dar as respostas adequadas, acreditando que a instituição educacional possa ser um veículo de promoção da igualdade e, ao mesmo tempo, respeitadora da diversidade, trazendo seu contributo para um modelo social mais justo e harmonioso ao invés de um espaço reprodutor das desigualdades sociais.

A instituição educacional é um pilar fundamental para uma política de inclusão de sucesso e para que isso realmente aconteça é fundamental que haja interesse e uma visão ampliada sobre esse assunto, que seja capaz de extrapolar os problemas de inclusão associados a uma educação muitas vezes obstaculizada por assimetrias sociais, culturais e econômicas. Sendo assim, a instituição educacional precisa expandir sua visão, associada a um conhecimento transversal e aprofundado, que torne a escola e os seus agentes em indivíduos capazes de intervenções sustentadas e reflexivas, que por consequência serão inspiradoras de uma integração de sucesso.

A pesquisa desenvolvida e que se apresenta neste trabalho corresponde a um estudo exploratório, centrado no caso do IFB, realizado em todos os campi que o integram, nos quais foram identificados alunos imigrantes e refugiados; sendo utilizada a técnica de entrevistas com os alunos, com responsáveis de instituições públicas e da sociedade civil, além de um gestor do IFB.

Quanto à sua estrutura, o presente trabalho divide-se em seis capítulos, além da presente introdução. A produção teórica centra-se nos dois primeiros capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização do fenômeno migratório no Brasil, desde os primeiros fluxos migratórios até os dias atuais, com a perspectiva de melhor compreender este movimento e a forma como os imigrantes foram e são acolhidos no país.

O segundo capítulo foca nas Leis e Políticas migratórias existentes no Brasil e desenvolve uma reflexão sobre a importância do acesso à educação pelos imigrantes e refugiados, compreendendo o papel da escola e do Educador Social na valorização da multiculturalidade/pluriculturalidade, bem como da interculturalidade. Neste mesmo capítulo são analisadas, em linhas gerais, quais as reais necessidades do público imigrante e refugiado no Brasil e quais políticas públicas de integração e inserção social seriam necessárias, a partir da compreensão inicial dos conceitos de *'necessidade'*, *'integração'* e *'inclusão'*.

Na sequência, após a compreensão sobre quais as maiores necessidades e dificuldades encontrados pelos imigrantes e refugiados, trata-se da importância do domínio do idioma do país de acolhimento, compreendendo que o acesso à Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento é uma das maiores dificuldades encontradas, percebendo-se assim, que a promoção do acesso ao idioma do país de acolhimento, aos imigrantes e refugiados, é uma das políticas públicas de inclusão social que mais contribui para a efetiva integração deste público na sociedade. Na última parte do capítulo, busca-se compreender o papel das instituições públicas e da sociedade civil na inclusão social dos imigrantes e refugiados, utilizando como referência o espaço geográfico da cidade de Brasília.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar, de forma sistematizada, a problemática, questionamentos, objetivos e questões metodológicas desenvolvidas na pesquisa, explicando toda a sequência para a recolha de dados. Segue-se para o quarto capítulo onde é apresentada a análise e interpretação dos resultados.

O quinto capítulo traz algumas linhas de ação, no sentido de contribuir para o desenho de uma proposta de desenvolvimento de atitudes integradoras e políticas educativas voltadas para imigrantes e refugiados no IFB.

O sexto capítulo reflete as conclusões retiradas da presente pesquisa. Na continuidade aparecem as referências consultadas e os Anexos, onde se encontra o instrumento Guião de entrevista (Anexo 1, 2, 3, 4 e 5) utilizado com os entrevistados, as Sinopses de cada entrevista (Anexo 6) e as Grelhas (Anexo 7, 8, 9, 10 e 11) de análise de conteúdo das entrevistas e, além de uma Resolução (Anexo 12) aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal da Bahia, que trata das formas de validação de certificados e diplomas estrangeiros no âmbito da instituição e que se considera poder nortear a atuação do IFB nesse sentido.

## 1. Breve contextualização do fenômeno migratório no Brasil

Para falar de imigração e minorias étnicas é preciso fazer um resgate sobre os principais conceitos que envolvem os movimentos migratórios que sempre fizeram parte da humanidade e entender os motivos pelos quais as pessoas migram. Primeiramente, torna-se importante diferenciar tipos de migração. Migrações são os movimentos de pessoas dentro do próprio país (migrações internas) ou de um país a outro (migrações internacionais). Emigrar é sair tanto para um país diferente como para outro estado dentro do mesmo país. Já imigração é o contrário, pois envolve o ato de adentrar um Estado ou país estrangeiro.

O imigrante pode adentrar o Brasil, por exemplo, na condição de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático, conforme a Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 80. Tem-se, ainda, a migração clandestina, quando a pessoa entra num país diverso do seu sem visto ou permissão; e a migração forçada, quando a pessoa migra para outro país por causas alheias à sua vontade.

Geralmente os fluxos migratórios ocorrem pela busca de melhores condições de vida e, por isso, os países com maiores níveis de desenvolvimento tendem a receber um grande número de imigrantes, trazendo como consequência legislação cada vez mais restritiva para a circulação de pessoas imigrantes dentro de seus territórios. Ainda, importante destacar que existem casos em que as pessoas saem de seus países não por motivos econômicos, em busca de emprego, mas por questões ideológicas, políticas, religiosas, de gênero, desastres naturais, guerras, conflitos, estas são, regra geral, consideradas pessoas refugiadas.

Sobre migrações internacionais, vários instrumentos garantem o direito à mobilidade humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi precursora em afirmar o direito à liberdade de circulação internacional das pessoas, bem como seu reconhecimento como norma jurídica. Dessa forma, em seu artigo 13, preceitua: “*Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada estado. 2. Todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar*” (2009, p.9).

Os países são livres para adotar regras e leis sobre os direitos dos imigrantes, onde cada um, dependendo de suas razões específicas, limita e restringe ou facilita a entrada de estrangeiros. O fato é que cada país enfrenta, hoje, novas realidades e novos desafios com os movimentos migratórios, pois em um mundo de economia globalizada e que se apresenta estagnada em diversos países, as disparidades na distribuição de renda contribuem para que a desigualdade econômica e social aumente cada vez mais, resultando no empobrecimento da

população. Outro fator que tem corroborado com esses movimentos migratórios são as guerras e os conflitos armados.

Em relação às minorias étnicas, não se tem uma definição exata do termo, mas se pode considerá-la, de forma geral, como grupos étnicos numericamente inferiores ao resto da população de um país e, que de alguma forma estão em situação contrastante com o grupo majoritário, seja pelas questões socioeconômicas, culturais, religiosas ou linguísticas. Giddens (2005). De acordo com o *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*, Decreto nº 592 de seis de julho de 1992, do qual o Brasil é signatário, as pessoas pertencentes às minorias étnicas “*não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural*” (p. 8).

Atualmente, faz-se necessário que as migrações internacionais sejam uma forma de repensar o mundo não mais baseado na competitividade econômica e no fechamento das fronteiras, mas na cidadania universal, na solidariedade e nas ações humanitárias. Para isso, torna-se necessário que os países adotem políticas públicas que visem integrar o imigrante econômica e socialmente, além de promover o respeito à sua diversidade cultural, já que muitas vezes esse estrangeiro irá compor minorias étnicas que adentram ou que já fazem parte do país de acolhida.

O Brasil é considerado um país acolhedor pela maioria dos estrangeiros que procuram firmar raízes. É um país membro da Organização Internacional para as Migrações (OIM), principal organismo intergovernamental no campo da migração e trabalha em estreita colaboração com os parceiros governamentais, intergovernamentais e não-governamentais.

A Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, também conhecida como o *Estatuto do Estrangeiro*, redigida durante o Regime Militar, define a situação jurídica de todos os estrangeiros (cidadãos não brasileiros) no Brasil. Suas disposições abordam procedimentos de imigração e extradição, questões relativas a vistos, situações de asilo, naturalização e regulamentos em matéria de deportação e expulsão, dentre outros. Estabelece, ainda, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), e responsável, por exemplo, por formular a política de imigração brasileira, coordenar e orientar as atividades de imigração, efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão-de-obra estrangeira qualificada, para admissão em caráter permanente ou temporário, e promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração. Não há uma instituição única nacional responsável por migração no estado

brasileiro. A competência migratória fica dispersa, a cargo dos Ministérios da Justiça, do Trabalho e Previdência Social, do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal.

### 1.1. Primeiros fluxos migratórios para o Brasil

Segundo Fernandes, D. (2015) não é fácil analisar a migração internacional no Brasil, considerando o universo de tempo desde a chegada dos primeiros imigrantes até os dias atuais, onde ressalta que a migração internacional está associada ao processo de desenvolvimento do país, mas, além disso, considera que a situação socioeconômica dos outros países também influencia e, no caso específico do Brasil, esta questão está associada principalmente aos países de fronteira.

Conforme mesmo autor, o Brasil foi considerado um país receptor de imigrantes entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente de origem europeia, porém nas décadas de 1980 e 1990 começou um processo inverso, onde o Brasil ficou conhecido como país de emigração, com a saída de brasileiros para Europa, Estados Unidos e Japão. O autor considera que na atualidade não existe uma predominância, ou seja, o Brasil continua recebendo imigrantes e, agora de diversos outros locais do mundo, assim como também envia emigrantes para o exterior, embora seja em menor intensidade, considerando a existência de momentos distintos da história migratória do Brasil, gerando tanto um processo de atração quanto de repulsão.

Os dados de registro de entrada de estrangeiros e a origem dos mesmos que chegaram ao país nos séculos XIX e XX, são apresentados por Hernando & Martinez (2006, citados por Fernandes, D., 2015), conforme indicado no Quadro 01:

Quadro 01

*Países de origem dos imigrantes por década de chegada. Brasil (1810-1979)*

Década	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Outros	Total
1810 – 1819					1.790	1.790
1820 – 1829				2.326	5.439	7.765
1830 – 1839	230	180		207	2.021	2.638
1840 – 1849	491	5	10	4.450	2.347	7.303
1850 – 1859	63.272	24	181	15.815	38.300	117.592
1860 – 1869	53.618	4.916	633	16.514	34.432	110.113
1870 - 1879	67.609	47.100	3.940	14.627	60.555	193.831
1880 - 1889	104.700	276.724	29.166	19.201	98.177	527.968
1891 - 1899	215.534	690.365	164.093	17.014	118.977	1.205.983
1900 - 1909	199.536	221.394	21.504	13.848	93.644	549.926
1910 - 1919	312.481	137.868	181.657	25.902	163.550	821.458
1920 - 1929	301.915	106.831	81.931	75.839	277.006	843.522
1930 - 1939	102.544	22.170	13.746	13.746	165.617	317.823

<b>Década</b>	<b>Portugal</b>	<b>Itália</b>	<b>Espanha</b>	<b>Alemanha</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
1940 - 1949	47.556	11.359	5.003	6.885	2.865	73.668
1950 - 1959	241.520	94.012	94.693	16.827	139.618	586.670
1960 - 1969	74.124	12.414	28.397	5.659	76.993	197.587
1970 - 1979	5.641	3.382	2.196	3.817	31.219	46.255
<b>Total</b>	<b>1.790.771</b>	<b>1.628.744</b>	<b>627.150</b>	<b>252.677</b>	<b>1.312.550</b>	<b>5.611.892</b>

Fonte: Hernando, A.M. & MARTÍNEZ, E. G. (2006, p. 36) citado em Fernandes, D. (2015, p.21).

Tais dados mostram que Portugal é o país que mais enviou imigrantes para o Brasil (31,9%), seguido de Itália (29,0%) e Espanha (11,1%). Já no período pós 2ª Guerra Mundial houve uma redução tanto na entrada de imigrantes quanto na saída de brasileiros para outros países. Fernandes, D. (2015) explica que isso aconteceu porque neste período pós-guerra o Brasil passou por um processo de migração interna, com o aumento da taxa de urbanização, onde a população que vivia nas zonas rurais passou a compor algumas das maiores megalópoles do mundo, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro.

Conforme o referido autor, a partir de 1980 diminuiu a imigração comparado com o que aconteceu no início do século e aumentou a saída de brasileiros para outros países, chegando à casa de 4,0 milhões de brasileiros que migraram para diversos outros países.

Para Fernandes. D. (2015) a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil seguiu um determinado padrão, de predominância europeia, porém os novos fluxos diversificam entre europeus, asiáticos e africanos, além dos países vizinhos de fronteira, principalmente devido ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Conforme informações contidas na *Página Brasileira do MERCOSUL*, em 26 de março de 1991 foi assinado o *Tratado de Assunção*, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de integrar os Estados Partes por meio da livre circulação de bens e serviços. Hoje todos os países da América do Sul participam do MERCOSUL, seja como Estado Parte ou como Estado Associado. Os países que participam como Estados Partes são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (desde 26 de março de 1991) e Venezuela (desde 12 de agosto de 2012). Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde sete de dezembro de 2012). E Estados Associados: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (ambos desde 2013).

Para Fernandes, D. (2015), devido aos novos fluxos migratórios surge um grande desafio para a sociedade, pois apesar de existirem ações governamentais e um forte compromisso da sociedade civil que auxilia no processo de acolhimento e atendimento de imigrantes, ainda faltam políticas públicas que clarifiquem o papel de cada instância

governamental e, principalmente, faltam ações de respeito aos Direitos Humanos da população imigrante.

Seguindo sua linha de pensamento, o autor fala sobre os novos fluxos migratórios que chegaram ao Brasil nos últimos anos, considerando que o Brasil sofre tanto a migração de retorno de brasileiros que saíram do país, mas que agora estão voltando, pois a situação fora do Brasil já não é mais tão atrativa como antes, quanto a imigração internacional de diversos outros países, mudando o padrão migratório do país (Fernandes, D., 2015).

Para Melo (2015) é dever do Ministério Público do Trabalho propor o debate em torno dos movimentos migratórios, tendo como ponto de partida o que já consta na Constituição Federal (CF) (1988), em seu Título II – *Dos Direitos e Garantias Fundamentais* buscando uma definição das instituições públicas do país para que adequem os direitos sociais aos movimentos migratórios.

O autor também considera importante ressaltar que o povo brasileiro construiu sua história por meio do trabalho do migrante, seja ele africano ou europeu, branco ou negro e, justamente por esse motivo, que a maneira de lidar com o tema dos fluxos migratórios já não pode ser mais a mesma. Segundo Melo (2015), há 20 anos o Brasil busca combater o trabalho escravo contemporâneo e, já obteve bons resultados, porém hoje surgem novos desafios, principalmente pela presença do imigrante sem documentação.

Para reforçar a justificativa de aumento do fluxo migratório para o Brasil, Fernandes, D. (2015) explica que a chegada de estrangeiros no país não se deve apenas devido à crise econômica mundial, que se instalou a partir de 2008, mas também devido à situação da economia brasileira que passou por grandes transformações, combatendo a inflação e dando lugar a políticas de crescimento econômico e inclusão social. O autor cita o fato de que em meados de 1990, com a implantação de uma nova moeda no país, o Plano Real, que foi um Plano de estabilização econômica que combateu a inflação, o país passou a ter um crescimento econômico equilibrado, mas logo após esse período seguiu um governo neoliberalista que permitiu a privatização de empresas públicas, sendo que muitas passaram a ser comandadas por capital estrangeiro, sendo este um fator decisivo de abertura do país para o mercado globalizado.

Dessa forma, Fernandes, D. (2015) entende que a migração internacional rumo ao Brasil se deve à internacionalização da economia do país, nos anos 1990 e, logo depois, o crescimento econômico que necessitava de mão de obra capacitada, abrindo espaço para os

trabalhadores imigrantes que ficavam com os trabalhos que exigiam menor qualificação, substituindo a mão de obra local, que ficava com os setores que recebiam maior remuneração.

Baseado nos dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, Fernandes, D. (2015) traz um panorama sobre a imigração internacional no Brasil, considerando que os registros censitários podem mostrar a situação atual da população, porém, o autor ressalta que é necessário compreender que pode existir alguma distorção nesses dados, tendo em vista que por ser uma pesquisa realizada em âmbito domiciliar, alguns imigrantes podem não estar dispostos a responder a entrevista.

O Quadro 2 mostra os dados relativos aos estrangeiros (estrangeiros e naturalizados) residentes no Brasil, nos anos de 2000 e 2010.

Quadro 02

*'Estoque' de estrangeiros segundo país de nascimento, Brasil, 2000 e 2010*

País de Nascimento	2000		2010	
	Volume	%	Volume	%
Portugal	213.203	31,18	137.973	23,28
Japão	70.932	10,37	49.038	8,27
Itália	55.032	8,05	37.146	6,27
Espanha	43.604	6,38	30.723	5,18
Paraguai	28.822	4,21	39.222	6,62
Argentina	27.531	4,03	29.075	4,91
Uruguai	24.740	3,62	24.031	4,06
Bolívia	20.388	2,97	38.826	6,55
Alemanha	19.556	2,86	16.227	2,74
Outros países	180.022	26,33	190.349	32,12
<b>Total</b>	<b>683.830</b>	<b>100,00</b>	<b>592.610</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (n.d), Censo Demográfico 2000 e 2010. In Fernandes, D. (2015, p. 25)

Conforme observações de Fernandes, D. (2015), entre os anos de 2000 e 2010 a quantidade de estrangeiros diminuiu 13,3%, porém os imigrantes que declararam o local de nascimento como sendo o Japão e países da Europa, estão com maior representatividade no total de imigrantes.

Os portugueses, tanto em 2000 quanto em 2010, são o grupo mais representativo, seguido pelos japoneses. Já os italianos e espanhóis que no ano 2000 estavam na terceira e quarta posição, respectivamente, no ano de 2010 foram superados pelos paraguaios e bolivianos. Os países do Hemisfério Norte, Espanha e Itália, permaneceram na mesma posição.

O autor ainda destaca que os imigrantes europeus e japoneses analisados pelo Censo encontram-se em uma faixa etária mais velha, pois chegaram ao país nas décadas de 1950 e 1960, já os imigrantes que têm como origem a América do Sul, a faixa etária é mais jovem.

Ainda sobre informações e dados sobre a migração internacional, Fernandes, D. (2015) destaca duas fontes importantes: os registros da Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Previdência Social e os registros da Polícia Federal (PF) do Ministério da Justiça. Importante ressaltar que ambas as fontes estão relacionadas à migração regular, em que a primeira é responsável pelo fluxo das permissões de trabalho que são concedidas pelo país aos estrangeiros e a segunda é responsável pelos dados que indicam a quantidade de estrangeiros no país.

Dados da Coordenação Nacional de Migração, do Ministério do Trabalho e Previdência Social são apresentados por Fernandes, D. (2015) para analisar os aspectos da migração laboral mais recente. Segundo o autor, a partir de 2009 houve um aumento nas solicitações de autorizações de trabalho por estrangeiros, chegando a 25% ao ano, em média. Passou de 42.914, em 2009, para 70.524 em 2011 e chegou a 73.022 em 2012, porém reduziu para 65.693 em 2013. Os pedidos de autorizações de trabalho possuem uma baixa participação das mulheres, passando de 8,8% em 2009, para 10,3% em 2012. Segundo Fernandes, D. (2015), relatórios divulgados pelo CNIg, destacam dois tipos de vistos, são eles: autorizações temporárias de no máximo dois anos e as permanentes, sendo que as primeiras são solicitadas por profissionais de áreas técnicas, de exploração de petróleo, artistas, entre outros. Já as segundas são solicitadas por dirigentes de empresas, investidores e, recentemente, por haitianos. De acordo com o autor, os dados do CNIg mostram que entre 2009 e 2012, as autorizações temporárias de no máximo dois anos aumentaram em 37,3%, enquanto as autorizações permanentes cresceram 239,8%. (Fernandes, D., 2015, p. 27).

De acordo com Fernandes, D. (2015), entre os imigrantes que solicitaram autorizações temporárias, os profissionais com contrato de trabalho por dois anos, em 2012, foram os portugueses que receberam o maior número de vistos, 14,5% do total. Logo depois, vem os chineses com 10,4% e americanos 7,4%. O autor ainda ressalta que entre 2011 e 2012 o número de autorizações de trabalho que foram concedidas aos portugueses aumentou 81,2%.

Já em relação às autorizações permanentes de trabalho, em 2012, os portugueses também estão em primeiro lugar, com 16,1% do total, seguido de italianos com 13,2% do

total. Analisando, especificamente, as solicitações de autorização de trabalho permanente para empresários e dirigentes de multinacionais, os japoneses, espanhóis e portugueses, respectivamente, ficam entre os três primeiros.

Para Fernandes, D. (2015), também se faz necessário apresentar os dados disponibilizados pela Polícia Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e responsável pelo policiamento das fronteiras e pelo registro e processo de regularização de estrangeiros no país. O autor traz esses dados referentes ao número de estrangeiros com registro ativo, ou seja, que estão regulares no país.

São dados que mostram que entre 2006 e 2012 a quantidade de estrangeiros no Brasil aumentou 34%, passando de 1.175.353 para 1.575.643. Dentro desses números a quantidade de portugueses era de 330.860, o que representa 21% do total de imigrantes. Logo depois vem os japoneses com 133.931, o que representa 8,5% do total, italianos com 99.336, o que representa 6,3% do total e, espanhóis, com 83.926, o que representa 5,32% do total de imigrantes registrados pela Polícia Federal brasileira.

O autor ainda considera importante destacar que, dos números apresentados, referentes à quantidade de estrangeiros no Brasil, em termos de distribuição geográfica, 805.668 (51,1%) residem em São Paulo e 325.622 (20,6%) no Rio de Janeiro, o que faz com que os outros estados recebam menos de 30% dos estrangeiros que residem no país.

Segundo Fernandes, D. (2015), é preciso destacar o fato de que, no Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, no ano de 2010, as informações referentes às principais origens dos imigrantes que chegam ao Brasil não contemplaram a intensificação da vinda de haitianos para o país, pois estes somente chegaram após 2010, conforme consta no *Relatório Parcial da Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro* (2014), publicado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Nesse Relatório o fenômeno da mobilidade humana aparece como algo crescente nas últimas décadas, sugerindo que se está vivendo na era das migrações. Também é ressaltada a importância de ser dispensado um olhar interdisciplinar para as questões da diversidade e da complexidade das migrações na atualidade, pois se trata de um fato social, onde a migração não é apenas o deslocamento de pessoas no espaço geográfico, mas também em outros espaços, como o social, o político, o econômico ou o cultural.

O documento citado também traz uma análise sobre os fatores que influenciaram no aumento da migração internacional para o Brasil, na mesma linha referida por Fernandes, D. (2015), destacando que a migração brasileira passou por várias etapas, até a segunda

metade do século XX o Brasil era fortemente marcado pela imigração internacional, porém a partir de 1980 o Brasil também começou a fazer parte do quadro de países exportadores de mão de obra.

Hoje o país recebe o fluxo de imigrações de outros países, especialmente latino-americanos, como bolivianos, e devido à crise econômica mundial, também passou a receber uma diversificação dos fluxos migratórios, como os haitianos. Sendo assim, não é possível explicar a presença desses novos fluxos no Brasil sem recorrer ao mercado de trabalho, que se mostra como aspecto fundamental para explicar a posição social dos imigrantes.

Para Fernandes, D. (2015) é preciso destacar os grupos de haitianos e latinos, porém, tal fato não se relaciona com questões numéricas referentes aos fluxos migratórios, mas sim para tentar explicar o que os mesmos significam em termos de políticas migratórias no Brasil. Para isso, o autor esclarece que os haitianos geraram um fluxo migratório, após o terremoto que destruiu o Haiti no ano de 2010 e, que a partir desse fato, que ganhou espaço na imprensa e na sociedade, o Brasil buscou uma posição de destaque na cena internacional. Já os latinos, tem importância pelo fato do MERCOSUL e pela integração dos países da América do Sul por meio de seus acordos econômicos e de livre trânsito na região, o que facilitou a regularização de muitos imigrantes.

Para Fernandes, D. (2015), desde o fim da Segunda Guerra Mundial não houve, no Brasil, um fluxo tão expressivo de migração originária do Hemisfério Norte, como recentemente com a chegada dos imigrantes haitianos, fato este que concede total importância à migração dos mesmos para o país. Para o autor, em função da entrada em massa dos imigrantes haitianos no Brasil, outros países, principalmente do continente asiático, começaram a utilizar os mesmos locais de entrada, pelas fronteiras, para chegarem ao Brasil. Segundo o autor, as medidas que precisam ser adotadas pelas autoridades devem ir além da simples concessão de vistos, considerando ser necessária a efetiva inserção destes imigrantes na sociedade brasileira.

Em relação aos povos latinos que migram para o Brasil, Fernandes, D. (2015) faz um panorama dos movimentos migratórios dos países do MERCOSUL para o Brasil. Começa falando dos imigrantes paraguaios e argentinos, que considera ser uma presença histórica no país, a presença dos paraguaios está ligada a ocupação por brasileiros da fronteira agrícola com o país vizinho, que foi incentivada pelo governo local entre 1970 e 1980, gerando assim, uma situação propícia que fortaleceu o movimento nos estados da região de fronteira. Já os argentinos, estão presentes mais na região Sul do Brasil, no setor de serviços.

Além destes já citados, os fluxos migratórios para o Brasil também possuem uma forte presença de bolivianos que, segundo Fernandes, D. (2015) buscam o Brasil devido às difíceis condições sociais e econômicas que enfrentam na Bolívia, dessa forma, são os cidadãos com baixa renda que chegam ao país, até mesmo pelo baixo custo de deslocamento.

Conforme o autor, muitos destes imigrantes ao chegarem ao Brasil acabam sendo vítimas de situações de exploração nos trabalhos que prestam. Fato este, também destacado por Silva (2006), ao estudar a vinda de bolivianos para a cidade de São Paulo, pois, segundo esse autor, muitos destes imigrantes acabam percebendo que as promessas de boas oportunidades no Brasil se transformam em grandes frustrações, pois são obrigados a viver em situações humilhantes, tendo que se sujeitarem a cansativas cargas de trabalho e a uma má alimentação.

Existe também outro grupo que vem ganhando espaço no país, é o de peruanos. Fernandes, D. (2015) percebe que a facilidade de entrada no Brasil, assim como os demais países latinos, deve-se à proximidade com a fronteira. Além disso, fatores relacionados à crise e à recessão vivida no Peru são fortes motivos para a emigração peruana. O autor também destaca que o perfil dos migrantes peruanos é de baixa escolaridade e pouca qualificação profissional.

Baseado em informações contidas na Página Brasileira do MERCOSUL, mesmo com a assinatura do Tratado de Assunção, que estabeleceu a livre circulação de bens e serviços, foi percebida a necessidade da regularização da circulação de pessoas entre os países do MERCOSUL. Para isso, no ano de 2009 foi promulgado o Decreto nº 6.975, de sete de outubro de 2009, onde era estabelecido um Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile.

Segundo Tomas (2012), o MERCOSUL antes de 2009 não podia ser considerado um verdadeiro Mercado Comum do Sul, pois existiam inúmeras restrições para o livre trânsito de pessoas. Conforme o autor, foi a *Declaração Sócio Laboral do MERCOSUL*, a partir do Decreto nº 6.975 de sete de outubro de 2009, que criou um marco de livre circulação de trabalhadores entre os países do MERCOSUL. O autor fala que o Ministério da Justiça, em quatro de novembro de 2009, informou que estavam finalizados todos os atos necessários à vigência dos acordos internacionais relativos à *Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, mais Bolívia e Chile*.

Essa foi, de acordo com Tomas (2012), uma tentativa para combater o tráfico de pessoas no âmbito do MERCOSUL. E, ainda ressalta que, em 2012, a Venezuela formalizou

em Brasília sua entrada como membro pleno do MERCOSUL, com isso, os nacionais da Venezuela também possuem o direito de residir e empreender no Brasil ou nos demais países do bloco.

Sendo um fenômeno que atinge proporções significativas na atualidade mundial, deixam-se, ainda, algumas notas em relação ao segmento populacional com estatuto de refugiado no Brasil.

De acordo com informações publicadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), por meio do documento *Refúgio no Brasil: Uma Análise Estatística Janeiro de 2010 a Outubro de 2014*, o Brasil tinha registrado, até outubro de 2014, 7.289 refugiados, sendo de 81 nacionalidades diferentes, principalmente da Síria, Colômbia, Angola e República Democrática do Congo. Desse total, 25% são formados por mulheres. No entanto, esses números podem ser bem maiores ao se considerar os estrangeiros que imigram para o Brasil e estão ilegalmente no país.

O CNIg divulgou recentemente que o número de vistos permanentes ou residência permanente concedidos a estrangeiros, em 2014, em caráter humanitário foi de 3.865. A maioria desses vistos (1.891 pedidos) foi concedido para haitianos, seguido dos bengalis, com 1.195 autorizações. Nota-se um grande número de autorizações concedidas pelo CNIg a imigrantes haitianos. Sobre isso, um dos fatores que pode ter contribuído é o terremoto que abalou o Haiti, em janeiro de 2010, deixando, para além das mortes registradas, milhares de pessoas deslocadas internamente, além das condições de vida precárias, corroborando para uma grande onda de emigração naquele país.

O ACNUR informou que o número de pessoas que tiveram que se deslocar por conta de guerras e perseguições superou, em 2013, a marca de 50 milhões, sendo o quantitativo mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial. Em janeiro de 2015, o relatório do ACNUR continua mostrando uma elevação no número de deslocamentos forçados, tendo registrado cerca de 5,5 milhões de pessoas, no primeiro semestre do ano anterior. Aponta ainda os sírios como a maior população de refugiados. Não por acaso, os sírios estão dentre os refugiados que mais entraram no Brasil, recentemente.

No âmbito do Distrito Federal, é o Instituto Migrações e Direitos Humanos – (IMDH), que, com o apoio do ACNUR e do Conselho Nacional para Refugiados (CONARE), se responsabiliza pelo atendimento integral daquelas pessoas que são solicitantes de refúgio, conforme dados incluídos no *Relatório de Atividades* da instituição, referente ao ano de 2014. A instituição presta serviços de forma ampla, desde orientações básicas até atendimento

jurídico e oferta de bolsas de subsistência. Também é fornecido todo o amparo necessário para a aquisição de documentos e encaminhamento para o mercado de trabalho, segundo informações do referido Relatório. E, ainda, fator considerado de total importância pela instituição, são ofertados cursos de português específicos para imigrantes e refugiados, em três locais do Distrito Federal: Samambaia Norte, Varjão e em Brasília, sendo que no último local os cursos são realizados na Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE).

## 2. Leis e Políticas Migratórias Brasileiras

Após a breve contextualização dos movimentos migratórios no Brasil, sejam imigrantes ou refugiados, é chegado o momento de entender melhor quais são as efetivas leis que tratam da temática migratória no país e, para isso, Sprandel (2015) traz algumas considerações, onde logo de início destaca que a impressão que se tem do Brasil como um país acolhedor e hospitaleiro não encontra embasamento nas leis e políticas públicas. Isto porque considera que até pouco tempo atrás, as políticas e leis eram totalmente restritivas, priorizando imigrantes europeus brancos em detrimento dos demais grupos vistos como indesejáveis.

A autora faz suas considerações sobre a Lei de Imigrações – Estatuto do Estrangeiro, ressaltando que a mesma foi elaborada durante o Regime Militar, com o intuito de garantir a segurança nacional, pois o estrangeiro, naquele contexto histórico do país, era percebido como uma ameaça. No entanto, ainda hoje, o país não disponibiliza leis e políticas apropriadas aos imigrantes e refugiados.

Devido a isso, Sprandel (2015) destaca que o país vive um momento de propostas de mudanças nas leis. Cita algumas leis que se referem às migrações, pois além do Estatuto do Estrangeiro tem-se a Constituição Federal de 1988; o Código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de sete de dezembro 1940; o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e o Estatuto dos Refugiados - Lei nº 9.474 de 22 de julho 1997; sendo que destas leis, as que estão em processo de mudança são a Constituição, o Código Penal e o Estatuto do Estrangeiro.

Segundo Sprandel (2015), as mudanças na CF/1988 e que estão em tramitação, são a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 25/2012, que tramita no Senado Federal e propõe alteração dos artigos 5º, 12 e 14, estendendo aos estrangeiros os direitos garantidos aos brasileiros e conferindo, aos que possuem residência permanente no país, possibilidade de participação política-eleitoral tanto de forma ativa quanto passiva, ou seja, votar e ser votado, porém apenas nas eleições municipais. Também tramita, mas na Câmara dos Deputados, outras três PEC:

- PEC nº 347/2013: propõe a alteração do parágrafo 2º do artigo 14 para permitir que estrangeiros residentes por mais de quatro anos no país possam alistar-se como eleitores.

- PEC nº 119/2011: propõe a alteração do artigo 14 que faculta a participação de estrangeiro domiciliado no Brasil nas eleições municipais.
- PEC nº 436/2009: propõe o acréscimo do parágrafo 3º ao artigo 45, concedendo aos brasileiros que vivem fora do Brasil o direito de eleger seus representantes à Câmara dos Deputados.

A autora, após apresentar todas as propostas de alteração na CF/1988, que ainda estão tramitando, conclui que as mesmas são positivas e que ampliam direitos. Em relação ao Código Penal (Decreto Lei Nº 2848/1940), Sprandel (2015) cita o Projeto de Lei (PL) nº 236/2012 do Senado Federal, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro. Nesta reforma é acrescentado o Capítulo XV (Crimes Relativos a Estrangeiros) que criminaliza informações falsas, atribuição falsa de qualificação ou informação, introdução clandestina, retenção indevida de passaporte, declaração falsa e propriedade ou posse ilegal de bens, entre outros. A autora ressalta que esta nova tipificação penal vem sofrendo algumas críticas, pois pode trazer graves problemas e risco de punição para refugiados.

A partir deste entendimento, Sprandel (2015) considera que as alterações propostas no Código Penal, não são positivas como as mudanças propostas na CF/1988, sendo necessário suprimir o caráter criminalizador das migrações.

Outro documento que necessita de alteração é o Estatuto do Estrangeiro que, segundo Sprandel (2015), já passou por algumas propostas de novos textos, como o enviado por um dos ex-presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, mandato de 1995 a 2003, ficando parado por muitos anos e acabou não se consolidando.

Já no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mandato de 2003 a 2011, foi enviada uma proposta de nova lei de migrações, que foi transformada em Projeto de Lei nº 5.655/2009 com disposições sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros do país, naturalização, medidas compulsórias e transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, pois não trata apenas da entrada de estrangeiros no país, mas também da saída de nacionais para outros países.

Segundo Sprandel (2015), mesmo com esta nova proposta há críticas, pois ainda permanecem procedimentos extremamente burocráticos com o foco na segurança nacional em detrimento dos Direitos Humanos, levando a autora a compreender que, todas estas questões, associadas à relevância do tema migratório, tornam o PL nº 5.655/2009 desatualizado, principalmente devido aos acordos do MERCOSUL.

A autora cita o Centro de Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes (CDHCI) que critica o PL 5.655/2009, pois considera que um novo Projeto de Lei deve garantir que os serviços públicos promovam assistência social, educação, saúde, capacitação, inserção em programas sociais, atenção a crianças e adolescentes migrantes, não sendo suficiente apenas o registro e controle documental dos migrantes, mas sim a criação de órgãos governamentais e políticas migratórias, ou seja, uma política nacional que supere a lógica securitária ou do imigrante apenas como mão de obra.

Complementando, Sprandel (2015) traz a informação que em junho de 2013, o Ministério da Justiça criou uma Comissão de Especialistas para trabalharem e estudarem uma proposta de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, que está sendo debatida com a sociedade até o momento. O PL nº 2.516/2015 é o atual projeto da *Nova Lei de Migrações* e que ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados, substituindo o PL nº 5.655/2009.

Conforme Sprandel (2015), hoje a estrutura do governo envolvida com as políticas migratórias envolve os Ministérios da Justiça, do Trabalho e Previdência Social e das Relações Exteriores. No Ministério da Justiça existe o Departamento de Estrangeiros (DEEST) e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), além da Coordenação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. E, ainda, existe o Departamento de Polícia Federal (DPF) que é o órgão que efetua o registro de entrada e saída de pessoas do país e possui o Serviço de Registro de Estrangeiros, além das Divisões de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras. A Polícia Federal, segundo Sprandel (2015), além de atender os estrangeiros na entrada e saída, também trabalha com questões relativas a prorrogações de prazos, transformações de vistos, permanência e emissão de Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE).

Já no Ministério das Relações Exteriores, segundo Sprandel (2015), existe uma Divisão das Comunidades Brasileiras (DBR), vinculada ao Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior. E, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, existe o Conselho Nacional de Imigração que orienta, coordena e fiscaliza as atividades de Imigração, conforme a Lei nº 6.815/1980, em seu artigo 129 e, ainda, a Coordenação Geral de Imigração (CGIg) que coordena, orienta e supervisiona as questões relacionadas à autorização de trabalho a estrangeiros, conforme a mesma Lei, além da contratação ou transferência de cidadãos brasileiros para trabalharem fora do país.

Para Sprandel (2015), faz-se necessária a formulação e implementação de políticas para tratar das questões migratórias, sendo preciso algumas mudanças na legislação para que se crie uma Autoridade Nacional Migratória, buscando respostas para atuar em situações de crise, como aconteceu recentemente com a entrada dos imigrantes do Haiti.

Assim como Sprandel (2015), outra autora, Lussi (2015) compreende que a temática migratória necessita ser amplamente amparada por uma política migratória que acolha e integre os indivíduos que estão em constante mobilidade humana, associada à necessidade de respeito à pluralidade cultural.

Nesse sentido, Lussi (2015) traz considerações sobre a formulação legal e as políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais. A autora utiliza como referência um relatório com as demandas e sugestões sobre políticas migratórias no Brasil, elaborado no ano de 2013, após passar por vários debates que aconteceram no decorrer de três eventos que envolviam as questões relacionadas aos Direitos Humanos voltadas para a política migratória brasileira.

Segundo Lussi (2015) esses eventos fizeram parte das ações da OIM, no âmbito do *Projeto Promoção de Direitos na Política Migratória Brasileira* - do Departamento de Estrangeiros. Esses eventos contaram com a participação de atores do governo e também da sociedade civil, incluindo os migrantes e refugiados e as instituições que atuam na prestação de serviços aos mesmos. Os envolvidos, que foram 175 instituições, responderam a um questionário, assim como, outras instituições, tanto públicas quanto da sociedade civil, foram representadas nos eventos para que os debates iniciados no questionário pudessem ser ampliados.

Conforme Lussi (2015), os questionamentos tentavam responder questões do tipo: quem atua com migrações no Brasil e quais as dificuldades que as pessoas que vêm de outros países encontram ao chegar aqui? Quais as instituições que trabalham na promoção e na defesa dos direitos das populações migrantes e refugiadas? Quais as prioridades que, os migrantes e agentes, propõem para a formulação ou reformulação das políticas públicas ligadas aos fluxos migratórios? E quais as sugestões que podem dar?

A partir disso, Lussi (2015) relata algumas premissas que foram levantadas nos debates sociais, para que pudesse ser estabelecida a reflexão, os discursos, as ações ou as leis sobre as migrações internacionais de forma efetiva, considerando a necessidade de interação entre os diferentes atores envolvidos.

A autora cita algumas dessas premissas e como ponto de partida traz à tona que o aumento dos fluxos migratórios internacionais envolvendo o Brasil, neste novo formato que se apresenta nas últimas décadas, é um fato novo, sendo que os dados, estudos e interpretações ainda são reduzidos nessa área. Além disso, segundo Lussi (2015) é preciso levar em consideração o fato de que o Brasil é um país de dimensões continentais, tornando os esforços para a análise do fenômeno algo ainda mais complexo, devido à diversidade das origens dos fluxos migratórios e da grande área fronteiriça do país.

Considerando todas essas premissas iniciais, a autora pondera que para pensar em leis e políticas migratórias faz-se necessária a compreensão da diversidade com a qual se está agindo, isto porque os desafios da mobilidade humana envolvem questões sociais, econômicas, geográficas, políticas e culturais que necessitam de políticas públicas universais, sendo que essas políticas não devem dar respostas apenas às especificidades dos migrantes, mas sim de toda a população do país, onde também migrantes e refugiados terão seus direitos garantidos, com possibilidade de usufruir de serviços e de serem integrados à sociedade.

De acordo com Lussi (2015), mesmo que o fenômeno migratório atual seja novo no país, há tempos já existem diversos órgãos públicos e setores da sociedade civil envolvidos na luta pela formulação de leis que venham atender este público, no entanto, não existem leis e normas que realmente contribuam para acolher e integrar esta população, além de não se ter um orçamento específico para este fim.

Segundo a autora, já passa de um milhão de pessoas vindas de outros países que vivem no Brasil, sendo que essas pessoas servem como consumidoras dentro do país, mas que precisam de documentos, de acesso aos serviços básicos de saúde e educação e precisam de trabalho para que não caiam em situações de vulnerabilidade. Para a mesma, essas situações de vulnerabilidade são causadas e agravadas pela própria legislação que trata dos fluxos migratórios.

Um aspecto levantado nos debates sociais e trazido por Lussi (2015) é a importância do papel dos migrantes para a interpretação da realidade e dos desafios que surgem para a formulação das políticas públicas. São eles os principais atores deste processo, sendo eles que precisam ter voz para falar de suas necessidades. A autora fala que a abordagem utilizada para tratar das migrações internacionais baseia-se nos medos e nos interesses da segurança nacional, não reconhecendo os sujeitos migrantes como as pessoas legítimas para contribuírem com as políticas migratórias. Segundo a mesma:

A exclusão de migrantes (e refugiados) dos processos de construção das escolhas sociais e políticas que se referem à população em mobilidade pode transformar a alteridade de tais sujeitos e grupos em desvantagem ou até em fator de discriminação. A proibição do associativismo migratório e a securitização na abordagem do tema tem impedido um real protagonismo dos migrantes, até mesmo na busca de soluções para a garantia de direitos básicos como a educação básica de crianças e adolescentes migrantes e filhos de migrantes. (Lussi, 2015, p.58).

Nesse sentido e, na mesma linha de pensamento, por meio de seu *Relatório Anual de Atividades – 2014*, o IMDH ressalta a importância da realização de um diagnóstico participativo com refugiados e solicitantes de refúgio, sendo que esta já é uma prática usual da instituição. A proposta do diagnóstico participativo é acompanhada pelo ACNUR, que dentre outras questões, sugere que o diagnóstico leve em consideração questões como idade e gênero. Para isso, foram separados os grupos em mulheres e crianças, homens que já entendem e falam um pouco de português e homens que ainda não falam nada de português.

De acordo com o Relatório citado, o objetivo do diagnóstico participativo é permitir que os refugiados e solicitantes de refúgio, apresentem situações e necessidades pelas quais passam; identifiquem pontos positivos já existentes na proposta de acolhimento e integração dos mesmos, assim como, sejam propostas soluções. Percebe-se que a instituição tem o cuidado de dar voz àqueles que realmente podem dizer quais são as suas necessidades e expectativas.

As dificuldades encontradas nos diálogos sociais conduzidos no ano de 2013, durante o *Projeto Promoção de Direitos na Política Migratória Brasileira*, são trazidas por Lussi (2015), apresentando as dificuldades que incidem diretamente na construção e nas melhorias de políticas públicas sobre a temática migratória. No relatório final foram apresentadas dificuldades relacionadas à legislação desatualizada e o déficit de direitos da população migrante e refugiada, gerando assim discriminação, preconceito, desigualdades e xenofobia.

Além destas questões já citadas, a autora ainda aponta outro dado levantado durante os debates sociais, relativo à criminalização da migração, fato já citado por Sprandel (2015), tornando este mais um desafio e uma forma de frear o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à temática migratória, considerando a perspectiva dos Direitos Humanos.

Após trazer as maiores dificuldades apresentadas no Relatório citado, Lussi (2015) traz as prioridades sugeridas também nesse mesmo documento, que seriam gerir melhor a questão migratória no país, onde a reforma da legislação é primordial, assim como, a

capacitação e profissionalização dos indivíduos que integram estes grupos minoritários e vulneráveis.

A autora destaca que, no Relatório citado, foram apontados muitos problemas relacionados aos critérios utilizados na aquisição de documentos, pois é permitida uma alta discricionariedade das autoridades administrativas. A partir destas concepções, Lussi (2015) compreende que o grande passo a ser dado é a elaboração de uma legislação que pautue suas ações, frente às questões migratórias, nos princípios da promoção dos Direitos Humanos, superando o olhar raso que visa apenas o atendimento dos interesses do mercado de trabalho.

Lussi (2015) considera que, para isso, é totalmente necessária a participação dos migrantes nas discussões e na implementação de políticas públicas na criação de legislação, pois somente desta forma é que a isonomia entre nacionais e não nacionais poderá ser garantida, conforme já está declarado na CF/1988, em seu artigo 5º, mais uma vez reforçando o que já vem sendo realizado pelo IMDH, por meio do diagnóstico participativo.

Outra questão levantada como prioridade no Relatório citado, também é apresentada por Lussi (2015), é a necessidade de ampliar os horizontes quando se pensa em políticas públicas e legislação para a população migrante, sendo de total importância a descentralização do planejamento, onde possa existir uma convergência entre os órgãos envolvidos, principalmente ampliando a responsabilidade para os estados e municípios, porém para isso faz-se necessária a previsão orçamentária, porque a falta de recursos é uma das maiores reclamações dos governos locais e estaduais.

Outro ponto importante apontado pela autora é a necessidade de aumentar a capacidade dos órgãos públicos na promoção de serviços básicos aos migrantes, desde a aquisição de documentação até o alcance de emprego e da inserção cultural dos mesmos. E, ainda, além da oferta destes serviços básicos, o acesso às leis e aos direitos já alcançados pelos migrantes, que muitas vezes são dificultados, gerando desconhecimento e contribuindo para o aumento da vulnerabilidade social em que se encontram (Lussi, 2015).

A autora destaca que são imprescindíveis melhorias no atendimento à população migrante, seja na oferta de informações nos idiomas de origem dos principais públicos migrantes no país, seja na revisão de alguns serviços prestados, porque muitos deles precisam percorrer longos percursos geográficos para conseguirem ter acesso aos serviços de aquisição de documentação, gerando altos custos, devido à falta de descentralização e, também, padronização dos serviços. Percebe-se que tal fator é de total relevância, considerando que a cidade de Brasília concentra um grande número de Embaixadas e Consulados de diversos

países, fazendo com que muitas pessoas tenham que se deslocar até a cidade para a aquisição de documentos.

Além disso, segundo Lussi (2015), outro aspecto apontado refere-se à dificuldade no acesso à saúde, ao emprego e, não menos importante, a falta de serviços específicos de mediação cultural e atendimento assistencial às famílias e às escolas com crianças migrantes que ainda não conhecem o português. A autora ressalta que para a efetiva inserção laboral dos migrantes, um aspecto essencial é a questão do reconhecimento dos diplomas, sendo necessárias novas regras para este quesito.

De acordo com Lussi (2015), muitos participantes do debate social ampliado para a elaboração do Relatório citado, consideram a inserção laboral do migrante algo essencial, pois é o trabalho um dos responsáveis pela conquista da cidadania, onde a falta de documentos ou o atraso na emissão dos mesmos pode colocar o migrante em uma maior situação de vulnerabilidade, fazendo com que muitas vezes aceite qualquer tipo de trabalho, sendo explorado e chegando até mesmo a aceitar trabalhos análogos à condição de escravidão. Sendo assim, a autora reforça que, pela inserção laboral será possível fortalecer os processos de integração e interculturalidade no país, mas para isso é preciso repensar a forma como a sociedade percebe o migrante e aceita as diferenças, sendo que isso não é um processo natural e que, por conseguinte, irá gerar conflitos.

Um dos últimos pontos levantados no Relatório e apresentados por Lussi (2015) é a necessidade de se construir um modelo de convivência intercultural, respeitando a pluralidade e, principalmente a participação ativa dos migrantes na sociedade que escolheram agora viver, sendo os mesmos sujeitos protagonistas do processo de planejamento e execução de políticas públicas que tratem da temática migratória.

A autora considera que a educação intercultural é primordial e que as migrações podem favorecer a construção de uma sociedade intercultural, onde os diferentes possam interagir e que isso seja algo positivo. Para a mesma, a temática da mobilidade humana precisa ser uma prioridade política, tornando-se assim, uma dimensão que faça parte da nossa sociedade, neste novo momento pelo qual o país está passando, precisando para isso que as políticas públicas ofereçam respostas adequadas às necessidades e prioridades daqueles que migram.

## **2.1 A importância do acesso à educação pelos imigrantes e refugiados: o papel da escola e do Educador Social na valorização da multiculturalidade e da pluriculturalidade**

Percebe-se que a falta de políticas migratórias impede que os imigrantes e refugiados tenham acesso a direitos e aos serviços públicos básicos, conforme os relatos de Sprandel (2015) e Lussi (2015). Sendo assim, é importante trazer para a discussão as ideias de Araújo (2008), que faz uma análise da relação imigração/escola ao considerar a crescente diversidade na escola e na sociedade, compreendendo que todos os indivíduos têm direito ao sucesso educativo e à igualdade de oportunidades, exigindo assim, uma educação intercultural e para a cidadania. A autora buscou compreender esta problemática respondendo algumas questões do tipo: Como as políticas educativas têm valorizado a educação para a cidadania? Como a educação para a cidadania pode contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos? Buscou entender o papel dos professores na construção da cidadania e compreender a forma de integração na escola portuguesa de crianças imigrantes.

Segundo Araújo (2008) a educação para a cidadania precisa desenvolver a capacidade de compreensão e intervenção no relacionamento com outras culturas e espaços, respeitar as diferentes identidades nacionais, religiosas e étnicas, aprendendo a aceitar as diferenças e percebendo a pluralidade como uma forma de enriquecimento da sociedade. A autora compreende que devido à globalização e à mobilidade humana, haverá um aumento de crianças migrantes de diferentes pertencas e cidadanias na escola. No entanto, sabe-se que não serão apenas as crianças, mas também jovens e adultos que chegarão às escolas e irão precisar de um sistema educativo que promova o acolhimento e a efetiva integração social dos mesmos. Araújo (2008) percebe a dupla nacionalidade como uma oportunidade de aprendizagem dentro do sistema educativo, gerando também a possibilidade para a aquisição de competências sociais de gestão da diversidade cultural e social.

Segundo Araújo (2008), a escola possui um papel importante na promoção de uma cidadania ativa, considerando as diferentes necessidades educativas dos cidadãos, sendo flexível e desenvolvendo a riqueza do seu capital cultural múltiplo. Para a autora, a escola é um local importante para os imigrantes, pois será o espaço em que os mesmos terão a oportunidade de integração na sociedade de acolhimento, sendo um instrumento de mobilidade social e agregador de competências interculturais.

Para isso, as escolas precisam adequar-se à realidade multicultural, por meio de uma pedagogia intercultural que valorize as opções vocacionais dos imigrantes, assim como, suas realidades linguísticas e socioculturais, promovendo a inserção escolar, profissional e

econômica das populações migrantes. Nesse sentido, percebe-se a importância do papel dos professores, pois serão eles que estarão diretamente ligados aos alunos e precisam buscar meios para que estes realmente sejam inseridos no ambiente escolar, assim como na sociedade, pois é fato que devido às diferenças culturais, linguísticas, de gênero e, também, devido à etnicidade, ainda persistem índices mais elevados de desigualdades escolares associados a esses públicos, conforme fala Seabra (2012), considerando que, atualmente, essas são as novas desigualdades.

Para a autora, analisando a realidade de alunos descendentes de imigrantes na cidade de Lisboa, em Portugal, alguns fatores influenciam diretamente no sucesso ou insucesso escolar, como já citados, porém a escolaridade da mãe é um dos fatores mais determinantes, ou seja, são as condições sociais desfavorecidas (baixa escolaridade dos progenitores) as maiores responsáveis pelas condições de insucesso escolar de alunos filhos de imigrantes. Reforçando a importância do papel do professor para uma proposta de pedagogia intercultural, Grosso refere:

As diversas competências a desenvolver por este público não são exclusivas da responsabilidade de quem chega, mas também de quem recebe; a nível restrito do contexto formal de aprendizagem há uma negociação bilateral (aprendente/ ensinante) que passa por um processo contínuo de diálogo em que sobressai a avaliação não só das necessidades, das dificuldades de comunicação (e de integração) do aprendente, mas de todo o processo de ensino-aprendizagem. É neste quadro que importa salientar a importância do papel do ensinante formador intercultural, das metodologias diferenciadas, do trabalho em interação e dos ambientes de aprendizagem produtivos, dinâmicas atentas ao indivíduo, às suas competências, à sua liberdade de seguir objectivos de aprendizagem por itinerários diferentes, dinâmicas que respeitam as suas vivências pessoais e profissionais, conducentes a uma real igualdade de oportunidades. (Grosso, 2007, p.6).

Para Araújo (2008), a realidade de Portugal como país de imigração, leva à compreensão que sempre existirá a presença de pessoas de diferentes nacionalidades, gerando uma multiplicidade de culturas, entendendo que a comunicação intercultural é imprescindível para a coexistência entre as pessoas, onde a escola depara-se com o desafio de uma população escolar cada vez mais diversa social e culturalmente. A realidade vivenciada em Portugal, aonde cada vez mais imigrantes chegam ao país, começa a surgir no Brasil e as escolas não ficam à margem deste fenômeno, sendo imperativo que o país compreenda que as múltiplas culturas podem contribuir para o relacionamento entre as pessoas.

Nesse sentido, seguindo a linha de Araújo (2008), que considera o fenômeno da globalização e da mobilidade humana fatores de elevada importância para diversidade dos fluxos migratórios atuais e, sendo a multiplicidade de culturas o que motiva a comunicação

intercultural, entende-se que os aspectos ligados à multiculturalidade e à pluriculturalidade precisam ser discutidos. Para isso, e considerando que o continente europeu destaca-se no cenário mundial pela grande procura dos imigrantes, é fato que a experiência europeia em relação à imigração pode contribuir para que não se cometam os mesmos erros, assim também, como para identificar as políticas públicas voltadas para os imigrantes que vêm logrando êxito.

A temática do multiculturalismo é abordada por Fernandes, J.P.T (2015) trazendo a discussão sobre o que deve ser uma boa sociedade, numa democracia europeia do século XXI. O autor compreende que no âmbito da teoria da democracia, a sociedade tende a ser aberta, plural e deve tolerar a diferença. Outro aspecto discutido pelo autor é até onde pode ir o grau de abertura à pluralidade de uma sociedade e quais os riscos disso. O Estado deve incentivar ou ser neutro em relação à diversidade cultural, quais as políticas públicas existentes para dar suporte a estas questões, são algumas das indagações do autor.

Para Fernandes, J.P.T (2015) estas questões estão associadas ao multiculturalismo e à compreensão de que as sociedades possuem uma ampla diversidade cultural, compreendendo que aceitar a diversidade cultural já se tornou uma necessidade política e ideológica, que tende a fortalecer a falsa ideia de que todos possuem direitos idênticos.

Ao analisar o multiculturalismo, por referência à sociedade francesa, o autor faz uma divisão entre multiculturalismo cosmopolita e multiculturalismo de gueto, percebendo que o ideal europeu de um multiculturalismo cosmopolita em que grupos minoritários e majoritários fundem suas culturas e valores, trazendo assim enriquecimento para ambos, não mais acontece e que a realidade atual aponta para um multiculturalismo de gueto. Fernandes, J.P.T (2015) busca compreender como este multiculturalismo de gueto surgiu, associando a dois pontos que frequentemente são levantados: De um lado a culpa seria da sociedade majoritária e de acolhimento; e por outro lado a culpa seria da população minoritária e de imigrantes.

Nesses dois pontos o imigrante sofre prejuízos, pois na cultura majoritária e que preza pela manutenção de sua cultura tradicional, não existem efetivas políticas públicas de acolhimento do imigrante, assim como já existe uma cultura instalada que considera tal imigrante como atrasado, preguiçoso e que traz dispêndio de gastos para o Estado.

O autor destaca que esta mentalidade contribuiu para o fortalecimento de ideologias e fundamentalismos e constata que existe uma estratificação da sociedade, onde há uma elite que corporiza o multiculturalismo cosmopolita, falado anteriormente, que mantém o

sentimento de ganhar, vencer e se manter. Além disso, também considera o crescimento demográfico da população francesa, ressaltando que os responsáveis pelas boas taxas de fertilidade do país são os pertencentes às culturas minoritárias e que os mais velhos são o grupo cultural majoritário da sociedade.

Dessa forma, uma boa parcela desse grupo majoritário da sociedade, que sempre viveu e se bastou de uma monocultura, agora se sente ameaçada pela diversidade, pela pluralidade, ou seja, pelo multiculturalismo. Associando estas questões ao processo de globalização e também à crise mundial que se instalou nos últimos anos, surgem disputas por postos de trabalho e a justificativa de que os salários são reduzidos devido aos imigrantes. Nesse sentido, percebe-se a importância do papel da escola como espaço de valorização da diversidade e da pluralidade cultural, como instituição promotora do respeito à multiculturalidade e incentivadora de trocas interculturais, contribuindo assim, para o sucesso escolar de todos os alunos, incluindo e integrando os alunos imigrantes, refugiados e descendentes dos mesmos.

Percebe-se que a constatação de Fernandes, J.P.T (2015) em breve acontecerá no Brasil, pois hoje ainda há certa tolerância com os imigrantes e refugiados porque os mesmos não ocupam postos de trabalho formais dos brasileiros, mas devido à crise instalada no país recentemente, começa a acontecer o desemprego e os brasileiros irão buscar formas de trabalho informais, disputando diretamente com os imigrantes e refugiados. Os guetos citados pelo autor também existem no Brasil, seja em relação aos locais e tipos de trabalho destinados aos estrangeiros ou em relação aos locais em que residem, pois geralmente somente conseguem se instalar nas zonas de periferia, além do acesso aos locais de lazer e cultura que também afastam os estrangeiros e estes ficam à margem dos espaços culturais.

Conforme Fernandes, J.P.T (2015) os grupos migratórios possuem dificuldade de adaptação na sociedade majoritária devido a grandes diferenças culturais entre as mesmas e que estes imigrantes acabam unindo-se a outros grupos minoritários, aglomerando-se em guetos, contribuindo assim, para o processo de exclusão, dificultado o crescimento social. O autor constata que nem mesmo a segunda ou terceira geração dos imigrantes da França consideram-se franceses, gerando frustração e alimentando um sentimento de ódio, contribuindo assim, para o fortalecimento de grupos fundamentalistas, gerando uma sociedade explosiva, conforme palavras do autor, trazendo como consequência os acontecimentos recentes ocorridos na França. De acordo com o autor, é possível perceber que a cultura que prevalece na França reforça aspectos tradicionais e de manutenção de uma monocultura.

Ainda em relação ao multiculturalismo e à diversidade cultural das sociedades contemporâneas, Gonçalves (2006) traz a discussão do papel do Educador Social desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas. As colocações do autor são em torno da pluralidade cultural de nossas sociedades e os conflitos que surgem em função disso. Deparando-se com esta realidade surge a necessidade de reflexão sobre o papel do Educador Social neste contexto.

Então qual seria o papel do Educador Social e é justamente isso que o autor citado tenta mostrar, entendendo que é necessária uma atitude de transformação sociopolítica e de uma educação para a cidadania, sendo assim, se faz urgente procurar uma relação salutar com o Outro. O autor entende que somente o diálogo e a compreensão da alteridade e da diversidade é que possibilitarão uma educação intercultural, considerando ser esta não uma utopia e sim uma realidade possível perante os desafios da evolução da diversidade cultural das sociedades.

Sabe-se e acompanha-se diariamente os fenômenos que surgem devido à falta de compreensão e respeito pela diversidade cultural das sociedades, trazendo atitudes de racismo, discriminação, exclusão social, falta de igualdade de oportunidades, bem como diversos fundamentalismos, conforme palavras do autor. Fundamentalismos que surgem por diversos motivos e que não podem mais ser concebidos numa sociedade plural como a nossa. No entanto, sabe-se que existe um pluralismo, mas que este é um pluralismo monoístico/monocultural, onde os diferentes grupos étnico-culturais apenas coexistem, formando uma cultura de gueto em que pessoas ficam recolhidas em seus bairros com pouquíssima interação no espaço público, sem existir trocas e uma autêntica mestiçagem cultural.

Não existe, de acordo com Gonçalves (2006), o encontro com o Outro e muito menos com o Outro na sua diversidade cultural. Tal percepção do autor faz com que se perceba que no Brasil também existe este pluralismo monoístico/monocultural, onde apenas se coexiste no mesmo espaço, porém não existem trocas, mesmo que o Brasil já tenha uma característica de mestiçagem, caminhando na direção contrária do que propõe Araújo (2008), pois os brasileiros apresentam certa dificuldade para estabelecer a comunicação intercultural.

Os últimos acontecimentos que vêm acontecendo na França demonstram uma realidade que Gonçalves (2006) traz à tona, ou seja, a presença do Outro, mais especificamente o estrangeiro, o imigrante, surge associado ao discurso de insegurança, desemprego e perda de valores, considerando a condição migratória como uma ameaça à

convivência e à coesão social, além disso, todas estas questões se agravam em função de descrições étnicas estereotipadas.

Refletindo sobre as origens de tais problemas, percebe-se que a explosão da pluriculturalidade deve gerar a conscientização de que o ocidentalismo, conforme se conhece, não existe mais. Porém, é justamente esta conscientização, ou a falta dela, que vem gerando tantos conflitos. O continente europeu sempre recebeu Outros, mas estes sempre foram vistos como minoria, não chegando a trazer ameaças à identidade da sociedade europeia. Gonçalves (2006) mostra que o encontro com o Outro trouxe a necessidade de reformulação da noção de identidade pessoal e coletiva, forçando a passagem da etnicidade para a cidadania.

Essa noção de cidadania surge para acabar com as tensões devido às novas relações sociais. Tensões que surgem devido a um pensamento ocidental de unicidade, totalidade e monólogo que colide com o pensamento contemporâneo que exige outra proposta de racionalidade, baseada na diversidade. Pode-se, dessa forma, compreender que as problemáticas sociais atuais centram-se no binômio identidade/diversidade. Para exemplificar esta realidade o autor coloca uma pergunta: *“para permanecermos 'nós', o que fazer com 'eles'?”* (Gonçalves, 2006, p.112). É este pensamento que vem prevalecendo, onde tudo é pensado a partir do uno e para o uno, numa visão tendencialmente monolítica.

Conforme Gonçalves (2006), a lógica filosófica que sustentou o ocidentalismo até hoje se baseia numa racionalidade fechada, voltada para a unicidade, totalitária e que exclui a diversidade do Outro. Mas, mesmo com toda repulsa existente, o Outro prevaleceu e agora representa a crise da civilização monolítica ocidental. Esta crise e o receio de ver as estruturas existentes sendo abaladas fazem com que se reforce a discriminação e o preconceito com o diferente, gerando, por consequência, nesse diferente, o sentimento de raiva que leva a extremismos.

Devido a essas colocações surge o papel do Educador Social nesse contexto, com a incumbência de agir, trabalhar e construir uma educação e uma intervenção social que seja aberta à alteridade, por meio de uma pedagogia intercultural e de uma mediação sociocultural. E, é justamente o elemento cultural o desafio que surge ao Educador Social, neste momento em que as diferenças sociais trazem conflitos. Será papel do mesmo propor uma reflexão crítica sobre as tensões e conflitos sociais que surgem devido à pluralidade cultural. O Educador Social, conforme Gonçalves (2006), precisa adquirir a capacidade de distanciamento, por meio da faculdade da descentração, ou seja, viver com um pé numa

cultura e outro noutra, para conseguir olhar a cultura do outro e fomentar essa atitude nas demais pessoas.

Ainda, segundo o autor, é preciso que o Educador Social adquira a capacidade de empatia, saber se colocar no lugar do outro e nos espaços de socialização proponha uma intervenção que desconstrua e logo após reconstrua concepções, pensamentos e ideologias, mas que esta reconstrução, mediada pelo Educador Social, promova soluções e valores consensuais, desenvolvendo a capacidade empática dos sujeitos por meio da conscientização, contribuindo para que pensamentos e atitudes que reforçam a monocultura, o desrespeito, o racismo, a discriminação, a desigualdade e fundamentalismos, sejam desconstruídos. Nata (2011) trata da questão da multiculturalidade quando fala:

Num mundo em progressiva globalização, os encontros e desencontros entre diferentes culturas são cada vez mais frequentes, trazendo consigo novos e difíceis desafios para as democracias e para o conjunto dos seus cidadãos. Partindo da convicção que as relações entre diferentes grupos culturais são construídas de forma diádica e dialéctica, pelos respectivos actores, e que só através do acesso à pluralidade das perspectivas em jogo, podemos alcançar uma compreensão profunda das problemáticas existentes. (Nata, 2011, p. 14).

Somos seres com uma identidade plural, uma identidade que não pode ser universalizada e sim relativizada, sem imposições, pois, conforme Nata (2011):

- Com que justificação se permite uma cultura impor a outra seus valores? As suas hierarquias morais, a sua forma de olhar e estar no mundo? Poder-se-á defender que existem valores mais universais que outros, uma moralidade mais moral que as outras, ou este exercício redundará sempre numa imposição de quadros de valores e de conhecimento formulados necessariamente num contexto que, por ser particular, os torna relativos? (Nata, 2011, p. 17).

A importância dada por Gonçalves (2006) à pedagogia intercultural e a compreensão da necessidade de valorização da multiculturalidade, abordada por Nata (2011), aproximam-se da percepção de Costa (2002), que entende a identidade cultural como aquela que surge nos processos relacionais da vida social de um indivíduo e se manifesta na ação coletiva, é multifacetada, pois, sendo socialmente construídas, as identidades apresentam-se múltiplas, mutáveis e contextuais. Desenvolve-se múltiplas identidades culturais quando se passa por processos de construção e desconstrução, ao se tentar acompanhar a dinâmica social e isso inevitavelmente faz com que as pessoas sejam seres em constante mutação, uma vez que se assume o papel de sujeito sociológico, que se forma nas relações com outras pessoas que mediam seus valores, sentidos e símbolos expressos em uma cultura. Percebe-se neste ponto que a escola pode ser um local propício para que se estabeleçam relações interculturais

e múltiplas identidades culturais, conforme fala Araújo (2008) e, contribuindo assim, para o sucesso escolar de todos os envolvidos, segundo Seabra (2012).

De acordo com Costa (2002), atualmente se está diante de poderosos e abrangentes processos de globalização, os quais, paradoxalmente, seriam responsáveis por uma proliferação de identidades culturais segmentadas e diferenciadas e não tanto para a homogeneização cultural, concordando dessa forma, com a perspectiva de Araújo (2008). Neste contexto, o mundo exterior é que estaria mudando, fragmentando o indivíduo, obrigando-o a assumir várias identidades com a agravante de que o ambiente em que se vive agora é considerado provisório e variável.

A partir dessas colocações sobre multiculturalismo e interculturalidade, é preciso afirmar a interculturalidade como um modelo de gestão da diversidade, ele deve ser anunciado, promovido e praticado por toda a sociedade, seja ela de qual for o gênero, raça ou cultura, independentemente de seu pluralismo cultural. E, para que se possa gerir a diversidade cultural de uma determinada sociedade, é preciso romper com os modelos anteriores, que promoviam a discriminação e a segregação, para isso, cabe aos Educadores Sociais estabelecerem práticas inclusivas para que se consolide uma gestão de qualidade das identidades, principalmente agora quando os fluxos migratórios estão em crescente expansão.

Ainda sobre multiculturalidade e interculturalidade, Romero (2010) fala que existem diferenças entre a escola multicultural e a escola intercultural, sendo que essas residem, principalmente, no fato de que a escola multicultural foca no respeito e valorização positiva das culturas que se fazem presentes na sala de aula e na diversidade do meio ambiente, sendo percebido pelo autor como de elevado mérito, no entanto, a escola intercultural, além disso, enfatiza a aprendizagem cooperativa da convivência, como também a superação do culturalismo e da exacerbação das diferenças envolvidas.

De acordo com o autor, a importância da abordagem intercultural consiste em dispor de uma ferramenta para trabalhar pela unidade escolar na diversidade, unir a pedagogia da liberdade com a pedagogia da igualdade, além de desenvolver a prática educativa e pessoal do educador. Assim, este será capaz de trabalhar a tolerância, superar o etnocentrismo, escutar com atenção o Outro, aproveitando a diversidade de sua sala de aula, da escola e do mundo.

Romero (2010) refere que nenhum nível da vida social escapa aos processos de diversificação sociocultural, sendo um grande desafio saber gerir tal diversidade. Para o autor faz-se importante potencializar a abordagem intercultural, pois será ela que possibilitará o verdadeiro desenvolvimento democrático e participativo da sociedade, promovendo o

respeito, a tolerância, sem os quais não será possível regular os conflitos sociais como racismo e xenofobia. Para isso, ressalta a importância de ações de informação, capacitação de líderes, dinamização de encontros e campanhas de sensibilização, que resultem na educação e civilidade dos indivíduos.

Para esse autor a mediação sociocultural consiste em uma educação para a cidadania no contexto da imigração, que deve buscar sensibilizar a população para o fato de que as diferenças culturais e religiosas são utilizadas erroneamente como dardo ou arma, que geram contextos e situações de exclusão de pessoas de origem estrangeiras. Assim, o autor compreende que se deve buscar a conscientização de que as políticas de igualdade, seja de direitos, deveres ou de oportunidades, são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma sociedade pluralista e intercultural.

Oliveira & Freire (2009) relatam que a mediação cultural tem ganhado lugar de destaque na sociedade, tendo em vista os aspectos ligados à globalização e a complexidade das sociedades contemporâneas, que exigem novas formas de convivência e de organização social, que sejam capazes de promover e facilitar a construção de uma maior justiça e compreensão entre os homens. Cada cultura vê-se confrontada com outras formas de viver, que são expressões de outras tantas culturas que reclamam o seu espaço. Nesse sentido, as autoras refere Touriñán & Escámez:

O uniforme e homogêneo deu lugar ao complexo, plural e mestiço e esta transformação supõe e exige afrontar pedagogicamente a diversidade e as identidades culturais. Quer dizer, educar para a cidadania numa sociedade mestiça e complexa que se constrói com os contributos plurais de uma sociedade também plural e diversa. (Touriñán & Escámez, 2007 citado por Oliveira & Freire, 2009, p. 494)

Para reforçar o conceito de mediação intercultural, Oliveira & Freire (2009) citam Romero (1997).

Entendemos a Mediação Intercultural ou mediação social em contextos pluriétnicos ou multiculturais, como uma modalidade de intervenção de uma terceira parte, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do Outro e para a aproximação das partes, a comunicação e a compreensão mútuas, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação de conflitos e a adequação institucional, entre actores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados” (Romero 1997, citado por Oliveira & Freire (2009), p. 142).

Segundo Oliveira & Freire (2009), a mediação é um recurso organizado que busca contribuir para uma melhor comunicação, relação e integração intercultural entre pessoas ou grupos de um determinado território e de uma determinada cultura, pretendendo assim,

facilitar a comunicação, fomentar a coesão social e promover a autonomia e inserção social, por meio de uma dimensão coletiva.

Qualquer que seja o conceito de mediação utilizado, de acordo com Oliveira & Freire (2009), deve orientar-se para uma ação transformadora dos indivíduos e das relações entre eles, que se sustenta em valores positivos, como a solidariedade, a participação, o compromisso, a cooperação, o respeito, a criatividade, a perseverança, a paciência, a confidencialidade e o diálogo. Para as autoras, a metodologia da mediação deve se fundamentar no reconhecimento de que as partes são quem mais sabe acerca das causas dos seus problemas e conflitos, assim como, das possíveis resoluções. Neste sentido, é totalmente participativa e o papel do mediador consiste em apenas ‘assistir’ as partes no processo de construção de novas soluções.

As autoras citam Romero (2001) para reforçar os princípios gerais da mediação aplicados a contextos multiculturais, sintetizando as reflexões do autor referido, Oliveira & Freire (2009) trazem a Voluntariedade, no sentido de procurar fazer com que a parte mais frágil se expresse no processo de mediação; a Ajuda às partes, assegurando que o que é feito constitui uma ajuda em busca de soluções; a Não Obrigatoriedade, esclarecendo que os mediadores têm funções diferentes de outros profissionais; a Confiança, pois é muito importante se conseguir confiança num ambiente tomado por preconceitos, estereótipos e juízos de valor; a Neutralidade, Imparcialidade e Equidistância, tratando das questões de assimetria relacional e dos componentes emotivos e sócio afetivos; o Co-protoganismo das partes, onde deve existir um esforço suplementar do mediador para reconhecer e fortalecer ambas as partes; e a Percepção de que Todos Ganham, porque todas as partes devem sentir que ganharam e perderam com o processo de mediação.

Assim, Oliveira & Freire (2009) destacam que, devido à mediação ser percebida como um método de resolução de conflitos, alguns princípios devem ser obedecidos para o alcance do sucesso das ações, como a imparcialidade ou neutralidade, pois o mediador não deve defender nenhuma das partes e nem interferir no sentido de impor soluções; a confidencialidade também é fundamental, pois é preciso assegurar às partes envolvidas sigilo, de modo a conferir confiança para que se possa de forma aberta expor os problemas; a voluntariedade, pois é preciso que ambas as partes participem de livre vontade no processo de mediação/resolução/gestão do conflito e das diversidades.

## 2.2 Políticas Públicas de Integração e Inclusão Social

Antes da identificação das necessidades relacionadas ao público migrante e refugiado e quais seriam as políticas públicas necessárias para integrar e incluir os mesmos na sociedade, é importante conceituar brevemente conceitos, como *necessidade, integração e inclusão*.

Conforme Almeida & Guerra (2010), analisar as necessidades deve ser o primeiro passo para qualquer processo de intervenção ou de elaboração de políticas sociais, sendo que as necessidades podem envolver diversos fatores, compreendendo-se, dessa forma, que o termo necessidade é polissêmico, ou seja, pode envolver causas múltiplas que fazem parte da dinâmica social. As autoras destacam que tal termo, comumente utilizado nos discursos públicos e políticos, é um conceito impreciso e com pouco consenso, o que reforça o fato de ser reconhecida sua complexidade e incentivada a sua reflexão.

Para essas autoras, existe um jogo de encontros e discrepâncias entre as capacidades dos indivíduos e as oportunidades que são geradas pela sociedade. Assim, Almeida & Guerra (2010) dizem que a constituição de uma necessidade orienta-se por elementos como dignidade, felicidade e qualidade da vida humana, assim como para a emergência de novos riscos e problemas sociais. Compreendem que se deve ter uma noção alargada de necessidade, como um conjunto diversificado de carências, danos físicos, psíquicos ou sociais que não conseguem resposta satisfatória que permita a plena inserção social dos indivíduos, trazendo prejuízos para a otimização de oportunidades, tanto para vida pessoal quanto coletiva.

Percebe-se que ao serem detectadas as necessidades de um público, pode-se estabelecer o desenho de um modelo de análise e de um plano de investigação que possa ser capaz de dar respostas à complexidade dos motivos que geram as necessidades, buscando assim, possíveis formas de intervenção.

Para Pires (2012), em português, integrar significa tornar inteiro, já em sociologia, é usado de forma semelhante para indicar um conjunto de processos que constituem uma sociedade, a partir da união de vários fatores, que podem ser pessoas, organizações ou instituições e, ainda ressalta que, esse conjunto de fatores nunca está concluído e que a qualquer momento tais fatores podem vir a se separar, trazendo caos e conflitos na sociedade, por esse motivo, o autor destaca que a integração é associada a problemas. Isso devido a fatores como a individualização, que torna os indivíduos autônomos, e a diferenciação, que é a elevada especialização das atividades, organizações e instituições que compõem as

sociedades modernas. Para o autor, o fenômeno da modernidade traz com ele sociedades constituídas por uma diversidade de partes e de indivíduos mais autônomos.

Dessa forma, Pires (2012) considera que fazer a combinação das várias partes da sociedade, também significa fazer a organização das relações sociais que concretizam esse combinado. E é nesse sentido que se encontra o problema, pois significa que os padrões e modelos de uma determinada sociedade podem vir a mudar ao se considerar as necessidades e especificidades das diversas partes que agora constituem o todo.

Outro aspecto que o autor busca ressaltar é a diferença entre integração social e integração sistêmica, pois segundo o mesmo, de forma geral, a integração social é aquela que acontece entre os indivíduos, grupos de indivíduos, atos individuais e coletivos. Já a integração sistêmica é aquela que estabelece as relações entre papéis, instituições, lugares e hierarquias.

Percebe-se que as necessidades envolvendo imigrantes e refugiados, que compõem parte das sociedades, muitas vezes são as responsáveis por mudanças nos padrões e modelos de sociedades que se têm hoje, pois estes precisam ter suas especificidades atendidas, buscando assim, a efetivação da combinação das partes e a integração social das mesmas, porém, para isso, faz-se necessária uma integração sistêmica das instituições.

Na mesma linha de pensamento de Pires (2012), ainda a respeito da integração, Machado & Abranches (2012) falam que para se perceber a efetividade dos processos de integração ou exclusão na sociedade de acolhimento, do público imigrante, podem ser usados os termos que se referem a contrastes ou a continuidades, tomando como base a sociedade de acolhimento, onde o grau de integração, segundo o autor, é inversamente proporcional ao grau de contrastes.

Para o mesmo, um dos fatores chave para identificar se acontecem contrastes ou continuidades, é a situação socioprofissional do imigrante, pois se este permanece nos setores mais precários do mercado de trabalho, representa contraste e vulnerabilidade, constatando-se assim, a exclusão social. Já os casos de mobilidade e ascendência, que demonstram que o imigrante está evoluindo numa proposta vertical e idêntica à da população de acolhimento, representa continuidade, constatando-se assim, a integração social.

Referindo-se ao termo integração, Cabete (2010) fala que uma das maiores preocupações dos países que recebem imigrantes atualmente é encontrar as melhores formas de integrar este público, considerando que a lógica economicista está evoluindo para uma

abordagem que percebe o imigrante como agente de mudança, sendo, dessa forma, o termo ‘integração’ um vocábulo obrigatório quando se trata de migrações.

Já Freire (2008) fala sobre o termo inclusão, que além de ser uma visão educacional, também é social e política, pois visa defender o direito de todos os indivíduos, para que desenvolvam uma participação consciente e responsável na sociedade da qual fazem parte. Para a autora, além do direito de participação na sociedade, inclusão significa que os indivíduos sejam aceitos e respeitados em suas diferenças em relação aos outros.

De acordo com Freire (2008), inclusão em educação significa proteger o direito dos alunos de desenvolverem e colocarem em prática suas potencialidades, além de apropriarem-se de competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, sendo para isso importante o acesso a uma educação de qualidade.

A partir da breve abordagem aos conceitos de necessidade, integração e da inclusão, associados às informações contidas no *Relatório Geral do Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira -2013*, pode-se relacionar as principais dificuldades e necessidades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil. Estas estão associadas à:

- Saúde: Apesar de ser um direito garantido a todos pela constituição, independente de sua nacionalidade, não há médicos ou atendentes capacitados para atendimento aos imigrantes, principalmente no que diz respeito a não fluência do idioma pelos profissionais da área da saúde (e, acrescenta-se, da falta de competências linguísticas dos imigrantes na língua do país de acolhimento);
- Integração, Trabalho, Moradia e Documentação: Os imigrantes não conseguem usufruir dos serviços básicos, como acesso às creches e escolas; falta de acesso a programas sociais; dependendo de como o imigrante adentra o país, ele não tem como comprovar a sua qualificação para o mercado de trabalho, o que dificulta sua empregabilidade no mercado formal; os serviços prestados pelos órgãos públicos aos imigrantes são precários, devido à falta de capacitação dos atendentes e da improvisação do atendimento;
- Educação: O Brasil ainda não conta com uma política pública para o ensino de estrangeiros – programas de adaptação, atendendo aos problemas com o domínio da língua portuguesa enquanto língua de escolarização e de futura inserção no mercado de trabalho, desenvolvendo aulas extras de línguas ou currículos bilíngues, por exemplo, como ocorre em outros países.

Conforme informações contidas no Relatório Geral do Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira (2013), além dessas dificuldades, outras estão relacionadas à inserção do imigrante no mercado de trabalho. O que se percebe é que mesmo que tecnicamente um imigrante possua uma formação específica, socialmente ele ainda será considerado um trabalhador sem qualificação, principalmente quando fazem parte de minorias étnicas que tradicionalmente sofrem com uma visão estereotipada e preconceituosa da sociedade em relação a eles, como é o caso dos africanos e haitianos, atualmente no Brasil.

Sem desconsiderar os desafios postos à Europa e que podem se repetir em várias partes do mundo, inclusive aqui, o Brasil também apresenta suas particularidades sociais, culturais e econômicas inerentes à integração do imigrante e das minorias étnicas. No entanto, percebe-se que as políticas desenvolvidas por alguns países da Europa, como por exemplo, Portugal são mais avançadas, gerando assim, a necessidade de se evoluir nos estudos e pesquisas voltadas para a elaboração de políticas públicas e educativas para a inserção dos imigrantes e refugiados, onde se encaixa, urgentemente, a atuação do Educador Social.

Nesse sentido, é importante compreender brevemente algumas das políticas sociais portuguesas destinadas aos estrangeiros. A nova geração de políticas sociais destinadas aos estrangeiros, em Portugal, é abordada através do *II Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013*, instrumento de orientação global das políticas públicas para a integração dos imigrantes, que serve de base para conhecer as respostas legislativas que vão ao encontro das necessidades do imigrante em Portugal.

Nesse Plano, o Governo assume o compromisso de promover a integração dos imigrantes, que é um dos pilares mais relevantes das políticas migratórias para a coesão social do País, principalmente nas áreas de cultura e da língua, do emprego e da formação profissional, educação, habitação, promoção da diversidade e interculturalidade e idosos imigrantes.

As estratégias de abordagem dessa temática são realizadas de forma integrada e intersetorial com 13 Ministérios nas áreas como saúde, educação, gestão da informação, assistência, comunicação, cultura e justiça, além de envolver todas as esferas do Governo, quer ao nível do poder central, quer ao nível do poder local (municipal) e procurando promover, também, o envolvimento da sociedade civil, como as organizações sociais, associações e empresas.

Mais recentemente, tem-se o *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*, que busca adaptar a política de imigração em Portugal às novas demandas do público

imigrante, compreendendo que a política não pode ser apenas para atender a perspectiva laboral, mas sim uma proposta mais ampla, de âmbito econômico e social. Para isso, faz-se necessário consolidar o trabalho de acolhimento e integração já desenvolvido e, ampliar esforços para a integração das segundas e terceiras gerações de imigrantes, mais especificamente nos aspectos de inclusão profissional e cidadania.

Também é objetivo deste novo plano, reforçar a percepção que as migrações devem ser vistas como uma estratégia para o crescimento econômico de Portugal, valorizando a mobilidade humana e compreendendo que as populações migrantes são um ponto positivo nas contas públicas. Nesse sentido, é preciso buscar investimentos na área da educação e desenvolvimento, nas infraestruturas públicas e nas políticas de promoção do emprego, pois será o investimento em políticas migratórias que irá contribuir para a inovação, para o progresso tecnológico e para a evolução do capital cultural e humano, internalizando uma visão articulada, integrada e em conjunto.

No Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), o entendimento que os fluxos migratórios são positivos para o país fica bem claro e, dessa forma, o objetivo é buscar estratégias que atendam e superem alguns desafios, como o combate transversal ao déficit demográfico e o equilíbrio do saldo migratório; a consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes em Portugal; a inclusão dos novos portugueses, em razão da aquisição de nacionalidade ou da descendência de imigrantes; a resposta à mobilidade internacional, por meio da captação de migrantes e do incentivo às migrações como forma de contribuir para o crescimento econômico do país e o acompanhamento da nova emigração portuguesa, incentivando o retorno e reintegração de cidadãos nacionais emigrados.

Estes cinco desafios têm o objetivo de dar um novo impulso às políticas migratórias já existentes, ajustando o que vem sendo realizado, propondo novas medidas e fazendo a gestão das políticas de forma eficaz, contribuindo assim, para o enriquecimento do país. Após os I e II Planos para a Integração dos Imigrantes aprovados, respectivamente pela Resolução do Conselho de Ministros, nos anos de 2007 e 2010, o atendimento dos cinco desafios apresentados, exigem o desenvolvimento de um novo Plano Estratégico para as migrações e, este seguirá cinco eixos prioritários:

- Eixo I – Políticas de integração de imigrantes;
- Eixo II – Políticas de promoção da inclusão dos novos portugueses;
- Eixo III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios;

- Eixo IV - Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios e
- Eixo V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

Ainda em relação à realidade de Portugal e às políticas sociais portuguesas relacionadas a estrangeiros, Pequeto (2009) observa algumas das boas práticas assumidas por Portugal nessas áreas, tais como a reunificação familiar, assim como o apoio na conciliação da vida privada, familiar e profissional das famílias imigrantes; o acesso à nacionalidade, principalmente com a diminuição do tempo de tramitação interna dos processos para obter a nacionalidade; o acesso ao mercado de trabalho por meio do estabelecimento anual de um contingente global de necessidades de mão-de-obra estrangeira e programas de incentivo à criação do próprio emprego, como o *Programa do Empreendedorismo Imigrante (PEI)*.

De acordo com o autor, em Portugal, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), nova designação atribuída em 2014 ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), é o órgão responsável por toda a atividade governamental dedicada à inclusão, anti-discriminação e diálogo intercultural. O ACM é responsável por implementar as políticas de integração que incluem cuidados de saúde, a habitação, o combate à pobreza, a aprendizagem da Língua Portuguesa, o apoio à educação dos descendentes, a formação profissional dos imigrantes e o reconhecimento de diplomas estrangeiros.

Percebe-se que muitas das políticas já desenvolvidas em Portugal, junto aos imigrantes, buscando a integração dos mesmos na sociedade de acolhimento, são as principais dificuldades e necessidades apontadas no *Relatório Geral do Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira (2013)*, tornando-se urgente uma integração sistêmica, conforme fala Pires (2012), entre as instituições brasileiras, para a formulação de políticas públicas de integração e inclusão social de imigrantes e refugiados.

Dentre todas as dificuldades e necessidades apresentadas, deixa-se aqui um olhar de destaque para a aprendizagem da Língua Portuguesa e o que já vem sendo realizado em Portugal, nesse sentido. Silva (2013) fala da questão linguística apontada nos Planos de Integração de Imigrantes de Portugal, e de acordo com a autora a compreensão da importância do domínio da língua da sociedade de acolhimento é um fator que tem sido contemplado nas Políticas de Integração de Imigrantes em Portugal, sendo tal iniciativa do país reconhecida como de elevada relevância na percepção dos próprios imigrantes.

### **2.2.1 A importância do domínio do idioma do país de acolhimento – Acesso à Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento e Política de Inclusão Social.**

A importância de refletir sobre formas de acolher o imigrante faz com que se compreenda a necessidade de uma análise mais ampliada sobre o papel da língua como fator de inclusão social. Nesse sentido Rajput (2012) traz sua compreensão sobre o papel da Língua Portuguesa como língua de acolhimento em Portugal, considerando que esta desempenha um papel significativo na vida dos imigrantes, fazendo uma análise de como acontece o processo de aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento.

Assim como já foi defendido por Araújo (2008) e Costa (2002), que hoje se está vivendo em um contexto em que as diferenças culturais e étnicas estão mais evidentes, devido ao elevado grau de mobilidade dos indivíduos entre os países, por meio dos fluxos migratórios que estão diretamente ligados às influências da globalização, Rajput (2012) também compreende que o mundo atual está em constante mudança, sendo que esse entendimento dá-se em função de as pessoas estarem migrando, seja de um estado para outro ou entre os países. A autora entende que, devido a esta mobilidade, a sociedade passa por alterações, sendo que Portugal vivencia esta realidade, pois recebe imigrantes de todo mundo, assim como, também acontece no Brasil.

A partir desta compreensão inicial, Rajput (2012) faz uma análise da diversidade de público imigrante que chega a Portugal, pois chegam imigrantes, como os oriundos das antigas colônias portuguesas, que já têm mais domínio do português e estão mais próximos da cultura portuguesa, porém há também aqueles que vêm de países do leste da Europa ou de países asiáticos, que não apresentam ligação com a língua e com a cultura portuguesas. Esses últimos imigrantes são aqueles que encontram maior dificuldade de adaptação, sendo que o governo português já vem tomando providências para que tais indivíduos possam sentir-se mais incluídos à sociedade de acolhimento, valorizando a importância do domínio da língua, por meio das entidades governamentais, para a efetiva integração dos imigrantes.

Para Rajput (2012) o fenômeno migratório sempre existiu, sendo tão antigo como o ser humano e, também, sendo ele um dos responsáveis pela história do mundo contemporâneo. Esta compreensão da autora condiz com a realidade brasileira, pois se sabe que os primeiros imigrantes chegados ao país foram os grandes responsáveis pela história do país, assim como, pelas influências na cultura.

A autora também percebe a globalização como propulsora do fenômeno migratório, fazendo com que as pessoas movimentem-se entre os países, em busca,

principalmente de melhores condições de vida. No entanto, mesmo que tal fenômeno esteja chegando a níveis incontrolláveis, Rajput (2012) ressalta que Portugal é o segundo país da Europa, perdendo apenas da Suécia, que melhor integra os imigrantes e reconhece a importância e o contributo dos mesmos para a economia do país, o que reforça a fala de Pequito (2009) e que é corroborado por Silva (2013).

Segundo Rajput (2012), aprender uma língua estrangeira pode ter várias razões e, depender de muitos fatores, sendo um deles a motivação, considerado pela mesma, não apenas como importante, mas sim determinante na aprendizagem de uma língua estrangeira ou segunda língua, pois será a motivação o elemento que irá contribuir e acelerar o processo de aquisição de outra língua.

A autora refere que, de acordo com a definição tradicional, adquirir uma Língua Segunda (L2) acontece num espaço em que a maioria das pessoas fala a língua alvo, por outro lado, a Língua Estrangeira (LE) acontece quando a língua alvo não é falada pelos demais da comunidade, sendo que, geralmente, a LE é ensinada dentro de sala de aula. Rajput (2012) cita Ellis (1994) para reforçar este entendimento, pois essa autora fala que o termo L2 é utilizado para referir qualquer língua, além da primeira língua, sendo que esta irá cumprir um papel institucional e social, tornando-se um instrumento de comunicação. Já a aprendizagem de uma língua onde esta não irá desempenhar um papel importante e que, geralmente, somente é aprendida em escolas, faz com que seja considerada uma LE.

Silva (2012) aponta duas grandes dimensões na aprendizagem de uma segunda língua (seja encarada como L2 ou LE). Por um lado, uma dimensão relacional-afetiva, que se prende com processos de construção de identidades e que encontra maior ancoragem em aspetos culturais (conhecimento da literatura e diversas formas de expressão artística, vulgarmente identificados como “interesses culturais” que motivam a aprendizagem da língua); por outro lado, uma dimensão instrumental, que considera as vantagens que podem advir do conhecimento e domínio de outra língua para além da nativa do indivíduo e que se relacionam claramente com aspectos de carácter utilitário, como sejam o acesso a atividades profissionais específicas, a progressão na carreira ou o alargamento do campo de possibilidades profissionais em países da língua-alvo, enquadrando-se no domínio de projetos pessoais de mobilidade social ascendente.

Segundo Rajput (2012), a língua portuguesa é ensinada em vários países, porém com estatutos diferenciados, pois em Portugal e no Brasil é ensinada como língua materna; em países como Angola, Moçambique e Cabo Verde é ensinada como língua segunda; já em

países como a Índia e China e, ainda, em outros países estrangeiros, é ensinada como língua estrangeira. A autora considera que a língua portuguesa expandiu-se, devido a fatores como a globalização, os fluxos migratórios e, também, razões econômicas e comerciais.

Um importante estudo realizado em Portugal sobre o valor econômico da língua portuguesa estabelece uma relação importante entre a língua e fluxos migratórios, afirmando-se que “*a partilha de uma língua comum funciona como facilitador e redutor de custos de transação, quer da população migrante quer dos hospedeiros que a acolhem, empregam e integram*” (Reto 2012, citados por Silva, 2013, p. 17).

Silva (2013) aponta que no referido estudo é indicado que a correspondência ou a proximidade linguística entre o país de acolhimento e do imigrante é fator de peso na escolha do país para a migração, sendo, no caso de Portugal, muito expressivo o número de imigrantes originários de países de expressão portuguesa. Contudo, a mesma autora chama a atenção para os diferentes níveis de proficiência da língua entre aqueles que chegaram a Portugal vindos de países em que o português é língua oficial e, também, para o enorme contingente de imigrantes de países de línguas diferentes, considerando que:

Quer do ponto de vista da promoção do respeito pela diversidade nas suas inúmeras manifestações e, também, no que pode significar como fator de enriquecimento mútuo a oportunidade de realização de intercâmbios linguísticos, quer de um ponto de vista utilitário e pragmático, o conhecimento das línguas ou, dito de outro modo, a efetiva capacidade de comunicar, entender e ser entendido, é da maior relevância no que respeita a processos de integração (Silva, 2013, p.18).

Rajput (2012) ao fazer referência a Grosso (2007) refere que o maior problema das pessoas que compõem os fluxos migratórios mais recentes de Portugal, a partir de 2000, (países da Europa de Leste; da Rússia e dos países asiáticos; como China, Índia, Paquistão, Nepal e Bangladesh) foi não terem domínio do português, sendo chamado de barreira linguística. E foram justamente os fluxos imigratórios para Portugal que fizeram com que o país preocupasse-se em ensinar a língua portuguesa com o intuito de contribuir na integração dos imigrantes no país de acolhimento, conforme Rajput (2012).

Esta preocupação com o ensino-aprendizagem do português considerando os segmentos populacionais de imigrantes no país tem sido contemplada nas políticas de integração de imigrantes desenvolvidas em Portugal e é, também, questão apontada como relevante pelos próprios imigrantes. Silva (2013) refere que um estudo da Comissão Europeia *Migrant Integration* (2011) identifica um conjunto de fatores facilitadores da integração sendo os quatro mais referidos pelo público em geral “falar a língua”, “ter emprego”, “respeitar a

cultura local” e “ser legalizado”; para os imigrantes, os fatores facilitadores mais indicados foram, igualmente, o domínio da língua em primeiro lugar, seguindo-se o estatuto legal, ter emprego e o respeito pela cultura local.

Ambos os grupos, alvo do referido estudo, apontam a língua como elemento fundamental para um processo de integração bem conseguido, sendo que para os nacionais a aprendizagem da língua pelo imigrante indicia disposição para se integrar no país de acolhimento (Silva, 2013). Para além desta questão, é também destacada a importância do domínio da língua na obtenção de um emprego e para a compreensão da sociedade local (*Migrant Integration*, 2011, referido por Silva, 2013). Silva (2013) refere, ainda a este propósito, que foram criados dois programas específicos em Portugal considerando esta realidade: o Programa Português para Todos (PPT) e o Programa Português Língua não Materna (PLNM).

Percebe-se que no Brasil, os fluxos migratórios atuais também são formados por pessoas que não possuem domínio da Língua Portuguesa, dificultando assim a comunicação e as relações sociais, tornando-se urgente a elaboração de políticas públicas de inserção social por meio do acesso à Língua Portuguesa.

Para Grosso (2007) os diferentes fluxos migratórios trazem com eles novos hábitos e, também, novos códigos inter e intraculturais. Reforçando a ideia da autora, Rajput (2012) diz que, desde 1970, Portugal sofreu mudanças, pois sempre foi uma sociedade tradicionalmente homogênea, em se tratando de etnias e culturas, porém com a chegada dos imigrantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do continente asiático e da Europa Leste, surge uma pluralidade cultural no país.

Conforme Rajput (2012), devido a tais mudanças o governo e o sistema educativo de Portugal deparou-se com novos desafios, pois a língua é vista como um dos instrumentos de integração e de acesso para os demais saberes, transformando o aprendizado da mesma como um dos primeiros passos para a inclusão social e cultural dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Endossando este pensamento, Goveia & Solla (2004, citado por Rajput, 2012) dizem: “*As competências linguísticas são essenciais no plano profissional, no plano escolar, na possibilidade de criação de redes de conhecimento, mas também como instrumento cultural e social.*” (p.34). Nesse mesmo sentido, Cabete (2010) refere Grosso (2007):

O domínio da língua enquanto um dos factores basilares na integração do imigrante é uma constatação que tem originado que esta temática esteja sempre na ordem do dia nas discussões relacionadas com a imigração. Isto deve-se antes de mais ao facto da barreira

linguística poder condicionar severamente o acesso a qualquer outro aspecto referente à sua própria sobrevivência e por conseguinte “surge como indispensável relacionar o processo da integração do sujeito com o desenvolvimento das suas competências em língua-alvo”. (Grosso, 2007 citado por Cabete, 2010, p. 47)

Conforme Rajput (2012) os imigrantes transformaram a Europa em uma sociedade multicultural, assim como, multilíngue e, é fato que, por meio da onda migratória, na próxima década as pessoas que chegarem à Europa, terão que aprender as línguas da Europa como línguas de acolhimento, necessárias à inserção social dos estrangeiros. Sendo assim, Rajput (2012) afirma que a aprendizagem da língua de acolhimento é uma necessidade para os imigrantes.

Percebe-se que a compreensão da autora é fator preponderante para a efetiva integração dos imigrantes e refugiados na sociedade de acolhimento, sendo esta uma preocupação que deve fazer parte da agenda de discussões do governo brasileiro, no sentido de propor e elaborar políticas públicas de inserção social pensadas para o público imigrante, principalmente políticas públicas educativas que promovam o acesso à língua portuguesa como língua de acolhimento.

Referindo-se a Grosso, Tavares & Tavares (2008), Rajput (2012) apresenta que a aprendizagem da língua do país de acolhimento contribui para inserção social e profissional dos imigrantes, gerando mais igualdade de oportunidades, facilitando o exercício da cidadania e potencializando qualificações enriquecedoras, tanto para quem chega quanto para quem acolhe.

O processo de ensino/aprendizagem da língua do país de acolhimento se, por um lado, implica necessariamente uma visão do mundo que lhe está subjacente, por outro, não poderá esquecer que o público-alvo é igualmente portador de um capital linguístico cultural que não deverá ser ignorado, mas, antes, preservado, valorizado e utilizado no espaço de aprendizagem formal. (Grosso, Tavares & Tavares, 2008, p.08).

Para reforçar a ideia da citação acima, Rajput (2012) ainda ressalta que, caso este entendimento não aconteça, pelo contrário, o não conhecimento da língua poderá trazer dificuldades à vida dos imigrantes, pois ficarão isolados da sociedade e da cultura, alheios às atualidades do país e de questões que envolvem o sistema social, político e cultural do país.

Outra questão levantada pela autora é que, a aprendizagem da língua de acolhimento, além de ser uma exigência social, em um país como Portugal, este aprendizado desempenha outros papéis importantíssimos, como o acesso à nacionalidade, por meio da legalização e integração plena destes cidadãos na sociedade portuguesa. Nesse sentido, Grosso (2007) considera que:

*“No contexto de acolhimento, o ensino-aprendizagem da língua alvo desenvolverá as*

*competências necessárias com o objetivo de fomentar a igualdade entre todos os cidadãos, reduzindo-se a desigualdade com a população de acolhimento, designadamente no trabalho”* (p. 08).

Para Rajput (2012), é a Competência Sociocultural, a necessária de ser dominada pelo público imigrante. A autora explica que a palavra sociocultural é formada por duas outras (sociedade e cultura), sendo o conhecimento da sociedade e da cultura onde a língua é falada, como a estrutura social e os valores da sociedade. Rajput (2012) cita Grosso, Tavares & Tavares (2009, p. 11) que afirmam: “*O conhecimento sociocultural do país de acolhimento é, sem dúvida, um factor importante para a integração numa nova sociedade.*” Com essa interpretação, Rajput (2012) explica que temos uma competência linguística, ligada ao domínio da gramática e outra competência sociolinguística, ligada às formas de uso.

Quanto à cultura, Rajput (2012) explica que esta é parte integrante de uma sociedade, sendo as ideias, costumes e tradições das pessoas e, cada sociedade possui uma cultura, que pode ser diferente ou parecida com outras culturas e, isso faz com que uma prática que parece certa em nossa cultura, seja vista como errada em outra, concluindo que os pontos de vista variam conforme as culturas e que, provavelmente, certas tradições e costumes aceitos e praticados em uma determinada cultura, tornem-se tabu e até mesmo proibidos para outras culturas.

Essa autora utiliza como exemplo uma prática comum na cultura indiana que é arrotar à mesa de jantar, porém na cultura portuguesa este tipo de comportamento não é aceito, sendo considerado como falta de educação. Assim, também, como em Portugal as pessoas beijam-se quando se cumprimentam, porém na Índia é diferente, as pessoas juntam as mãos e dizem ‘namasté’. Portanto, Rajput (2012) compreende que a cultura é uma conduta das pessoas de uma determinada sociedade e que, tais condutas são significativamente relevantes na aprendizagem da L2 ou LE.

A autora ressalta que certas atitudes e práticas podem gerar um choque cultural no imigrante que está chegando ao país de acolhimento e aprendendo uma segunda língua, sendo necessário que este consiga perceber o ponto de vista do outro, permitindo ao mesmo integrar-se à cultura alvo, evitando assim, equívocos sobre a mesma que podem dar origem a estereótipos. Nesse sentido, acredita-se que não somente o imigrante precisa desenvolver este olhar em relação ao outro, mas também as pessoas que já vivem no país, pois se faz necessário estabelecer a empatia e saber colocar-se no lugar deste outro que está chegando ao

país, respeitando seus valores e cultura, para que também não se incorra em atitudes preconceituosas, baseadas em estereótipos, conforme referido por Fernandes, J.P.T (2015).

No entendimento de Rajput (2012), tanto o domínio da gramática quanto o domínio sociocultural são importantes para os aprendentes da L2/LE e, portanto, para o imigrante obter sucesso na língua de acolhimento que, neste caso, é o português, é fundamental que o mesmo adquira conhecimentos socioculturais da comunidade alvo e consciência das diferenças existentes. Nesse sentido, Grosso, Tavares & Tavares referem:

Facultar ao indivíduo migrante o conhecimento da língua do país onde agora se encontra é uma responsabilidade da sociedade de acolhimento, no sentido do desenvolvimento de um sentimento de segurança na relação que estabelece com os outros, na expressão de si (do que pensa, do que sente, do que deseja, do que discorda...) e na compreensão dos outros, porque o direito à igualdade e à cidadania passa necessariamente pelo domínio da língua e da cultura que lhe está subjacente, nos diferentes contextos sociais, nas diversas relações interpessoais que aí se estabelecem, nas diferentes intencionalidades da acção linguística e não linguística. (Grosso, Tavares & Tavares, 2008, p.5).

Percebe-se que Rajput (2012) concorda com Grosso, Tavares & Tavares (2008), pois essas consideram que, no país de acolhimento, não é possível fazer uma análise das necessidades de comunicação que seja separada da situação socioeconômica, cultural e política do país, compreendendo que aprender a língua, ultrapassa o processo de aprendizagem formal da mesma.

Ainda sobre a importância de refletir sobre formas de acolher o imigrante e, compreendendo o papel da língua como fator de inclusão social, Ançã (2008) afirma que na diversidade de culturas e etnias e, nas interações entre elas, é o domínio da língua que precisa ser destacado, pois será este domínio que promoverá o real acolhimento na nova sociedade; adquirindo um sentido de local de refúgio, casa, forte; permitindo o direito à cidadania e aos espaços sociais e, também, laborais. Dessa forma, percebe-se que, quando a sociedade de acolhimento entende a importância do domínio do idioma pelo imigrante, a língua deixa de ser instrumento de discriminação, permite a efetiva inserção social e passa a ser instrumento de autonomia.

### **2.3 Papel das instituições públicas e da sociedade civil brasileiras na inclusão social dos imigrantes e refugiados**

É preciso destacar que o Brasil está em processo inicial na promoção de políticas e espaços que acolham e integrem os imigrantes e refugiados na sociedade de acolhimento. A experiência europeia e, mais especificamente de Portugal, assim como da França, trazidas por autores como Pequito (2009), Silva (2013) e Fernandes, J.P.T (2015) contribuem para que se perceba que, em outros países, já existem avanços e políticas específicas voltadas para as populações migrantes, como também existem problemas a serem superados.

Nesse sentido, percebe-se que no Brasil ainda é preciso avançar na elaboração de políticas públicas que atendam o público imigrante, porém, ao se considerar o espaço geográfico de Brasília, já é possível encontrar algumas instituições que desenvolvem práticas integradoras relevantes, voltadas para o público imigrante e refugiado. Percebe-se que a maioria das necessidades dos imigrantes e refugiados são sociais, no sentido de estabelecer redes de relacionamento; culturais, no sentido de adaptação e compreensão da cultura brasileira; básicas, no sentido de ter acesso aos bens necessários à sobrevivência, como saúde, educação, alimentação, moradia; e profissionais, no sentido de obter sucesso na busca pelo emprego. A partir desta percepção, é imprescindível que as instituições sejam espaços que acolham e empoderem este público para suprirem suas necessidades essenciais.

É importante destacar que, conforme referido por Rajput (2012), o não conhecimento da língua pode trazer sérias dificuldades à vida dos imigrantes, pois esses ficarão à margem das relações estabelecidas na sociedade de acolhimento, impossibilitando a compreensão da cultura e dos aspectos sociais e políticos que envolvem o país. Além disso, pode-se destacar o fato de que encontrarão mais dificuldades para terem acesso aos serviços públicos básicos e, ainda se depararão com problemas no acesso ao emprego, considerando que para todas estas relações, será necessário desenvolver a comunicação, onde o domínio do idioma é primordial, conforme considerado por Ançã (2008).

Nesse sentido, buscaram-se instituições na cidade de Brasília que já desenvolviam ações voltadas para o acolhimento e o empoderamento do público imigrante e refugiado, principalmente ações relacionadas ao acesso à Língua Portuguesa. Uma delas é a Universidade de Brasília, instituição de ensino pública que, por meio do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros, oferece cursos gratuitos de Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento, coordenado pela professora Lúcia Barbosa.

No âmbito da pesquisa desenvolvida no presente trabalho e recorrendo ao contato com a coordenadora do núcleo, foi possível perceber que o NEPPE desenvolve suas ações na perspectiva da oferta de um curso que promove uma competência linguística, mas também sociolinguística, ligada às formas de uso, que vai ao encontro do que fala Rajput (2012), pois para esta autora a Competência Sociocultural, que é aquela necessária de ser adquirida pelos imigrantes e refugiados, será a competência que trará o conhecimento da sociedade e da cultura onde a língua é falada, contribuindo assim, para a integração na nova sociedade. Sendo assim, o NEPPE trabalha a partir de uma proposta de competência sociolinguística, que ultrapassa e supera o aprendizado da gramática, pois se baseia nas questões socioculturais.

O Núcleo trabalha com módulos temáticos, por meio de apostilas e materiais diversificados como revistas, jornais, músicas, vídeos, filmes, festividades e datas comemorativas, receitas de comidas típicas brasileiras e também dos diversos países de origem dos imigrantes e refugiados, leitura de bulas de remédios e de rótulos e embalagens de alimentos, materiais de divulgação e panfletos informativos de órgãos públicos de saúde, educação, transporte, lazer, bem como, materiais relacionados a promoções de lojas e supermercados, entre outros, sempre fazendo o comparativo com a realidade do país de origem dos imigrantes e refugiados.

Os módulos são divididos em Trabalho, Transporte, Lazer, Moradia, Saúde, entre outros, com duração semestral. As aulas acontecem no período noturno e os alunos têm acesso gratuito ao transporte coletivo, que foi conseguido por meio de uma parceria da UnB com o órgão de transporte público de Brasília.

Além das aulas propriamente ditas, os alunos estabelecem relações sociais, participam de visitas a outras instituições e espaços públicos, como museus e pontos turísticos da cidade. Também recebem orientações para a aquisição de documentos e para acesso ao mercado de trabalho. Pode-se perceber que o NEPPE/UnB apresenta uma responsabilidade social junto ao público imigrante, proporcionando a este o acesso e a apropriação da língua e da cultura brasileiras que, como consequência, contribuirá para suprir as necessidades essenciais dos imigrantes e refugiados.

Os imigrantes e refugiados que frequentam os cursos oferecidos pelo NEPPE, são encaminhados por outra instituição, pertencente à sociedade civil, que é o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), coordenado pela Irmã Rosita Milesi. De acordo com Milesi & Andrade (2015), o IMDH atua junto aos migrantes, imigrantes e refugiados, percebendo os mesmos na sua essência, compreendendo que precisam ter acesso aos direitos básicos

reservados a todos os seres humanos, porém entendendo que os sujeitos que compõem os fluxos migratórios, num primeiro momento precisam ter supridas algumas necessidades emergenciais.

Conforme Milesi & Andrade (2015), após a superação das necessidades do momento inicial, o IMDH busca formas para auxiliar na reconstrução da vida desses sujeitos, para que possam efetivamente ser integrados no novo país em que chegam, considerando que esse novo país possui uma nova cultura e novas formas de convivência na sociedade.

Uma das formas de efetiva integração no novo país é o acesso ao trabalho, sendo esse um aspecto considerado de total importância por Milesi & Andrade (2015), no entanto, sem reduzir o migrante apenas à dimensão laboral, considerando que o mesmo é um ser humano com sonhos e expectativas. Porém, será o acesso ao mundo do trabalho que irá trazer a dignidade ao mesmo, sendo a promoção dos direitos, o respeito ao trabalhador e um trabalho digno e decente as maiores preocupações do agir do IMDH, buscando combater o tráfico de pessoas.

De acordo com Milesi & Andrade (2015), Irmã Rosita Milesi é uma das fundadoras do IMDH, no ano de 1999, na cidade do Varjão, zona de periferia próxima ao centro de Brasília. A cidade do Varjão, é marcada pela pobreza, pela violência, venda e consumo de drogas e, ainda, pela precariedade de oferta de serviços públicos, como transporte, saúde e educação e, acabou tornando-se o reduto para moradia de muitos imigrantes e refugiados, devido ao baixo preço dos aluguéis. Porém, mesmo que residam em outras zonas aos arredores de Brasília, muitos deles buscam o IMDH, pois esta instituição é referência no acolhimento de migrantes, imigrantes e refugiados no Distrito Federal.

Segundo Milesi & Andrade (2015), as principais razões que contribuíram para a fundação da Instituição foram a compreensão que a realidade vivida pelos migrantes traz efetivos riscos à dignidade dos mesmos; o desafio de atuar no acolhimento e defesa de direitos dos migrantes e o desejo de, como parte da sociedade civil, contribuir na elaboração de políticas para as populações em mobilidade, seja espontânea ou forçada, buscando a efetiva integração dessas populações na sociedade.

De acordo com Milesi & Andrade (2015), o histórico de atuação do IMDH surgiu pelo exemplo do Bispo João Batista Scalabrini, de Piacenza, na Itália, nas últimas décadas do século XIX.

Diante da dramática situação dos migrantes que abandonavam a Itália rumo às Américas, Scalabrini sensibilizou-se de tal maneira com aquelas multidões que deixavam sua Pátria que, entre várias outras iniciativas em favor dos migrantes, fundou a Congregação dos

Missionários de São Carlos, em 1887, e a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, em 1895. Ele traçou um projeto de evangelização e deixou aos seus e suas seguidoras uma herança de espiritualidade e missão para seguir atuando, solidários na cotidiana itinerância, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos migrantes e dos refugiados, sendo ponte entre as diferenças, nas diversas realidades em que a sociedade se encontra. (Milesi & Andrade, 2015, p.176)

Conforme Milesi & Andrade (2015), a instituição é uma entidade social, sem fins lucrativos, cuja missão é promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados, sendo vinculada à Igreja Católica. Na cidade do Varjão, o IMDH é conhecido como Instituição das Irmãs Scalabrinianas.

Segundo Milesi & Andrade (2015), o trabalho desenvolvido pela instituição, junto aos imigrantes e refugiados, encara realidades de extrema necessidade e urgência, que vão desde à falta de condições para se alimentarem, falta de lugar para morar e falta de documentos, até a falta de emprego, falta de domínio da língua portuguesa e, também, dificuldades de adaptação à cultura e costumes locais.

Com todas essas demandas seria impossível encontrar soluções sozinhos, sendo imprescindível trabalhar em parceria e também em redes, sempre que possível, de acordo com os autores. Por isso, estabelecem o diálogo com segmentos do Estado, como o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério das Relações Exteriores, o Conselho Nacional de Imigração e vários outros órgãos públicos ligados aos setores de saúde, educação, transporte e assistência social.

Além desses órgãos já citados, também possuem parceria com organizações internacionais como ACNUR e atuam com vários grupos ligados à mobilidade humana, não restringindo sua ação apenas aos imigrantes internacionais e refugiados, pois também atuam com migrantes internos.

Segundo Milesi & Andrade (2015), o trabalho consiste na acolhida, integração e assistência a migrantes, imigrantes e refugiados, na defesa de direitos, aquisição de documentos, no enfrentamento do tráfico humano e na assistência às vítimas, na introdução à cultura brasileira e ensino do idioma, na reunificação familiar, além do apoio na reinserção de migrantes brasileiros retornados ao país. No Gráfico 1 Milesi & Andrade (2015) apresentam os números referentes à quantidade de imigrantes atendidos pela instituição entre os anos de 2009 e 2013.

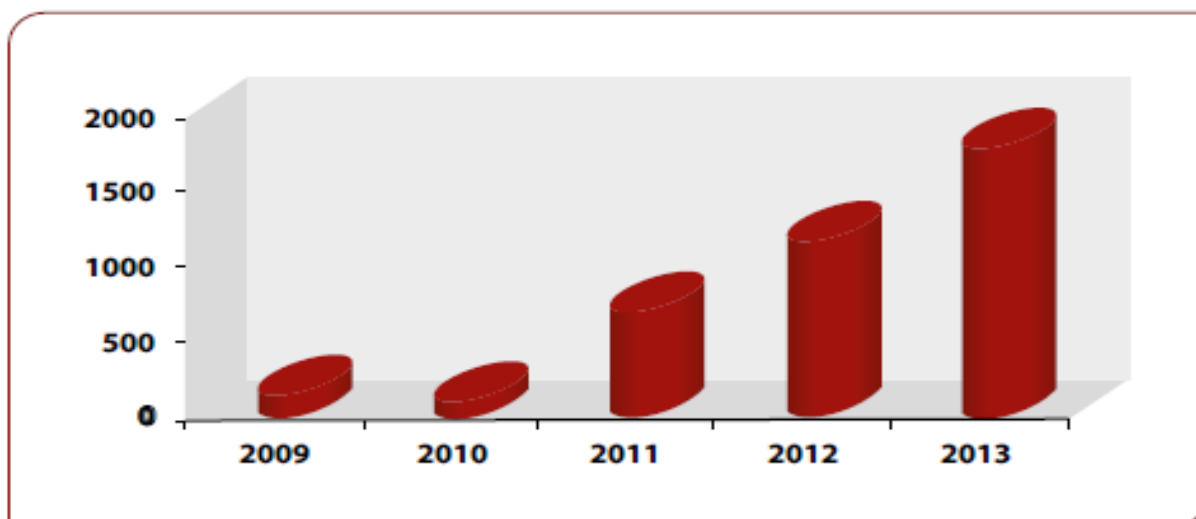


Gráfico 1. Imigrantes atendidos anualmente – período 2009-2013, por Milesi & Andrade, 2015, p.180. In Prado, E.J, & Coelho, R. (Orgs.), 2015, pp. 175 – 202.

Por meio do Quadro 3, são apresentados os países de procedência dos imigrantes atendidos pelo IMDH, no ano de 2014.

Quadro 3

*Países de procedência dos imigrantes*

<b>z</b>	<b>Qtde</b>		<b>País</b>	<b>Total</b>
Angola	09		Libéria	01
Argentina	01		Marrocos	02
Bangladesh	01		Nigéria	01
Bolívia	44		Paraguai	01
China	01		Peru	02
Colômbia	02		Portugal	04
Cuba	01		Rep. Dem. do Congo	10
Estados Unidos	01		São Tomé e Príncipe	01
França	02		Sudão	01
Haiti	128		Suíça	01
Itália	01		Uruguai	01
<b>Total Geral</b>				<b>216</b>

Fonte: Relatório Anual de Atividades (IMDH, 2014, p.13)

Ainda, segundo Milesi & Andrade (2015), a instituição acolhe, assiste e contribui para a integração dos solicitantes de refúgio e refugiados que vêm em busca de proteção no

Brasil, ouvindo-os, dando orientações para acesso aos serviços públicos básicos, ao atendimento assistencial e humanitário, a locais de moradia temporária, ao provimento de alimentação e gêneros de primeira necessidade e roupas, além de ajuda para adquirir documentos como a Carteira de Trabalho e também o protocolo de solicitação de refúgio.

No Gráfico 2, Milesi & Andrade (2015) apresentam os números referentes à quantidade de solicitantes de refúgio e refugiados atendidos pela instituição entre os anos de 2010 e 2013.

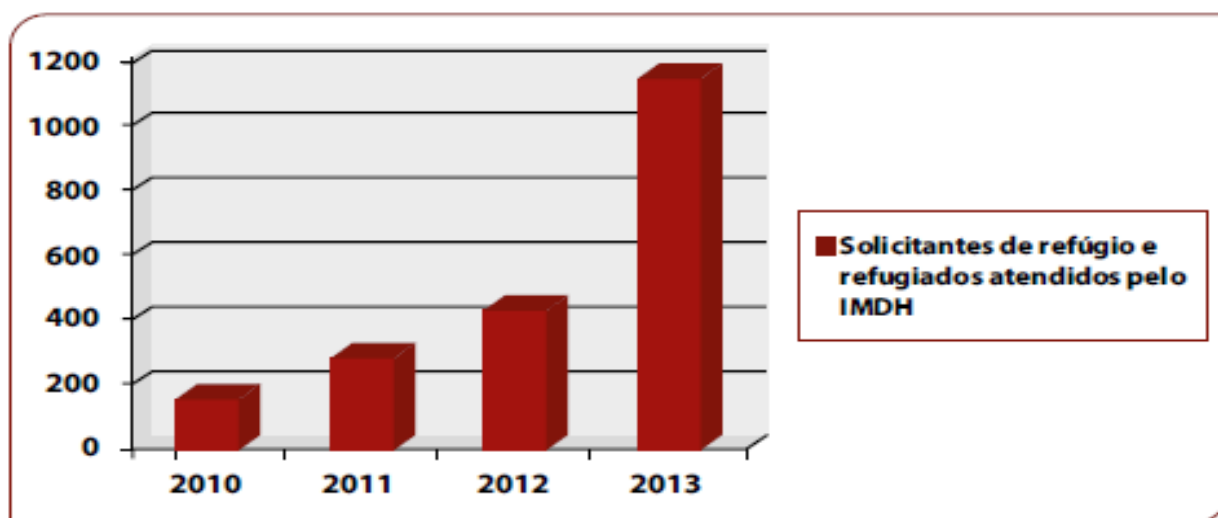


Gráfico 02. Solicitantes de refúgio e refugiados atendidos pelo IMDH entre os anos de 2010 e 2013 por Milesi & Andrade, 2015, p.182. In Prado, E.J, & Coelho, R. (Org.), 2015, pp. 175 – 202.

Segundo Milesi & Andrade (2015), a instituição também desenvolve uma prática chamada de *Diagnóstico Participativo*, realizada com refugiados e solicitantes de refúgio, com o objetivo de compreender as necessidades, entraves e dificuldades encontradas pelos mesmos, assim como, identificar práticas positivas que vêm contribuindo para a melhoria das condições de vida e de trabalho dessas populações. Tal prática assemelha-se com as necessidades apontadas e apresentadas por (Lussi, 2015).

Por meio desta prática, o IMDH busca ampliar a participação dos refugiados nas ações e no planejamento de ações futuras da instituição, sendo realizada anualmente, com apoio do ACNUR. A seguir, Milesi & Andrade (2015) apresentam a tabela com a síntese das contribuições dos solicitantes de refúgio e dos refugiados, realizada no *Diagnóstico Participativo* de 2013.

Quadro 4

*Síntese das contribuições dos solicitantes de refúgio e dos refugiados*

Tema	Necessidades/Entraves	Práticas positivas/ capacidades existentes	Sugestões/Propostas
<p><b>Trabalho e Geração de Renda</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os solicitantes de Refúgio e refugiados necessitam de apoio e orientação quanto à sua inserção no mercado de trabalho e muitas vezes devem ter oportunidade de uma reclassificação profissional.</li> <li>- Demasiada burocracia, o excesso de documentos e a falta de crédito bancário dificultam a abertura de uma empresa individual ou microempresa.</li> <li>- A dificuldade com o idioma e o desconhecimento das leis brasileiras deixam os refugiados mais vulneráveis aos abusos por parte de empresas e empregadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As entidades sociais ajudam nesta orientação, mas a capacitação ou reclassificação profissional precisa ser promovida através de políticas públicas, com apoio governamental e junto a instituições, como SEBRAE, PRONATEC e outros.</li> <li>- Vários refugiados viabilizaram um projeto de geração de renda, superando a complexa burocracia; agora estão bem e conseguem manter a si e à família.</li> <li>- O IMDH e outras entidades sociais auxiliam no esclarecimento de dúvidas, ou encaminhar a setores especializados. O SEBRAE é um grande apoio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento de cursos e mecanismos que atendam esta necessidade, considerando a especificidade e limitações dos refugiados quanto a idioma, reconhecimento de sua experiência anterior e de sua formação no país de origem.</li> <li>- Divulgação de mais informações acerca de normativas trabalhistas, como também em quais locais podem se informar melhor sobre trabalho e sobre abertura de empresa individual ou microempresa.</li> </ul>

Continuação Quadro 4

*Síntese das contribuições dos solicitantes de refúgio e dos refugiados*

Tema	Necessidades/Entraves	Práticas positivas/ capacidades existentes	Sugestões/Propostas
<b>Educação</b>	<p>- A maior barreira é a língua. Os refugiados, em sua maioria, desconhecem o português quando chegam ao Brasil.</p> <p>Os refugiados têm assegurado direito de acesso às escolas, porém comprovar a documentação escolar do país de origem é um grande problema, principalmente para o ingresso ao ensino superior.</p>	<p>- O IMDH oferece, desde 2012, aulas de Português para imigrantes e refugiados, em vários locais. Curso específico foi aberto também na UNB, em parceria com o Instituto.</p> <p>- Todos os filhos de refugiados estão frequentando a Escola. Em casos mais complexos, o IMDH fez as necessárias gestões com Escolas Públicas.</p> <p>- IMDH oferece informações e orientações sobre possibilidades de acesso dos refugiados à UNB. Já há refugiados frequentando a Universidade, ao amparo de disposição específica para o caso.</p>	<p>- Ampliação e recursos que possibilitem o acesso de estrangeiros a cursos de português e de introdução ao idioma brasileiro.</p> <p>- A matrícula de adultos no programa “Educação para Jovens e Adultos – EJA” permite que os refugiados possam trabalhar e aprender o idioma, como também receber o certificado de conclusão de curso em menor tempo.</p>
<b>Documentação</b>	<p>- Muita burocracia, custos elevados e demora no atendimento e na confecção das Carteiras de Identidade e na emissão das CTPS.</p> <p>- Dificuldade na validação de Certificados e documentos.</p>	<p>- Refugiados conseguem validar diplomas através da Universidade de Brasília.</p> <p>- Refugiados conseguem obter Carteira de Habilitação profissional, Modelo B.</p>	<p>- O IMDH providencia ou viabiliza traduções e existem auxílios para algumas taxas de validações de documentos.</p>

Continuação Quadro 4

*Síntese das contribuições dos solicitantes de refúgio e dos refugiados*

<b>Tema</b>	<b>Necessidades/Entraves</b>	<b>Práticas positivas/capacidades existentes</b>	<b>Sugestões/Propostas</b>
<b>Assistência Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os abrigos e locais de acolhida são insuficientes e faltam locais específicos para acolher famílias.</li> <li>- Pouco investimento público em sanar algumas das necessidades deste segmento social.</li> <li>- Falta de políticas que contemplem mais especificamente as necessidades da população refugiada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A acolhida por parte dos conacionais dos refugiados é uma valiosa ajuda para a acolhida da maioria dos solicitantes de refúgio.</li> <li>- Em 2012, o GDF abriu vários locais de acolhida e foi firmada uma parceria com a Casa Santo André e suas diversas unidades, para acolhida inclusive de refugiados. IMDH tem parceria com a Casa Santo André.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuar junto ao GDF para que sejam abertas novas unidades de acolhida, especialmente para receber famílias.</li> <li>- Organizar e divulgar informações sobre o acesso aos direitos sociais.</li> </ul>
<b>Participação /integração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade em desenvolver simples ações, pois não conseguem se comunicar e assim o acesso ao trabalho, saúde e educação fica prejudicado.</li> <li>- Faltam indicações e oportunidades de participação em projetos culturais e em atividades que promovam sua integração na comunidade local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existe uma visível cooperação entre os refugiados e solicitantes de refúgio. Muitos refugiados são abertos a auxiliar os solicitantes nas suas demandas.</li> <li>- O ensino do idioma, que vem sendo promovido pelas entidades sociais e já com algumas iniciativas em entidades públicas, favorece muito a integração na sociedade e, de modo especial, o acesso ao trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover articulação que possibilite a construção de uma rede de compartilhamento de experiências entre os refugiados e solicitantes, de maneira que possam trocar informações e experiências de vida.</li> <li>- Criar, em Escolas públicas, Universidades e no Instituto Federal de Educação, cursos de ensino do idioma.</li> </ul>

Fonte: Milesi & Andrade, 2015, pp.185-188 In Prado, E.J, & Coelho, R. (Orgs.), 2015, pp. 175 – 202

Percebe-se no Quadro 4 que as maiores necessidades estão associadas às questões de trabalho e educação, onde o domínio do idioma é essencial. Nesse sentido, uma das ações mais relevantes que se destaca na fala de Milesi & Andrade (2015) é a necessidade de introdução à cultura brasileira e à aprendizagem do idioma, devido à urgência da aprendizagem da língua para a efetiva inserção e integração da população imigrante e refugiada, sobretudo para o acesso ao trabalho e emprego.

Devido a essa urgência, o IMDH iniciou parcerias para oferta de cursos de Português e que agora vem fortalecendo-se cada vez mais. Destaca-se aqui, que no Quadro 4 é apresentado como sugestão a matrícula de adultos, imigrantes e refugiados, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), permitindo que os mesmos possam trabalhar e aprender o idioma e, ainda, receber o certificado de conclusão de curso em menor tempo. Ressalta-se, ainda, a sugestão de que sejam criados cursos de ensino do idioma, e ofertado inclusive pelo Instituto Federal de Educação.

Conforme Milesi & Andrade (2015), o objetivo dos cursos de Português para imigrantes e refugiados é o desenvolvimento da habilidade de comunicação, por meio da abordagem de situações do dia a dia e do trabalho, aumentando o vocabulário, favorecendo a integração desse indivíduo com os nacionais e com os espaços de trabalho e de convivência social e cultural, na perspectiva de desenvolvimento sociocultural. Uma dessas parcerias para viabilizar aulas de Português foi com o NEPPE, também foram estabelecidas parcerias com outras instituições religiosas, escolas públicas da rede de ensino do Distrito Federal e com a Administração Regional da cidade do Varjão, onde o trabalho é desenvolvido por uma equipe de voluntários, professores e, também, alunos da UnB, de acordo com Milesi & Andrade (2015).

Conforme os autores, os imigrantes e refugiados que buscam a instituição fazem um cadastro e, aqueles que apresentam interesse em participar das aulas de português, são encaminhados para o NEPPE/UnB. Segundo Milesi & Andrade (2015), no ano de 2013, tiveram um total de 155 pessoas frequentando as aulas, vindas de diversos lugares como Bangladesh, Paquistão, Peru, Iraque, Burquina Fasso, Colômbia, Gana, Haiti e Síria.

Os autores fazem uma avaliação dos resultados obtidos nas aulas de introdução à cultura brasileira, por meio da aprendizagem do idioma. Segundo Milesi & Andrade (2015), tanto os professores quanto os alunos foram unânimes na compreensão da importância dessa ação para a vida dos imigrantes e refugiados. As aulas são vistas como essenciais para a inserção no mercado de trabalho, onde dentro de poucos meses de aula já conseguem trabalho, mesmo que em funções muito aquém de seus preparos profissionais, porém conforme a aprendizagem vai avançando e a comunicação melhorando, são superadas as ofertas básicas no mercado laboral. Nesse sentido, percebe-se que a avaliação de Milesi & Andrade (2015), sobre a importância do domínio do idioma no país de acolhimento, vai ao encontro da linha de pensamento de Ançã (2008).

### **3. Proposta de Pesquisa: problemática, questionamentos, objetivos e questões metodológicas**

Após um breve apanhado geral sobre a situação da imigração no Brasil e no mundo, bem como notas de enquadramento teórico, pode-se perceber que os espaços educacionais precisam adaptar-se a essa nova realidade, buscando meios que venham contribuir para a efetiva integração do aluno imigrante. Nesse contexto, o IFB é um espaço educacional propenso a receber cada vez mais alunos imigrantes.

Desse modo, a proposta deste trabalho de pesquisa foi estabelecer um primeiro contato exploratório com os alunos imigrantes de todos os campi do IFB, assim como, aqueles que estavam estudando e por algum motivo acabaram evadindo dos cursos, procurando compreender quais as necessidades educativas que identificam em relação à instituição IFB, até que ponto se está atendendo as expectativas dos mesmos e cumprindo o papel social da instituição, buscando assim contribuir para futuramente desenhar formas de intervenção, por meio de políticas educativas que contribuam para a integração desses alunos.

Neste sentido, foi definido como objetivo geral deste trabalho proceder à identificação e caracterização dos estudantes imigrantes e refugiados no IFB e, através do conhecimento das suas trajetórias pessoais e escolares na instituição, identificar as suas necessidades formativas e principais dificuldades que possam obstaculizar a sua plena inclusão na comunidade educativa e, conseqüentemente, comprometer um processo migratório de sucesso.

Assim sendo, além de uma caracterização dos alunos imigrantes no IFB, foram definidos como objetivos específicos: o conhecimento dos seus percursos migratórios (proveniências geográficas e motivações para migrarem para Brasília); o conhecimento das suas trajetórias escolares (situação escolar de origem, motivo pela escolha do curso que frequentam no IFB, aspectos que consideram positivos e negativos relativos à sua aprendizagem e que se constituam como fatores de continuidade na instituição ou, contrariamente, como motivos de evasão, a percepção que têm do relacionamento com outros atores sociais no contexto educativo, professores e colegas e, também, sobre a adequabilidade percebida quanto a metodologias de ensino-aprendizagem e necessidades de formação que identificam); por fim, procurar identificar, também, eventuais práticas de discriminação e/ou preconceito que tenham sofrido.

De forma complementar, procurou-se compreender a percepção dos gestores de instituições que já desenvolvem trabalho no acolhimento de populações imigrantes, UnB e

IMDH, assim como do próprio IFB, a respeito do papel social de instituições educativas junto aos imigrantes e refugiados.

A partir do levantamento e análise de informação que permita responder aos objetivos específicos definidos, crê-se que será possível identificar e compreender áreas-problema significativas, pensar soluções e contribuir para o desenho de uma proposta educativa integradora de minorias étnicas dentro do IFB, propondo linhas orientadoras para o desenvolvimento futuro de projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes imigrantes e refugiados, para a sua efetiva integração e inclusão dentro do IFB, tendentes ao desenvolvimento de percursos escolares de sucesso que contribuam para um efetivo processo migratório de pleno exercício da sua cidadania.

No que respeita às questões de ordem metodológica, a pesquisa realizada corresponde a um estudo exploratório, centrado no caso do IFB e considerando todos os seus *campi* nos quais se identificou a existência de alunos imigrantes (por referência ao ano letivo 2015), com opção por uma abordagem do tipo qualitativo.

Conforme Guerra (2000), as pesquisas qualitativas buscam identificar a lógica de atuação de atores individuais e coletivos, por meio de seus conflitos e formas de ação. Tais pesquisas se deparam com conceitos relacionados a identidades, necessidades e a projetos de vida, onde é necessário um entendimento simultâneo dos contextos e dos sentidos da ação, tendo em vista que se está perante contextos de mudanças, em rápida transformação.

De acordo com Carmo & Ferreira (1998), as abordagens qualitativas incidem mais nos processos do que nos resultados, pressupõem intensividade, com a análise das ações, interações e discursos dos sujeitos, procurando compreender a conduta humana a partir do ponto de vista dos próprios, correspondendo-lhe uma observação naturalista, orientada para a descoberta, exploratória e indutiva.

Têm por base o desenvolvimento de técnicas de recolha de informação diversificadas, como a observação direta e participante, com notas de campo, consulta de registros biográficos, documentos históricos, jornalísticos, registros de atividades de instituições e entrevistas.

A maioria das técnicas de coleta de dados tem em comum o fato de serem aplicadas diretamente às pessoas. No entanto, existem dados que, embora tratem de pessoas, são obtidos de maneira indireta, por meio de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos. Conforme Gil (2011), essas fontes documentais proporcionam ao pesquisador dados em quantidade e qualidade, sendo a

análise documental de suma importância, até mesmo porque em alguns casos somente é possível realizar uma investigação social por meio de documentos.

Existem documentos elaborados por agências governamentais, principalmente os que contêm dados estatísticos que são de grande ajuda nas pesquisas. Esta pesquisa apoiou-se na análise documental durante todas as fases do trabalho, nomeadamente recorrendo às fontes já existentes de órgãos do governo e também de instituições públicas e da sociedade civil relacionadas à população imigrante.

Além da análise de fontes bibliográficas e documentais, nesta investigação a técnica de recolha de informação central acionada foi a da entrevista, tendo sido considerado que a sua organização em guião semiestruturado seria a forma indicada para o presente estudo.

Para Gil (2011) a entrevista semiestruturada, ou por pautas, é a mais recomendada quando se deseja que o entrevistado sinta-se mais à vontade para responder as indagações formuladas. Afirma ainda que: *“as pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si, e quando o entrevistado se afastar delas, o pesquisador sutilmente intervém de forma a preservar a espontaneidade do processo.”* (Gil, 2011, p.112).

É possível definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado de maneira a formular perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Segundo Gil (2011), a entrevista é, portanto, uma forma de interação social, onde uma parte coleta os dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Segundo o autor, a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais, onde os profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

Para esse autor, a técnica de coleta de dados por meio da entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, o que leva muitos autores a considerarem a entrevista como a técnica por excelência na investigação social.

As entrevistas podem ser classificadas em: informais, focalizadas, por pautas e formalizadas, sendo a entrevista por pautas a que se considerou mais adequada para a proposta desta pesquisa, pois apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Contudo, segundo Gil (2011), o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o

entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas e quando o mesmo vier a se afastar delas, o entrevistador intervém, mesmo que de maneira sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

Segundo Gil (2011), a condução de uma entrevista profunda, de caráter absolutamente não diretivo, exige profundos conhecimentos da personalidade humana, sendo necessário considerar alguns aspectos importantes como a preparação do roteiro da entrevista, que no caso dessa pesquisa, foi o Guião de entrevista; saber iniciar a entrevista; calcular o tempo necessário e o local adequado para a realização da mesma.

De acordo com Gil (2011), é preciso dispensar uma atenção especial à orientação de como deve ser feito o contato inicial com os entrevistados, sendo necessário, antes de mais nada, que o entrevistador seja bem recebido, sendo preciso, às vezes, que o entrevistado ou grupo de pessoas entrevistadas seja preparado antecipadamente, por meio de comunicação escrita ou contato pessoal prévio. Conforme o autor, para iniciar o diálogo, é aconselhável falar amistosamente sobre qualquer tema do momento que possa interessar ao entrevistado, logo depois o entrevistador deve explicar a finalidade de sua visita, o objetivo da pesquisa, o nome da entidade ou das pessoas que a patrocinam, sua importância para a comunidade ou grupo pesquisado e, particularmente, a importância da colaboração pessoal do entrevistado.

Também é aconselhável esclarecer que a entrevista será confidencial e que as informações prestadas permanecerão no anonimato. Somente após esse momento inicial é que o entrevistador passará a abordar o tema central da entrevista. Todas estas orientações foram seguidas, buscando deixar os entrevistados o mais à vontade possível, permitindo assim que pudessem falar com tranquilidade e segurança sobre os seus processos migratórios, entendendo que contribuir com a proposta da entrevista seria de grande valia para aprimorar os processos educativos da instituição IFB relacionados aos imigrantes.

Para Gil (2011) o registro das respostas deve considerar que o modo mais confiável de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las durante a entrevista, por meio de anotações ou com o uso do gravador. Porém, o autor ressalta que é importante considerar que o uso do gravador só poderá ser feito com o consentimento do entrevistado e se o mesmo não autorizar a gravação, cabe, então, solicitar autorização para a tomada de anotações. Nesse sentido, na realização deste trabalho, as entrevistas foram realizadas com a autorização dos entrevistados para a gravação do áudio, sendo que em apenas uma entrevista não foi permitida a gravação de áudio, porém foram dadas todas as condições para que fossem feitas as anotações necessárias referentes à fala do entrevistado.

De acordo com os objetivos do trabalho anteriormente enunciados, os Guiões de Entrevista, que se encontram em Anexo 1 ao 5 , consideraram a caracterização do público estudantil imigrante do IFB e a descoberta dos aspectos que influenciaram no deslocamento dos indivíduos, ou seja, de onde saíram e por que saíram; qual o motivo pela escolha do curso que estão frequentando no IFB; quais os aspectos que consideram auxiliar na aprendizagem e também os que consideram prejudicar o desenvolvimento da aprendizagem e a assimilação de conhecimentos; qual a percepção sobre a relação professor/aluno; quais as possíveis formas de preconceito e discriminação que já sofreram em decorrência das diferenças linguísticas, culturais e econômicas; quais as dificuldades encontradas para a adaptação à realidade brasileira e que políticas educativas precisariam ser implantadas para a efetiva integração dos alunos imigrantes.

No que respeita aos procedimentos desenvolvidos, a coleta de dados iniciou-se por meio do contato com todos os Coordenadores de Registro Acadêmico dos dez *campi* do IFB (Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga Centro e Taguatinga) que se dispuseram a apresentar um levantamento dos alunos oriundos de outros países, conforme já falado anteriormente, referente ao ano de 2015.

De posse do levantamento disponibilizado pelos Coordenadores de Registro Acadêmico dos *campi*, partiu-se para o estabelecimento de contato com os Coordenadores dos Cursos nos quais os alunos estavam matriculados. Aqueles alunos identificados como evadidos obteve-se acesso aos endereços de *e-mail* e telefones para os respectivos contatos. Após o contato com os Coordenadores dos Cursos nos quais os alunos estavam matriculados, estes explicaram para seus alunos a proposta da entrevista e os objetivos deste trabalho de pesquisa e, a partir deste momento foram agendadas as datas para a realização das entrevistas.

No campus Brasília foram identificados quatro alunos evadidos, oriundos do Chile, França, Congo e Peru. Primeiramente foi estabelecido contato via *e-mail*, sem sucesso de resposta. Num segundo momento buscou-se contato telefônico (celular), porém não se obteve sucesso, muito provavelmente devido à mudança de número telefônico ou de retorno ao país de origem.

No campus Ceilândia foi identificado um aluno evadido, oriundo da Colômbia. Nos documentos do registro acadêmico do campus este aluno informou apenas contato telefônico, não havia *e-mail* para contato. O contato telefônico foi realizado, porém sem sucesso, talvez pelos mesmos motivos já apresentados anteriormente.

Já no campus Estrutural identificou-se um aluno que estava ativo e frequentando o Curso de Formação Inicial e Continuada de Espanhol. O aluno “Jorge” é oriundo da Nigéria, está no Brasil desde 2013, possui 31 anos e é solicitante de refúgio no país. A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2015, no próprio campus Estrutural.

Os campi Gama, Planaltina, Samambaia e São Sebastião não identificaram alunos oriundos de outros países nos seus registros acadêmicos.

No campus Riacho Fundo foram identificados três alunos, sendo dois destes ativos e frequentando os cursos e um aluno evadido. Os dois alunos ativos são o “Leonardo”, oriundo da Guiné Bissau e a “Marta”, oriunda do Paraguai. O aluno “Leonardo” estava frequentando o Curso de Formação Inicial e Continuada em Estatística, está no Brasil desde 2005, possui 33 anos e já possui nacionalidade brasileira. Já a aluna “Marta” estava frequentando o Curso de Formação Inicial e Continuada em Espanhol, está no Brasil desde 2001, possui 35 anos e também já possui a nacionalidade brasileira. As duas entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2015, no próprio campus Riacho Fundo.

O aluno “Nelson” é evadido e oriundo do Peru, está no Brasil desde 2013, possui 21 anos. Frequentava o Curso de Formação Inicial e Continuada em Inglês, no primeiro semestre de 2015, porém extrapolou o número permitido de faltas e acabou sendo desligado do curso, não podendo frequentar o segundo módulo do curso, no segundo semestre de 2015. O aluno está com visto de permanência no Brasil por dois anos. Foi feito contato telefônico com o aluno que por várias vezes demonstrou interesse em participar da pesquisa, mas sempre acabava apresentando algum empecilho para a efetivação da entrevista. Foram várias tentativas, onde o mesmo nunca disse não querer participar, mas não tendo sido possível agendar o dia no qual poderia participar da entrevista.

Em um dos contatos telefônicos conseguiu-se falar com o irmão do mesmo, que esclareceu que seu irmão ainda sentia-se muito inseguro no país e tinha dificuldades para se comunicar, sendo que a entrevista com o aluno “Nelson” não chegou a acontecer, apenas conseguiu-se contato com o seu irmão, “Pedro”, que se prontificou em realizar a entrevista para compartilhar um pouco da realidade dele e de seu irmão “Nelson”, aqui no Brasil. A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2015, nas dependências da Reitoria do IFB, conforme disponibilidade do entrevistado.

No campus Taguatinga Centro foram identificados três alunos evadidos. Desses, um aluno é o “Paulo”, oriundo da Venezuela e evadiu do Curso de Formação Inicial e Continuada de Alfabetização e Letramento. O aluno está no Brasil desde 2010, possui 52 anos

e já possui a nacionalidade brasileira. A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2015, na residência do aluno, na cidade de Vicente Pires-Distrito Federal, conforme preferência do mesmo.

Outro aluno identificado no campus Taguatinga Centro é o “Roberto”, oriundo do Peru e que evadiu do Curso Técnico em Comércio. Foi realizado contato telefônico para marcar a entrevista, porém sem sucesso. No entanto, na conversa com “Pedro”, irmão do aluno “Nelson”, também oriundo do Peru, que estudou no campus Riacho Fundo, descobriu-se que aquele também era irmão do aluno “Roberto”. Durante a entrevista com “Pedro”, foi possível compreender um pouco da realidade desta família, tendo sido possível perceber que o aluno “Roberto” tem 24 anos, evadiu do curso, pois acabou retornando ao Peru, por motivos de saúde, tendo estado no Brasil desde 2013. Tem-se consciência que o tipo de informação recolhida nesta entrevista não se encontra no mesmo nível daquela obtida diretamente junto de cada estudante, contudo resolveu-se ser de considerar a entrevista realizada e os aspectos mencionados pelo entrevistado pela sua pertinência e complementaridade ainda que seja informação obtida de forma indireta – o que será considerado na análise e identificado sempre que for usado.

A terceira aluna identificada no campus Taguatinga Centro é a “Selma”, oriunda da Nigéria e também evadiu do Curso Técnico em Comércio. A aluna está no Brasil desde 1997, tem 22 anos e já possui a nacionalidade brasileira. A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2015, nas dependências da Reitoria do IFB, conforme disponibilidade da entrevistada.

Já no campus Taguatinga foram identificados quatro alunos oriundos de outros países, porém todos já eram evadidos de semestres anteriores. Após esta identificação inicial que, não disponibilizou a origem e nem os cursos em que estes alunos foram matriculados, não se conseguiu mais acesso às informações do campus, não obtendo sucesso de contato.

No total foram identificados três alunos ativos (oriundos do Paraguai, Nigéria e Guiné Bissau) cujas entrevistas foram realizadas com sucesso. Já quanto aos alunos evadidos, foram identificados 13 no total, sendo que desses 13 alunos, conseguiu-se contato com dois (oriundos da Nigéria e Venezuela) cujas entrevistas foram realizadas com sucesso. Outros dois alunos oriundos do Peru não se conseguiu realizar as entrevistas, no entanto foi possível conhecer alguns aspectos da realidade destes alunos, por meio da entrevista com o irmão dos mesmos. Com quatro alunos evadidos do campus Taguatinga não foi possível contato. Outros quatro alunos identificados como evadidos no campus Brasília também não se obteve sucesso

nos contatos por e-mail e telefônico, realizados com os mesmos. E, o aluno identificado como evadido no campus Ceilândia, também não se obteve sucesso no contato telefônico.

No total, foram realizadas nove entrevistas. Além das cinco entrevistas realizadas com os alunos ativos e evadidos e de uma realizada com um familiar, foram também realizadas entrevistas com duas instituições. Uma foi a UnB, por meio do contato com a professora Lúcia Barbosa, coordenadora do NEPPE, com o intuito de compreender como é a oferta de cursos de português para estrangeiros, imigrantes e refugiados oferecidos pela instituição. A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2015, nas dependências da UnB, conforme convite da entrevistada.

A outra instituição foi o IMDH, por meio do contato com a Irmã Rosita Milesi, diretora da instituição. O IMDH é uma instituição da sociedade civil vinculada à igreja católica. A entrevista teve o objetivo de compreender qual o papel e as ações desta instituição junto aos imigrantes e refugiados no Distrito Federal. A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2015, nas dependências da própria instituição, conforme convite da entrevistada.

Além dos alunos (ativos e evadidos) e das instituições (pública e da sociedade civil), também foi realizada entrevista com o gestor máximo do IFB, Reitor, Wilson Conciani, com o intuito de compreender qual a percepção do mesmo sobre o papel da instituição junto ao público imigrante. A entrevista foi realizada no mês de abril de 2016, nas dependências da Reitoria.

Os alunos evadidos responderam todos ao mesmo Guião de entrevista semiestruturada, Anexo 1, assim como, também os alunos ativos responderam todos ao mesmo Guião de entrevista semiestruturada, Anexo 2, elaborado para os mesmos. Já as duas instituições entrevistadas, IMDH e NEPPE, e o Reitor, cada um respondeu a um Guião de entrevista semiestruturada específico, respectivamente Anexo 3, 4 e 5.

Todos os modelos de guião de entrevista aplicados compõem os Anexos desse trabalho de pesquisa, assim como, as grelhas de análise de conteúdo, Anexos (de 7 a 11), realizada ao texto resultante das transcrições efetuadas ao registro de áudio. Foi esclarecido as questões de anonimato aos entrevistados e, portanto, todos os nomes utilizados para os alunos são nomes fictícios, sendo que apenas os nomes das instituições e seus representantes serão mantidos, pois os entrevistados permitiram a citação de seus nomes e de suas respectivas instituições. Complementarmente à interpretação feita aos conteúdos, trechos das entrevistas irão ilustrar a análise e interpretação da informação, bem como, conteúdos de leis, de

regulamentos, de documentos, livros e artigos que compõem o arcabouço teórico deste trabalho de pesquisa, servindo assim para embasar as reflexões aqui levantadas.

No que respeita à análise da informação, como referido, foi efetuada uma análise de conteúdo com base na proposta apresentada por Guerra (2006), do tipo categorial com levantamento das temáticas e descrição dos seus conteúdos de forma a identificar os argumentos dos entrevistados e as ideias defendidas em relação a cada temática identificada e correspondente aos objetivos subjacentes à elaboração do guião, mas atendendo e considerando outras temáticas que tenham emergido dos discursos.

De acordo com Gil (2011) nos estudos cuja natureza é qualitativa, não existem fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores, o que faz com que a análise dos dados na pesquisa qualitativa passe a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador. Este autor refere ainda que a finalidade da análise não é simplesmente descrever os dados, mas sim promover algum tipo de explicação sobre os mesmos, o que se buscou fazer nesta pesquisa, procurando que a análise efetuada trouxesse elucidação sobre a temática de forma a possibilitar perspectivar e promover uma intervenção eficaz no quadro do IFB, partindo de necessidades identificadas a partir dos discursos dos entrevistados

Como já foi mencionada anteriormente, a interpretação dos resultados buscou obter um sentido mais amplo para a informação analisada, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, vindos principalmente de teorias e, ainda, para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura da informação recolhida, buscando integrá-la num universo mais amplo em que poderá fazer algum sentido. Segundo Gil (2011), esse universo é os fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas.

Sendo assim, é da maior importância a revisão da literatura, ao longo de toda a pesquisa, pois essas informações contribuirão na formulação e delimitação do problema, auxiliando na etapa de análise e interpretação, para conferir significado à informação recolhida.

#### **4. O olhar dos alunos imigrantes: análise e interpretação**

Conforme referido anteriormente, a informação levantada por meio das entrevistas foi organizada por grandes temáticas, refletindo as percepções dos alunos, sendo o momento da sistematização e da interpretação da informação a ocasião para concatenar os aspectos apontados.

Assim, de acordo com os objetivos específicos deste trabalho, inicialmente far-se-á uma breve caracterização da população estudantil imigrante do IFB, procurando traçar o seu perfil. No momento seguinte dar-se-á conhecimento da trajetória escolar dos alunos imigrantes e refugiados e serão identificadas as principais dificuldades sentidas nos seus processos de integração.

##### **4.1 Caracterização sociográfica, profissional e do percurso migratório**

Começando por uma breve **caraterização e apresentação sociográfica dos entrevistados imigrantes**, no que respeita à distribuição segundo o sexo, tem-se duas mulheres e quatro homens; quanto à suas idades, estão compreendidas entre os 22 e os 52 anos.

Do ponto de vista geográfico, são provenientes de países africanos e latinos: Guiné-Bissau (1), Nigéria (2), Paraguai (1), Peru (1) e Venezuela (1), enquadrando-se, portanto, naquele que é o perfil global conhecido da imigração brasileira – sobretudo de países latinos e africanos, conforme referido nos capítulos de enquadramento deste trabalho.

Quanto à duração dos seus processos migratórios, os entrevistados encontram-se no Brasil entre há 02 e 18 anos – sendo o aluno mais recentemente chegado solicitante de refúgio e a aluna que reside no Brasil há mais tempo chegou com apenas 03 anos de idade.

Estes dois casos destacam-se dos restantes nas suas trajetórias pelas razões que os colocaram em situação de imigração. No primeiro caso, o aluno que há menos tempo chegou ao Brasil, vindo da Nigéria, teve na origem da saída do seu país razões que se prendem com situações de perseguição religiosa, devido à sua vocação para tornar-se padre e dedicação à religião católica. “Jorge”, veio direto para o Brasil, passou um dia na cidade de São Paulo, permaneceu algum tempo na cidade de Goiânia e depois veio para Brasília, tudo isso no ano de 2013. Sua migração foi individual, deixando pai, mãe e irmãos no seu país. O aluno veio com visto de turista e por ter cursado Filosofia e Teologia na Nigéria tinha a intenção de ser aceito na Arquidiocese de Goiânia, para seguir a vocação de padre. À chegada ao Brasil não

solicitou refúgio considerando que seria acolhido pelas instituições da Igreja Católica, contudo para que tal se pudesse verificar o seu visto de entrada no país teria de ter sido religioso. Perante esta impossibilidade, e a ainda maior impossibilidade de retornar ao seu país de origem onde corria risco de vida, deslocou-se para Brasília, onde fez a solicitação de refúgio, sendo que hoje está aguardando a definição de seu processo. Encontra-se em situação regular no Brasil, pois o protocolo de solicitação de estatuto de refugiado possibilitou que providenciasse documentos como Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho.

No segundo caso destacado, a aluna que se encontra há mais tempo no Brasil (18 anos), também oriunda da Nigéria, chegou ainda criança, com cerca de três anos de idade, no movimento migratório familiar em busca de melhores condições de vida. Esta aluna, “Selma”, chegou ao Brasil no ano de 1997 com seus pais e uma irmã, tendo a sua irmã mais nova nascido já no Brasil. Toda a família adquiriu a nacionalidade brasileira. A vinda para o Brasil deu-se porque seu pai já havia vivido no Brasil na década de 80, tendo estudado, à data, Arquitetura na UnB. Depois de terminar o curso de Arquitetura, retornou para a Nigéria, constituiu família e, mais tarde, resolveram encetar uma trajetória migratória familiar, retornando novamente ao Brasil.

Quanto aos restantes entrevistados:

“Paulo”, no Brasil desde 2010, portanto com 05 anos de permanência no país, é de origem venezuelana e começou o seu percurso pela cidade de São Paulo, visitou Brasília, retornou à Venezuela e de novo ao Brasil, ficando em Brasília. Sua migração foi individual, após processo de separação conjugal, deixando três filhos no país de origem. O aluno veio com visto de permanência por dois anos em função dos acordos existentes entre os países do Mercosul, o que facilita a circulação entre os países membro e a obtenção de documentação, como o Registro Geral de Estrangeiro (RGE) que lhe permite movimentar-se no país, estudar e, tendo histórico de escolaridade, trabalhar na área da sua formação.

A aluna “Marta” chegou ao Brasil há 14 anos, no ano de 2001, originária do Paraguai mas filha de pais brasileiros, sua migração foi individual, porém já tinha duas irmãs morando no Brasil, que vieram antes dela. Nos anos 70, seus pais foram em busca de uma vida melhor no Paraguai, época do auge do café em tal país, compraram terras para plantar café e, de acordo com o relato da aluna, melhoraram consideravelmente as suas condições de vida. Mas, como moravam no interior, não existiam muitas opções de estudo e encontrando-se as suas irmãs no Brasil ela acabou por se lhes juntar com o objetivo de prosseguir estudos

superiores. Adquiriu a nacionalidade brasileira, por opção, perdendo a nacionalidade paraguaia.

“Leonardo”, oriundo da Guiné Bissau, veio direto para o Brasil faz 10 anos, passou por Fortaleza e três dias depois chegou a Brasília, no ano de 2005. Sua migração foi individual, deixando mãe e irmãos no país de origem. O mesmo veio com visto de turista e hoje não tem intenção de retornar ao seu país, pois pretende afirmar-se profissionalmente no Brasil e, talvez mais para frente pense em retornar para contribuir com seu país. Casou com uma mulher brasileira, com quem já tem filhos, adquirindo assim a nacionalidade do país que o acolhe.

O sexto entrevistado imigrante, irmão de dois dos alunos evadidos com os quais não foi possível conversar, “Pedro”, se encontra no Brasil há sete anos, desde 2008, é oriundo do Peru – país igualmente enquadrado nos acordos do Mercosul e, por isso, facilitando os processos formais de integração. Em relação aos seus dois irmãos, “Pedro” informou que são da cidade de Puno, no Peru, tendo um deles chegado ao Brasil no início de 2013 (“Nelson”) e o outro no final do mesmo ano (“Roberto”). De acordo com “Pedro”, “Nelson” sente-se ainda muito inseguro e com dificuldade em se comunicar com pessoas estranhas – razão que o levou a não concretizar a entrevista; “Roberto”, entretanto regressou ao Peru por motivos de saúde e para retomar o curso de medicina que cursava no seu país.

Em síntese: **as principais razões que estiveram na base dos processos migratórios** prendem-se, de um modo geral, com a procura de melhores condições de vida, seja prosseguindo estudos, seja profissional e economicamente, pelos próprios ou pelas famílias das quais fazem parte e, ainda, por risco de vida no país de origem.

Considerando a **situação profissional dos entrevistados**, o aluno “Paulo” relatou sua situação sócio-profissional na Venezuela, onde o mesmo era empresário, tinha uma empresa familiar que fabricava colchões, que foi passada de pai para filho. Quando seu pai faleceu, ele retomou os trabalhos da empresa e para reerguê-la resolveu cursar Administração de empresas, obtendo muito sucesso com seu empreendimento. No entanto, ao chegar ao Brasil, como não conseguiu trazer seus títulos acadêmicos homologados, encontrou muita dificuldade no acesso ao emprego. Tem buscando aperfeiçoar sua formação e domínio da língua portuguesa, na expectativa de que com suas titulações regularizadas consiga estabelecer-se profissionalmente.

A aluna “Selma” vive com seus pais e ainda está estudando, porém antes de ter frequentado o Curso de Técnico em Comércio, no campus Taguatinga Centro, também cursou

Auxiliar de Mecânica Automotiva, pelo programa Jovem Aprendiz, no campus Estrutural. Este curso tem o objetivo de, paralelamente, o aluno já ser encaminhado para um programa de aprendizagem em empresas e, ao término do curso, existe a possibilidade de efetivação na empresa, porém a aluna se viu confrontada com o fato de as empresas contratarem preferencialmente os alunos do gênero masculino, ao final do curso. Aponta tal situação como causadora de desânimo, pois sempre se empenhou muito nas atividades do curso e ao final não foi efetivada pelo fato de ser mulher, segundo sua interpretação. A aluna acabou encontrando emprego em outra área que não a do curso que fez, trabalhando num *Call Center*, ficando na contra mão do local onde estava cursando Técnico em Comércio, na cidade de Taguatinga, fazendo com que chegasse sempre atrasada nas aulas, pondo em risco a continuidade da sua formação.

Outra coisa que achei meio chato da empresa que só contrataram os homens, na época. A desculpa é que país tava em crise, mas pelo o que eu tinha visto, pelo menos dos meus colegas, que também tinham ido pra outras empresas, praticamente todos tinham sido contratados. (“Selma”, aluna nigeriana)

O aluno “Leonardo” continua desenvolvendo a sua formação, estando agora em busca do doutorado e, neste período de estudos na UnB, costuma trabalhar como estagiário e pesquisador, gerando alguma renda, mas afirma que está enfrentando dificuldades financeiras.

Já a aluna “Marta”, disse ter buscado emprego, mas encontrou algumas barreiras, principalmente pelo fato de ter tentado emprego em locais que exigiam o espanhol como pré-requisito e a mesma não tinha como comprovar seus conhecimentos; sendo nativa do Paraguai, tem pleno domínio da língua espanhola, mas não tem certificação – situação que está a tentar resolver, pois já está finalizando seu curso de espanhol avançado no IFB, que, considera, irá contribuir para ter melhores oportunidades de trabalho. Tem efetuado diligências na busca de emprego, contudo sem sucesso, como exemplifica: “*Eu fiz uma entrevista no Hotel Nacional, mas eu não consegui*”. (“Marta”, aluna paraguaia)

O aluno “Jorge” identifica o mesmo problema de comprovação da sua formação prévia e as consequências de tal fato no acesso ao mercado de trabalho no Brasil. Cursou Filosofia e Teologia na Nigéria, mas não consegue comprovar sua formação acadêmica no Brasil, pois precisaria traduzir seus diplomas que estão em inglês. Sendo assim, o mesmo trabalha em um serviço aquém de seus conhecimentos, impedindo que alcance melhores condições salariais. “*Eu trabalho no hospital. Como secretário*”. (“Jorge”, aluno nigeriano).

“Pedro” relata que seus irmãos não chegaram a trabalhar no Brasil, dedicaram-se apenas aos estudos, pois ele conseguia manter financeiramente os dois. Mas, a ideia é aliar a questão acadêmica à questão laboral.

Sintetizando, pode-se referir que os relatos dos alunos, no que respeita à situação profissional, são reveladores de que o acesso ao mercado de trabalho para os imigrantes encontra algumas barreiras, principalmente pelo fato de não conseguirem comprovar suas formações adquiridas no país de origem, o que está de acordo com os dados do *Relatório Geral do Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira* (2013) sobre a dificuldade encontrada pelos imigrantes no acesso ao mercado de trabalho. É também apontada uma dupla dificuldade, relacionada com preconceito racial e de gênero: o fato de se ser originária de um país do continente africano e mulher, é revelado como discriminatório no que respeita as oportunidades de efetivação no mercado de trabalho.

Conforme o *Relatório Geral do Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira* (2013), já citado anteriormente, quando se fala das principais dificuldades encontradas pelos imigrantes no Brasil, uma séria dificuldade apontada é a inserção no mercado de trabalho, pois mesmo que tecnicamente um imigrante possua uma formação específica, socialmente ele ainda será considerado um trabalhador sem qualificação, ressaltando ainda que, este fator, é acentuado quando tais imigrantes fazem parte de minorias étnicas que tradicionalmente sofrem com uma visão estereotipada e preconceituosa da sociedade em relação a eles, como é o caso de imigrantes oriundos de países do continente africano – situação que se espelha no que foi relatado pelos entrevistados.

Quanto à percepção dos alunos no que respeita à sua **adaptação à realidade brasileira**, foi possível perceber que os entrevistados consideram os seus processos de adaptação globalmente positivos, contudo não deixam de ser apontados alguns fatores que contribuem para que esses processos possam ser mais conseguidos ou menos conseguidos.

Desde logo, um primeiro fator identificado e referido por todos, é o que se relaciona com o domínio da língua do país de acolhimento e a sua importância como elemento facilitador ou limitador de integração. Sendo consensual em todas as entrevistas, veja-se, no entanto, como esta questão é referida diferentemente conforme os entrevistados se encontram numa situação de maior proximidade linguística ou de maior afastamento em relação ao português.

“Leonardo”, oriundo da Guiné-Bissau, portanto, de um país de língua oficial portuguesa, afirma não ter tido problemas de adaptação o que justifica pelo fato de dominar a

língua do país de acolhimento e que aponta como fator de integração mais significativo, uma vez que o domínio da língua possibilita a comunicação, o que facilita em muito qualquer processo de integração nos vários domínios – seja o escolar, o laboral ou o das interações e sociabilidades.

Reportando-se ao seu caso concreto, aponta ainda como elementos facilitadores na adaptação a existência de semelhanças entre os dois países considerando a história de colonização comum, a língua, como já referido, semelhanças culturais e na gastronomia. Acrescenta, ainda, o fato de se encontrar integrado num convênio para estudantes, o que lhe confere um estatuto diferente em relação a outro tipo de imigração, pois facilita a interação, o desenvolvimento de sociabilidades e proporciona um melhor acolhimento, uma vez que a instituição receptora está preparada para receber estudantes estrangeiros e sendo uma universidade, no seu caso a UnB, é um espaço com pessoas com um grau de conhecimento mais elevado, facultando melhores condições a quem chega e manifestando-se mais aberta a acolher.

Os alunos “Paulo”, da Venezuela, e “Marta”, do Paraguai, ambos afirmam não ter encontrado maiores dificuldades de adaptação, pelo fato de serem oriundos de um país de língua espanhola, que se assemelha ao português. Ainda assim, “Paulo” refere que a mudança de cultura é um choque e que sentiu dificuldades no acesso a informações concretas, nomeadamente relativas a ofertas de estudos e de trabalho, por não falar fluentemente o português; esta situação, refere, muitas vezes fazia com que se sentisse rejeitado; situação que “Marta” não refere, pois por ser filha de pais brasileiros, embora a sua língua de escolarização tenha sido o espanhol, também dominava a língua portuguesa, conseguindo estabelecer comunicação nesta língua com facilidade (a sua língua de herança, para usar a terminologia corrente na sociolinguística).

Quanto aos alunos nigerianos, “Jorge” e “Selma”, ambos de língua inglesa, afirmam com muita clareza que encontraram fortes dificuldades de adaptação pelo fato de não dominarem a língua do país de acolhimento e apenas o inglês; para estes alunos, o fator língua constituiu-se como dificuldade muito significativa na sua integração nos vários domínios da vida social no Brasil – laboral, escolar e também das interações e sociabilidades, portanto os mesmos apontados pelo aluno oriundo de país de língua portuguesa, mas enquanto processo facilitado pelo domínio do português.

Realmente, é... Não foi muito fácil porque naquele tempo, já falei, eu não podia falar a língua portuguesa muito bem, esse aqui é uma coisa muito difícil porque todos os países eu

já fui, falam é... Países que pessoas lá falam Inglês ou outras, mas nunca é... Fui num país que fala, é... Pessoas lá falam Português, porque posso falar um pouquinho é... Em... “Pouquinho Alemanha, posso falar um pouquinho Grego, mas é, Português não!” (“Jorge”, aluno nigeriano).

Este aluno, “Jorge”, além das dificuldades encontradas com o domínio do idioma refere também que teve um choque de cultura. Relata as dificuldades decorrentes das diferenças culturais, referindo o momento em que, por intermédio da igreja católica, desenvolveu um curso de português e cultura brasileira, precisando participar de uma espécie de estágio, sendo enviado para conviver por uma semana com uma família brasileira, pois o objetivo não seria apenas estudar o português e a cultura brasileira em sala de aula, mas observar e viver com uma família brasileira, para entender suas rotinas e costumes.

Nesta semana de convívio referiu ter ficado chocado com muitos dos costumes das famílias brasileiras que em nada se assemelham aos costumes e à cultura da Nigéria, principalmente devido ao fato de que alguns costumes estão ligados a sua ideologia religiosa, principalmente os relacionados ao papel da mulher na sociedade e na família.

Foi um choque pra mim. Muitas coisas, choque ‘no cultura’, choque na língua, por exemplo, quando a gente quase terminando nossos estudos lá, autoridades na minha escola nos ‘enviamos’ para familiares brasileiras, porque eles falavam: ‘uma pessoa não somente estuda na sala, tem que ficar nas famílias para ver como os brasileiros vivem.’ Eles me enviaram para uma família em Riacho Fundo.

Foi um choque, eu vi muitas coisas, por exemplo, é cultura aqui às vezes, muitas vezes a mulher vai ficar sentada, sentada no sofá, homem tá cozinhando. No meu país, não!

No meu país, homem que quer sempre entrar... Na minha cultura própria, IBO, homem que sempre entra ‘no cozinha’, o pessoal pode falar: ‘você é... não muito macho!’ Você pode ser homossexual, sua mulher não pode ficar feliz. Pode quando você com ela, ela pode, mas quando tem visitante, ela vai fala: ‘não entra, não entra!’ Foi um choque pra mim. Mulheres aqui é... Muito é... como se chama? Como se fala? Muito assertiva! Não... aqui, mulheres pode fala igualdade com homem. Outra coisa, porque acha que aqui, vocês não ‘bata’ crianças, proibido! (“Jorge”, aluno nigeriano)

No entanto, o aluno demonstra compreender que são apenas costumes e culturas diferentes, não havendo cultura superior a outra. Refere que: *“É, respeito! Mas, depois é porque quando eu estudei filosofia, fiz antropologia, falei, falou, não problema, não tem cultura superior dessa aqui.”* (“Jorge”, aluno nigeriano)

“Pedro”, entrevistado peruano, em relação às questões de adaptação à realidade brasileira, refere igualmente a questão do domínio da língua portuguesa e, também, a cultura que é bem diferente. Refere, ainda, que os peruanos são muito reservados, sendo bem diferentes da maneira dos brasileiros se relacionarem, por isso eles encontram muita dificuldade.

Nesse sentido, “Pedro” relata que muitas vezes ele e seus irmãos sentem-se lesados e humilhados, mas que por sempre conseguirem frequentar instituições acadêmicas, sentiam-se mais seguros, o que já não acontecia fora deste ambiente, onde se sentiam sempre mais vulneráveis. Pois segundo “Pedro”: *“Porque você acaba entrando em um ambiente controlado, né?! Então qualquer situação, por mais crítica que ela seja, é passível de ser contornada! E se você (...) (...) começa pelo ambiente externo, é muito provável que você acabe sofrendo mais”*.

Sobre o relacionamento com os brasileiros, é também destacado o entendimento que o Brasil é um país muito acolhedor.

Eu já fui muitos países na África, mas pra mim o Brasil é um país muito diferente. Brasil é um país muito acolhido...

Acolhedor, muito acolhedor! Eu me lembrei, primeiro dia, nós saímos de escola, eu e outros amigos, entre nós ninguém podia falar língua português, era só: “obrigado; tchau, tchau!” Nós fomos pra um supermercado, e quando a gente chegava lá, pessoas lá, reconheceram, reconhecia, imediatamente, essas pessoas são estrangeiras. Graças a Deus, tem pessoas que podia naquele tempo falar língua português e outras línguas. O chefe lá chamava aquela pessoa para nos ajudar. Qualquer lugar, qualquer loja, a gente entrava, naquele tempo, pessoas são sempre muito, muito prontas para nos ajuda. (“Jorge”, aluno nigeriano).

Contudo, não há unanimidade em relação a esta questão entre os entrevistados. “Selma”, nigeriana, refere-se à personalidade das pessoas no Brasil, considerando que na Nigéria as pessoas são mais amigas e que, mesmo que no Brasil exista uma compreensão de que este é um país acolhedor, na sua percepção não é bem assim; a aluna deixa bem claro que no Brasil as pessoas somente irão ajudar outra pessoa se ela for “de um jeito”, ou seja, se você não for “daquele jeito”, a pessoa não irá ajudar você. Quando a mesma foi perguntada qual seria este jeito, ela fala de forma objetiva: *‘Branco!’*

Eu vejo que a cultura, pelo menos aqui no Brasil, por mais que vocês falem que tem todo acolhimento, é meio que cada um por sim. A pessoa só vai te ajudar se você for de um jeito, agora se você não for de um jeito, a pessoa não vai te estender a mão. (...) Branco!

Eu até vejo, assim, quando eu tô andando, que as pessoas me olham. Ah! Aquela pessoa é diferente! (...) na Nigéria, independente de você ser branca, amarela, a pessoa vai querer te ajudar. (“Selma”, aluna nigeriana).

Também “Leonardo”, bissau-guineense, refere à percepção que pessoas oriundas do continente africano não têm uma boa recepção no Brasil, devido a pré conceitos construídos em relação àquele continente e seus nativos. Embora refira *“Não! Não tive problema de adaptação, nada!”*.

Não deixa de salientar, contudo, que considera que:

A vida de imigrante africano é mais difícil do que a vida de imigrante Sírio. O Sírio, de certa forma, é branco. Africano, primeiro que já tem preconceito, e aqui, racial muito forte! Então, o cara além de sofrer preconceito racial, ainda tem a questão da xenofobia de outro lugar de onde ele veio. Você tem... O imigrante africano tem esse agravante. (“Leonardo”, aluno bissau-guineense)

Ainda que com algumas dificuldades de adaptação, percebe-se que alunos imigrantes oriundos da América Latina, encontram menos dificuldades de adaptação à realidade brasileira do que alunos oriundos de países do continente africano, fato identificado na fala do aluno oriundo da Guiné Bissau e, também, na fala da aluna oriunda da Nigéria, o que remete para a ideia de que no Brasil, mesmo sendo considerado um país acolhedor do público imigrante, se podem identificar atitudes de preconceito racial, fato que não acontece apenas com o imigrante, mas também com brasileiros, no entanto, com os imigrantes acresce o fato da xenofobia, acentuada pelas questões de preconceito racial, associadas a um grupo que à partida, regra geral, se encontra em situação de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, pode-se perceber que os relatos até aqui apresentados, confirmam o posicionamento da professora Lúcia Barbosa (NEPPE/UnB), pois a mesma refere que um dos grandes desafios para nossa sociedade é a desconstrução de estereótipos, sendo um deles o valor da palavra refugiado, do verbo refugiar, pelo adjetivo refugiado. Pessoas refugiadas oriundas do continente africano acabam sendo rotuladas como refugiadas africanas, porém para a mesma não se pode tomar um continente como um país, é preciso tomá-lo, vê-lo e entendê-lo com a sua multiplicidade.

Refere, igualmente, que os negros no Brasil nunca tiveram uma vida fácil e que um país que escravizou negros e negras, durante quase três séculos, não aceitará facilmente que hoje estes sejam cidadãos de direitos, pois não irão falar do dia para a noite que: *“agora vocês são iguais a nós. Não são! Não é assim que se passa!”* Ela própria relata que, por ser negra, enfrenta várias situações desagradáveis. Sendo assim, destaca a necessidade de continuamente manter-se a desconstrução de estereótipos.

Ainda referindo-se às práticas de preconceito, professora Lúcia Barbosa, na entrevista dada, levanta a questão do bilinguismo, pois é bilíngue aquela pessoa que fala duas línguas, no entanto, se esta pessoa for indígena não vale, pois ela não tem o referencial do branco. Nesse sentido, considera que ainda nem se começou a debater a questão do multilinguismo dos nossos imigrantes, pois todos eles falam, no mínimo, duas línguas e agora estão começando o contato com o português, sendo a experiência linguística deles muito arrojada.

A professora Lúcia Barbosa considera que o português que é necessário ser aprendido pelos imigrantes é o português como língua de acolhimento e não uma língua elitizada, segregadora e que separa as pessoas. Não se pode fazer com os imigrantes o que foi feito com os indígenas, com os povos de fronteira com o Brasil, com os antepassados africanos, que aqui chegaram e que passaram horrores, nas palavras da professora, para aprender nossa língua. O imigrante ou refugiado precisa ter acesso a uma língua que seja instrumento de acolhimento e integração.

Nesse sentido, pode-se compreender que esta seria a necessidade dos alunos oriundos do Peru, pois o fator que mais dificultou a adaptação dos mesmos ao Brasil, foi a falta de domínio da língua portuguesa, nos padrões gramaticais considerados ‘corretos’, o que em certos momentos gerou um sentimento de humilhação por não se comunicarem na forma padrão da língua.

Por exemplo, houve ocasiões em que, por ele ter, tinha acabado de chegar e já ia começar um curso, só que as pessoas começaram a falar, falar... não conseguia ele entender muito bem, algumas pessoas se irritavam com isso! Quando elas se irritavam ele começava já não falar mais, ou... ele acabava sentindo-se assim, meio constrangido. (“Pedro”, irmão dos alunos peruanos).

Além das questões de preconceito racial e preconceito linguístico, também existem várias outras práticas discriminatórias contra o público imigrante que não é bem visto no país. Outro exemplo é o que acontece nas relações laborais, pois os imigrantes são muitas vezes submetidos a situações desumanas de trabalho, corroborando que nem sempre o Brasil é um país acolhedor, pois depende muito de onde o imigrante é originário. Para a professora Lúcia Barbosa isso é nítido:

Nós temos que pensar nisso como pessoas que somos, então, ah o Brasil, hospitaleiro, não é gente!!! Nós temos pessoas hospitaleiras, é verdade, pessoas, grupos acolhedores, com certeza temos, mas nós vamos ver a história, por exemplo, dos bolivianos, em São Paulo, olha a história dos nossos vizinhos, irmãos, aqui do lado, não é, então a gente vai ter que repensar também esse lugar nosso nessa história aqui, certo! (Lúcia Barbosa).

Segundo Silva (2006), a pessoa que migra busca uma vida melhor, obter sucesso econômico e um regresso vitorioso para seu país de origem, pois este retorno é um ideal constitutivo da condição de imigrante. O autor fala que antes de migrar para outro país, geralmente as pessoas já fazem uma noção do lugar, principalmente pelas propagandas e imagens veiculadas pela imprensa e com os povos hispano-americanos não é diferente, pois percebem o Brasil como o país do futebol, do samba, das lindas praias e de oportunidades de emprego.

No entanto, para Silva (2006), este é apenas um imaginário que se faz do país, sendo apenas uma fração da realidade brasileira. Com certeza, o Brasil conta sim com vários adjetivos, porém muitas vezes o sonho acaba no momento que o imigrante depara-se com a realidade. Silva (2006) também refere a situação dos bolivianos que vivem na cidade de São Paulo, salientando que enfrentam muitas dificuldades, principalmente no meio laboral, pois geralmente trabalham na indústria da confecção de roupas, em situações desumanas, com uma rotina de trabalho diária de seis da manhã à meia-noite. Os bolivianos que vêm para o Brasil fogem da pobreza e de uma economia de subsistência, no entanto acabam sendo explorados no mercado de trabalho.

Assim, percebe-se que Silva (2006) confirma a percepção da professora Lúcia Barbosa, pois quando a mesma diz que o Brasil não é o país acolhedor que todos pensam e, que dependendo do local de onde o imigrante vem, como no caso de alguns países de fronteira com o Brasil, como a Bolívia, ele não será bem aceito, coincide com as ideias do autor em relação ao processo de integração dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, que enfrentam dificuldades de reconhecimento social, passando por situações de preconceito racial e social.

Sendo o **domínio de línguas** central, quer no discurso dos alunos entrevistados, quer no dos especialistas, importa sistematizar a informação relativa a esta matéria. Entre as preocupações iniciais encontrava-se, precisamente, a dos conhecimentos da língua portuguesa enquanto língua do país de acolhimento dos alunos imigrantes e, aferindo junto dos mesmos o conhecimento que detêm desta língua, entender também como percebem as **necessidades de formação em português**.

Percebe-se até aqui que para os alunos entrevistados o idioma é um dos fatores que contribuem para a maior integração dos imigrantes em nossa sociedade e, também, que se constitui como elemento facilitador para melhor compreensão e adaptação à cultura brasileira. Percebe-se, igualmente, que para os que são originários de países de expressão portuguesa ou de países de língua espanhola, que se assemelha mais ao português, a facilidade de adaptação à realidade brasileira é maior.

O aluno bissau-guineense referiu ter domínio apenas do português, sendo que o português de Guiné Bissau apresenta algumas diferenças do português brasileiro, assim como, do português de Portugal, no entanto, apresenta-se como um grande facilitador das relações, se comparado com os alunos nigerianos, que encontram maiores dificuldades, pois a língua oficial da Nigéria é o inglês.

Dois dos entrevistados (“Leonardo”, da Guiné-Bissau, e “Marta”, do Paraguai) referiram ter tido contato com outras duas línguas, um caso indica possuir algum conhecimento de inglês e francês e, outro, refere ter domínio do espanhol e também algum conhecimento de inglês. Estes dois alunos disseram utilizar a língua portuguesa na sua comunicação diária.

Português só! Inglês eu fiz básico, francês eu fiz básico, dá pra virar com texto aí tentando, ajudando com o Google (...). (“Leonardo”, aluno bissau-guineense).

Só o Espanhol. O Inglês, eu comecei dando aula de Inglês, dei aula três anos, dei aula pra criança. (...) domínio do Inglês eu nunca tive não. Eu gostaria de ter.

(...) Só o Português, somente o Português. O Espanhol é aqui aos sábados.

Domínio do Português – Tenho. Mas, Espanhol tá na frente. (“Marta”, aluna paraguaia).

A aluna “Selma”, oriunda da Nigéria, disse falar inglês, francês e português. No caso o inglês porque é o idioma oficial da Nigéria e o francês aprendeu em uma escola de línguas em Brasília. Ela considera a compreensão do idioma essencial e disse ter apenas dificuldade na escrita de textos, porém na expressão oral do português já tem mais facilidade.

O outro aluno nigeriano (“Jorge”), referiu algumas situações em que se confunde na língua portuguesa e acaba utilizando o inglês. Foi possível constatar durante a entrevista que o aluno possui dificuldades para encontrar algumas palavras que possam dar significado ao que ele deseja falar e, em muitos casos, acaba utilizando a palavra em inglês, pois não tendo domínio suficiente de vocabulário em português não encontra a palavra equivalente. Deve-se, contudo, salientar que a sua dificuldade também ocorre devido ao fato de estar há pouco tempo no Brasil, desde 2013, sendo que os alunos “Leonardo” e “Marta” já estão no país em média 10 anos.

Por isso não tem jeito, por isso eu é... E depois, naquele tempo não podia falar Português, por isso aquela paróquia, com a ajuda do pároco deles me ajudavam, ajudavam, eles me enviaram para uma escola.

Eu fiz curso de língua português, cultura brasileira por três meses.

Escrita mais difícil, mas eu já estou escrevendo muito bem. Porque cartas tá chegando, eu estou respondendo tudo. Estou, agora pra mim escrever melhor do que falo. (...) Olha, quando eu fiz curso operador de micro, nosso professor de português nos ensinava muitas coisa, como fazer muitas cartas formais, pedido, recomendação, muitas cartas, isto muito ajudou, advertência, muitas coisas! (...) isso aqui é uma coisa muito boa no IFB. Ele nos ensinou, pessoa fazendo curso operador de micro, mas tem oportunidade para aprender muitas coisas. Fazendo curso português, fazendo curso matemática, fazendo curso raciocínio lógico. (...) descobri espanhol, uma língua que é semelhante com português.

Vai me ajudar para... comunicar, falar com pessoas (...). (...) Espanhol é o que mais se aproxima do português aqui. (“Jorge”, aluno nigeriano).

O aluno “Paulo”, venezuelano, tem domínio do Espanhol, disse ter cursado um nível de português na Venezuela, antes de vir para o Brasil e que aqui, por meio da ajuda de sua esposa, que é brasileira, acabou aperfeiçoando mais o seu português, além do convívio diário com outros brasileiros, que ajuda bastante. Porém, mesmo assim o mesmo ainda possui bastante dificuldade com o novo idioma e indica que escrever é completamente diferente do que falar, sendo que encontra muita dificuldade na escrita, referindo que o estudante precisa ter domínio da escrita. O mesmo disse que já teve algumas oportunidades de participar de provas escritas e que foi bem complicado.

Em relação ao domínio das línguas, ”Pedro”, peruano, esclareceu que ele e seus irmãos dominam o idioma espanhol e estão começando a se adaptar ao português. Também este entrevistado acredita que o domínio do idioma é um dos meios mais importantes para a pessoa se integrar a outro país, segundo o mesmo: *“O idioma, eu acredito que é um dos canais mais significativos para você se integrar! Sem o idioma, você se limita muito! Limita muito, muito! Não há como!”*.

Segundo “Pedro”, ao chegar ao Brasil procurou alguma instituição que pudesse aprender a língua portuguesa, mas não encontrou, aprendeu no dia a dia quando começou a cursar o nível superior. Com seus irmãos foi do mesmo jeito, começaram a aprender dentro das instituições, no caso o IFB, porém cursando outros cursos e não especificamente um curso de português para imigrantes, que teria ajudado muito mais, segundo ele: *“Eu acredito que se tiver isso, se o IFB (...). (...) um espaço onde possa, vamos supor ministrar aulas de português, né?! Porque não é só a aula de Português! Você acaba aprendendo muito mais do que a aula!”*.

Transversalmente, foi possível identificar a percepção entre os entrevistados de que o Estado brasileiro deveria fornecer meios para que os imigrantes tivessem maior facilidade de acesso ao idioma português, o que facilitaria a adaptação à nova cultura, sendo referida a necessidade de oferta de cursos específicos de língua portuguesa para estrangeiros; já que o país, por meio de escolas de línguas, oferta cursos de inglês e francês, por que então não ofertar português.

À exceção da aluna que domina o português, por ser a sua língua de herança, adquirida no contexto familiar, os restantes alunos entrevistados consideram que ter acesso a cursos de português seria de grande contribuição, inclusive o aluno oriundo de um país de língua oficial portuguesa.

Se eu quero estudar língua portuguesa? Farei! (“Jorge”, aluno nigeriano).

Então, o meu Português é esse daqui. Então, eu não tinha necessidade de comprovar Português, talvez por isso que eu não faria. Que a minha necessidade de fazer Espanhol foi pra comprovar. (“Marta”, aluna paraguaia).

Claro! Português a gente não... Português a gente sabe que português é difícil né! Português é muito complexo. A gente não... Eu não sei nada de português! Só o básico! A gente escreve, tem que dá conta e tal. Então, isso aí, português nunca é demais! Português a gente tem que aprender mesmo! Ainda que, assim, eu aprendi muita coisa, mas a gente tem uma base muito mais difícil de aprendizado né, uma base muito fraca. Então, eu acho que se tiver um... mas eu acho que o mais importante ainda, se abrisse um curso de português básico, eu acho que poderia ter adesão pra os imigrantes e, se divulgasse, eu acho que teria interesse sim, de fazer. (“Leonardo”, aluno bissau-guineense).

O aluno “Paulo” também considera importante a oferta de cursos específicos de português para imigrantes e disse que ao chegar a Brasília procurou fazer um curso de português para estrangeiros e buscou a UnB, porém ficou assustado com o valor que era cobrado e como não tinha condições financeiras, percebeu que não poderia cursar. Foi aí que descobriu o Curso de Alfabetização e Letramento oferecido gratuitamente pelo campus Taguatinga Centro do IFB.

Eu queria fazer um curso de português para estrangeiros né, aí pesquisei UnB. Eles têm um local aí que falam cursos de língua para estrangeiros. (...) Quando fui lá, eu fiquei assustado com o valor do curso, eu diz: ‘não tenho as condições, então não posso!’ É, depois é... no decorrer do tempo, aí fiz esse curso de alfabetização, os poucos dias que fiquei lá no IFB eu aprendi muito com aquela professora! (“Paulo”, aluno venezuelano).

Seyferth (2008) salienta o fato de que o imigrante é percebido como um estranho em outro país e que a partir do momento que o mesmo tiver acesso à língua oficial do país terá mais condições de integrar-se à cultura e à identidade daquele país.

Corroborando com a fala de Seyferth (2008), quando se trata de aprender a língua do país de acolhimento, Rajput (2012) utilizando como referência Grosso, Tavares & Tavares (2009) refere que a aprendizagem da língua do país de acolhimento contribui para inserção social e profissional dos imigrantes, gerando mais igualdade de oportunidades, facilitando o exercício da cidadania e potencializando qualificações enriquecedoras, tanto para quem chega quanto para quem acolhe. E, segundo a autora, caso isso não aconteça, ou seja, caso o imigrante não tenha condições de acesso à língua, o mesmo poderá encontrar mais dificuldades, pois ficará isolado da sociedade e da cultura do país, ficando alheio às atualidades e às questões que envolvem o sistema social, político e cultural do país.

Nesse sentido percebe-se que no Brasil ainda não se tem políticas públicas educativas voltadas para a população imigrante e refugiada, fazendo com que muitos deles

procurem a oferta de cursos de português em instituições da sociedade civil, como o Instituto Migrações e Direitos Humanos.

Na entrevista dada, Irmã Rosita explica que a missão da instituição é acolher os imigrantes e refugiados no momento em que chegam ao Brasil, oferecendo aos mesmos as condições básicas para que possam reconstruir suas vidas, por meio de atitudes de conforto e animação, buscando recuperar a auto-estima dos mesmos. Além desta acolhida fraterna, recebem todas as orientações de que necessitam, bolsa auxílio, alimentação, roupas, ajuda com a documentação, acesso à escola para crianças e adolescentes, ajuda no preparo de currículos e orientações sobre o mercado de trabalho e, ainda, encaminhamento para aulas de português.

Percebe-se que esta instituição desenvolve trabalho de acolhimento e orientação aos imigrantes e refugiados e que já desenvolve a oferta de aulas de português para os mesmos. Dessa forma, uma das necessidades apresentadas pelos alunos entrevistados, que é a oferta de cursos de português para imigrantes e refugiados, já é promovida pela referida instituição.

Irmã Rosita salienta, contudo, que as parcerias são necessárias, pois do contrário não seria possível realizar o trabalho que é feito pela instituição. O IMDH mantém parceria com várias instituições do Distrito Federal como CNIg, CONARE, Albergue Conviver, Gerência de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do DF, Pastoral do Imigrante de Arquidiocese, Casa São José no Varjão, Escola 431 de Samambaia Norte e NEPPE/UnB. As últimas três instituições atuam diretamente com a oferta de cursos de português para imigrantes e refugiados.

Irmã Rosita esclarece que o NEPPE/UnB possui um curso de português para estrangeiros que é pago, porém por meio da parceria existente, a instituição oferece vagas gratuitamente para imigrantes e refugiados encaminhados pelo IMDH, sugerindo que, caso o IFB tenha interesse, também poderia-se estabelecer uma parceria deste tipo.

Volta-se a referir, reforçando, que um dos alunos entrevistados mencionou ter procurado uma instituição que oferecesse cursos de português para imigrantes e estrangeiros, logo que chegou ao Brasil, tendo chegado a procurar o NEPPE, porém quando tomou conhecimento de que os cursos eram pagos, acabou desistindo por falta de condições para suportar as despesas.

Após análise dos relatos dos entrevistados a respeito de suas dificuldades com o domínio do idioma, confirma-se a o que afirma Rajput (2012), referindo-se a Grosso (2007),

que o maior problema enfrentado pelos imigrantes e refugiados chegados recentemente a Portugal, ou seja, a partir do ano 2000, é a falta de domínio do português, gerando assim, uma barreira linguística, porém a autora compreende que foi exatamente esta situação que fez com que Portugal apresentasse uma preocupação com o ensino da língua portuguesa naquele país, com o objetivo de contribuir com a integração dos imigrantes.

Nesse sentido, conforme Grosso (2007), percebe-se que os diferentes fluxos migratórios e o ensino da língua portuguesa a imigrantes e refugiados, em Portugal, promoveu trocas de hábitos e a produção de novos códigos inter e intraculturais, transformando a realidade étnica e cultural do país, sendo assim, é a língua o grande desafio do sistema educativo português, pois o governo entende que este é um dos instrumentos de integração que mais auxilia no acolhimento dos imigrantes e que permite acesso a vários outros saberes e direitos.

A partir desta compreensão do país lusitano, ressalta-se a necessidade de que o Brasil também desenvolva meios para ofertar cursos de português, gratuitamente, ao público imigrante e refugiado que vem chegando ao país. Para isso, é preciso pensar políticas públicas voltadas para a formação de professores e elaboração de material didático apropriado, pois segundo a professora Lúcia Barbosa (NEPPE/UnB), o grande desafio do NEPPE é a formação de professores, porém também encontram muita dificuldade na elaboração de materiais de divulgação com orientações sobre leis, dados importantes da administração pública e material didático para trabalhar na aulas.

#### **4.2 Caracterização da trajetória escolar dos alunos no IFB**

Na caracterização da trajetória escolar dos alunos serão considerados os seguintes aspectos: Áreas de formação; motivo pela escolha do IFB e do curso que frequenta na instituição; percepção do aluno quanto aos aspectos que auxiliam e os que prejudicam a aprendizagem; possíveis práticas de preconceito e desrespeito sentidas no contexto da instituição; percepção da relação professores/alunos imigrantes; considerações dos alunos quanto a metodologias utilizadas.

Já se fez referência às áreas de formação dos alunos anteriormente, onde se pode perceber que os três alunos ativos entrevistados possuem nível superior e um excelente grau de conhecimento, no entanto, buscaram o IFB para realizar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para atender necessidades pontuais. O aluno “Leonardo” cursa Lógica e Estatística, matérias que segundo o mesmo contribuem nas suas pesquisas de formação pós-graduada e também podem ajudar caso venha a realizar um concurso público.

A aluna “Marta” e o aluno “Jorge” cursam Espanhol. Ela porque é originária do Paraguai, tendo domínio do espanhol e precisando apenas da certificação. Ele, pois é o curso que mais se aproxima do português, trazendo importante contribuição para o seu processo de adaptação à realidade brasileira.

Para além das necessidades pontuais que levaram os alunos entrevistados a frequentar os cursos do IFB, foi possível perceber que a instituição serve como referência e espaço de integração e acolhimento, onde estabelecem relações e trocas interculturais que, no ambiente externo, tornam-se mais difíceis.

O aluno “Leonardo” conheceu o IFB porque estudava na UnB, que fica geograficamente perto do campus Brasília e da Reitoria, no Plano Piloto de Brasília e, segundo o mesmo, acompanhou todo o processo de construção do prédio, pois costumava passar pelo local e, também ficou conhecendo mais sobre a instituição por meio de pesquisa pela internet. Agora ele está morando na cidade de Riacho Fundo, onde também tem um campus do IFB e que é onde ele está matriculado, ficando bem próximo de sua residência.

A aluna “Marta” relatou ter conhecido o IFB por intermédio de seu esposo, que costuma prestar serviços para várias instituições do Governo Federal, sendo que em um dado momento ele descobriu que o campus Riacho Fundo estava ofertando o curso de espanhol e incentivou a mesma a participar para adquirir a certificação que ela precisava.

Já o aluno “Jorge” teve conhecimento do IFB por intermédio de uma amiga que também já havia realizado um curso na instituição e que seria um local onde o mesmo poderia estudar gratuitamente.

Eu, IFB, eu sempre, assim, nos últimos tempos tem crescido em Brasília. Desde a construção do primeiro lá, a gente pesquisa né. (“Leonardo”, aluno bissau-guineense).

“O IFB tá oferecendo curso de espanhol. Vai ter um teste de nível! Você não quer? Você não falou que queria um diploma? Ter um Diploma?”. Aí eu falei “Opa! Vou lá!” E aí foi a minha chance de ir e ter o meu diploma de Espanhol. (“Marta”, aluna paraguaia).

Através de uma amiga, uma amiga falou pra mim: ‘aqui tem estudo IFB! Pessoa tem oportunidade, você pode estudar grátis’ Eu falei: ‘não! Essa aqui não é possível. Como uma pessoa vai estudar grátis no Brasil?’ (“Jorge”, aluno nigeriano).

Percebe-se por meio da fala dos entrevistados o quão importante é para os mesmos o espaço da instituição IFB, pois mesmo que já possuam um nível elevado de conhecimento, este espaço é entendido como resposta a necessidades pontuais advindas da chegada em um país que possui cultura, costumes e língua ainda estranha aos mesmos, sendo, portanto um local de acolhimento, propício para as trocas multi e interculturais, que irão

agregar aprendizagens mútuas, ou seja, tanto o imigrante quanto o ‘nacional’ poderão desfrutar das trocas, concretizando assim a interculturalidade pois, segundo Araújo (2008), educar para cidadania significa a escola desenvolver a capacidade de compreensão e intervenção no relacionamento com outras culturas e espaços, respeitando as diferentes identidades nacionais, religiosas e étnicas, aceitando as diferenças e percebendo a pluralidade como uma forma de enriquecimento da nossa sociedade.

Trazendo à tona mais uma vez o aspecto da globalização, que influencia diretamente o processo de mobilidade humana, Araújo (2008) compreende que devido a esse fato, cada vez mais ter-se-á um aumento de imigrantes, de diferentes pertenças e etnias, chegando às escolas, sendo que este espaço escolar não se resumirá a um espaço apenas de aquisições cognitivas, mas sim um ambiente que promova o acolhimento e a efetiva integração social dos imigrantes.

A autora percebe a dupla nacionalidade como uma oportunidade de aprendizagem dentro do sistema educativo. Para a mesma, a escola precisa ser um instrumento de mobilidade social, que seja capaz de agregar competências interculturais. Percebe-se que o IFB já é visto pelos alunos entrevistados como este instrumento citado por Araújo (2008) e que se continuar adequando-se à realidade multicultural, por meio de uma pedagogia intercultural que valorize as opções vocacionais dos imigrantes e suas realidades linguísticas e socioculturais, promoverá a inclusão escolar, profissional e econômica das populações migrantes.

Quanto aos alunos evadidos, em relação às áreas de formação, o aluno “Paulo” tem formação em Administração e a aluna “Selma” já possui Ensino Médio completo, fez alguns cursos técnicos e agora está cursando nível superior em uma faculdade privada.

O aluno “Paulo” disse ter conhecido o IFB por meio de pesquisas em busca de locais que estivessem ofertando cursos gratuitos e então, por meio de um cadastro no site no IFB, começou a receber informações de oferta de cursos. Foi quando ficou sabendo do Curso de Alfabetização e Letramento oferecido pelo campus Taguatinga Centro, porém já estava matriculado em outro curso na Escola Técnica da Ceilândia, vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal. Ele então ficou entusiasmado com o curso, pois não era necessário apresentar nenhuma certificação de escolaridade, tendo em vista que era um curso de alfabetização.

Segundo o aluno, na Escola Técnica de Ceilândia, eles solicitaram comprovação de escolaridade para que conseguisse fazer a matrícula no Curso de Departamento Pessoal,

porém como não tinha como conseguir, o diretor simplificou o processo e permitiu que ele fizesse uma declaração, falando de seu nível de escolaridade e assinando, responsabilizando-se pelas informações e assim obteve acesso ao curso.

Este relato confirma aquilo que já foi falado pela professora Lúcia Barbosa (NEPPE/UnB) e pela Irmã Rosita Milesi (IMDH) a respeito da necessidade de encontrar formas de certificação de competências e de ingresso simplificado, tendo em vista a especificidade dos alunos imigrantes e refugiados.

Mesmo cursando Departamento Pessoal, na Escola Técnica de Ceilândia, o aluno “Paulo” resolveu cursar, no campus Taguatinga Centro do IFB, o Curso de Alfabetização e Letramento, pois precisava muito do domínio do idioma. No entanto, depois de algum tempo não conseguiu permanecer nos dois cursos e acabou optando pelo Curso de Departamento Pessoal, evadindo do Curso de Alfabetização e Letramento, mas apenas porque os horários estavam chocando, pois relatou ter aprendido muito durante o tempo que ficou no IFB e que as trocas de saberes e culturas foram riquíssimas.

A aluna “Selma” também relatou ter conhecido o IFB por meio da internet, pelas redes sociais e, também pela escola onde frequentava o Ensino Médio. Ela disse ter acompanhado a chegada do Instituto Federal na cidade de Brasília e, por se tratar de uma instituição Federal, ela entendeu que seria gratuita e interessou-se pelos cursos. Sendo assim, no ano de 2013 cursou Auxiliar em Mecânica Automotiva, no campus Estrutural e, no primeiro semestre de 2015 começou a cursar Técnico em Comércio, no campus Taguatinga Centro, porém devido ao trabalho, acabou chegando atrasada às aulas e até mesmo tendo muitas faltas, o que fez com que perdesse conteúdo e desistisse do curso e, também, porque no segundo semestre de 2015 começou o nível superior, em uma faculdade particular, onde conseguiu uma excelente bolsa e não podia perder a oportunidade. Ela relatou que até queria ter terminado o curso, pois se identificou muito com a dinâmica de aulas, porque existia uma grande diversidade de idades na sala de aula e as trocas eram muito boas, mas não foi possível.

Eu conheci o IFB porque quando eu cheguei aqui no Brasil, eu estava pesquisando algum curso de graça. (“Paulo”, aluno venezuelano).

Na época que eu fiquei sabendo do IFB foi pelas redes sociais e pela escola, que eu tava no Ensino Médio.

Nossa! Parece bem legal, né! E quando eu pensei Instituto Federal, acho que o ensino deve ser de graça. Aí eu procurei conhecer mais, vi dos cursos e vi que tinham muitos cursos que me interessavam (“Selma”, aluna nigeriana).

Além do aspecto do IFB ser um espaço propício para suprir necessidades pontuais dos alunos entrevistados e, também, contribuir para trocas de saberes e culturas, percebe-se que o fato da gratuidade dos cursos é outro aspecto importantíssimo para o imigrante que chega ao país e ainda não tem nenhum local de referência para apoiar-se.

O relato de “Pedro” explica um pouco sobre a vinda dos irmãos, após sua chegada. O irmão “Roberto” cursava Medicina no Peru e, também estava enfrentando alguns problemas de saúde, sendo assim, a intenção era de que pudesse transferir a faculdade de Medicina aqui para o Brasil e conseguisse, paralelamente a isso, realizar seu tratamento de saúde. No entanto, não foi possível que esta estratégia obtivesse sucesso e o “Roberto” acabou optando por retornar para o Peru e lá terminar seus estudos. Porém, no período em que permaneceu no Brasil, conheceu o IFB e resolveu fazer cursos para não ficar parado.

Eu já conhecia o IFB antes, na Católica eu tive um professor que também ministrava no IFB. (...) foi aí que surgiu a oportunidade dele estudar no IFB! (...) Foi assim que eu conheci o IFB, aí comecei a entrar no site, aí era um processo seletivo num semestre, era outro processo no outro, era com vídeos, era com palestras! Então, durante todo esse período, a forma de ingresso, a dinâmica, lógica do IFB mudava, eu tentava entender (...) (“Pedro”, irmão dos alunos peruanos).

Já seu irmão “Nelson”, que chegou até mesmo antes do “Roberto”, já havia feito curso de Espanhol no campus Riacho Fundo, em semestres anteriores, para aprimorar o Espanhol e conseguir uma certificação que habilitasse o mesmo para o trabalho, pois era nativo do Peru, cuja língua oficial é o espanhol, mas não tinha como comprovar, sendo o mesmo caso da aluna paraguaia, “Marta”, que também buscou o curso de Espanhol no campus Riacho Fundo, para conseguir uma certificação, mesmo que fosse nativa do Paraguai, cuja língua oficial também é o espanhol.

Além do curso de Espanhol, no primeiro semestre de 2015, o aluno “Nelson” começou o Curso de Inglês, também no campus Riacho Fundo, porém acabou apresentando muitas faltas e para o segundo semestre de 2015 teve sua matrícula cancelada, pois acabou reprovando, devido ter ultrapassado o limite de faltas permitido. Sendo assim, foi considerado como evadido.

Em relação ao fato de alguns alunos entrevistados terem evadido dos cursos, foi possível perceber que não foi devido a nenhum problema que tenha acontecido dentro da instituição, até mesmo porque os alunos relataram que queriam ter continuando os cursos até o final, porém por questões pessoais e de sobreposição de atividades, isso não foi possível.

Deixam claro que voltariam a cursar outros cursos na instituição posteriormente, pois foram muito bem recebidos e acolhidos.

A percepção de que a escola é um espaço promissor para uma relação de integração e de trocas interculturais exige que se faça uma reflexão sobre os **aspectos que auxiliam e os que prejudicam a aprendizagem e a possibilidade de integração**. Nesse sentido, os alunos entrevistados fizeram seus relatos positivos e negativos, sendo possível perceber que os aspectos positivos sobrepõem-se aos negativos e, que estes últimos, não foram questões que impediram os alunos de permanecer e progredir nos curso sem que se encontravam. De um modo geral, as dificuldades de concretização dos estudos foram atribuídas, pelos alunos, a questões pessoais.

Começando por referir os aspetos negativos e positivos da passagem pelo IFB apontados pelos alunos evadidos, na tentativa de contribuir para entender as razões da evasão. Os alunos tornaram claro que consideram a instituição um ambiente propício para a aprendizagem, não tendo apresentado razões internas à instituição para justificar a sua desistência.

“Paulo”, aluno que acabou evadindo, considera um aspecto negativo o fato de no Brasil, não especificamente o IFB, mas as instituições de ensino em geral, serem muito exigentes na apresentação das certificações; na sua opinião são poucas as instituições que oferecem oportunidades de estudo para estrangeiros e imigrantes, considerando que se o Estado desenvolvesse políticas públicas de educação para atender este público, contribuiria para melhores condições de emprego e, por consequência, melhor qualidade de vida, fazendo com que pessoas oriundas de outros países possam evoluir, onde todos sairiam ganhando, tanto quem chega quanto quem está aqui.

Então, poucas oportunidades, poucas instituições estão oferecendo, em relação aos estrangeiros ou aos imigrantes ou a pessoas que estão vindo de outros locais, de outros países, oferecendo oportunidades para eles poderem estudar! (“Paulo”, aluno venezuelano).

No seu caso concreto, conseguiu fazer o Curso de Alfabetização e Letramento sem ter que apresentar certificação, pois era um curso voltado para pessoas do país que ainda não eram alfabetizadas, ou seja, não teriam mesmo como comprovar a escolaridade, porém para ter acesso aos demais cursos já é mais complicado. Destaca, nesta matéria, como aspecto positivo a flexibilidade da Escola Técnica de Ceilândia permitindo que ele fizesse uma declaração, conforme já foi mencionado anteriormente.

Outro aspecto positivo referido por este aluno refere-se à diversidade de público com quem conviveu no IFB, promovendo trocas interculturais que contribuíram para sua integração e adaptação ao país.

A aluna “Selma”, também evadida, identifica como aspecto negativo a estrutura física do campus Taguatinga Centro, que ainda está numa sede provisória, deixando a desejar em algumas questões de espaço e organização.

Tal como o aluno anteriormente referido, também destaca como ponto positivo o fato de na sua turma existir uma grande variação de idades e diversidade de público, que contribuía para aprendizagem e para as trocas interculturais.

Eu achei legal da minha turma é porque não tinha só, como é que eu vou dizer, tipo aquele perfil específico de estudante de curso Técnico, que acabou de terminar o ensino médio. Tinha todas as idades (...). Desde a senhorinha até o adolescente. (“Selma”, aluna nigeriana).

Em relação aos aspectos que poderiam ter contribuído ou prejudicado a aprendizagem de seus irmãos, ambos evadidos, “Pedro” relata que os mesmos nunca comentaram nada desagradável em relação à instituição escolar e que somente seu irmão “Nelson” que é mais tímido, referiu, em alguns momentos, certas ocorrências dentro da sala de aula relacionadas aos colegas, pois às vezes ele não conseguia entender o que o professor estava falando e alguns colegas irritavam-se com isso, fazendo com que se sentisse constrangido e não falasse mais nada, ficando quieto – como referido anteriormente, isso ocorria em função de não dominar o idioma, prejudicando sua aprendizagem.

Dando continuidade às percepções dos alunos entrevistados sobre uma diversidade de temas que estão diretamente ligados à permanência desses alunos na instituição, questões associadas a possíveis práticas de preconceito, por mais que sejam delicadas, precisam ser faladas no sentido de propor mudanças. No entanto, de acordo com a informação dos alunos, foi possível perceber que estas possíveis práticas de preconceito não são referidas pelos mesmos como ocorrendo dentro do IFB e que, algumas situações de preconceito já vividas, aconteceram fora da instituição, fazendo com que percebam este espaço educativo como um local que respeita suas diferenças.

“Paulo” afirmou não ter passado por nenhuma prática de preconceito ou desrespeito dentro do IFB, porém referiu que na vida cotidiana já passou por situações desagradáveis, mas seria mais em função de acesso a informações, pela falta de conhecimento das pessoas, mas não por ser estrangeiro especificamente.

Já a aluna “Selma” disse ter passado por situações de preconceito, porém não dentro do IFB, segundo ela dentro da instituição não sofreu preconceito, a não ser o fato que ela considera ter tido alguma diferença no momento de ser efetivada na empresa na qual participava do programa Jovem Aprendiz, porém mais pelo fato de ser mulher. No entanto, na vida cotidiana ela já enfrentou práticas de preconceito racial, pois no seu entendimento, no Brasil existe bastante preconceito em relação ao continente africano e às pessoas que de lá migram, tendo a representação de que o mesmo não acontece com os imigrantes oriundos do continente europeu.

No caso, aqui até mesmo a minha família tendo pago avião, tendo chegado com o visto em dia, tudo certinho, às vezes, as pessoas ficam perguntando: “você vieram de navio?” Como assim gente, de navio? Nem é possível isso hoje em dia!  
Tem um certo... Certo não! Tem bastante preconceito em relação ao Continente Africano! (“Selma”, aluna nigeriana).

Em relação aos seus irmãos, “Pedro” referiu que os mesmos falavam sobre algumas intercorrências naturais da falta de conhecimento das pessoas sobre a procedência deles ou sobre a cultura, mas não poderiam ser consideradas práticas de preconceito.

Quanto aos alunos que permanecem nos cursos no IFB, um dos aspectos levantados como dificuldades prende-se com a distância e com questões de segurança nas deslocamentos entre o local de trabalho ou a residência e a instituição de ensino. “Jorge” aponta a distância como uma das maiores dificuldades encontradas, pois ele estuda no campus Estrutural e, embora tenha mudado de residência e se encontre agora em moradia em localização mais próxima da cidade Estrutural, anteriormente morava na região do Lago Sul, tornando-se bem distante e perigoso deslocar-se para as aulas no horário noturno em que o curso é ofertado. Relatou, inclusive, que certa vez foi atacado com objetivo de furto por algumas pessoas na cidade Estrutural, vincando que a falta de segurança é algo que em certo momento fez com que ficasse com medo de continuar frequentando o curso, o que trouxe alguns prejuízos para sua aprendizagem, pois acabou faltando às aulas durante uma semana, até se recuperar do susto.

Outro aspecto identificado como problema, relaciona-se, mais uma vez, com as dificuldades no domínio da língua, pois dificulta o entendimento do que os professores estão falando, gerando falta de conhecimento dos assuntos abordados em sala de aula.

Será de salientar, também, algumas alusões à organização de cursos em relação à disponibilidade das coordenações no campus, nomeadamente quando as aulas decorrem apenas aos sábados, sendo referido que os alunos, nestes casos, ficam sem o amparo das

coordenações pedagógica, de assistência estudantil e de registro acadêmico, que desenvolvem suas atividades apenas durante a semana. É dada a sugestão para que estas coordenações possam vir a ofertar o atendimento pelo menos um sábado ao mês, o que já seria suficiente, principalmente para resolver questões ligadas à entrega de documentação.

Eu acho que seria interessante hoje, seria interessante um sábado por mês, já ajuda. Inclusive, eu acho que deixei um documento meu aqui, não tenho certeza e ainda não vim, tenho que vir durante a semana. Aí acaba que, se tivesse alguém aqui, eu já teria visto. (Marta, aluna paraguaia)

Neste sentido, da importância do acesso às várias coordenações nos *campi*, fator considerado positivo para o aluno “Jorge” foi o fato de ter recebido apoio da equipe de assistência estudantil do campus Estrutural, tanto nos aspectos relativos à aprendizagem quanto nos aspectos pessoais, ressaltando a importância deste apoio para o crescimento dos alunos.

Outra coisa boa, a Estrutural naquele tempo ele me ajudou com financiamento. Tem um programa pra ajudar. Bolsa. Assistência estudantil. É uma coisa, uma única coisa muito boa. E a, materiais, cadernos e as nossas professoras sempre têm na Estrutural, tem é, não sei, departamento pra ajudar os alunos que têm problema pessoalmente. Se você, por isso... Essa aqui, é uma coisa muito boa. (Jorge, aluno nigeriano)

Percebe-se que o atendimento da assistência estudantil é visto pelos alunos entrevistados como um fator muito positivo, pois além do apoio recebido no acompanhamento da aprendizagem o fato de terem a possibilidade de serem beneficiados com auxílios estudantis, por meio de bolsas, faz total diferença na permanência na instituição.

Não foi possível identificar na fala dos alunos evadidos a intervenção da equipe de assistência estudantil, aspecto detectado na fala dos alunos ativos e que foi de grande contribuição para a permanência dos mesmos nos cursos, o que talvez não tenha acontecido com os alunos evadidos pelo pouco tempo que ficaram nos cursos e não tiveram oportunidade de estabelecer contato com a equipe, podendo ventilar-se a hipótese de, de alguma forma, poderem ter desenvolvido algum tipo de intervenção que contribuísse para a permanência dos alunos nos cursos, ainda que os mesmos tenham referido que foi sua opção pessoal evadirem dos cursos.

Considera-se, assim, a importância da assistência estudantil dos *campi* nos processos de integração dos alunos imigrantes, incluindo-os em suas políticas educacionais de assistência. O que vai ao encontro do que Lussi (2015) refere, pois segundo a mesma, o grande desafio é que os órgãos públicos e os setores da sociedade civil consigam formular leis

e normas que realmente acolham e integrem a população migrante, pois somente assim é que se pode impedir que os mesmos caiam em situações de vulnerabilidade.

A autora ainda traz uma discussão frequentemente levantada nos debates sociais que é a importância do papel dos migrantes para a interpretação da realidade e dos desafios que surgem na elaboração das políticas públicas, considerando serem eles os principais atores do processo e que por esta razão precisam ter voz para falar de suas necessidades, com o que se concorda em absoluto e que se enquadra no espírito deste trabalho.

Da mesma forma como foi feito em relação aos alunos evadidos, tentou-se também perceber junto dos alunos ainda em frequência de cursos no IFB se sentiram, dentro da instituição, práticas discriminatórias e preconceituosas pelo fato de serem imigrantes.

Para o aluno “Leonardo”, a instituição sempre o recebeu com muito respeito, considerando que estar num espaço educativo já faz a diferença, pois estes são espaços mais preparados para lidar com a diferença e com públicos de diferentes origens. Considera que fora da instituição, seja da UnB onde já estudou ou do IFB que está cursando agora, existem práticas de preconceito. Ainda que não identifique explicitamente situações de discriminação em relação a si próprio, considera que por melhor que seja recebido e respeitado não se encontra em situação de igualdade ao nível do exercício da sua cidadania, referindo que será sempre um estrangeiro no Brasil – situação que nunca irá mudar, por mais anos que passem e não obstante ter constituído família e ter duas filhas brasileiras.

Obviamente que vir como estudante abre perspectivas maiores (...). Você tem esse processo de inserção muito mais fácil (...). Obviamente que imigrantes hoje, hoje eu considero que tô vivendo vida de imigrante né! (...) a gente tem que diferenciar a imigração quando é, por exemplo, a imigração africana, você tem mais problemas porque as pessoas encaram muitas vezes a história africana de forma pejorativa, entendeu?! A própria mídia, historicamente, trata da África como se fosse um lugar só de guerra, de fome, de miséria e tudo isso reflete também, o comportamento das pessoas. A vida de imigrante africano é mais difícil do que a vida de imigrante Sírio. O Sírio, de certa forma, é branco. Africano, primeiro que já tem preconceito, e aqui, racial muito forte! (...) Então, o cara além de sofrer preconceito racial, ainda tem a questão da xenofobia de outro lugar de onde ele veio. Você tem... O imigrante africano tem esse agravante. (Leonardo, aluno bissau-guineense).

A aluna “Marta” também referiu não ter sofrido nenhuma prática discriminatória em razão de ser imigrante dentro do IFB, até mesmo porque frequenta a instituição apenas aos sábados e não tem muito contato com demais alunos e servidores. Também não relatou nenhuma ocorrência de preconceito em espaços fora do IFB.

O aluno “Jorge” também falou nunca ter sofrido preconceito no Brasil, tanto dentro da instituição quanto na sociedade em geral. Segundo ele, apenas encontrou certa

resistência em relação à documentação, quando procurou por emprego, mas considera que isso aconteceu não em função de sua cor, mas sim por falta de entendimento das pessoas sobre alguns aspectos legais e trabalhistas.

Outro tema afluído com os estudantes entrevistados relaciona-se com a sua percepção quanto às metodologias de ensino utilizadas nos cursos que frequentam ou frequentaram no IFB. Referiram que consideram as equipes, docente e não docente, de muito profissionalismo e qualidade, onde todos os servidores demonstram paciência, principalmente os professores, com quem o contato é maior, sendo referidos como profissionais dedicados, bem preparados, pacientes para ouvir as dúvidas dos alunos e para explicar o que for necessário, e, também, que as aulas são bem dinamizadas.

Alto nível, alto nível! A professora de alfabetização, além de ela ter uma ética profissional muito boa, tinha um carisma sabe, amor pelas pessoas que ela estava passando as aulas. (“Paulo”, aluno venezuelano).

Eu lembro que até na época em que eu não tava conseguindo me adequar ao horário, tava trabalhando, estudando, teve um professor do curso de Administração, que ele chegou, conversou comigo, pediu se ele podia passar uns trabalhos para eu fazer na minha casa. (“Selma”, aluna nigeriana).

Volta a ser destacada a barreira do idioma, impedindo um melhor entendimento das propostas dos professores, referindo-se que por vezes alguns falam muito rápido, mas quando isso acontece a solicitação para que o professor fale mais devagar é atendida.

Estão preparados, são preparados. Não tem dúvida com relação a isso. Você tem professores que tem paciência pra explicar, pra tirar a sua dúvida. (...) Aqui eu não vi, mas já vi situações piores na UnB. Então, aqui eu tô achando um luxo pros alunos. (Leonardo, aluno bissau-guineense).

Os professores muito bons! Muito bem preparados! (“Marta”, aluna paraguaia).

Geralmente, cada professora, cada professor, tem o jeito dele. Tem professor que fala muito rápido, mas falo: “(...) por favor, devagar.” Ele vai...! (...) Muito humilde, muito disposto para ajudar. (...) a questão do idioma seria o que mais traria dificuldades. (“Jorge”, aluno nigeriano).

As considerações dos alunos em relação aos professores e equipes de trabalho vêm reforçar o que Araújo (2008, p.13) diz: “... a escola é um local importante para os imigrantes, pois será o espaço em que os mesmos terão a oportunidade de integração na sociedade de acolhimento...”. Pode-se perceber que os professores têm um papel fundamental para a integração dos alunos na instituição, por meio de um nível adequado de formação

profissional, porém, além disso, sendo capazes de realmente acolher estes alunos, com um olhar cuidadoso em relação às dificuldades e necessidades dos alunos.

Também mencionada foi a equipe da biblioteca do campus como muito profissional, oferecendo ajuda e prestando esclarecimentos sobre os próprios livros.

É igualmente referido como fator positivo o ambiente do IFB, com um número reduzido de alunos, mais favorável para a integração do aluno – por comparação com a UnB, onde o número de alunos é elevado, o que é apontado como dificultando o relacionamento e a disponibilidade dos professores para atenderem os alunos.

Os relatos dos alunos demonstram que quando a escola, no caso o IFB, está preparada e disposta para receber e entender as necessidades de seus alunos, as chances de sucesso e permanência destes alunos são maiores. Percebe-se a necessidade de continuidade nas práticas de respeito à diversidade que já são encontradas dentro da instituição, pois a convivência e a troca intercultural com o outro, neste caso o outro são os alunos imigrantes, é essencial para o crescimento do IFB. Conforme Araújo (2008), a comunicação intercultural é imprescindível para a coexistência entre as pessoas, onde a escola depara-se como o desafio de uma população escolar cada vez mais diversa culturalmente.

Ainda em relação às trocas inter e multiculturais, Fernandes, J.P.T (2015) considera que as sociedades possuem uma ampla diversidade cultural e que aceitar esta diversidade cultural já se tornou uma necessidade política e ideológica, no sentido de fortalecer uma falsa ideia de que todos possuem direitos iguais. Nesse sentido, que o IFB possa tornar-se um agente de transformação e uma instituição capaz de romper com uma mera ideologia e uma pseudo igualdade, por meio de atitudes integradoras e respeitadas da diversidade étnica e cultural que acolhe.

De um modo geral, as considerações sobre o IFB e sobre as experiências vividas pelos alunos na instituição são muito positivas, mesmo quando ouvidos os alunos que acabaram evadindo dos cursos. Aspectos negativos não foram desenvolvidos pelos entrevistados, pelo que se compete notar que não é possível avaliar se tal se deveu a, de fato, os alunos não terem sentido constrangimentos na sua vida escolar dentro do IFB ou se sentiram inibidos por a pesquisadora ser da instituição e, por essa razão, não verbalizaram problemas ou dificuldades sentidas.

De salientar, também, que a atribuição da responsabilidade por trajetórias menos conseguidas a si próprios não significa que a instituição em si, seus atores, seus modos de organização, não tenham influência (negativa e positiva) nos percursos dos estudantes.

Contudo, esta dimensão de análise não foi desenvolvida nesta investigação, considerando-se que configuraria um outro trabalho implicando ouvir os demais atores da comunidade educativa – professores, funcionários nos mais diversos setores e alunos não imigrantes.

Como já foi referido anteriormente, este é um trabalho exploratório no qual foi tida em consideração uma primeira abordagem junto dos próprios alunos imigrantes, o prosseguimento para uma intervenção junto deste público levará, necessariamente, a que mais intervenientes no processo sejam ouvidos.

## **5. Contribuições para o desenho de uma proposta de desenvolvimento de atitudes integradoras e políticas educativas na instituição**

Considerando os fluxos migratórios atuais e os aspectos da globalização que contribuem consideravelmente para a mobilidade das pessoas entre os países, o IFB constitui-se como um espaço propenso a receber cada vez mais o público imigrante e refugiado, motivando assim os objetivos da presente pesquisa, considerando ser o espaço escolar um lugar privilegiado para as trocas multi e interculturais, capaz de promover o acolhimento e a integração dos mais diversos públicos.

Nesse sentido, após a análise e reflexão sobre a informação recolhida, percebeu-se quão importante é ouvir e dar voz ao público imigrante e refugiado, identificando suas necessidades e percebendo suas preocupações, pois é por meio dessa informação que se torna possível uma proposta de intervenção, ainda que, nesta fase, apenas nas suas grandes linhas orientadoras.

Ao desenvolver esta pesquisa, um primeiro fato surpreendente foi a constatação de um tão residual número de alunos imigrantes e refugiados inscritos no IFB, nos seus vários *campi*. A quantidade de alunos identificados foi pouco expressiva, considerando o elevado número de imigrantes e refugiados que já se encontram em Brasília, oriundos de diversos países e com os quais facilmente depara-se ao circular pelas ruas da cidade.

Percebeu-se, assim, que ainda é baixo o conhecimento, pelos imigrantes e refugiados, da existência do IFB e de seu papel social junto aos mesmos ou, talvez, ainda não tenham percebido um movimento da instituição no sentido de realmente trazê-los para seu seio.

Ressalta-se aqui a percepção de que as instituições públicas de educação, considerando serem estas democráticas e inclusivas, precisam desenvolver políticas educativas que garantam o acesso e a permanência do público imigrante e refugiado, contribuindo assim, para o acesso ao emprego e, decorrentemente, para melhores condições de vida e de cidadania, fazendo com que as pessoas evoluam e todos sejam beneficiados, tanto quem chega quanto quem já vive no país, pois evitará que as populações migrantes acompanhem os índices de pessoas em situação de vulnerabilidade social, o que, em larga medida, já caracteriza um conjunto muito significativo de indivíduos nesta condição. Esta é, aliás, preocupação dos órgãos de gestão do IFB, percepção que se pode confirmar nas palavras do seu Reitor, Wilson Conciani.

O IFB, como todos os institutos, eles foram criados com perspectiva de inclusão social, de propiciar condições para que as pessoas possam exercer plenamente sua cidadania, através da geração de renda, seja por um emprego, seja por trabalho próprio. Nesse sentido, os imigrantes e refugiados são um público alvo do instituto, dos institutos federais e do IFB em particular. (Reitor, Wilson Conciani).

Sendo este trabalho enquadrado no domínio da Educação Social, torna-se pertinente refletir acerca da intervenção do profissional Educador Social e a importância do mesmo para propor formas de intervenção que venham suprir as necessidades e vulnerabilidades do público em questão.

Conforme Azevedo (2014), é papel do Educador Social explorar estratégias de promoção da inclusão nos ambientes de ensino, por meio de uma intervenção socioeducativa especializada, que seja pautada na escuta e no diálogo, buscando a superação e gestão das dificuldades, ansiedades e instabilidades.

Para a autora, os Educadores Sociais devem trabalhar como mediadores na relação entre escola, família e comunidade, além de desenvolver planos de formação, voltados para toda a comunidade educativa, no âmbito preventivo de comportamentos de risco, como por exemplo, por meio da educação para a cidadania.

Também sobre o papel do Educador Social, Viegas (2014) refere que a escola deve atuar abrindo-se aos problemas da sociedade ou tentando evitar que esses problemas cheguem aos seus alunos. Para isso, considera importante que a escola desenvolva uma educação numa perspectiva humanista e integral, tendo em conta todas as dimensões educativas do ser humano e as suas potencialidades pessoais. Para a autora tal perspectiva faz mais sentido ao se pensar que a sociedade se encontra em época de crise de identidades tradicionais, nomeadamente a nível pessoal, cultural, nacional, social e laboral, pois a identidade dos indivíduos não é herdada e sim construída, tendo em conta condicionantes econômicos, de gênero, culturais, entre outros.

Concordando com as ideias de Petrus, Romans & Trilla (2003), a autora refere que a escola deverá estar preparada para perceber os conflitos sociais provenientes do choque de valores, normas e interesses divergentes, facilitando a sua solução, o que implica atividades que podem ser desenvolvidas pelo Educador Social, contribuindo para amenizar problemas de convivência e de socialização. Viegas (2014, p. 8) refere: *“Se é função do educador fazer felizes os cidadãos e que estes tenham ideias próprias, a escola não pode fechar-se em si mesma e adotar uma atitude autista frente à sociedade e aos seus problemas”*.

De acordo com Viegas (2014), paralelo a qualquer processo de intervenção, o Educador Social em contexto educativo deverá sempre levar em consideração princípios éticos que norteiem interventivamente a capacitação das pessoas para a sua autonomia socioeconômica, por meio de um espírito crítico, curioso, criativo, participativo e ativo.

Na mesma linha de pensamento da autora, Martins (2013) reforça a ideia do papel da educação social, considerando que se deve partir do pressuposto de ‘pessoa’, como ser social e que se constitui e aperfeiçoa nas relações de socialização. Assim, (Fonseca 2001, citado por Martins, 2013, p. 7) relata que: “*Assim, a educação social permite que o indivíduo participe ativamente no seu processo de socialização*”.

Percebe-se, de acordo com as ideias de Viegas (2014), que frente à complexidade do mundo é preciso desenvolver nas pessoas o pensamento complexo, a criatividade, a afetividade, a ética e o espírito crítico, defendendo-se assim, uma educação que contribua para o *empowerment* das pessoas, para o desenvolvimento global dos seres humanos, sendo papel do Educador Social desenvolver propostas de intervenção que gerem conhecimentos e competências necessárias para uma sociedade mais justa, equilibrada e humanista.

É com base neste pressuposto geral, e a partir de um conjunto de informações resultantes da pesquisa efetuada, dando voz e ouvindo necessidades do público visado, de outros profissionais que atuam junto destas populações e com amparo em literatura atual na temática migratória, com recurso a autores brasileiros e também portugueses, que se passa a apresentar algumas linhas de intervenção sobre as quais se considera que a equipe do IFB deverá vir a desenvolver trabalho futuro.

Foi possível identificar alguns eixos de intervenção, a saber:

### **1º Eixo - Estratégias de difusão da oferta formativa do IFB - Captação de novos públicos pela via da eficaz divulgação**

Percebeu-se que o IFB possui um número pouco expressivo de alunos imigrantes e refugiados matriculados em seus cursos, dessa forma entende-se ser necessário utilizar estratégias de difusão da oferta de cursos que possam ser de interesse do público em questão. Para tal é preciso envidar esforços junto à mídia (rádio e televisão), redes sociais, associações de imigrantes da cidade, no sentido de divulgar informações sobre as possibilidades de estudo no IFB.

Propõe-se aqui que seja elaborado um Guia do Estudante Estrangeiro, onde conste toda a informação necessária sobre formas de acesso e ingresso, documentação exigida,

cursos ofertados, datas para matrícula, formas de certificação de saberes, editais para revalidação de certificados e diplomas, entre outras informações. Tal guia deveria ser elaborado pelo menos nos idiomas Português, Inglês, Espanhol, Francês e Crioulo.

## **2º Eixo – Reconhecimento de Habilitações/Documentação e Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**

Identificou-se que o público imigrante e refugiado pesquisado possui proveniência de países do Continente Africano e da América Latina, na sua grande maioria em busca de melhores condições de vida. No entanto, constatou-se que ao chegarem a Brasília, alguns conseguiram emprego, porém sempre aquém de suas formações, pois não têm condições de comprovarem suas certificações e outros ainda estão desempregados.

Nesse sentido, considerando a responsabilidade social do IFB, por ser uma instituição pública de ensino e, portanto, que deve ser inclusiva e, ainda, na perspectiva da Educação Social, que busca integrar públicos em situações de vulnerabilidade e contextos de risco, propõe-se que sejam desenvolvidas estratégias e modalidades específicas de ensino que possam suprir eventuais ausências de documentos comprobatórios de escolaridade, assim como, meios de certificação e reconhecimento de saberes, além da validação de certificados e diplomas que façam parte das áreas de formação da instituição. A partir desta proposta, o IFB estará dando um importante passo para diminuir as dificuldades encontradas pelos imigrantes e refugiados no acesso ao mercado de trabalho, assim como, no ingresso nas diversas modalidades de cursos oferecidos pela instituição, mas que muitas das vezes não podem ser cursados pelos imigrantes e refugiados, pois não têm como comprovar os requisitos para o acesso e ingresso.

Assim como pensam a professora Lúcia Barbosa e a Irmã Rosita Milesi, quando ressaltam a importância das instituições de ensino encontrarem saídas para acolher os imigrantes e refugiados que não têm condições de comprovar a escolaridade adquirida no país de origem, o Reitor do IFB, Wilson Conciani, percebe que é preciso ter um olhar sensível para as questões que envolvem a comprovação de documentação:

De um modo geral os refugiados têm dificuldade com documentação, então há uma orientação muito clara, nesse sentido, do ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, de que a gente seja condescendente com a documentação, porque são pessoas que saíram de seus países em condições difíceis, não organizadas, alguns casos perderam não só documentos, mas tudo que tinham (...) (Reitor, Wilson Conciani).

Sugere-se que o IFB estabeleça contato com outros institutos federais, dos demais estados brasileiros, buscando identificar quais deles já desenvolvem ações desta natureza.

Conforme pesquisa realizada e constante no Anexo 12 deste trabalho, o Instituto Federal da Bahia (IFBA), por meio de Resolução interna, aprovada por seu Conselho Superior, aprovou Normas para Revalidação de Diplomas e Certificados de Cursos Técnicos e Superiores Tecnológicos, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino (Resolução nº 06 de 28 de Março de 2014), abrindo assim possibilidades para imigrantes e refugiados.

### **3º Eixo – Formação em Língua Portuguesa.**

Considerada de total importância pela grande maioria dos alunos entrevistados é a oferta de cursos de português para imigrantes e refugiados, considerando ser o domínio do idioma fator preponderante para a integração no país de acolhimento. Nesse sentido, reforça-se na pesquisa, por meio da literatura consultada, que a oferta de cursos de Português como Língua de Acolhimento é uma das políticas públicas mais eficazes para a efetiva integração do público imigrante e refugiado. Mais uma vez é preciso destacar aqui o pensamento daqueles que já vêm desenvolvendo ações de acolhimento junto ao público imigrante, na cidade de Brasília, como é o caso da professora Lúcia Barbosa (NEPPE/UNB) e da Irmã Rosita Milesi (IMDH), pois para as mesmas a aprendizagem da língua do país de acolhimento contribui para a inclusão social e profissional dos imigrantes e refugiados, gerando maior igualdade de oportunidades, exercício da cidadania e melhorando as relações, permitindo as trocas interculturais. Percebe-se que as observações do Reitor do IFB, Wilson Conciani, vão ao encontro do pensamento da professora Lúcia Barbosa e da Irmã Rosita Milesi.

Nós não temos hoje uma linha dedicada exclusivamente a essas pessoas, pelo contrário, temos dificuldade em receber porque a gente não se preparou para o ensino de língua portuguesa, por exemplo, para essas pessoas e seria essencial e, é essencial, na verdade! Não adianta trazê-los para sala de aula se eles não são capazes de se quer saber o que está acontecendo. (Reitor, Wilson Conciani)

A partir da compreensão de que a oferta de cursos de Português como Língua de Acolhimento é algo emergente a ser oferecido pelo IFB e, considerando a efetiva intervenção do Educador Social, neste tipo de intervenção agindo como facilitador para o desenvolvimento do projeto, é preciso destacar que tal proposta precisa ser devidamente planejada, levando em conta as especificidades do público que será atendido. Nesse sentido, inicialmente, propõe-se a elaboração do Plano de Curso de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira para Imigrantes e Refugiados. Paralelo a isso, sugere-se a elaboração de uma Resolução que normatize as formas de ingresso, a

documentação exigida e as possibilidades oferecidas pela instituição para aqueles candidatos que não possuem condições de comprovar os documentos referentes à escolaridade.

No entanto, a oferta do curso específico de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira para Imigrantes e Refugiados, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), não seria necessário apresentar comprovante de escolaridade, sendo, porém imprescindível a apresentação de documentos de identificação como Registro Geral de Estrangeiro, Carteira de Trabalho, Visto ou o próprio Protocolo expedido pela Polícia Federal, no momento da solicitação de refúgio, além de comprovante de residência.

Os cursos FIC são uma ótima escolha para quem precisa de uma formação pontual e rápida, pois são cursos de curta duração, cerca de 4 a 5 meses e com foco em uma área específica. Nesta modalidade os pré-requisitos de escolaridade variam muito, podendo ser apenas o nível básico de conhecimento até comprovação de formação superior. Um dos aspectos mais interessantes dos cursos FIC é que após a conclusão, o aluno recebe a certificação do curso de qualificação na área, o que possibilita, facilita e melhora sua inserção no mundo do trabalho. Sendo, dessa forma, compreendida como a melhor opção para que se efetive a oferta do Curso de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira.

O Plano de Curso de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira para Imigrantes e Refugiados deverá ser elaborado de forma colaborativa por profissionais das mais diversas áreas do saber que compõem o quadro de servidores do IFB (Educação Social, Pedagogia, Sociologia, Assistência Social, Língua Portuguesa, História, Geografia, Arte, Música, Dança, Gastronomia, Inglês, Espanhol, Matemática, Informática, entre outros) e incluindo, igualmente, alunos imigrantes. Tal diversidade de saberes será importante para a construção de uma proposta de ensino contextualizada, significativa, multi e intercultural.

A equipe de preparação do Plano de Curso deverá, também, estabelecer os níveis de proficiência de cada módulo do Curso e as formas de aferir os conhecimentos dos alunos por forma a possibilitar o seu enquadramento no nível de ensino-aprendizagem da língua adequado.

Ressalta-se aqui, que a proposta de curso de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira para Imigrantes e Refugiados, tratando-se de um público identificado na aplicação de teste de proficiência, como aquele que não tem nenhum

conhecimento da Língua Portuguesa e recém chegado ao país, somente atingirá seu real objetivo caso desenvolva-se numa proposta presencial e de efetivo acolhimento, pois os alunos estarão cursando o módulo inicial. No entanto, poderá pensar-se em desenvolver módulos sequenciais ao módulo básico inicial, onde a proposta de ensino e atividades a distância sejam possíveis, até mesmo para facilitar algumas questões associadas ao acesso e deslocamento diário dos alunos até os locais de aula, porém esta será uma possibilidade que deverá ser analisada pela comissão que participará da elaboração do Plano de Curso.

A proposta de ensino a distância, para módulos sequenciais ao inicial de nível básico, pode contribuir sobremaneira para a aprendizagem do português por imigrantes e refugiados, até porque se pode pensar em plataformas bilíngues que sejam em português e nas línguas mais significativas dos segmentos populacionais no país. Exemplo atual de tal proposta foi lançado recentemente, em Portugal, pelo Alto Comissariado para as Migrações – ACM, por meio da apresentação de *Plataforma de Português Online*, tornando-se esta uma ferramenta que apresenta conteúdos para a aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas. Para já, tal Plataforma está disponível em português e inglês, porém em breve poderá ser consultada em outras línguas, nomeadamente em árabe, mandarim e romeno, indo assim, ao encontro das necessidades específicas dos refugiados acolhidos naquele país.

Tal destaque é feito tendo em vista possíveis políticas que estão sendo pensadas no âmbito do Ministério da Educação brasileiro, a partir de uma proposta de curso de Português para Estrangeiros, via sistema *Rede e-Tec Brasil*, que é uma rede que visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos. A Rede e-Tec oferece Ensino Técnico a distância com o apoio de polos presenciais, sendo muito parecido com as propostas de faculdades a distância. Ou seja, o aluno estuda a distância e realiza provas e algumas aulas presenciais, dependendo da necessidade de cada curso.

Existe a proposta do e-Tec *Idiomas Sem Fronteiras*, que oferta cursos de Inglês, Espanhol e, também, o Português para Estrangeiros. Tal informação foi confirmada pelo Reitor do IFB, Wilson Conciani.

O que eu sei efetivamente é que há um acordo entre todos os reitores e o Ministério da Educação que, vamos dizer assim, financiando essa questão do programa de Português a distância, para estrangeiros, que é uma porta de entrada, mas efetivamente, dizer assim, há um outro trabalho, não! Não há! O que o MEC fez e aí foi um acordo que nós fizemos entre reitores e MEC, foi preparar um curso de língua portuguesa para estrangeiros que permitisse que essas pessoas pelo menos aprendessem português. Esse foi o ponto de partida e aí a

dificuldade que a gente tem é que nem todos os institutos conseguem operacionalizar. É o caso do IFB. O IFB não dá conta de operacionalizar esse curso. Nós já estamos há um ano tentando, tentando e não conseguimos professores, não conseguimos um campus que abrigue, que acolha esta proposta. É uma pena porque isso vai diretamente contra aquilo que a gente prega que é a inclusão. (Reitor, Wilson Conciani)

Em visita ao Instituto Federal Sul rio-grandense (IFSul), na cidade de Pelotas, foi possível conhecer um pouco do trabalho do e-Tec Idiomas Sem Fronteiras. Por meio do contato com a professora Lia Pachalski, membro da Coordenação Nacional do e-Tec Idiomas Sem Fronteiras. No campus Pelotas foram desenvolvidos os trabalhos de elaboração das plataformas dos cursos de Inglês, Espanhol e Português para Estrangeiros, buscando desenvolver uma ação que, segundo a professora Lia Pachalski, desperta para um movimento contrário, ou seja, oferecer estrutura para que pessoas estrangeiras venham para o Brasil e aprendam o Português. No entanto, no ano de 2015, foi realizada a primeira tentativa de ofertar este curso de Português para Estrangeiros para o público imigrante e refugiado, porém devido a alguns problemas administrativos, acabou não acontecendo.

No primeiro semestre de 2016 também não foi efetivada a proposta e no momento estão utilizando a proposta da plataforma do e-Tec Idiomas sem Fronteiras para desenvolver um trabalho de formação de professores de instituições de ensino de alguns países da América Latina. Constatou-se que o trabalho elaborado é de elevada qualidade e profissionalismo, porém até o momento apenas as propostas de Inglês e Espanhol estão sendo aplicadas. O Português para Estrangeiros ainda está em fase de implementação, não se tendo dados que possam embasar a possibilidade de sucesso para auxiliar no ensino do Português para Imigrantes e Refugiados.

A proposta aqui apresentada, como forma de intervenção, ofertando o curso de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira para Imigrantes e Refugiados não percebe a linha de curso a distância a mais apropriada para públicos recém chegados ao país de acolhimento, no caso o Brasil, e que não possuem nenhum domínio da Língua Portuguesa, pois precisam integrar-se à sociedade de acolhimento e sentir-se parte de um espaço e de uma instituição. Porém, como já foi dito anteriormente, não se descarta a possibilidade de utilizar plataformas a distância para módulos mais avançados. E, ainda, caso se consiga trabalhar a partir de uma proposta de plataforma bilíngue, pode-se pensar na utilização da plataforma até mesmo para os níveis elementares de aprendizagem.

Também se entende que tal curso precisa ser desenvolvido dentro dos espaços do IFB, compondo uma das modalidades de cursos ofertados, que no caso seria o FIC e

ministrado pelos professores da instituição, que apresentam alto nível de formação e possuem o dever ético e profissional de compartilhar conhecimentos, cultura e saberes com o público em questão. Destaca-se aqui tal questão, tendo em vista a possibilidade de oferta de cursos de Português para Imigrantes e Refugiados, por meio de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos técnicos, democratizando a educação profissional e técnica, através do aumento do número de vagas, ampliação de instituições ofertantes no país (como os Institutos Federais de Educação) e bolsa de estudos aos interessados.

No entanto, por meio deste programa do governo, os cursos são ministrados por professores que, não necessariamente fazem parte do corpo docente do IFB, pois a seleção dos professores para ministrar aulas é realizada através de um edital específico e aberto ao público em geral, podendo acontecer de professores do quadro efetivo da instituição também participarem, mas na sua maioria são professores que não têm ligação com a instituição.

As equipes de trabalho pedagógico e de assistência estudantil, tão bem consideradas pelos alunos imigrantes e refugiados entrevistados, não serão responsáveis pelo acompanhamento pedagógico e social das turmas do Pronatec. Percebe-se, dessa forma, que uma possível turma de Português para Imigrantes e Refugiados, oferecida por meio de programas como o Pronatec, não caminha na mesma proposta de acolhimento e integração que é objetivo deste trabalho de pesquisa.

Percebe-se, ainda, que será necessária a aplicação de testes de proficiência, para verificar o grau de conhecimento que os alunos possuem da Língua Portuguesa, não sendo apropriada a oferta de uma turma heterogênea, com vários níveis de conhecimento e dificuldades.

#### **4º Eixo – Prevenção para a Inclusão**

##### **I. Ações de Sensibilização e Formação de Profissionais do IFB.**

Para a efetiva implantação da proposta de curso de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira, será necessário o apoio institucional, no sentido de sensibilizar um campus inicialmente, para uma proposta piloto, além de organizar um grupo de professores que tenha interesse e sensibilidade para atuar junto ao público imigrante e refugiado, podendo ser os mesmos que participariam da elaboração do Plano de Curso. A proposta aqui apresentada já foi apoiada pelo Reitor do IFB, Wilson Conciani. O mesmo

destacou que o IFB já vem tentando desenvolver a proposta de oferta de curso de Português para Imigrantes, porém sem sucesso até o momento.

Já a conversa no organismo que faz, não é um organismo oficial, é uma instituição filantrópica, que faz apoio aos imigrantes e aos refugiados, IMDH- Irmã Rosita. É um instituto ligado à Igreja Católica.

A gente vem conversando com ela e ela tem cobrado de nós algumas ações e eu falei: irmã nós estamos prontos pra trabalhar, mas nessas condições que a senhora coloca não, porque a gente não pode fazer uma dedicação de vaga para essas pessoas. Essas pessoas, e aí sim, nós devíamos estar trabalhando juntos para prepará-los para vir pra cá.

Já começou e a gente não consegue operacionalizar e a falha é nossa enquanto instituto, porque nós não conseguimos até hoje dar a ela essa condição de ofertar o curso de línguas, língua portuguesa na verdade, para estrangeiros. Do outro lado a gente tem que colocar pra irmã, com clareza, que nós não temos condição de garantir vagas para todos. (Reitor, Wilson Conciani)

É nítida a preocupação do Reitor do IFB, Wilson Conciani, devido à instituição ainda não ter conseguido efetivar a proposta de curso de Português para Imigrantes, deixando claro que existe a possibilidade concreta de efetivar esta proposta, porém ainda falta conseguir construir dentro da instituição as condições para que isso aconteça. Segundo o mesmo, é uma construção, onde é preciso vencer todas as dificuldades e preconceitos para acolher este público. Ressalta o fato de que uma das maiores dificuldades encontradas é sensibilizar os servidores para acolher tal público e conseguir quem ministre o curso.

Eu acho que esse trabalho, Fátima, é um trabalho que nós precisamos conduzir, de sensibilização, de ir em cada campus e identificar quem tenha a sensibilidade (...) proposta piloto de um FIC. Tem todo o apoio do Instituto Federal, o apoio institucional. Como é que a gente vai fazer, aí vocês vão dizer o que precisam e a gente vai correr atrás. (Reitor, Wilson Conciani)

Em função de tal dificuldade, percebe-se a necessidade de ações de sensibilização e formação dos servidores da instituição que, por meio da formação de uma equipe de trabalho, poderá alcançar maiores chances de sucesso. Tais ações são apresentadas a seguir.

## **II. Mediação**

Criação de equipes de mediadores formadas por servidores internos ao IFB, mas também figuras de referência das comunidades de pertença dos alunos, promovendo a aproximação da comunidade IFB às comunidades migrantes.

Nesse sentido e, na perspectiva da Educação Social, que se faz por meio de uma ação facilitadora das propostas em questão, será preciso organizar uma equipe de trabalho para sensibilizar o quadro de servidores para a proposta de acolhimento, reforçando o papel social da instituição que é responsável por acolher e incluir os mais diversos públicos. Para

isso será necessário trabalhar numa proposta de gestão da diversidade, por meio da formação de pessoal e do combate ao racismo, a todo tipo de discriminação e à xenofobia.

Um trabalho de sensibilização mais efetivo e pontual precisa ser realizado, sendo preciso pensar em uma proposta de palestra ou oficina que possa ser levada para dentro de todos os campus do IFB, conforme sugestão do próprio Reitor do IFB, Wilson Conciani.

Além de uma proposta de mediação da diversidade no ambiente interno ao IFB, também se pode pensar que a instituição poderá propor uma modalidade de formação para o público externo, como por exemplo, para profissionais da área da saúde que atuam nas instituições de Brasília e que também atendem o público imigrante e refugiado.

Nesse sentido, pode-se pensar em uma proposta de trabalho coletivo envolvendo parte do grupo de servidores do IFB que participam do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC) e que se interessem pela proposta de formação, tanto interna quanto externa. Considera-se importante destacar aqui que o trabalho em parceria e em rede é essencial para se alcançar sucesso numa proposta de trabalho que requer união de vários esforços. Sendo assim, sugere-se parceria com instituições como o IMDH, pois a própria Irmã Rosita Milesi propôs a possibilidade de encontros para formação e sensibilização dos servidores do IFB. Além do IMDH, pode-se pensar em outras instituições e organizações culturais existentes nas cidades e que desenvolvam trabalhos voltados para o público em questão, aproximando, dessa forma, a instituição da realidade vivida pelos mesmos.

### **III. Promoção de Eventos de partilha e reconhecimento intercultural envolvendo toda a comunidade educativa.**

Por meio da proposta de intervenção objeto da pesquisa realizada, pretende-se exercer o papel do Educador Social, qual seja, sensibilizar a instituição para a necessidade de implementação de tais propostas, principalmente para a oferta de curso de Português como Língua de Acolhimento, uma das maiores necessidades do público imigrante e refugiado, para que possam ter as condições mínimas para estabelecerem a comunicação na sociedade de acolhimento, contribuir no acesso ao mercado de trabalho, melhorando assim, as condições de vida.

No entanto, para isso, faz-se necessário que o curso não seja apenas uma proposta vaga de aprender a Língua Portuguesa numa perspectiva gramatical, mas sim de língua de acolhimento, de acesso à cultura e de integração, numa perspectiva multi e intercultural. Para endossar tal necessidade, nada melhor que a fala de um entrevistado.

Construir um espaço onde o ensino de línguas, por exemplo, possa ser assim, interessante! Mas que não seja apenas pautado nesse ensino de línguas, mas ...a um espaço assim

cultural! Acesso à cultura! (...) acho que seria importante isso, construir isso! (“Pedro”, irmão dos alunos peruanos).

Porém, também se percebe a necessidade de desenvolver atividades culturais dentro da instituição que promovam momentos de trocas interculturais, pois estas não podem acontecer apenas no ambiente da sala de aula, mas sim em todos os ambientes da instituição, compartilhando saberes, experiências e curiosidades. Podem ser pensadas em *Semanas de Acolhimento* no início dos semestres letivos, datas comemorativas como *Dia do Estudante*, *Dia da Consciência Negra*, entre outros.

Finalizando este capítulo de propostas de intervenção, sugere-se ainda atenção especial ao turno de oferta do curso, levando em consideração que o público imigrante e refugiado também é um público trabalhador, sendo, portanto, preferível que o curso seja oferecido no período noturno. Além deste cuidado do turno de oferta do curso, e conforme identificado na fala dos alunos entrevistados, o atendimento pela equipe de Assistência Estudantil e a participação nos editais de bolsas e auxílios, é essencial.

Considerando que o objetivo da Educação Social é o bem estar dos sujeitos alvo da intervenção e que todas as propostas aqui sugeridas foram em função das necessidades aferidas junto dos alunos imigrantes e refugiados do IFB, pretende-se que essas sejam colocadas em prática e, para isso, conta-se com o apoio institucional, levando em apreço que o próprio Reitor do IFB, Wilson Conciani, afirmou ser de seu interesse e da instituição, que a pesquisa tenha uma proposta de ação, acredita-se na possibilidade de efetivação de tais propostas.

O que eu espero de cada Mestrado e cada Doutorado no Instituto é que ele não seja um trabalho acadêmico. O trabalho acadêmico seja uma vertente disso. (...) então, se do teu trabalho decorre uma ação, que gera dados, que gera possibilidade de análises e situações, por outro lado havendo uma ação a gente pode cumprir os objetivos do Instituto. Então, o que eu espero realmente de cada um, não tenho nenhum constrangimento em dizer, de cada um é que seu trabalho possa ter ação. (Reitor, Wilson Conciani)

## 6. Conclusão

Esta pesquisa de mestrado assumiu como objetivo identificar os estudantes imigrantes e refugiados recentemente presentes na realidade do IFB, onde buscou-se conhecer suas trajetórias de vida e suas necessidades diante da instituição, com o intuito de propor formas de intervenção que contribuam para a integração educacional e social dos mesmos.

Em primeiro lugar foi realizada uma revisão da literatura, composta por autores que tratam da temática migratória, bem como apropriando-se de documentos, leis, resoluções e orientações gerais, aplicadas no Brasil, assim como as aplicadas em outros países, voltadas para o atendimento e acolhimento de imigrantes e refugiados.

O trabalho empírico buscou entender a influência de alguns aspectos considerados determinantes no processo de aprendizagem e integração do público imigrante e refugiado dentro do IFB, dentre estes estão as dificuldades de adaptação à realidade brasileira, as línguas de uso e dificuldades com o idioma do país de acolhimento, as áreas de formação e situação profissional, o relacionamento professor-aluno, as metodologias de ensino e as possíveis práticas de preconceito sofridas dentro e fora da instituição.

Além da percepção dos alunos sobre suas maiores dificuldades, também buscou-se contato com outras instituições presentes na cidade de Brasília e que já desenvolvem propostas de trabalho voltadas para o acolhimento e a integração do público imigrante à nova sociedade. E, para embasar as propostas de intervenção aqui apresentadas, também foi realizada entrevista com o Reitor do IFB, Wilson Conciani, identificando as percepções do mesmo sobre a chegada de alunos imigrantes e refugiados à instituição e as perspectivas futuras para melhor acolher e integrar o público em questão.

Conclui-se que a quantidade de indivíduos oriundos de outros países e, em situação de vulnerabilidade, tendo em vista comporem um grupo que faz parte dos fluxos migratórios atuais, que migram de seus países em busca de melhores condições de vida, ainda é pouco expressiva dentro do IFB, considerando o elevado número de imigrantes e refugiados que já se encontram na cidade de Brasília e que carecem do apoio e acolhimento de instituições públicas e da sociedade civil para integrarem-se à sociedade, dispondo assim, de condições dignas para conviverem em grupo e desempenharem atitudes cidadãs.

Aspecto de total relevância identificado junto aos alunos entrevistados, foi a proveniência geográfica dos mesmos, oriundos de países do Continente Africano e, também, de países da América Latina. Os primeiros, em sua maioria, relataram não terem sofrido com

a xenofobia, mas sim com o preconceito racial presente no Brasil. Os segundos, que tiveram a entrada no país facilitada devido aos acordos do Mercosul, sofrem com a desvalorização laborativa.

Percebe-se, ainda, que se tem atitudes preconceituosas quando se trata de pessoas advindas de países do Continente Africano, ainda que o Brasil seja um país que tenha a mestiçagem fortemente presente no seu povo, assim como, também se desvaloriza a força de trabalho dos imigrantes de países fronteiriços. No entanto, todos os alunos entrevistados deixaram evidente que situações deste tipo acontecem apenas fora da instituição, ressaltando que dentro do IFB nunca sofreram práticas de preconceito e discriminação.

Outro fato extremamente importante de ser considerado é que mesmo imigrantes documentados e refugiados amparados pelo protocolo de solicitação de refúgio recebido pela Polícia Federal, apresentam sérias dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, tendo em vista que, na grande maioria das vezes, não conseguem comprovar o grau de formação, pois deixaram todos os documentos no país de origem ou não tem condições financeiras de providenciar a validação e homologação no Brasil. Dessa forma, conclui-se que o IFB precisa desenvolver estratégias de validação de certificados e diplomas, bem como, desenvolver ações voltadas para a certificação de saberes, impedindo assim, que este público fique à margem da sociedade, contribuindo para o acesso ao mercado de trabalho e a condições dignas de vida.

Ainda considerando o local de origem dos alunos imigrantes e refugiados, percebeu-se que aqueles oriundos de países da América Latina, de colonização espanhola, assim como, aqueles advindos de países do Continente Africano e, de colonização portuguesa, possuem mais facilidade de adaptação à realidade brasileira, pois possuem maior intimidade com o idioma brasileiro, ainda que todos apresentem suas especificidades da língua do país de origem. No entanto, aqueles oriundos de países cuja língua oficial é o Inglês, encontram maior dificuldade de adaptação, pois a falta de domínio do idioma é uma barreira.

No entanto, mesmo com mais facilidade de compreensão do idioma brasileiro, o aluno entrevistado oriundo da Guiné Bissau, país de colonização portuguesa, percebeu que pessoas oriundas de países do Continente Africano não têm boa recepção no Brasil. Tal percepção confirmou-se na fala de outra aluna, também oriunda de um país do Continente Africano, a Nigéria. A aluna em questão já vive no Brasil faz alguns anos, porém sofre com o preconceito racial. Dessa forma, foi possível entender que esses dois alunos não sofreram com a xenofobia, mas sim com o preconceito racial, ainda muito presente no Brasil. Além disso, o aluno oriundo da Guiné Bissau ressaltou que ter vindo para o Brasil na situação de imigrante

estudante contribuiu para não sofrer com mais atitudes de preconceito, mas percebe que fora do ambiente acadêmico poderia ter ficado mais vulnerável, entendendo que a grande maioria dos imigrantes passa por muito mais situações de preconceito e discriminação que ele passou, sendo imprescindível que as instituições de ensino públicas sejam espaços que promovam o acolhimento e a integração, bem como possam estender ao público externo e à sociedade em geral, atitudes e práticas de respeito à multiculturalidade, integradoras e possibilitadoras da interculturalidade.

Ainda em relação aos aspectos ligados ao domínio do idioma, concluiu-se que a aprendizagem da língua de acolhimento contribui para a integração social e profissional do público imigrante e refugiado, promovendo maior igualdade de oportunidades, o exercício da cidadania e o acesso ao trabalho. Nesse sentido, o presente estudo apresentou como proposta de intervenção, a possibilidade de oferta pelo IFB, de um Curso FIC de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira, por meio de uma metodologia de ensino contextualizada, significativa, multi e intercultural e, que preferencialmente precisa ser desenvolvida presencialmente no módulo básico, já nos demais módulos pode-se utilizar a proposta a distância, preferencialmente por meio de plataformas bilíngues, ofertada nos mesmos espaços físicos dos demais cursos da instituição e pelos docentes que compõem o quadro de servidores do IFB.

Decorre, destas opções, que com o desenvolvimento no curso FIC para contato e aprendizagem da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira, numa modalidade a distância tal contribui também como proposta de Inclusão Digital, tendo em vista que a grande maioria dos cursos FIC ofertados pelo IFB são na área de línguas e informática; ainda, o maior domínio da língua portuguesa poderá contribuir para a adesão de mais alunos imigrantes a outros dos vários cursos ofertados pelo IFB.

Além da proposta de intervenção apresentada, por meio da oferta de Curso de Português como Língua de Acolhimento, percebeu-se ser essencial dar atenção ao viés da sensibilização dos servidores da instituição para o trabalho com o público em questão, promovendo palestras e formação de professores. A partir desta constatação, conclui-se ser fundamental a atuação do Educador Social para que as práticas de sensibilização e formação de servidores aconteçam, promovendo assim, a gestão da diversidade social, cultural, linguística e étnica, presentes no IFB, potencializando a abordagem intercultural entendida como possibilidade para o desenvolvimento pleno de uma cidadania inclusiva, para o

desenvolvimento democrático e participativo da sociedade, promovedora do respeito e reguladora de conflitos sociais.

Ainda constatou-se que tais práticas podem apresentar maiores chances de sucesso quando desenvolvidas por meio de uma proposta de trabalho em parceria, buscando o apoio e o conhecimento de outras instituições públicas e da sociedade civil que já trabalham nesta perspectiva de acolhimento e integração do público imigrante e refugiado. Sendo, absolutamente fundamental, que em qualquer proposta de intervenção sejam considerados parceiros privilegiados os próprios alunos imigrantes e outros representantes significativos das comunidades a que pertencem.

Concluiu-se também, a importância da atuação da equipe de Assistência Estudantil para a permanência e apoio do público em questão, sendo de total importância que a Política de Assistência Estudantil do IFB mantenha e contribua cada vez mais para que estes alunos acessem e permaneçam na instituição, tanto por meio de bolsas e auxílios estudantis quanto por amparo psicológico e pedagógico, buscando formas de inclusão e de trocas interculturais.

Por fim, conclui-se que esta pesquisa e as propostas de intervenção aqui apresentadas não esgotam as pesquisas e ações necessárias de serem desenvolvidas junto ao público imigrante e refugiado que chega ao IFB e, ainda, por não se ter uma representatividade alta de alunos imigrantes e refugiados na instituição atualmente, acredita-se que, posteriormente, com a chegada de mais alunos que compõem este público, será momento de estender esta pesquisa para atingir os demais alunos da instituição, buscando identificar quais suas percepções ao estudar com alunos oriundos de outros países e quais as possíveis trocas interculturais que acontecem. Assim como, será uma boa oportunidade para compreender qual a percepção dos docentes e demais servidores da instituição, sobre a atuação desenvolvida junto ao público imigrante e refugiado.

Reforça-se aqui o caráter exploratório desta pesquisa, que buscou apenas abrir caminhos para o desenvolvimento futuro de atitudes integradoras do público imigrante e refugiado no IFB, sabendo que a necessidade de reflexão sobre as formas de integração do público em questão deve ser contínua.

## 7. Referências

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (n.d). *Dados sobre Refúgio no Brasil Uma análise estatística (2010-2014)*. Disponível em:  
[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio\\_no\\_Brasil\\_2010\\_2014](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014)
- Ançã, M. H. S. F. (2008). *Língua portuguesa em novos públicos*. Saber (e) Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti.(pp.71-87). Disponível em:  
[http://repositorio.esepf.pt/bitstream/10000/157/2/SeE\\_13LinguaPortuguesa.pdf](http://repositorio.esepf.pt/bitstream/10000/157/2/SeE_13LinguaPortuguesa.pdf)
- Araújo, S. E. F. de A. (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. (Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal). Disponível em: <http://docplayer.com.br/50078-Contributos-para-uma-educacao-para-a-cidadania.html>
- Azevedo, S. (2014). O lugar da escola em contexto socioeducativo - Opinião. *Praxis Educare Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social*. 2. .5- 6.
- Cabete, M. A. C. S. da S. (2010). O Processo de Ensino-Aprendizagem do Português enquanto Língua de Acolhimento.(Tese de Mestrado). Disponível em:  
[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf)
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação – Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Cavalcanti, L., Oliveira, A.T., & Tonhati, T.(Orgs.). (2014). *A Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília. Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais. Disponível em  
<https://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2014/11/relatorio-parcial-a-inserc3a7ao-dos-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro.pdf>

Centros de Informação das Nações Unidas, (2009). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>

Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira (2013). *Relatório Geral dos Eventos de I Nível do Projeto OIM – DEEST/SNJ*. Disponível em: [http://www.participa.br/articles/public/0006/1228/Relat%C3%B3rio\\_Geral\\_dos\\_Eventos\\_I\\_N%C3%ADvel\\_Projeto\\_OIM\\_DEEST\\_\\_2\\_.pdf](http://www.participa.br/articles/public/0006/1228/Relat%C3%B3rio_Geral_dos_Eventos_I_N%C3%ADvel_Projeto_OIM_DEEST__2_.pdf)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasil .1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

Costa, A. F. da. (2002). Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 17. 15-30. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100003>

Costa, K. S., Hartwig, F. B., Silva, P. de F., & Toth, L. (2015). *Imigrantes e Minorias Étnicas: Pela passagem da etnicidade à cidadania*. (Manuscrito não publicado, Instituto Politécnico de Santarém). Lisboa.

Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (2rd Ed). Porto Alegre: Artmed.

Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992 (1992). *Atos internacionais. Pacto internacional sobre direitos civis e políticos. Promulgação*. Brasil. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm)

Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009 (2009). *Promulga o acordo sobre residência para nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII*. Brasil. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm)

Decreto nº 8.101, de 06 de setembro de 2013 (2013). *Promulga a Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprova a Constituição da Organização Internacional para as Migrações – OIM e o ingresso da República Federativa do Brasil na OIM*. Brasil.

2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8101.htm)

Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (1940). *Código penal*. Brasil. 1940.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)

Fernandes, D. (2015). O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias. (pp. 19-39). In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.

Fernandes, J. P. T. (2015, 13 de janeiro). *A França e o Multiculturalismo de Gueto*. Público.

Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-franca-e-o-multiculturalismo-de-gueto-1682048>

Freire, Sofia. (2008). Um olhar sobre a inclusão. Instituto Superior D. Afonso III. *Revista da Educação*, 26, 5 – 20. Disponível em:

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>

Giddens, A. (2005). *Sociologia*. (S. R. Netz, Trad). Porto Alegre: Artmed. (Obra Original Publicada em 2001)

Gil, A. C. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed). São “Paulo”: Atlas.

Gonçalves, J. L. (2006). O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas. *Cadernos de Estudo*. 3.111-118.

Grosso, M. J. (2007, setembro). *As competências do Utilizador elementar no contexto de acolhimento*. Actas do Seminário Língua Portuguesa e Integração. Lisboa. Portugal.

Disponível em: <http://mha.home.sapo.pt/paginas/cd/pdfs/3.%20Maria%20Jose%20Grosso.pdf>

Grosso, M. J. (2010). *Língua de acolhimento, língua de integração*. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*. 9. 61-77. Disponível em:

<http://periodicos.UnB.br/index.php/horizontesla/article/view/5665/4694>

Grosso, M. J., Tavares, A. & Tavares, M. (2008). *O português para falantes de outras línguas: o utilizador independente no país de acolhimento*. Ministério da Educação.

Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, Lisboa. Disponível em:

<http://opac.iefp.pt:8080/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=75529&img=627>

Guerra, I. C. (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: O planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Principia.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Sociologia. Lisboa: Ed. Principia.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). *Censo Demográfico de 2010*. Brasil:

Author. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

Instituto Migrações e Direitos Humanos (n.d). *Relatório Anual de Atividades - 2014*. Brasília.

Author. Disponível em:

[http://www.migrante.org.br/images/arquivos/Relatrio\\_2014\\_PDF.pdf](http://www.migrante.org.br/images/arquivos/Relatrio_2014_PDF.pdf)

Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980(1980). *Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração*. Brasil. 1980. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm)

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990). *Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências*. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (1997). *Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências*. Brasil. 1997. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm)

Lussi, C. (2015). Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais (pp. 55-68). In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.

Machado, F. L., & Abranches, M. (2005). Caminhos Limitados de Integração Social: Trajetórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal. *Sociologia. Problemas e Práticas[on line]*. 48. 69-91. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a06.pdf>

Martins, E. C. (2013). A Pedagogia social /Educação social nos meandros da comunidade e da escola. *Educar educere: Revista da Escola Superior de Educação*. 1. 5-24. Disponível em: [http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2654/1/Educare%20educere\\_Ernesto\\_Martins.pdf](http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2654/1/Educare%20educere_Ernesto_Martins.pdf)

Melo, L. A. C. de. (2015). Prefácio de migrações e trabalho (pp. 13-15). In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.

Milesi, R., & Andrade, W. C. de. (2015). A sociedade civil na atenção aos imigrantes e refugiados – O agir do IMDH. (pp. 175-202) . In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.

Ministério Público do Trabalho divulga dados sobre a relação do país com trabalhadores estrangeiros (2015, 10 de março). Disponível em: <http://www.inpacto.org.br/2015/03/mte-divulga-dados-sobre-a-relacao-do-brasil-com-os-estrangeiros/>

Nata, G. (2011). *Diferença Cultural e Democracia: identidade, cidadania e tolerância na relação entre maioria e minorias*. (Tese de Doutorado). Disponível em: [http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/1145/1/Tese35\\_Gil%20Nata.pdf](http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/1145/1/Tese35_Gil%20Nata.pdf)

Oliveira, A., & Freire, Isabel (2009). *A mediação Sócio-Cultural*. Cadernos de apoio à formação. 3. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Acidi)  
Disponível em:  
[http://eraizes.ipsantarem.pt/moodle/pluginfile.php/23309/mod\\_resource/content/1/MEDIACAO%20SOCIOCULTURAL.pdf](http://eraizes.ipsantarem.pt/moodle/pluginfile.php/23309/mod_resource/content/1/MEDIACAO%20SOCIOCULTURAL.pdf)

Organização das Nações Unidas: número de refugiados é o maior desde a Segunda Guerra Mundial. (2014, 20 de junho). Disponível em:  
[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140619\\_refugiados\\_entrevista\\_hb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140619_refugiados_entrevista_hb)  
Página Brasileira do MERCOSUL [on line]. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/>

Pequito, J. P. F. L. (2009). Políticas de Imigração, Estado de bem-estar e população imigrante em Portugal. (Tese de Mestrado). Disponível em:  
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1149/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20Jos%C3%A9%20Pedro%20Pequito.pdf>

Petrus, A., Romans, M., & Trilla, J. (2003). *Profissão: educador social*. (E. Rosa, Trad).  
Porto Alegre: Artmed.

Pires, R. P. (2012). O problema da integração. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 24. 55-87. Disponível em:  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10758.pdf>

Plataforma Português on line [on line]. Disponível em: <https://pptonline.acm.gov.pt/>

Prado, E. J. P & Coelho, R. (Orgs.). (2015). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.

Presidência do Conselho de Ministros (2015). *Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)*. Disponível em:  
[http://www.acm.gov.pt/documents/10181/42225/Plano+Estrat%C3%A9gico+para+as+Migra%C3%A7%C3%B5es+\(PEM\)\\_RCM.pdf/b6375f51-53e2-4d88-9783-81cf1c7bb91c](http://www.acm.gov.pt/documents/10181/42225/Plano+Estrat%C3%A9gico+para+as+Migra%C3%A7%C3%B5es+(PEM)_RCM.pdf/b6375f51-53e2-4d88-9783-81cf1c7bb91c)

Projeto de Lei nº 2.516, 04 de agosto de 2015 (2015). Institui a Lei de Migração. *Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e revoga as Leis nº 818, de 1949 e 6.815, de 1980.* Brasil. 2015. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594910>

Projeto de Lei nº 236,09 de julho de 2012 (2012). *Reforma do código penal Brasileiro.* Brasil. 2012. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>

Projeto de Lei nº 5.655, de 27 de julho 2009 (2009). *Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.* Brasil. 2009. Disponível em:

<http://camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>

Proposta de Emenda à Constituição nº 119, 6 de novembro de 2011(2011). *Altera ao art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação de estrangeiro domiciliado no Brasil nas eleições municipais.* Brasil. 2011. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=530024>

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, 15 de outubro de 2012 (2012). *Altera os artigos. 5º, 12 e 14 da Constituição Federal para estender aos estrangeiros direitos inerentes aos brasileiros e conferir aos estrangeiros com residência permanente no País capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições municipais.* Brasil. 2012. Disponível em:

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/105568>

Proposta de Emenda à Constituição nº 347, 05 de novembro de 2013 (2013). *Altera a redação do § 2º do art. 14 da Constituição Federal e permite que os estrangeiros residentes em território brasileiro por mais de quatro anos e legalmente regularizados alistem-se como eleitores.* Brasil. 2013. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=599448>

Proposta de Emenda à Constituição nº 436, de 18 de novembro 2009 (2009). *Acrescenta § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para conceder aos brasileiros residentes no exterior o*

*direito de eleger seus representantes à Câmara dos Deputados*. Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=460495>

Rajput, D. (2012). *A Aprendizagem do Português enquanto Língua de Acolhimento: A Comunidade Punjabi em Portugal*. (Tese de Mestrado). Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8802/1/ulfl130728\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8802/1/ulfl130728_tm.pdf)

Resolução do Conselho de Ministros nº 74 de 17 de setembro 2010 (2010). *Aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013*. Portugal. 2010. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2010/09/18200/0409704116.pdf>

Romero, C. G. (2010). *Mediação Intercultural*. Cadernos de apoio à formação. 4. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Acidi). Disponível em: [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/tgau\\_MA\\_26511.pdf](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/tgau_MA_26511.pdf)

Santos, M. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (16a ed). Rio de Janeiro: Record.

Sara, A., & Isabel, C.G. (2010). *À Tona de Água: retratos de um Portugal em Mudança*. (1aed). Lisboa: Tinta da china.

Seabra, T. (2012). Desigualdades de desempenho escolar: etnicidade, gênero e condição social em escolas básicas da Área Metropolitana de Lisboa. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. [Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural]. 185-210. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10014.pdf>

Seyferth, G. (2008, 01 e 04 de junho). Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, Brasil. 20. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/mesas\\_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf)

- Silva, P. M. S. Dos. (2012). *A língua e a cultura portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau*. (Tese de doutorado). Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5879>
- Silva, P. S. (2013). Portugal e as políticas de integração de imigrantes", *Segundas Linguas e Inmigracion en red*, 7, pp. 8-27. Disponível em: <http://issuu.com/letra25/docs/sli-revista7/3?e=0>
- Silva, S. A. Da. (2006). Bolivianos em São "Paulo": entre o sonho e a realidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.20. 157-170. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200012>
- Sprandel, M. A. (2015). Marcos legais e políticas migratórias no Brasil. (pp. 41-54) . In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Tomas, L. J. (2012, 04 dezembro de 2012). *Em vigência a livre circulação no Mercosul, mais Bolívia e Chile. Direitos de trabalhar, empreender, circular e residir*. Conteúdo Jurídico. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,em-vigencia-a-livre-circulacao-no-mercosul-mais-bolivia-e-chile-direitos-de-trabalhar-empreender-circular-e-re,40940.html>
- Viegas, L. H. (2014). A Educação Social em contexto escolar: contributos para a definição de áreas de intervenção e para o perfil do Educador Social nas escolas. *Praxis Educare - Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social*. 2.7 - 11.

## ANEXOS

Anexo 1 – Guião de entrevista semiestruturada alunos evadidos

**Guião de entrevista semiestruturada**

**Tema:** A integração do estudante imigrante no Instituto Federal de Brasília (IFB).

**Entrevistado (a):**

**Curso :**

**Origem:**

**Objetivo geral:** Conhecer as trajetórias pessoais e escolares dos alunos imigrantes para identificar suas necessidades educacionais, bem como, entender os motivos que levaram os mesmos à evasão, no intuito de buscar formas de intervenção que venham contribuir para a integração educacional e social desses alunos e combater à evasão.

**Local:** Campus - DF

**Dia e Hora:** a combinar

<b>BLOCOS</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>QUESTÕES</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<p><b>Bloco A</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p> <p>Motivação da entrevista</p>	<p>Legitimar a entrevista</p> <p>Motivar a entrevistada</p>	<p>Informar o entrevistado(a) sobre o trabalho que estou desenvolvendo;</p> <p>Solicitar a colaboração do mesmo(a) para a continuação do trabalho;</p> <p>Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista;</p> <p>Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista;</p> <p>Informar que o nome do entrevistado(a) será trocado por um nome fictício, letra do alfabeto ou por um algarismo.</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco B</b></p> <p>Histórico pessoal do aluno (a)</p>	<p>Compreender o histórico de vida do aluno (a)</p>	<p>Gostaria que me falasse um pouco sobre você, qual seu nome, idade;</p> <p>Também gostaria de saber um pouco mais sobre seu país de origem, como era viver lá comparando com o Brasil?</p> <p>E quais foram as motivações para seu deslocamento geográfico?</p> <p>Você poderia falar do tempo de duração do seu processo migratório até a chegada ao Brasil/Brasília e, ao chegar aqui, quais foram as principais dificuldades de adaptação à realidade brasileira?</p>	<p>Tempo médio: 10 minutos</p>
<p><b>Bloco C</b></p> <p>Histórico familiar do aluno (a)</p>	<p>Conhecer o histórico familiar do aluno(a)</p>	<p>Gostaria que falasse, de uma maneira geral, sobre sua família (pais, irmãos, casado (a)/solteiro(a), filhos);</p> <p>E em relação à sua migração, ela foi individual ou familiar? Deixou alguém da família no país de origem? Se sim, tem a intenção de reunir a família aqui no Brasil?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>

<p><b>Bloco D</b></p> <p>Histórico Educacional e Profissional do aluno (a)</p>	<p>Conhecer o histórico educacional e profissional do aluno (a)</p>	<p>No que respeita a sua área de formação, gostaria que me falasse um pouco sobre sua escolaridade e profissão (que já tinha no país de origem e agora aqui no Brasil);</p> <p>E quanto aos motivos pela escolha do IFB como instituição de ensino e a escolha do curso que estava frequentando no IFB, quais foram?</p> <p>Você acabou evadindo do curso. Poderia falar-me quais foram os motivos?</p> <p>Gostaria de saber se você percebia ligação entre o curso que estava frequentando e as ofertas de emprego?</p> <p>E quanto à adequabilidade das metodologias de ensino utilizadas no IFB, o que você achava?</p> <p>Em relação ao relacionamento professor/aluno, aluno/aluno e aluno/demais equipes e servidores do campus? Qual a sua leitura?</p> <p>Você poderia falar se já sofreu práticas de preconceito e discriminação em decorrência das diferenças linguísticas, religiosas, culturais e econômicas, dentro do IFB.</p> <p>Você percebia um sentimento de pertença, integração e valorização, dentro do IFB?</p> <p>E quanto ao domínio de outras línguas, você utiliza quais?</p> <p>E quanto ao seu nível de domínio da Língua Portuguesa? No seu entendimento, qual o papel do idioma para a integração em um novo país?</p> <p>Você teria interesse por um curso específico de Língua Portuguesa? Conhece alguma instituição de ensino que ofereça?</p>	<p>Tempo médio: 20 minutos</p>
<p><b>Bloco E</b></p> <p>Relações Sociais e Culturais</p>	<p>Compreender como se dão as relações sociais e culturais no país de origem e no Brasil</p>	<p>Gostaria de saber qual a sua compreensão, no que tange as relações sociais e culturais, tanto aqui no Brasil quanto no seu país de origem?</p> <p>Você percebe diferenças em aspectos como acolhimento, respeito e valorização das pessoas?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>

<p><b>Bloco F</b></p> <p>Aspectos legais</p>	<p>Compreender qual o apoio recebido para a aquisição de documentos e conhecimento das leis.</p>	<p>No que respeita à aquisição de documentos e ao conhecimento das Leis que se referem a imigrantes, existentes no nosso país, você recebeu algum apoio?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco G</b></p> <p>Sugestões</p>	<p>Ouvir possíveis sugestões do aluno (a)</p>	<p>Que sugestões daria para a atuação educacional e social do IFB junto aos imigrantes que frequentam a instituição?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>

Anexo 2 – Guião de entrevista semiestruturada imigrantes com matrícula ativa nos campi

**Guião de entrevista semiestruturada**

**Tema:** A integração do estudante imigrante no Instituto Federal de Brasília (IFB).

**Entrevistado (a):**

**Curso:**

**Origem:**

**Objetivo geral:** Conhecer as trajetórias pessoais e escolares do aluno imigrante, para identificar suas necessidades educacionais, buscando formas de intervenção que venham contribuir para a integração educacional e social do mesmo.

**Local:** Campus – DF

**Dia e Hora:** a combinar

<b>BLOCOS</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>QUESTÕES</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<p><b>Bloco A</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p> <p>Motivação da entrevista</p>	<p>Legitimar a entrevista</p> <p>Motivar a entrevistada</p>	<p>Informar o entrevistado(a) sobre o trabalho que estou desenvolvendo;</p> <p>Solicitar a colaboração do mesmo(a) para a continuação do trabalho;</p> <p>Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista;</p> <p>Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista;</p> <p>Informar que o nome do entrevistado(a) será trocado por um nome fictício, letra do alfabeto ou por um algarismo.</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco B</b></p> <p>Histórico pessoal do aluno (a)</p>	<p>Compreender o histórico de vida do aluno (a)</p>	<p>Gostaria que me falasse um pouco sobre você...entender quais foram as motivações para seu deslocamento para o Brasil..</p> <p>Também gostaria de saber um pouco mais sobre seu país de origem, como era viver lá comparando com o Brasil?</p> <p>E há quanto tempo está no Brasil? E aqui em Brasília?</p> <p>E, ao chegar aqui, como foi o acolhimento da sociedade brasileira?</p> <p>Pode falar-me um pouco sobre como foi a sua adaptação ao Brasil?</p> <p>E seu grupo de amigos? Você já fez novas amizades aqui no Brasil?</p>	<p>Tempo médio: 10 minutos</p>
<p><b>Bloco C</b></p> <p>Histórico familiar do aluno (a)</p>	<p>Conhecer o histórico familiar do aluno(a)</p>	<p>Gostaria que falasse, de uma maneira geral, sobre sua família (pais, irmãos, casado (a)/solteiro(a), filhos);</p> <p>E em relação à sua migração, ela foi individual ou familiar? Provavelmente tenha deixado algumas pessoas da família no país de origem? Quem?</p> <p>Você tem a intenção de reunir a família aqui no Brasil?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>

<p><b>Bloco D</b></p> <p>Histórico Educacional e Profissional do aluno (a)</p>	<p>Conhecer o histórico educacional e profissional do aluno (a)</p>	<p>No que respeita a sua área de formação, gostaria que me falasse um pouco sobre sua escolaridade e profissão (que já tinha no país de origem e agora aqui no Brasil);</p> <p>E quanto aos motivos pela escolha do IFB como instituição de ensino e a escolha do curso que frequenta no IFB, quais foram?</p> <p>Gostaria de saber se você percebe ligação entre o curso que frequenta e as ofertas de emprego? Você poderia elencar alguns aspectos que considera positivos e negativos relacionados à sua aprendizagem?</p> <p>E quanto à adequabilidade das metodologias de ensino utilizadas no IFB, como você vê?</p> <p>Em relação ao relacionamento professor/aluno, aluno/aluno e aluno/demais equipes e servidores do campus? Qual a sua leitura?</p> <p>Você poderia falar se já sofreu alguma prática de preconceito ou discriminação dentro do IFB?</p> <p>Como você se sente dentro do IFB?</p> <p>E quanto ao domínio de outras línguas, você utiliza quais?</p> <p>E quanto ao seu nível de domínio da Língua Portuguesa? No seu entendimento, qual a importância do domínio da língua portuguesa na sua vida aqui no Brasil?</p> <p>No seu dia a dia qual a língua que mais usa? Você teria interesse por um curso específico de Língua Portuguesa? Conhece alguma instituição de ensino que ofereça?</p> <p>Em relação a sua aprendizagem, você acredita estar alcançando sucesso?</p> <p>Em algum momento pensou em evadir do curso? Se sim, quais foram os motivos?</p>	<p>Tempo médio: 20 minutos</p>
<p><b>Bloco E</b></p> <p>Aspectos legais</p>	<p>Compreender qual o apoio recebido para a aquisição de documentos e conhecimento das leis.</p>	<p>No que respeita à aquisição de documentos e ao conhecimento das Leis que se referem a imigrantes, existentes no nosso país, você recebeu algum apoio?</p> <p>Quando precisa de algum tipo de apoio a quem recorre?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco FSugestões</b></p>	<p>Ouvir possíveis sugestões do aluno (a)</p>	<p>Que sugestões daria para a atuação educacional e social do IFB junto aos imigrantes que frequentam a instituição?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>

Anexo 3- Guião de entrevista semiestruturada – Irmã Rosita Milesi - IMDH

**Guião de entrevista semiestruturada**

**Tema:** A integração do estudante imigrante no Instituto Federal de Brasília (IFB).

**Entrevistada:** Irmã Rosita Milesi – Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos

**Objetivo geral:** Compreender o papel da instituição no acolhimento e na integração dos imigrantes no Distrito Federal

**Local:** IMDH –Varjão - DF

**Dia e Hora:** 17/10/2015 às 16:00 horas

<b>BLOCOS</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>QUESTÕES</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<p><b>Bloco A</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p> <p>Motivação da entrevista</p>	<p>Legitimar a entrevista</p> <p>Motivar a entrevistada</p>	<p>Informar a entrevistada sobre o trabalho que estou desenvolvendo;</p> <p>Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho;</p> <p>Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista;</p> <p>Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco B</b></p> <p>Surgimento da Instituição</p> <p>Papel Social da Instituição</p>	<p>Compreender o histórico da Instituição</p>	<p>Gostaria que me falasse do surgimento do IMDH e como é ser diretora dessa Instituição;</p> <p>Também gostaria de entender qual o papel da instituição, junto aos imigrantes, aqui no Distrito Federal.</p>	<p>Tempo médio: 10 minutos</p>
<p><b>Bloco C</b></p> <p>Equipe de trabalho</p>	<p>Saber quem são os atores envolvidos no trabalho</p>	<p>Gostaria que falasse, de uma maneira geral, sobre quem trabalha na Instituição, de onde vêm, quais as atividades que desenvolvem.</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco D</b></p> <p>Trabalho desenvolvido pela Instituição</p>	<p>Compreender quais as formas de atuação e intervenção junto aos imigrantes</p>	<p>No que respeita o trabalho desenvolvido pela Instituição, junto dos imigrantes, gostaria que me falasse um pouco sobre as formas de atuação e intervenção.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- no processo de aquisição de documentos;</li> <li>- no domínio do idioma brasileiro; oferta de cursos de Português;</li> <li>- no encaminhamento ao mercado de trabalho;</li> <li>- na promoção do acesso e conhecimento das leis, que garantem os direitos dos imigrantes.</li> </ul>	<p>Tempo médio: 10 minutos</p>
<p><b>Bloco E</b></p>	<p>Compreender</p>	<p>Gostaria de saber qual o seu entendimento no</p>	<p>Tempo médio: 05</p>

Papeis Sociais	qual o entendimento quanto ao papel do Estado	que tange o papel que o Estado tem tido ou tem, neste momento atual, no desenvolvimento de políticas públicas para os imigrantes.	minutos
<b>Bloco F</b> Legalidade	Compreender qual a importância das Leis	No que respeita às Leis que se referem a imigrantes, existentes no nosso país, qual a sua compreensão sobre a Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro).	Tempo médio: 05 minutos
<b>Bloco G</b> Enquadramento da Instituição	Saber se existem parcerias com outras instituições	Gostaria que me falasse se existe algum tipo de parceria com outras instituições.	Tempo médio: 05 minutos
<b>Bloco H</b> Orientações	Buscar orientações sobre formas de acolhimento e integração	A partir de sua experiência nesta área de atuação junto aos imigrantes, que sugestões daria para uma atuação do IFB no acolhimento e integração destas populações.	Tempo médio: 05 minutos

**Guião de entrevista semiestruturada**

**Tema:** A integração do estudante imigrante no Instituto Federal de Brasília (IFB).

**Entrevistada:** Profa. Dra. Lúcia Maria de Assunção Barbosa – Coordenadora do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução - LET – Universidade de Brasília (UNB) e do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE).

**Objetivo geral:** Compreender a história do NEPPE e seu campo de atuação.

**Local:** NEPPE/UnB – Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros UnB – DF

**Dia e Hora:** a definir com a entrevistada

<b>BLOCOS</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>QUESTÕES</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<p><b>Bloco A</b> Legitimação da entrevista</p> <p>Motivação da entrevista</p>	<p>Legitimar a entrevista</p> <p>Motivar a entrevistada</p>	<p>Informar a entrevistada sobre o trabalho que estou desenvolvendo;</p> <p>Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho;</p> <p>Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista;</p> <p>Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista;</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco B</b> Surgimento da Instituição</p> <p>Papel Social da Instituição</p>	<p>Compreender o histórico da Instituição</p>	<p>Gostaria que me falasse um pouco sobre o NEPPE, seu surgimento, atuação...</p> <p>Também gostaria de entender, mais concretamente, qual o papel do Núcleo, junto aos imigrantes, aqui no Distrito Federal.</p>	<p>Tempo médio: 10 minutos</p>
<p><b>Bloco C</b> Equipe de trabalho</p>	<p>Saber quem são os atores envolvidos no trabalho</p>	<p>Gostaria que falasse, de uma maneira geral, sobre quem são os profissionais que trabalham no Núcleo, se são voluntários/parceiros ou são do próprio quadro de servidores da UnB, qual a formação, etc.</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p><b>Bloco D</b> Trabalho desenvolvido pelo Núcleo</p>	<p>Compreender quais são as linhas de atuação do Núcleo</p>	<p>No que respeita o trabalho desenvolvido pelo Núcleo, gostaria de saber mais informações sobre a linha de atuação, projetos e cursos oferecidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto PROACOLHER;</li> <li>- Profissionais envolvidos;</li> <li>- Metodologia de ensino utilizada;</li> <li>- Material didático utilizado;</li> <li>- Outros projetos ou cursos;</li> <li>- Cursos ou projetos mais apropriados para imigrantes e refugiados;</li> <li>- Gratuidade dos cursos;</li> <li>- CELPE-BRAS (procura; orientação dos imigrantes sobre essa possibilidade);</li> <li>- Promoção do acesso e conhecimento das leis, que garantem os direitos dos</li> </ul>	<p>Tempo médio: 10 minutos</p>

		imigrantes.	
<b>Bloco E</b> Outras formas de atuação	Compreender se o Núcleo auxilia em algum tipo de encaminhamento	No que tange às formas de encaminhamento, gostaria de saber como o Núcleo auxilia os imigrantes. Nesse sentido, mais especificamente: - no processo de aquisição de documentos;  - no acesso ao mercado de trabalho.	Tempo médio: 05 minutos
<b>Bloco F</b> Enquadramento da Instituição	Saber se existem parcerias com outras instituições	Existe algum tipo de parceria do Núcleo com outras instituições? Se sim, quais e como funcionam essas parcerias?	Tempo médio: 05 minutos
<b>Bloco G</b> Papeis Sociais	Compreender qual o entendimento quanto ao papel do Estado	Gostaria de saber qual o seu entendimento no que tange o papel que o Estado tem tido ou tem, neste momento atual, no desenvolvimento de políticas públicas para os imigrantes.	Tempo médio: 05 minutos
<b>Bloco H</b> Legalidade	Compreender qual a importância das Leis	No que respeita às Leis que se referem a imigrantes, existentes no nosso país, qual a sua compreensão sobre a Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro).	Tempo médio: 05 minutos
<b>Bloco I</b> Orientações	Buscar orientações sobre formas de acolhimento e integração	A partir de sua experiência nesta área de atuação junto aos imigrantes, que sugestões daria para uma atuação do IFB no acolhimento e integração destas populações?	Tempo médio: 05 minutos

Anexo 5- Guião de entrevista semiestruturada – Reitor do IFB - Wilson Conciani

**Guião de entrevista semiestruturada**

**Tema:** A integração do estudante imigrante e refugiado no Instituto Federal de Brasília (IFB).

**Entrevistado:** Wilson Conciani – Reitor do IFB

**Objetivo geral:** Compreender o olhar do gestor máximo do IFB quanto ao papel da instituição no acolhimento e na integração dos alunos imigrantes e refugiados.

**Local:** Reitoria

**Dia e Hora:** a definir com o entrevistado

<b>BLOCOS</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>QUESTÕES</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>Bloco A</b>  Legitimação da entrevista	Legitimar a entrevista	Informar o entrevistado sobre o trabalho de pesquisa; Solicitar a colaboração do mesmo para a continuação do trabalho; Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista;	Tempo médio: 05 minutos
<b>Bloco B</b>  Fluxos migratórios atuais	Compreender qual o entendimento do gestor sobre o fenómeno migratório atual	Gostaria que me falasse qual a sua compreensão sobre os fluxos migratórios atuais, considerando os aspectos da natural necessidade de mobilidade humana, mas também outros relacionados à globalização, à crise mundial e aos conflitos envolvendo guerras e desastres naturais.	Tempo médio: 10 minutos
<b>Bloco C</b>  Papel Social da Instituição	Saber qual a percepção do gestor sobre o papel da instituição IFB no acolhimento e integração do público imigrante e refugiado	No que respeita o acolhimento e a integração do público imigrante e refugiado pela Instituição, gostaria que me falasse um pouco sobre qual a sua percepção sobre o papel do IFB, as formas de atuação e intervenção que, possivelmente já existam, ou aquelas que são percebidas como necessárias para a efetiva integração deste público. Existe a possibilidade de trabalho em parceria, com outras instituições que já venham desempenhando trabalho de intervenção junto ao público imigrante e refugiado, no Distrito Federal?	Tempo médio: 10 minutos
<b>Bloco D</b>  Políticas Públicas voltadas para o público imigrante e refugiado.	Compreender quais as possíveis políticas educacionais, que estão sendo pensadas para atender os fluxos migratórios atuais.	No que tange políticas públicas na área da educação, que atendam os imigrantes e refugiados, existe alguma sendo pensada no âmbito do Ministério da Educação?  E no âmbito do IFB?	Tempo médio: 10 minutos
<b>Bloco E</b>  Propostas de Intervenção	Sugerir trabalhos e intervenções que podem ser realizados futuramente	Gostaria que me falasse quais seriam as possibilidades futuras que o IFB poderia apresentar para atender o público imigrante e refugiado, de forma a acolher e integrar os mesmos.	Tempo médio: 10 minutos

## Anexo 6 - Sinopses de entrevista

### Sinopse de entrevista

Marta. Oriunda do Paraguai. 35 anos. Está no Brasil desde o ano 2001. Devido às dificuldades encontradas no Paraguai para dar continuidade nos estudos, decidiu vir para o Brasil. Veio sozinha, porém já tinha duas irmãs morando em Brasília, que vieram antes dela. É nascida no Paraguai, porém seus pais são brasileiros e foram viver no Paraguai no anos 70, em busca de uma vida melhor. No entanto, na época que resolveu vir para a cidade de Brasília, a situação já não era tão favorável quanto antes e, por morarem em uma cidade do interior, apenas terminou a educação básica, com muitas dificuldades, segundo a mesma. Porém, como a intenção era fazer um curso superior, a saída era vir para o Brasil. Aqui no Brasil cursou Licenciatura em Letras/Inglês, porém não trabalha com a docência, encontrando dificuldades de acesso ao emprego. Atualmente seus pais também vivem no Brasil e ela já possui a nacionalidade brasileira.

Não acalenta o sonho de regressar ao seu país de origem, pelo menos não para morar, mas deseja retornar para visitar, até mesmo porque já está casada e gostaria de viajar para o Paraguai com seu esposo.

Quanto à sua integração no país, afirma não ter encontrado maiores dificuldades de adaptação pelo fato de ser oriunda de um país cuja língua oficial é o espanhol, que se assemelha ao português e, também, porque seus pais sempre falaram o português no ambiente familiar, mesmo vivendo lá no Paraguai, tendo em vista que são brasileiros, porém ela aprendeu o espanhol na escola, onde era obrigada a falar somente em espanhol. Aponta que nunca teve pleno domínio da língua portuguesa, mas o que sabia já foi suficiente para conseguir comunicar-se com facilidade, facilitando sua adaptação à realidade brasileira. O único fator que dificultou sua adaptação foi sua timidez, mas com o tempo isso foi melhorando.

Relata nunca ter sofrido práticas de preconceito, tanto dentro do IFB quanto na sociedade em geral. Apenas encontrou certa resistência quando saiu em busca de emprego, pois como tem pleno domínio do espanhol, almejava lecionar em cursos de línguas, porém sempre exigiam a certificação, mesmo que ela fosse nativa de uma país cuja língua oficial é o espanhol. Foi neste momento que percebeu que precisava cursar uma formação em espanhol para validar seus conhecimentos.

Atualmente frequenta o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Espanhol no IFB – Campus Riacho Fundo, que ficou sabendo por meio de seu esposo, pois o mesmo prestava alguns serviços na instituição e viu que as inscrições para o curso de espanhol estavam abertas, incentivando a esposa para cursar. Optou por esta oferta formativa por considerar que seria esta a oportunidade que teria para adquirir a certificação na língua na qual ela já tinha o domínio e, que poderia contribuir consideravelmente para melhores chances no mercado de trabalho.

Sobre a oferta formativa do IFB considera como boa e com metodologias de trabalho adequadas, além de professores muito qualificados. Destaca apenas que por vezes encontra algumas dificuldades para conseguir contato com alguns setores da instituição como Assistência Estudantil e Registro Acadêmico, pois como seu curso acontece apenas aos sábados, estes setores estão fechados, dificultando a entrega ou solicitação de documentos. No entanto, mesmo com estas dificuldades apontadas, ressalta a importância do trabalho e apoio recebido da Assistência Estudantil, pois sempre participou dos editais de auxílios e bolsas, onde foi contemplada, trazendo contribuições para sua permanência no curso.

No que respeita ao papel do IFB nos processos de acolhimento e integração a populações imigrantes, refere que seria muito importante se a instituição desenvolvesse uma atuação mais efetiva no

encaminhamento para o mercado de trabalho de seus alunos, principalmente aqueles alunos imigrantes que são os que encontram mais dificuldade de acesso ao emprego.

### **Sinopse de entrevista**

Selma. Oriunda da Nigéria. 22 anos. Está no Brasil desde o ano 1997. Chegou ao Brasil aos 03 anos de idade, junto com sua família, pai, mãe e uma irmã. Aqui no Brasil nasceu sua irmã mais nova, no ano 2000, quando seu pai conseguiu nacionalidade brasileira para toda família. Relata que seu pai já havia vivido no Brasil nos anos 80, pois cursou Arquitetura na UNB. Relata que após o término do curso, seu pai retornou para a Nigéria, onde casou-se com sua mãe e tiveram filhos, resolvendo em certo momento que deveriam vir para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Afirma já ter concluído todas as fases do ensino básico aqui no Brasil, além de ter cursado vários cursos de aperfeiçoamento, inclusive no IFB e, que agora ingressou em um curso superior.

Relata que a família acalenta o sonho de regressar ao país de origem, pois atualmente as condições de vida no Brasil estão mais difíceis. Ressalta que ela e sua irmã têm planos de retornarem para a Nigéria, após finalizarem suas graduações, pois em posse de maiores qualificações, poderão contribuir para a melhoria do país.

Quanto à sua integração no país, afirma ter tido problemas de adaptação que não se justifica pelo fato de não dominar a língua do país de acolhimento, considerando que a língua oficial da Nigéria é o inglês e que seus pais falam essa língua, pois foi alfabetizada aqui no Brasil, tendo facilidade com a língua portuguesa, que aponta como fator de integração muito significativo uma vez que, refere, sem o domínio da língua não há possibilidades de comunicação. No entanto, destaca o fato de que a maior dificuldade encontrada aqui no Brasil foi a existência de preconceito racial. Destaca o fato de que o Brasil é visto como um país acolhedor, porém na verdade essa é uma ideia falsa. Entende que na Nigéria as pessoas são mais amigas e ajudam-se mutuamente, independente da cor, o que não acontece no Brasil. Além desta compreensão ainda aponta o fato de que ser mulher também contribui para sofrer discriminação. Percebe que ser mulher, negra e oriunda de um país do continente africano constituem um somatório de motivos para ter certos direitos ameaçados.

Atualmente não é mais aluna do IFB, pois acabou evadindo do curso que frequentava - Curso Técnico em Comércio – Campus Taguatinga Centro, que ficou sabendo por meio das redes sociais e, também, por intermédio da escola onde cursava o ensino médio. Aponta que ao saber que se tratava de uma instituição de ensino federal, entendeu que os cursos seriam gratuitos e interessou-se. Relata que além deste último curso que começou e acabou evadindo, no ano de 2013 começou a cursar Auxiliar em Mecânica Automotiva, no Campus Estrutural, que cursou até o final e com bom aproveitamento. A evasão do curso Técnico em Comércio foi devido ao trabalho, pois chegava muito atrasada às aulas e perdia conteúdo, prejudicando sua aprendizagem, fazendo com que desistisse. Aponta também o fato de logo depois ter começado a cursar nível superior em uma faculdade particular, por meio de uma excelente bolsa de estudos, não podendo perder a oportunidade.

Sobre a oferta formativa do IFB considera boa e com metodologias diversificadas, aulas dinâmicas e professores qualificados. Destaca a diversidade de público atendido pela instituição como fator favorável à aprendizagem e troca de saberes. No que respeita ao papel do IFB nos processos de acolhimento e integração a populações imigrantes, refere que seria muito importante se a instituição desenvolvesse programas específicos para os alunos imigrantes e refugiados, principalmente para ajudar no domínio do idioma e no conhecimento da cultura brasileira.

### **Sinopse de entrevista**

Leonardo. Oriundo da Guiné-Bissau. 33 anos. Vive em união de fato. Tem duas filhas, uma das quais de uma relação anterior à atual. Está no Brasil desde o ano 2005. A falta de condições de vida e,

especificamente, para continuar os estudos no seu país levaram-no a integrar um Programa de Convênio de Graduação existente entre os dois países e partiu para estudar na Universidade de Brasília; ao abrigo deste convênio formou-se em Sociologia (bacharelado) e Ciências Sociais (licenciatura). No momento da entrevista prepara doutoramento (área de Transportes) e, simultaneamente, frequenta o curso de Estatística e Lógica no IFB – Campus Riacho Fundo; optou por esta oferta formativa por considerar que lhe irá ser útil no desenvolvimento da sua pesquisa de doutorado; anteriormente frequentou, também no IFB, o curso de Informática – não concluiu por considerar que o nível básico do curso fica aquém das suas necessidades formativas nesta área. Sobre a oferta formativa do IFB e, particularmente, as dos cursos que frequentou ou frequenta avalia-a como boa e com metodologias de trabalho adequadas.

Quanto à sua integração no país, afirma não ter tido problemas de adaptação o que justifica pelo fato de dominar a língua do país de acolhimento – que aponta como fator de integração mais significativo uma vez que, refere, sem o domínio da língua não há possibilidades de comunicação o que dificulta em muito qualquer processo de integração nos vários domínios (seja o escolar, o laboral ou o das interações e sociabilidades). Aponta ainda como elementos facilitadores na adaptação a existência de semelhanças entre os dois países (história de colonização comum; língua; cultura; gastronomia) e o fato de ter vindo integrado num convênio para estudantes o que lhe dá um estatuto diferente, facilitador, relativamente a outro tipo de imigração. Este fato, refere, abre perspectivas maiores, facilita a interação, o desenvolvimento de sociabilidades e o acolhimento é melhor uma vez que a instituição (no caso a UnB) receptora está preparada para receber estudantes estrangeiros e, sendo uma universidade, é um espaço com pessoas com um grau de conhecimento mais elevado e faculta melhores condições a quem chega.

Percebe a existência de preconceito, discriminação e indiferença em relação ao imigrante na sociedade em geral e, embora não identifique nenhum caso concreto ou situação particular em relação a si próprio, refere o seu envolvimento em lutas estudantis por razões de discriminação de outros colegas imigrantes, apoiando-os e desenvolvendo ação conjunta na tentativa de recuperar direitos que estavam sendo ameaçados.

Ainda que não refira explicitamente situações de discriminação sobre si, considera, no entanto, que por melhor que seja recebido e respeitado não se encontra em situação de igualdade ao nível do exercício da sua cidadania referindo que será sempre um estrangeiro no Brasil – situação que nunca irá mudar, por mais anos que passem e não obstante ter constituído família e ter duas filhas brasileiras.

Acalenta o sonho de um dia regressar ao seu país de origem e, em posse de maiores qualificações, contribuir para a mudança e transformação da Guiné-Bissau num país melhor.

No que respeita ao papel do IFB nos processos de acolhimento e integração a populações imigrantes, refere a importância de criar oferta formativa da língua portuguesa e da cultura brasileira, a importância de criar mecanismos que possibilitem e facilitem a entrada de estudantes estrangeiros nos cursos ofertados pela instituição (seja, a longo prazo, por meio do desenvolvimento de convênios com outros países específicos, seja, a mais curto prazo, agilizando processos burocratizados de acesso, garantido vagas específicas para imigrantes) e criando possibilidades formativas de certificação e validação de competências em áreas técnicas e profissionalizantes.

### **Sinopse de entrevista**

Paulo. Oriundo da Venezuela. 52 anos. Está no Brasil desde o ano 2010. Decidiu vir para o Brasil para visitar, passando 45 dias na cidade de São Paulo e, depois vindo para Brasília, a convite de um amigo, onde passou mais alguns dias. Retornou para seu país, organizou-se e optou por vir morar de vez no Brasil, devido ao fato de ter passado por um processo de separação conjugal, deixando na Venezuela

03 filhos, que ficaram com sua ex-esposa. Veio com visto de permanência por 02 anos, devido aos acordos estabelecidos entre os países do Mercosul, cujo Brasil e Venezuela fazem parte, o que facilitou a aquisição de documentos como o Registro Geral de Estrangeiro (RGE) e carteira de trabalho. Possui formação em Administração (Bacharelado), porém não trabalha na área, pois ainda não conseguiu validar seu diploma, encontrando dificuldades de acesso ao emprego. Atualmente está casado com uma brasileira e, devido a isso, já possui a nacionalidade brasileira.

Não acalenta o sonho de regressar ao seu país de origem, pelo menos não para morar, mas poderá retornar para visitar, tendo em vista que seus filhos vivem na Venezuela e não têm interesse em vir para o Brasil, pois já estão com suas vidas estabelecidas no país.

Quanto à sua integração no país, afirma não ter encontrado maiores dificuldades de adaptação pelo fato de ser oriundo de um país cuja língua oficial é o espanhol, que se assemelha ao português. Mesmo assim, aponta o fato de que a mudança de cultura é um choque e que percebeu dificuldades no acesso a informações corretas, quando precisou em função de ofertas de estudo e trabalho, pois por não falar fluentemente o português, muitas vezes acabava sofrendo com atitudes de rejeição.

Relata nunca ter sofrido práticas de preconceito dentro do IFB, porém na sociedade, em suas relações cotidianas encontrou certa resistência quando saiu em busca de emprego, pois como não tem domínio do português, as informações recebidas ficavam muito vagas, foi quando percebeu que precisava aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a língua. Ressalta o fato de que sua esposa tem ajudado muito no seu aperfeiçoamento da língua portuguesa, mas ainda assim encontra muita dificuldade na escrita, que tem bastante diferença da fala.

Atualmente não é mais aluno do IFB, pois acabou evadindo do curso que frequentava - Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Alfabetização e Letramento – Campus Taguatinga Centro, que ficou sabendo por meio de pesquisas em busca de locais que estivessem ofertando cursos gratuitos. Quando encontrou a oferta do curso de Alfabetização e Letramento, ficou entusiasmado, pois não era exigida comprovação de escolaridade, percebendo que esta seria uma ótima oportunidade para ter mais contato com a língua do país de acolhimento, além de estabelecer relações sociais com brasileiros, contribuindo consideravelmente para sua adaptação, assim como, para maiores chances no mercado de trabalho. Considera de total importância o fato da instituição ofertar cursos gratuitos, pois até então não tinha encontrado nenhum local que ofertasse cursos de português de forma gratuita. Relata que chegou a entrar em contato com a UNB, mas ficou sabendo que o curso de português para estrangeiros ofertado pelo NEPPE, tinha um custo financeiro que, para ele não era viável no momento. No entanto, quando descobriu a oferta de curso no IFB, já estava frequentando outro curso, na área de Departamento Pessoal, na Escola Técnica da Ceilândia, instituição de ensino que faz parte da rede de ensino pública do Distrito Federal. Ressalta que nessa instituição ele encontrou dificuldades para matricular-se, pois exigiam comprovação de escolaridade, porém o dirigente da escola simplificou o processo ao solicitar que ele fizesse uma declaração, falando qual era seu nível de escolaridade e responsabilizando-se pelas declarações feitas, permitindo assim que ele começasse a frequentar o curso. Aponta o fato de que em certo momento os horários de aula estavam chocando e não conseguiu dar continuidade nos dois, optando por continuar frequentando o curso de Departamento Pessoal, evadindo do curso do IFB, porém ressalta que tinha interesse de finalizar o curso e que o tempo que permaneceu na instituição foi propício para adquirir muitos conhecimentos e estabelecer valiosas trocas culturais, tendo em vista a diversidade de público atendido pelo IFB que contribui para trocas interculturais.

Sobre a oferta formativa do IFB considera muito profissional, com professores muito qualificados. Destaca a atuação profissional da professora do curso de Alfabetização e Letramento, pois a mesma tinha uma ética profissional muito boa, além de demonstrar atitudes de carisma pelos alunos.

No que respeita ao papel do IFB nos processos de acolhimento e integração a populações imigrantes, refere que seria muito importante se a instituição desenvolvesse políticas de Assistência Estudantil, como auxílios financeiros, de alimentação e, se possível, até de moradia, que contribuíssem para a permanência dos alunos na instituição. Essas sugestões apresentadas pelo aluno devem-se ao fato de o mesmo não ter ficado tempo suficiente na instituição para conhecer as políticas existentes, tendo em vista que a política de Assistência Estudantil é uma prática consolidada dentro do IFB e que já é estendida aos alunos imigrantes e refugiados. Aponta ainda como fator de elevada relevância, a oferta pelo IFB, de cursos de português para imigrantes, tendo em vista a necessidade dos mesmos terem domínio do idioma.

### **Sinopse de entrevista**

Pedro. Irmão dos alunos Nelson e Roberto. Oriundos do Peru. Nelson tem 21 anos. Está no Brasil desde o início do ano 2013. Veio com visto de permanência de 02 anos, tendo em vista os acordos entre os países do Mercosul, cujo Brasil e Peru fazem parte. Roberto tem 24 anos. Veio para o Brasil no final do ano 2013. Também recebeu visto de permanência de 02 anos, pelos mesmos motivos que seu irmão Nelson. Nelson e Roberto vieram para o Brasil para morar com o irmão Pedro, que já estava no país desde o ano 2008. Pedro tem 27 anos. Nelson e Roberto, por meio de contato telefônico, aceitaram participar da entrevista, porém acabavam apresentando empecilhos para a efetivação das mesmas. Foi o irmão Pedro que se prontificou a falar da realidade dos irmãos aqui em Brasília, tendo em vista que o aluno Nelson ainda sentia-se muito inseguro no país e tinha dificuldades para se comunicar com pessoas estranhas e, também, porque o aluno Roberto tinha acabado de retornar para o Peru, para fazer um tratamento de saúde e terminar a faculdade de Medicina que cursava no país. Nelson não tem formação em nível superior, porém já finalizou a educação básica e realiza vários cursos de aperfeiçoamento. Pedro tem formação de nível superior em Psicologia.

Pedro relata que não acalenta interesse em retornar para o Peru e, que em princípio, seu irmão Nelson também não. Destaca o fato que veio primeiro e enfrentou mais dificuldades, porém quando percebeu que já tinha certa segurança e que os acordos entre os países do Mercosul traziam maiores facilidades para a entrada no Brasil, propôs a vinda de seus irmãos mais novos. No entanto, destaca o fato de que seu irmão Roberto teve que regressar ao país de origem, por questões de saúde, pois nesse quesito no Peru é melhor que no Brasil, além de terem outras pessoas da família no país que podem oferecer mais amparo para seu irmão.

Quanto à integração dos três irmãos no país, afirma não terem encontrado maiores problemas com a questão do idioma, pois a língua oficial no Peru é o espanhol, que se assemelha ao português. Ressalta a importância do domínio do idioma do país de acolhimento para contribuir com a adaptação à nova realidade, pois este será o fator de integração mais significativo, uma vez que, sem o domínio da língua não há possibilidades de comunicação. Relata que tem facilidade com a língua portuguesa, porém seus irmãos Nelson e Roberto ainda encontram dificuldades. Destaca o fato de que seu irmão Nelson relatou algumas vezes certo incômodo com algumas situações que aconteciam em sala de aula, frequentando curso no IFB, pois não entendia algumas falas dos professores e os colegas ficavam zombando dele. Aponta, no entanto, que mesmo assim, todos sempre consideraram as instituições acadêmicas como ambientes seguros, diferente do ambiente externo e das relações cotidianas na sociedade, onde sentiam-se mais vulneráveis. Ressalta que em nenhum momento ouviu relatos de seus irmãos sobre situações de preconceito sofridas dentro do IFB, apenas dificuldades de comunicação devido à falta de domínio da língua e da cultura brasileira.

Atualmente, Nelson e Roberto não são mais alunos do IFB, pois acabaram evadindo dos cursos que frequentavam - Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Inglês – Campus Riacho Fundo e – Curso Técnico em Comércio – Campus Taguatinga Centro, respectivamente. Ficaram sabendo do IFB

e dos cursos ofertados, por meio de pesquisas realizadas pelo irmão Pedro, que já vinha buscando instituições que ofertassem cursos gratuitos para quando seus irmãos chegassem em Brasília pudessem cursar. Pedro relata que seu irmão Nelson acabou evadindo do curso FIC em Inglês, pois como apresentou muitas faltas, acabou sendo reprovado pelo elevado número de faltas, ficando impedido de cursar o segundo módulo do curso. Porém, aponta que nos semestres anteriores, seu irmão Nelson já havia participado do curso FIC em Espanhol, pois tinha a compreensão que apenas ter domínio do espanhol, por ser nativo de um país cuja língua oficial é o espanhol, não bastava, tornando-se fundamental ter a certificação de proficiência em espanhol, foi quando finalizou seu curso FIC em Espanhol com êxito, também no Campus Riacho Fundo. Relata que seu irmão Roberto acabou evadindo do Curso Técnico em Comércio, pois retornou para o Peru.

Sobre a oferta formativa do IFB relata que seus irmãos nunca fizeram este tipo de comentário, não sendo capaz de fazer nenhum relato. No que respeita ao papel do IFB nos processos de acolhimento e integração a populações imigrantes, Pedro faz suas sugestões, considerando as dificuldades que enfrentou ao chegar no Brasil e, também, por conseguir fazer uma leitura das dificuldades encontradas por seus irmãos. Ressalta a importância das instituições acadêmicas no acolhimento dos imigrantes, tendo em vista que percebe estes espaços como pontos de refúgio e apoio. Refere que ao chegar ao Brasil em 2008, procurou por alguma instituição que ofertasse cursos de língua portuguesa, mas não encontrou, tendo que aprender nas relações do dia a dia e dentro da Universidade onde cursou o nível superior, tornando-se um processo mais difícil e demorado. Com seus irmãos Nelson e Roberto também foi do mesmo jeito, pois não encontraram uma instituição que ofertasse, especificamente curso de português, no entanto, frequentaram os cursos do IFB, que não eram cursos específicos de português para imigrantes, mas que traziam conhecimentos gerais que, de certa forma, contribuíam para o contato com o idioma, porém considera que se o IFB ofertasse um curso específico de português para imigrantes, seria de muito mais ajuda. Aponta ainda, outro aspecto que considera importante para que o IFB possa melhor acolher seus alunos imigrantes, qual seja, apropriar-se das leis referentes à imigração, pois considera que somente por meio do conhecimento é que se consegue atuar de forma correta em situações que apresentam especificidades e singularidades próprias.

### **Sinopse de entrevista**

Jorge. Oriundo da Nigéria. 31 anos. Está no Brasil desde o ano 2013. O aluno é solicitante de refúgio, pois em seu país sofreu perseguição religiosa devido sua vocação e dedicação para tornar-se padre. Possui formação em Filosofia (bacharelado) e Teologia (bacharelado), realizados na Nigéria, em instituição vinculada à igreja católica. Devido às dificuldades encontradas na Nigéria para dar continuidade na sua vocação religiosa, decidiu vir para o Brasil. Veio com visto de turista e buscou acolhida em uma instituição religiosa, na Arquidiocese de Goiânia, porém não foi aceito, pois a exigência da instituição é que a pessoa venha para o Brasil com visto religioso, caso almeje dar continuidade na vida religiosa. Por não ter encontrado abrigo na cidade de Goiânia, acabou vindo para Brasília, onde foi acolhido por um padre da igreja católica que também é Nigeriano. Afirma que foi por meio desse padre que teve acesso a um curso de português e cultura brasileira, oferecido pela igreja para pessoas oriundas de outros países, onde teve o primeiro contato, mesmo que breve, com a língua oficial do Brasil.

Quanto à sua integração no país, afirma ter encontrado dificuldades de adaptação pelo fato de não dominar a língua do país de acolhimento, tendo em vista que na Nigéria o idioma oficial é o inglês. Aponta que o domínio da língua portuguesa é fator imprescindível para estabelecer a comunicação, influenciando diretamente nos demais processos de integração nos vários domínios (seja o escolar, o laboral ou o das interações e sociabilidades). Também aponta outro elemento dificultador para sua adaptação à realidade brasileira, que foi o choque cultural pelo qual passou, pois existem muitas diferenças nos costumes brasileiros, que em nada se assemelham aos costumes dos nigerianos,

principalmente pelo fato de que alguns costumes estão fortemente associados a sua ideologia religiosa, porém sempre destaca que são apenas costumes diferentes, compreendendo que nenhuma cultura pode ser considerada superior à outra.

Percebe o Brasil como um país muito acolhedor e relata nunca ter sofrido práticas de preconceito, tanto dentro do IFB quanto na sociedade em geral. Apenas encontrou certa resistência em relação à documentação, quando saiu em busca de emprego, porém não percebe que tenha acontecido isso em função de sua cor ou origem, mas por falta de esclarecimento das pessoas, considerando que o mesmo é solicitante de refúgio. Em relação ao mundo laboral, desenvolve suas atividades profissionais como secretário em uma clínica médica, trabalhando em atividades aquém de sua formação, pois não teve condições de validar seus diplomas aqui no Brasil.

Não acalenta o sonho de regressar ao seu país de origem, pelo menos não enquanto permanecerem as perseguições religiosas existentes atualmente, pois sabe que se retornar, corre sérios riscos de vida. Considera que talvez possa um dia retornar para visitar, mas não para morar, pois está encantado com o Brasil.

No momento da entrevista frequenta o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Espanhol no IFB – Campus Estrutural, que ficou sabendo por meio de uma amiga que também já havia estudado na instituição. Ressalta a importância dos cursos oferecidos serem gratuitos e que optou por esta oferta formativa por considerar que seria o curso que mais se assemelhava ao Português, sendo esta a maior dificuldade do mesmo, ou seja, dominar o idioma oficial do Brasil. Já havia cursado outro FIC em Informática básica, em semestres anteriores, avaliando ter contribuído consideravelmente para sua atividade profissional atual e, também, porque no curso pode aprender várias disciplinas como português e matemática, além da informática. Sobre a oferta formativa do IFB e, particularmente, as dos cursos que frequentou ou frequenta avalia-a como boa e com metodologias de trabalho adequadas. Destaca apenas que por vezes encontra algumas dificuldades de aprendizagem, que ocorrem devido ao fato de ainda não ter domínio da língua portuguesa, fazendo com que não entenda certas falas dos professores. No que respeita ao papel do IFB nos processos de acolhimento e integração a populações imigrantes, refere a importância da permanência dos programas de assistência estudantil, que oferecem acompanhamento pedagógico e psicológico, além da oferta de bolsas de auxílio financeiro. Também avalia importante a oferta formativa da língua portuguesa e da cultura brasileira. Além dessas questões ainda considera importante que seja reforçada a segurança nos arredores da instituição, pois assim como ele, muitos alunos estudam à noite e enfrentam algumas situações desagradáveis envolvendo assaltos no horário de saída.

### **Sinopse de entrevista**

Irmã Rosita Milesi. Advogada e Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Relata que o IMDH é uma entidade social, sem fins lucrativos, pertencente à Congregação das Irmãs Scalabrinianas, vinculada à igreja católica e fundada em 1999, cuja missão é promover o reconhecimento da cidadania de migrantes, imigrantes e refugiados, ficando situado na cidade do Varjão.

Relata que o trabalho desenvolvido pela instituição é de acolhimento, acompanhamento e reconstrução de vidas, principalmente no momento da chegada das pessoas a um novo local que escolheram viver, pois é quando se encontram mais vulneráveis. Aponta que atuam nas orientações necessárias, principalmente aquelas voltadas para a aquisição de documentos, mas também na disponibilização de bolsas de auxílio financeiro, alimentos, agasalhos e, algo considerado de total importância, que é o encaminhamento para aulas de português, assim como, ajuda para elaborar currículos e orientações sobre o mercado de trabalho. Destaca ainda, que a instituição tem um grupo de advogados que realizam entrevistas que são enviadas para o Cômite Nacional para os Refugiados (CONARE) que

ajudam esse órgão do Ministério da Justiça na análise dos processos de solicitação de refúgio, tendo em vista que o IMDH tem um espaço no CONARE, como representantes da sociedade civil. Relata que a instituição tem alguns funcionários permanentes, que desenvolvem serviços específicos, mas que muitas atividades são desenvolvidas por meio de trabalho voluntariado.

Sobre a oferta formativa da instituição, ressalta que possuem parceria com o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) da UNB, onde são ofertadas aulas de português, porém também acontecem aulas de português em outras instituições religiosas e também em uma escola da Secretaria de Educação do Distrito Federal, localizada na cidade de Samambaia, aos sábados. Ressalta que além desta parceria com o NEPPE/UNB, também estabelecem parcerias com vários órgãos do governo que oferecem atendimento nas áreas da saúde, assistência social, casas de abrigo, secretarias de combate ao tráfico de pessoas e defensoria pública da União.

Destaca o fato de que o NEPPE/UNB somente aceita as pessoas que são encaminhadas pelo IMDH, pois como o NEPPE oferece cursos pagos e outros gratuitos, precisam encontrar uma maneira para distinguir quem chega no núcleo. Aponta a possibilidade de estabelecer este mesmo tipo de parceria com o IFB, caso, em algum momento, seja ofertado curso de português para imigrantes e refugiados pela instituição.

Aponta como grande desafio o Estado desenvolver políticas públicas e leis que atendam as especificidades dos imigrantes e refugiados, suprimindo a carga criminalizante, pois considera que imigração não pode ser tema de polícia. Destaca o fato de que a Lei 6.815/80 – Lei de Imigrações – é uma lei ainda vigente, porém já superada, pois é uma lei de imigrações, não de refúgio. Ressalta que existe um Projeto de Lei (PL) em tramitação no Congresso Nacional, é o PL 2.516/2015, que substituirá a Lei 6.815/80 e será uma lei de migrações, pois atenderá tanto o brasileiro que sai do Brasil e migra para outro país quanto o imigrante que chega ao Brasil. Afirma que o Projeto de Lei tem muitos avanços, principalmente nas diversas possibilidades de vistos que poderão ser concedidos, porém ainda prevê muito poder à polícia, deduzindo que o tema ainda permanece sendo percebido como crime.

Em relação às formas para melhor acolher imigrantes e refugiados, faz suas sugestões ao IFB e destaca a importância de sempre trabalhar no coletivo, ou seja, tratar com especificidade apenas aquilo que for realmente necessário. Nesse sentido, considera específico a oferta de cursos de português para os não nacionais. Aponta como fundamental que o IFB dedique atenção especial à questão da documentação, pois muitos imigrantes e refugiados almejam participar de cursos, mas não conseguem, pois não têm a documentação exigida, sendo imprescindível que o IFB encontre maneiras para que o estrangeiro, imigrante ou refugiado possa ter acesso aos cursos ofertados pela instituição, pois se a exigência com apresentação de documentação for muito complexa, a maioria não vai conseguir ingressar no IFB. Ressalta que é necessário pensar em uma modalidade de ensino que possa ser adotada para suprir eventuais ausências de documentos, pois muitos não têm como retornar ao país de origem para buscar documentos ou outras vezes, durante o percurso migratório, muitos bens e documentos pessoais se perdem. Destaca que na UNB, para fazer os cursos de português, não é exigida nenhuma comprovação de escolaridade, podendo ser até analfabeto, sendo necessário apenas comprovar por meio de algum documento que está em situação regular no país. Também considera essencial que a instituição atenda as especificidades do público imigrante e refugiado relacionadas a custo com transporte e alimentação, além de ser necessário dispensar um olhar cuidadoso para os horários de oferta dos cursos, pois devido ao trabalho, a maior procura será pelo período noturno. Sempre busca reafirmar na sua fala que são necessárias modalidades de apoio e políticas de assistência, como forma de apoio à permanência do aluno no curso. Por fim, aponta como possibilidade encontros entre o IMDH e o IFB, onde podem tentar a participação do CONARE e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), promovendo palestras de sensibilização aos professores.

### **Sinopse de entrevista**

Professor Wilson Conciani. Reitor do Instituto Federal de Brasília (IFB), eleito democraticamente, por estudantes e servidores, no ano de 2014. Destaca que os institutos federais de educação foram criados com a perspectiva de inclusão social, com o intuito de propiciar condições para que as pessoas possam exercer plenamente sua cidadania, através da geração de renda, seja por um emprego, seja por trabalho próprio.

Considera que os imigrantes e refugiados são um público alvo da instituição, porém ressalta que ainda não existe nenhum curso específico para imigrantes e refugiados. Percebe que o acesso a cursos de Língua Portuguesa é essencial para a autonomia deste público, além de compreender que se faz necessário ser condescendente com a documentação, porque são pessoas que saíram de seus países em condições difíceis. No entanto, tem alguns aspectos legais que precisam ser respeitados. Deixa claro que a questão documental e a questão do apoio linguístico são essenciais, compreendendo que é preciso proporcionar o apoio geral ao educando.

Relatou que o IFB já tentou desenvolver propostas de cursos para imigrantes e refugiados, porém sem sucesso. Também já realizaram contato com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), mas ainda não conseguiram efetivar uma possível parceria com a Irmã Rosita Milesi. Segundo o mesmo, ainda não foi efetivada a parceria, pois o IMDH faz algumas exigências de dedicação de vaga e o IFB não pode trabalhar nesta perspectiva. Porém, compreende que a oferta de um curso específico para o público imigrante e refugiado é possível, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), no caso poderia ser um FIC em Língua Portuguesa para Estrangeiros ou por meio do E-TEC Idiomas, na modalidade à distância, que oferta Inglês, Espanhol e, também, Português para Estrangeiros.

Destaca que nem todos os institutos conseguem operacionalizar as propostas de cursos para o público imigrante e que o IFB é um caso, pois possuem dificuldade de conseguir professores e, também, de conseguir um campus que abrigue e acolha a proposta. Ressalta ser uma pena porque isso vai contra aquilo que a instituição prega, que é a inclusão.

Considera que uma barreira para a efetivação das propostas e políticas voltadas para o público imigrante e refugiado é a própria inércia do serviço público, percebendo as instituições da sociedade civil, como por exemplo o IMDH, como aquelas que realmente preocupam-se com as pessoas e não com o poder e com as questões financeiras envolvidas no fomento de propostas deste tipo. Outra barreira, se não a maior delas, é a barreira social, maior até que a barreira legal, pois é a sensibilidade para o social que nos capacita para entendermos enquanto gente. Percebe que nós, com toda a certeza, como sociedade temos a dificuldade de entender o que é gente. É preciso aprender a conviver com a pluralidade, sendo preciso convencer as pessoas que este grupo de estrangeiros, na sua forma bem ampla, são gente e dignos de todos os direitos que os outros também são, pois gente não se mede por onde nasceu ou posição social. Compreende que todos os servidores da instituição precisam envolver-se no trabalho de convencimento de que é preciso trazer o público imigrante e refugiado para a instituição.

Espera que o trabalho de pesquisa do mestrado não seja apenas acadêmico, mas sim de intervenção, disponibilizando todo o apoio institucional necessário para a efetivação da possível proposta de intervenção.

### **Sinopse de entrevista**

Professora Lúcia Barbosa. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) da UNB. Relata que antes de ser professora da UNB, trabalhou na Universidade de São Carlos, em São Paulo, onde implantou o primeiro curso de Português para estrangeiros. Destaca que é coordenadora do núcleo desde o ano 2012. Aponta, também, o fato de que a partir do

ano 2013 o núcleo passou a ser chamado de NEPPE, pois antes era um programa de extensão de português para outras línguas, que já existia desde a década de 80 na UNB. Ressalta que é pesquisadora na área de português para estrangeiros e que o NEPPE é um espaço de trabalho e, que cada vez mais, tem tornado-se um lugar de pesquisa.

Destaca o fato de que o núcleo desenvolve suas atividades por meio da força de trabalho de voluntárias e voluntários, em sua grande maioria alunos do curso de Letras e, também, de vários outros cursos da UNB. Porém, aponta a necessidade de que este trabalho seja reconhecido e valorizado e que tenham profissionais vinculados a este núcleo e, que não tenha que sobreviver apenas do apoio incondicional de voluntárias e voluntários.

Quanto aos projetos desenvolvidos no núcleo, destaca o Projeto Pró Acolher, registrado com o nome de *Português como Acolhimento em Contexto de Imigração*. Ressalta a importância de acolher o público de refugiados que chega em Brasília, pois estes encontram-se em severas situações de vulnerabilidade.

Relata que o núcleo recebe alunos enviados pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), com o qual a UNB estabeleceu parceria. Até o momento, foram 120 imigrantes e refugiados atendidos. Aponta o fato de que algumas pessoas falam que o número de atendidos é pequeno. Porém, ressalta que realmente o número não é maior, pois procuram trabalhar com a oferta de no máximo 20 alunos por turma, buscando garantir a mesma qualidade ofertada para as turmas de português para diplomatas, cujo os cursos não são gratuitos.

Sobre a oferta formativa do núcleo, ressalta que o grande desafio é a formação de professores para trabalhar com o público de imigrantes e refugiados, que é diferente do trabalho desenvolvido com estrangeiros oriundos de diversos países ligados aos Consulados ou representantes de empresas multinacionais. Relata que já desenvolvem as formações por meio de módulos temáticos, mas ainda precisam aprimorar os materiais didáticos utilizados. Também considera importante que o núcleo pudesse ter acesso a serviços institucionais como tradução e validação de diplomas, pois existem vários imigrantes que já tem boa formação e outros que poderiam ser inseridos em uma universidade para cursar nível superior.

Aponta como grande desafio a desconstrução de estereótipos, que geram atitudes de preconceito e discriminação com imigrantes e refugiados, principalmente com aqueles oriundos de países do continente africano, tendo em vista que o Brasil é um país que escravizou negros e negras por séculos e, que não aceitará tão facilmente, pessoas originárias desses países. Destaca o fato de que o Brasil não é um país xenofóbico, mas sim racista, pois não existe preconceito com pessoas estrangeiras, oriundas de países do continente europeu, por exemplo.

Em relação às formas para melhor acolher imigrantes e refugiados, destaca a importância da oferta do ensino de português como língua de acolhimento, com materiais didáticos específicos e fazendo a gestão das necessidades e especificidades do público imigrante, não sendo bastante apenas evidenciar, é preciso fazer a gestão das mesmas, como por exemplo, ofertar cursos no período noturno. Também ressalta a importância de estabelecer parcerias com vários setores, instituições e órgãos do governo ou da sociedade civil, para ofertar aos alunos possibilidades para permanecerem no curso, como por exemplo, parceria com os departamentos de transporte para a liberação de passes estudantis.

Anexo 7 - Grelha De Análise De Conteúdo – Reitor do IFB - Wilson Conciani

<b>GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – REITOR DO IFB - WILSON CONCIANI</b>	
<b>CATEGORIA 01</b> – Papel Social da Instituição	
<b>SUBCATEGORIA 1.1</b> - Percepção do gestor sobre o papel da instituição IFB no acolhimento e integração do público imigrante e refugiado e as possibilidades de trabalho em parceria.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Wilson Conciani</b>	<p>O IFB, como todos os institutos, eles foram criados com perspectiva de inclusão social, de propiciar condições para que as pessoas possam exercer plenamente sua cidadania, através da geração de renda, seja por um emprego, seja por trabalho próprio. Nesse sentido, os imigrantes e refugiados são um público alvo do instituto, dos institutos federais e do IFB em particular.</p> <p>Nós não temos hoje uma linha dedicada exclusivamente a essas pessoas, pelo contrário, temos dificuldade em receber porque a gente não se preparou para o ensino de língua portuguesa, por exemplo, para essas pessoas e seria essencial e, é essencial, na verdade! Não adianta trazê-los para sala de aula se eles não são capazes de se quer saber o que está acontecendo.</p> <p>Nós tivemos um Seminário no ano passado, lá em Samambaia, que tratava exatamente disso, da inclusão dos refugiados e dos imigrantes. Enquanto seminário foi muito bom, mas não decorreu daí uma melhoria das condições internas de acolhidas destas pessoas.</p> <p>De um modo geral os refugiados têm dificuldade com documentação, então há uma orientação muito clara, nesse sentido, do ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, de que a gente seja condescendente com a documentação, porque são pessoas que saíram de seus países em condições difíceis, não organizadas, alguns casos perderam não só documentos, mas tudo que tinham (...) (...) outra situação que são os imigrantes ilegais e os refugiados não reconhecidos, que na prática são imigrantes ilegais também. Pra esses é muito complicado porque primeiro, do ponto de vista legal, eles não fazem jus a nenhum apoio. Do ponto de vista social, do ponto de vista ético, a gente deve acolher a todas as pessoas, mas a dificuldade é que eles não têm, neste caso, o respaldo legal para que a sua documentação seja tratada.</p> <p>Então, há uma situação que a gente diz assim, ética/social, e há uma situação legal. Do ponto de vista ético/social nós devemos acolher a todos, do ponto de vista legal, nós temos dificuldade para acolher alguns grupos, que são o caso dos imigrantes ilegais.</p> <p>(...) existe já a conversa no organismo que faz, não é um organismo oficial, é uma instituição filantrópica, que faz apoio aos imigrantes e aos refugiados, IMDH- Irmã Rosita. É um instituto ligado à Igreja Católica.</p> <p>A gente vem conversando com ela e ela tem cobrado de nós algumas ações e eu falei: irmã nós estamos prontos pra trabalhar, mas nessas condições que a senhora coloca não, porque a gente não pode fazer uma dedicação de vaga para essas pessoas. Essas pessoas, e aí sim, nós devíamos estar trabalhando juntos para prepará-los para vir pra cá.</p>

	Já começou e a gente não consegue operacionalizar e a falha é nossa enquanto instituto, porque nós não conseguimos até hoje dar a ela essa condição de ofertar o curso de línguas, língua portuguesa na verdade, para estrangeiros. Do outro lado a gente tem que colocar pra irmã, com clareza, que nós não temos condição de garantir vagas para todos.
<b>CATEGORIA 02</b> - Políticas Públicas voltadas para o público imigrante e refugiado.	
<b>SUBCATEGORIA 2.1</b> - Políticas públicas na área da educação, que atendam os imigrantes e refugiados, no âmbito do Ministério da Educação e do IFB.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Wilson Conciani</b>	<p>Não. Não tem. O que eu sei efetivamente é que há um acordo entre todos os reitores e o Ministério da Educação que, vamos dizer assim, financiando essa questão do programa de Português à distância, para estrangeiros, que é uma porta de entrada, mas efetivamente, dizer assim, há um outro trabalho, não! Não há! O que o MEC fez e aí foi um acordo que nós fizemos entre reitores e MEC, foi preparar um curso de língua portuguesa para estrangeiros que permitisse que essas pessoas pelo menos aprendessem português. Esse foi o ponto de partida e aí a dificuldade que a gente tem é que nem todos os institutos conseguem operacionalizar. É o caso do IFB. O IFB não dá conta de operacionalizar esse curso. Nós já estamos há um ano tentando, tentando e não conseguimos professores, não conseguimos um campus que abrigue, que acolha esta proposta. É uma pena porque isso vai diretamente contra aquilo que a gente prega que é a inclusão.</p> <p>O Português para estrangeiros tá dentro do E-TEC Idiomas.</p> <p>(...) eu penso que a maior barreira que nós temos, não é a legal. A maior barreira que nós temos é social, é da nossa capacidade de entendermos enquanto gente. Nós, com toda a certeza, como sociedade temos a dificuldade de entender o que é gente. Eu acho que o legal não é o mais difícil, porque o número de refugiados e imigrantes é grande em relação ao número de imigrantes e refugiados que nós temos. É o IFB que precisa se organizar para acolher essas pessoas. Isso não é uma questão de papel, vamos dizer assim, papel a gente tem isso tudo pronto, tá claro, não tem dificuldade. Ah... mas tem o problema da lei! Tem o problema da lei, só que a lei não impede essas pessoas de entrar, ela cria algumas condições, como o caso de... ah eu sou imigrante! Tá, traga seus documentos, como todos os outros! Então, não tá proibido entrar, tem uma condição que em alguns casos pode dificultar.</p> <p>Eu acho que o maior problema aqui está realmente na cultura nossa de servidores, nós precisamos fazer alguma coisa por essas pessoas e a barreira, ela é clara. Eu diria que nós temos três grupos de servidores diferentes. Tem um grupo que entende que o Instituto é uma instituição voltada para a inclusão social e, portanto, deve promover a condição de gente para todos, ou seja, nós devemos trabalhar de forma a privilegiar esse público que tá fora, é uma condição, uma visão bem humanista do problema. Há um segundo grupo que entende que a gente precisa fazer essa inclusão social, mas que entende que deve ser só para os nativos, porque os outros devem buscar no seu próprio país. É uma coisa assim, eu entendo que eles são gente, mas não é problema meu. E há um terceiro grupo que é nitidamente contra todas essas políticas, pois o que vale é o mérito, as pessoas que devem estar no instituto são as melhores, porque nós somos os melhores.</p>

<b>CATEGORIA 03 - Propostas de Intervenção</b>	
<b>SUBCATEGORIA 3.1</b> –Possibilidades futuras que o IFB poderia apresentar para atender o público imigrante e refugiado, de forma a acolher e integrar os esmos.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Wilson Conciani</b>	<p>Possibilidade concreta existe, o que falta é nós conseguirmos construir aqui dentro as condições pra que isso exista. É uma construção, precisamos vencer todas as dificuldades e preconceitos e ir de encontro a esse grupo.</p> <p>Nenhuma dificuldade, é só a gente conseguir, como eu disse a você, a nossa dificuldade hoje é quem vai ministrar esse curso.</p> <p>Eu diria pra você que o melhor caminho é o da sensibilização. A gente já tentou algumas vezes o caminho da imposição e o caminho do fomento. Nenhum dos dois funcionou! O caminho do fomento as pessoas se candidatam independente de terem a disposição para acolher ou não, visando um apoio econômico e o que a gente percebeu é que as pessoas que têm a sensibilidade para a acolhida, em geral, não se candidataram para esse fomento, porque eles já têm com diversos outros trabalhos. E as pessoas que se candidataram, elas não conduziram de uma maneira apropriada, pois estavam visando o fomento econômico e não o trabalho que deve ser feito, educacional. Então, não foi um trabalho bem sucedido, foi um trabalho pelo contrário, que morreu antes de chegar na metade (...).</p> <p>O caminho da imposição é pior ainda, então sobra o caminho da sensibilização (...).</p> <p>Eu acho que esse trabalho, Fátima, é um trabalho que nós precisamos conduzir, de sensibilização, de ir em cada campus e identificar quem tenha a sensibilidade (...).</p> <p>O acordo com a irmã foi feito, já venceu e a gente não conseguiu fazer nada de concreto.</p> <p>(...) proposta piloto de um FIC... Tem todo o apoio do Instituto Federal, o apoio institucional. Como é que a gente vai fazer, aí vocês vão dizer o que precisam e a gente vai correr atrás.</p> <p>Nós temos uma outra função, de intervenção. Não se trata de negar a pesquisa, se trata de dar a ela a extensão necessária. Então, a partir de um trabalho, talvez com a irmã Rosita ou com o pessoal da ACNUR ou do CONARE, ou de quem quer que seja, que nós pudéssemos trazer pro FIC, não há nenhum problema, Português para estrangeiros. Não há nenhum problema em a gente acolher aqui.</p> <p>Ah, nós vamos fazer um Projeto Mulheres Mil só para refugiadas, nós vamos fazer um Projeto de Mecânica de Automóveis, Artesanato, Construção Civil.</p> <p>O que eu espero de cada Mestrado e cada Doutorado no Instituto é que ele não seja um trabalho acadêmico. O trabalho acadêmico seja uma vertente disso. Eu acredito muito numa proposta chamada pesquisa-ação, então, se do teu trabalho decorre uma ação, que gera dados, que gera possibilidade de análises e situações, por outro lado havendo uma ação a gente pode cumprir os objetivos do Instituto. Então, o que eu espero realmente de cada um, não tenho nenhum constrangimento em dizer, de cada um é que seu trabalho possa ter ação, a pesquisa com a ação.</p>

Anexo 8- Grelha de análise de conteúdo – alunos ativos

<b>GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – ALUNOS ATIVOS</b>	
<b>CATEGORIA 01</b> - Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.	
<b>SUBCATEGORIA 1.1</b> - Identificação da proveniência geográfica do aluno e/ou da família do mesmo, dos motivos da migração para Brasília; da duração do processo migratório, do histórico familiar e das possibilidades de reunificação familiar.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Leonardo (Guiné Bissau)</b>	<p>Guiné Bissau.                      (...) É minha segunda casa, Brasília agora, escolhi ficar aqui, esposa, filhos...                      É. Agora eu decidi ficar aqui, não sei até quando, o objetivo é tentar doutorado agora e pra frente, talvez mais pra frente eu possa voltar pra contribuir com alguma coisa, mas agora meu objetivo é aproveitar o máximo, aprender o máximo possível pra que a gente tem muito essa coisa, o pessoal vem, eles fazem a graduação e voltam e a gente muitas vezes não consegue fazer a transformação porque tem pouca experiência, você tem que ter um conhecimento apurado. Eu acho que vivenciar a realidade e aprendendo também, a gente consegue no futuro, contribuir melhor com nosso país. Eu pretendo assim voltar, mas eu acho que daqui uns dez anos, eu volto.                      Ah! Olha, Guiné Bissau até hoje tem uma educação muito frágil, não tem, nós não temos, tem “sucessivos” greves, os anos que não terminam. Você tem, não tem investimento na educação, principalmente no campo. Não tem nem educação, nem na cidade! Você tem poucos investimentos. Então, a questão da educação de Guiné é muito precária! (...) o nível de analfabetismo é muito grande! É, você tem um número muito pouco de alfabetização. Não atinge o campo principalmente. Pouco, pouco né. E se for ver tem muito analfabetismo funcional. Você tem isso fortemente, que são poucos, é, pouco grupo assim, que consegue dá um seguimento pra terminar, como a gente fala, nível médio.                      Fiz aqui. Fiz a minha graduação. Então, voltando né, eu vi esse programa de convênio, é, uma oportunidade enorme pros Guineses. Não só pros Guineses, mas pros países africanos. É, eu tive a oportunidade de vim em 2005.                      (...) Direto para cá. Na verdade, eu fiz uma escala em Fortaleza e vim para cá. Três dias em fortaleza.                      Olha, quando eu vim aqui, em 2005, pois é hoje eu tô com 33 anos, vamos reduzir pra 2005. (...) 23 anos pra 24 anos né! Eu morava com a família. O meu pai tinha falecido, eu morava, a minha mãe morava no interior, mas eu morava com meus irmãos, lá na cidade. No interior, você tem até a quarta série pra você estuda né. Depois disso não tem e você tem que ir pra cidade né.                      (...) Aí, não tinha condições, assim, mas em Guiné a gente vive de milagre, né.                      O meu irmão também trabalhava, mas eu não trabalhava. Mas, a gente vivia, minha irmã arrumou um lugar e a gente ficou</p>

	<p>junto. Eu fiquei com meu tio, que trabalhava também, ele era... Trabalhava numa empresa lá. Mas, também nunca passamos fome, né, porque sempre tivemos as coisas, às vezes vinha do interior pra lá.  (...) Como tive a minha filha no momento, aí eu decidi ficar aqui pra ver ela crescendo e tal, mas uma situação difícil, rrsrrs. Decidi ficar sem nada, porque eu não tinha trabalho, não tinha nada! Entende!?! Aí, eu procurei emprego, não tinha conseguido.  É, por mais que eles tenham, não tem condições de vir pra cá.  A minha irmã, por exemplo, a caçula, poderia ter vindo. Mas, não tem como vim pra cá. (...) condição financeira mesmo. Não tem como. A não ser que venha pra estudar.</p>
<p><b>Marta (Paraguai)</b></p>	<p>(...) meus pais são brasileiros.  Meus pais foram embora para o Paraguai, em busca de melhorar a vida, né.  (...) na década de setenta. Ou setenta e dois. Eles foram pra lá, compraram terras para plantar café. Foi a época cafeira, o auge do café. Ganharam muito dinheiro, e também, mas também, acabou que eles também, se desfizeram de muita coisa, e nisso claro, nessa época a gente viveu uma época muito boa, eu nasci lá, e aí, eles retornaram pro Brasil. Também em 2002, e eu vim pro Brasil, em 2001.  Vim, antes que eles. Porque eu terminei o segundo grau e lá só tinha duas opções de estudos, ou fazer Contabilidade ou Direito. Nenhuma das duas eu me identifiquei.  Porque era no interior. Eu morava no interior do Paraguai. Eu não morava na cidade grande. Eu morava na divisa com o Brasil.  Mato Grosso do Sul. Sete Quedas.  Morava em Corpus Christi, fica há 20km do Mato Grosso do Sul. Sete Quedas.  Já tinha 20 anos.  Tinha minhas irmãs. Que já tinha vindo pra cá. Nós estávamos as duas, mas somos três irmãs.  Sou, a mais nova. As outras duas já estavam aqui. Aí, eu vim pra casa de uma. Fiquei um ano e meio assim e no próximo ano eu comecei a fazer o curso superior.  Minha família é do Paraná.  (...) Eles foram lá, como eu te falei, derrubaram mato, plantaram café, tiveram muito sucesso. Lá no Paraguai.  Eu fui a que viveu mais tempo com meus pais. Eu fiquei lá com eles mais de 20 (vinte) anos. As outras, uma saiu com 13 e veio morar aqui e a outra veio com 15 anos. E eu fiquei mais 5 (cinco) anos.  Não voltei mais lá. Não voltei porque, já tentei voltar. Tentei, porque, porque ainda não tem asfalto pra chegar lá. Onde eu morava, na cidade tem asfalto, mas pra chegar lá, tem uns 40km de terra vermelha, pontes de madeira, inclusive uma caiu!  A gente acompanha, então não tem como chegar lá. Quando eu vou lá, no período de férias, até o Paraná, meus pais estão lá, minha irmã também, aí a gente pretende ir pra lá, só que aí vem a chuva, aí não tem como. Mesmo se eu for pelo outro lado, que a estrada é o Paraná né, os 40km, se eu for pelo Mato Grosso do Sul, eu tenho 20km e lá não tá sendo nem</p>

	<p>asfaltado ainda! Então, não tem como eu chegar, aonde exatamente eu morei, na minha cidade natal né. Não tem como. Por isso que eu não voltei. Mas, estou esperando o asfalto, pra voltar lá. Mas, dizem que em dois anos termina. Meu avô faleceu quando veio pro Brasil, tem pouco tempo, pouco. Acho que uns quatro anos. Minha vó é que faleceu o ano passado.</p> <p>Aí meus pais, agora eles compraram uma casa, tão lá quietinhos na deles.</p> <p>Tão aposentados. Também, chegaram aqui, já, já conseguiu...</p> <p>Casada. Então, já tem oito anos.</p> <p>Aí, existe aquela opção de ter dupla nacionalidade brasileira. Optar. Quando você é filho de brasileiros ou mãe brasileira que morava no estrangeiro, você tem essa opção. Quando você atingir a maioridade, você pode optar pela nacionalidade brasileira.</p> <p>Eu perdi a paraguaia.</p> <p>Eu fiz uma opção. Ou uma ou outra.</p>
<p><b>Jorge (Nigéria)</b></p>	<p>É, meu nome é Benedict.</p> <p>Sou da Nigéria. Nigéria é um país que fica no oeste da África.</p> <p>Nigéria tem muitos tribos, sua IBO, tribo chamado IBO, na Nigéria.</p> <p>IBO, na Nigéria. Eu sou refugiado também. Eu cheguei aqui, dois mil, novembro, 15 de 2013.</p> <p>Na Nigéria tem três tribos muito grandes, mas tem duzentos e cinquenta tribos, mas cada tribo fala uma língua diferente. Mas, a língua oficial é Inglês. Algumas regiões perto de fronteiras, as pessoas lá falam francês, mas língua oficial é o Inglês. É...Eu sou formado, eu fiz curso completo em Filosofia e depois eu fiz curso em Teologia, porque é, quando era no meu país, eu queria tornar ser padre, na igreja católica. Mas, na Nigéria tem bastante vocação, entendeu, crescimento de vocação.</p> <p>Depois, uma vez só, pode terminar o estudo, pode terminar estudos dele, mas vai esperar, pode ser dois anos ou três anos, para aquela pessoa receba ordenação.</p> <p>(...) Ordenação é um Diácono ou padre.</p> <p>(...) Na Nigéria tem três religiões mais grande. É Cristianismo, Islamismo, Muçulmanos.</p> <p>E a Tradicional, África religião. Tradicional África religião, nesta religião pessoas adoravam coisas naturais, por exemplo, árvores, montanhas grandes, coisas naturais, porque, às vezes, tem uma coisa, um técnico, uma palavra técnica chamada sincretismo.</p> <p>É, pessoas misturar as coisas.</p> <p>Na Nigéria tem problema de terroristas. Tem um grupo chamado Boko Haran. Esse grupo começou, começava com a missão pra falar pra pessoas educação ocidental é pecado, entendeu? É, missão deles para pessoas voltar de novo, fazer uma reflexão, para voltar Muçulmano, religião Islamismo. Mas, jeito deles para eles é atualizar essa missão, não é um jeito muito...Jeito muito mal para mim e para muitos nigerianos porque eles sempre matam as pessoas, não somente cristãos,</p>

mas a maioria deles, a maioria que eles já mataram,são cristãos!  
Você recebia uma carta de ameaça, eles falavam: “eles vão me matar”. Porque naquele tempo eu tinha um amigo, ele é, na Nigéria, quando uma pessoa termina os estudos dele, vai servir o país por um ano, entendeu? Com exército, mas não uma coisa que parece exército, entendeu?  
Profissionalmente, mas você vai receber não salário igual o que você estudou, somente pra você sobreviver.  
Estágio.  
O meu amigo estava fazendo naquele tempo esse estágio, meu amigo, melhor amigo pra mim, este grupo o mataram! Porque eles falavam, ele e eu, fizeram um relatório sobre eles. Porque esse grupo, eles são muito perigoso. Eles têm espiões na polícia, muitos departamentos de governo. Você pode entrar no polícia pra fazer um relatório, você não vai saber, pessoa... Você está fazendo um relatório e ele é espião para esse grupo. Então, meu amigo, porque ele é meu amigo, muitas coisas ele pode fazer, ele já fez, pessoa vai falar que eu fiz com ele. Mas, essa aqui se eu fiz, não é problema pra mim, porque essa aqui uma coisa, obrigação, uma pessoa cidadão tem que fazer, porque esse grupo tá matando pessoas, mas eu não fiz com ele. Mas, eu fiz um relatório com ele para a polícia, eles o mataram. ...Não tem outro jeito. Não tem!  
Pra mim sobreviver, eu fugia!  
Mas, na verdade ele fez. Ele fez isso! Quando eu fugia para Lagos, naquele tempo, Lagos é uma cidade na oeste da Nigéria, não tem esse problema de terrorista lá. Eu tenho um padrinho lá, ele me ajudou muito! Eu falar pra ele: ”eu queria continuar minha, meu caminho de ser padre”, mas, num outro país. Ele falou que, mas, você não tem pessoa que conhece no outro país. Então, ele falou comigo que ele conhece um padre em Goiânia. Ele ligou aquele padre, aquele padre falou que... Mas arcebispo em Goiânia não vai me aceita, somente ele tinha visto, meu visto. Se por isso, ele falou, eu tenho, tenho que viajar para Goiânia. Se meu padrinho me ajudou muito com passagem, essas coisas, burocráticas “no embaixada” do Brasil, viajei pra lá em Goiânia.  
Então, meu plano quando eu chegar aqui para pedir refúgio, mas eu não, eu não, pessoa precisa viajar primeiro e quando eu cheguei aqui, primeira coisa eu fiz não é para procura pra refúgio, para... mas, para procura admissão arquidiocese de Goiânia.  
Direto para São Paulo. São Paulo só um dia.  
Pegar outro avião para Goiânia.  
(...) Eu cheguei com visto turismo.  
Quando eu cheguei Goiânia, arcebispo queria me “envia” para paróquia, para o qual eu apresentei meus diplomas. Ele falou: “você tem diploma... Você tem diploma, eu vou enviar você para a paróquia.”Mas, meu amigo falou pra ele:“Ô! Ele chegou aqui com visto turismo.Porque você falou que tem que conhecer a pessoa,você vai e aceita. Ele precisa muitos documentos que você vai assinar para ele, ele vai lhe dá esses documentos, viajar, voltar para Nigéria para pedir por visto religioso. Entendeu?  
Porque no Brasil, todas as dioceses trabalham juntos com o governo. Eles não podem aceitar uma pessoa que não tem uma identidade. Entendeu?Por isso, eu precisava de identidade naquele tempo. Arcebispo falou pra mim que depois de duas

semanas, eu tenho só um mês para ficar aqui no Brasil. Mas, depois de duas semanas quando a gente voltar, ele estava doente. Nós, encontrávamos ajudante dele, mas ele não é arcebispo, ele é bispo, ele falou: “ele não vai me aceitar”. O meu amigo falou: “mas o arcebispo já o aceitou!” Ele falou não, não, Arcebispo, pouco, ele não tem dados certo, porque aqui em Goiânia, nós somente aceitamos brasileiros nasceram em Goiânia. Meu amigo falou: “mas, não, mas eu sou nigeriano e brasileiro também, meu amigo é nigeriano, mas cidadão de Brasil também, do Brasil! Ele falou, o bispo respondeu: “no seu caso, você “foi aceitado” no tempo, este um decisão, não foi feito. Então, meu amigo, ele falou: “não tem jeito pra mim”.

Eu fiquei até o meu visto expirou, pedi a prorrogação.

É de visto de turista, porque não tem outro jeito porque estava com medo naquele tempo voltar pra Nigéria.

(...) Eu tentei não só arquidiocese de Goiânia, tem outros arquidiocese aqui, mas a mesma resposta, diz que você não pode fala Português, você não tem identidade.

Eu sou Primogênito minha família.

Eu tenho 31 anos.

Eu tenho dois irmãos e duas irmãs.

Cinco no total.

(...) Minha mãe, ela é enfermeira, meu pai, ele é motorista.

Meu irmão, segundo irmão! Meu terceiro irmão foi sequestrado! Ano passado. Pelo esse mesmo grupo, BuKo Haran. Foi sequestrado, porque ele é jornalista.

(...) E é cristão também!]

A IBO é... a religião que prevalece o cristianismo.

No caso, minha família, ninguém morava no mesmo lugar. Porque não era muito seguro. Morar no mesmo lugar, eles pode matar tudo! Só “eles pode”... Agora, se meu irmão morar junto comigo, minha família, agora tudo serão, será, é tudo será mortos. Por isso, cada pessoa mora num lugar diferente.

Meu pai não tem vontade de viajar, pode viajar pra outro país, porque pessoas do meu tribo acredita não é bom para uma pessoa mais velha ficar em outro país e morrer noutro país. Pessoas acreditam melhor para eles morrem no país deles, enterram no país dele.

Minhas irmãs agora tudo tá estudando.

Na cidade. Estou ajudando, estou as ajudando!

Eu posso voltar. (...) somente quando eu tenho certeza, o governo já destruiu esse grupo.

Eu posso visitar, mas estou apaixonado pelo Brasil agora. Eu não, eu posso visitar. Mas, meus planos não para morar lá agora, não.

**CATEGORIA 01** - Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.

<b>SUBCATEGORIA 1.2 - Principais dificuldades de adaptação à realidade brasileira.</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Leonardo (Guiné Bissau)</b>	<p>Não. Graças a Deus, temos amigos brasileiros que a gente conheceu desde o primeiro semestre e somos amigos até hoje! E Sociologia, né, Ciências Sociais, a gente teve sorte. Então... Aberto a receber as pessoas e amigos que começamos até hoje somos amigos e convivemos juntos. Pra mim foi muito fácil, comidas não tem muita diferença, você tem... Brasil é uma mistura de comidas daqui, de Portugal, ele tem comidas portuguesa, africana e se você pegar a Bahia você já tem comida africana, então pra mim não tem problema nenhum de adaptação. Nunca tive problema com isso.</p> <p>Não! Não tive problema de adaptação, nada!</p>
<b>Marta (Paraguai)</b>	<p>Eu, eu mesma caí de pára-quedas, eu tive um choque muito grande!</p> <p>Muito diferente! As pessoas... Tranquilo. Eu comecei, eu fiz magistério, então comecei a me relacionar com as pessoas, logo em seguida eu fiz faculdade. Quando eu cheguei mesmo fui trabalhar numa lanchonete com a minha irmã, então muita gente, senti bem acolhida, com certeza, porque trabalhava, a lanchonete era no Ministério da Aeronáutica, no prédio principal. Então, muita gente! Muita gente passando e as pessoas tem muita curiosidade né!</p> <p>É diferente, paraguaia, espanhola, então você já começa a interagir com as pessoas. Fui me adaptando.</p> <p>É, o ser humano acostuma com tudo. O ser humano tem essa característica de se adaptar.</p> <p>Embora eu seja um pouco fechada, mais eu consegui. Uma coisa que me chocou muito é o fato de eu ter estudado só o espanhol, me relacionado mais... A escola né, é um... Uma área... É sua vida social. Então, quando eu chego aqui, eu fiquei até com medo de falar porque as pessoas com quem eu me relacionava, é tudo espanhol. Aí você fica meio, às vezes se bloqueia. Ainda eu tenho um pouco isso.</p> <p>Ainda tenho um pouco isso, mas eu "Ishi!" E agora, dá, assim, é coisa rápida, mas quando eu cheguei era mais acentuado. Hoje, já né, mas eu acostumei, na escrita, eu olha... Pra escrever, na faculdade mesmo, nossa! Magistério! Eu pego os meus trabalhos, eu misturava demais, eu misturava demais! A professora só colocava interrogação. Aí eu ia falar com ela, eu comentei com a minha irmã, porque fazia pedagogia na época, e aí, eu comentava com ela. Não, Paula! Conversa com ela! Por que ela não tá sabendo da situação. Então...</p>
<b>Jorge (Nigéria)</b>	<p>Foi uma surpresa pra mim porque antes... Eu gosto de viajar. Eu já fui muitos países na África, mas pra mim o Brasil é um país muito diferente. Brasil é um país muito acolhido..</p> <p>Acolhedor, muito acolhedor! Eu me lembrei, primeiro dia, nós saímos de escola, eu e outros amigos, entre nós ninguém podia falar língua português, era só: "obrigado; tchau, tchau!" Nós fomos pra um supermercado, e quando a gente chegava lá, pessoas lá, reconheceram, reconhecia, imediatamente, essas pessoas são estrangeiras. Graças a Deus, tem pessoas que podia naquele tempo falar língua português e outras línguas. O chefe lá chamava aquela pessoa para nos ajudar. Qualquer lugar, qualquer loja, a gente entrava, naquele tempo, pessoas são sempre muito, muito prontas para nos ajuda.</p> <p>Eu não sei, porque a maioria da pessoa sempre é... Sempre pensam: "esse brasileiro, somente quando eu abri minha boca</p>

para falar, “hê!”), você não é brasileiro! Falar com outro sotaque.”

Muito acolhido! Pra mim, pessoalmente, tem... Entre nós tem pessoas que, “como vou falar”, eles sentiam racismo, às vezes, mas, pessoalmente, eu nunca encontrava ou sentia racismo. Minha relação com os brasileiros e brasileiras. Realmente, é... Não foi muito fácil porque naquele tempo, já falei, eu não podia falar a língua portuguesa muito bem, esse aqui é uma coisa muito difícil porque todos os países eu já fui, falam é... Países que pessoas lá falam Inglês ou outras, mas nunca é... Fui num país que fala, é... Pessoas lá falam Português, porque posso falar um pouquinho é... Em... “Pouquinho Alemanha, posso falar um pouquinho Grego, mas é, Português não!”

Foi um choque pra mim. Muitas coisas, choque “no cultura”, choque na língua, por exemplo, quando a gente quase terminando nossos estudos lá, autoridades na minha escola nos enviamos para familiares brasileiras, porque eles falavam: “uma pessoa não somente estuda na sala, tem que ficar nas famílias para ver como os brasileiros vivem.” Eles me enviaram para uma família em Riacho Fundo.

Uma semana, para ficar com uma família brasileira, para observar não somente o que nós já “estudavam” na sala. A gente tem que observar e viver praticamente.

Foi um choque, eu vi muitas coisas, por exemplo, é cultura aqui às vezes, muitas vezes a mulher vai ficar sentada, sentada no sofá, homem tá cozinhando. No meu país, não!

No meu país, homem que quer sempre entrar... Na minha cultura própria, IBO, homem que sempre entra “no cozinha”, o pessoal pode falar: “você é... não muito macho!” Você pode ser homossexual, sua mulher não pode ficar feliz. Pode quando você com ela, ela pode, mas quando tem visitante, ela vai fala: “não entra, não entra!” Foi um choque pra mim.

Mulheres aqui é... Muito é... como se chama? Como se fala? Muito assertiva! Não... aqui, mulheres pode fala igualdade com homem. Outra coisa, porque acha que aqui, vocês não “bata” crianças, proibido!

Bater em criança, não pode. Mas, por isso às vezes, isto já acostumado, andando na rua, criança fala: "Oh bom dia!"

Aqui estou andando, a criança pessoa, entrar numa casa, brasileiro criança fala assim: "não!" Entendeu. Mas, foi um choque, mas...

É respeito! Mas, depois é porque quando eu estudei filosofia, fiz antropologia, falei, falou, não problema, não tem cultura superior dessa aqui.

A minha compreensão, essa aqui dependendo de pessoa que vai disciplinar ou ia educar uma criança, porque eu já encontrando crianças que têm muito respeito, entendeu?! Muito, muito respeito aqui no Brasil. Em Goiânia, em Brasília. Mas já encontrava, já encontrava crianças também, que não têm (...)

(...) Para mim, dependendo de educação, dependendo de como altamente como pais de aquela criança, se eles são muito religiosos, a criança vai seguir os passos de pais dele.

(...) outra coisa eu descobri, porque aqui, tem muitos, muitas mulheres que tem crianças, mas não tem marido. Essa aqui uma coisa, foi um choque pra mim também. Por exemplo, mulher tem criança, mas não tem marido. Para mim, será difícil pra, porque se você tem pouco, pouco conhecimento e dedicação de criança, criança precisa de presença de pai, de pai na família e mãe! Ou quando não tem pai, a maioria crianças, eu estou falando, é eu já vi, que teve esse comportamento mau,

	<p>crianças que não têm pai, só mora com mãe! Às vezes mãe deles, vai deixa eles para ficar casa de avó, avó e a vó, vai e deixa criança vai dá criança muito, muita liberdade para fazer o que quiser.</p> <p>(...) Porque no meu país, por exemplo; quando uma mulher tem criança, fora de casamento, será difícil pra ela, somente se ela tem, ela muito informada e é bonita e morar na cidade grande! Vai consegui outro homem! Será difícil sempre! Entendeu?! E outra coisa, eu descobriu coisa na linha de casamento também. Por exemplo, a mulher só, a pessoa pode casar, tem criança e depois, pede separação, divórcio, e casar de novo, entendeu?! Aquela criança vai ter problema, pra acostumar com um outro pai, entendeu.</p> <p>Lá quando... Essa aqui pode acontece na mulher também. No “meu tribo”, pessoa engravidar fora do casamento, pode acontece! Mas é sempre eles, essa pessoa, por exemplo: vai ficar com vergonha, entendeu?! Vai ficar com vergonha! Às vezes vai tentar para fazer uma abo.....Aborto! Para fazer um aborto fora, pra viajar pra um lugar, muito segredo! Pra ganhar aquela criança.</p> <p>Não é legalizado! Mas, agora na Nigéria por influência, influência de países ocidentais, agora você pode conseguir uma mulher que vai ficar no casa de pais dela, ganha um bebê, depois deixa o bebê com o pais dela! E continua a educação dela.</p> <p>Mas pais dela vai fazer esforço para, porque, quando uma pessoa engravida uma mulher, ele tem que casar com ela! Porque... aqui mulheres são muito independentes! No meu país, mulheres são quase dependendo de homens.! Fala assim: “Você tem que casar com ela”! Mas, esse aqui, aspecto de minha cultura, eu não gosto. Porque eu já falei pra você, não tem cultura superior.</p> <p>Aspecto de minha cultura, eu não gosto. Pessoa engravidou mulher tem que casar, não! Pessoa não precisa casar com uma pessoa porque você engravidou ela, mas você tem ajudar ela, tem que ficar responsável pela educação do filho, mas não casar com ela!</p>
<p><b>CATEGORIA 01</b> - Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.</p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 1.3</b> – Línguas de uso do aluno; possíveis diferenciados modos de relação com a língua portuguesa e os contextos de sua utilização; necessidade de acesso a cursos específicos de língua portuguesa.</p>	
<p><b>ENTREVISTADOS</b></p>	<p><b>UNIDADE DE REGISTRO</b></p>
	<p>Português só! Inglês eu fiz básico, francês eu fiz básico, dá pra virar com texto aí tentando, ajudando com o Google pra fazer, porque a gente que faz Mestrado tem que ler a literatura de fora às vezes, mas o português.</p> <p>Eu fiz os dois. Francês e inglês, mas desde 2004. Aí aqui eu fiz básico, depois também, só pra tentar se virar. Vai botando no Google, vai lendo alguma coisa e a gente vai consegui.</p> <p>(...) é o principal o idioma para que você se integre a qualquer lugar. Você se comunicar, primeiro você chega num lugar, você tem que se comunicar. Se você não consegue se comunicar, você se torna um estranho dentro do ambiente.</p> <p>Como qualquer grupo, se eu chegar aqui e não conseguir me comunicar, eu me torno um estranho. Então, o idioma é</p>

<p><b>Leonardo (Guiné Bissau)</b></p>	<p>fundamental pra que a pessoa consiga se integrar. E, eu acho que isso também tem reflexo nessa questão de imigrantes acessar esses lugares, porque muitos não têm conhecimento, não falam língua. E tem imigrantes que demoram mais tempo, porque tá ali virando com a vida, tentando sobreviver, mas eu acho que a língua é primordial pra isso.</p> <p>Claro! Português a gente não... Português a gente sabe que português é difícil né!</p> <p>Português é muito complexo. A gente não... Eu não sei nada de português! Só o básico! A gente escreve, tem que dá conta e tal. Então, isso aí, português nunca é demais! Português a gente tem que aprender mesmo! Ainda que, assim, eu aprendi muita coisa, mas a gente tem uma base muito mais difícil de aprendizado né, uma base muito fraca. Então, eu acho que se tiver um... mas eu acho que o mais importante ainda, se abrisse um curso de português básico, eu acho que poderia ter adesão pra os imigrantes e, se divulgasse, eu acho que teria interesse sim, de fazer.</p> <p>Eu acho que é importante numa instituição como o IFB, ter essa política de inserção, integração, né. Isso seria impactante em termos de políticas educacionais da instituição. Acho válido isso! Se quisesse, por exemplo, até porque tem uma possibilidade de troca porque vários imigrantes têm inglês e tem francês, tem conhecimento de inglês e de francês, além de questões culturais.</p>
<p><b>Marta (Paraguai)</b></p>	<p>(...) Só o Espanhol. O Inglês, eu comecei dando aula de Inglês, dei aula 03 anos, dei aula pra criança.</p> <p>(...) domínio do Inglês eu nunca tive não. Eu gostaria de ter. Se eu tivesse continuado, com certeza, eu até penso em fazer intercâmbio, são projetos meus.</p> <p>(...) Só o Português, somente o Português. O Espanhol é aqui aos sábados.</p> <p>Domínio do Português - Tenho. Mas, Espanhol tá na frente.</p> <p>Muito mais.</p> <p>(...) Eu, às vezes, tenho um bloqueio. Eu, às vezes, me esforço!</p> <p>(...) é uma coisa que tá interna sabe. Tá impregnada ali. É coisa de cultura!</p> <p>Eu amo Espanhol. Gosto de Espanhol e gostaria de trabalhar com Espanhol. Inglês também gostei muito! O Espanhol eu já tenho, né! Então, porque não?!</p> <p>Acho que não. Eu acho que não, porque o quê que acontece, eu falo Espanhol, eu falava Espanhol lá.</p> <p>Eu falava Português dentro de casa. Dentro de casa e na igreja.</p> <p>Os outros lugares era só Espanhol. Então, o meu Português é esse daqui. Então, eu não tinha necessidade de comprovar Português, talvez por isso que eu não faria. Que a minha necessidade de fazer Espanhol foi pra comprovar.</p>
	<p>Por isso não tem jeito, por isso eu é... E depois, naquele tempo não podia falar Português, por isso aquela paróquia com a ajuda do pároco deles me ajudavam, ajudavam, eles me enviaram para uma escola.</p> <p>(...) aqui, no ano passado.</p> <p>Eu fiz curso de língua português, cultura brasileira por três meses.</p> <p>Lá no Centro Cultura, Centro Missionário, na Asa Norte. Centro Missionário.</p>

<p><b>Jorge (Nigéria)</b></p>	<p>Centro Missionário por... ensinando pessoas que vão missionar, Missionários que vão fazer trabalho no Brasil. É. Pela Igreja Católica. É. Português e Cultura brasileira. Depois, é, porque o clima aqui eu gostava, o clima aqui, eu falei pra meu amigo que eu queria ficar aqui porque Goiânia tava muito quente, foi por isso que fiquei aqui em Lago Sul, um outro padre, ele é brasileiro também e nigeriano, também. Depois, fiz curso de Operador de Micro, aqui na Estrutural. (...) eu falar muito pra mim, fiz uma decisão com... ficar corajoso para estudar lá, língua portuguesa, vai melhorar minha língua portuguesa e é, fazer amizade também. Por isso, fiz curso lá. Pessoa tem que melhorar todo dia. Escrita mais difícil, mas eu já estou escrevendo muito bem. Porque cartas tá chegando, eu estou respondendo tudo. Estou, agora pra mim escrever melhor do que falo. (...) Olha, quando eu fiz curso operador de micro, nosso professor de português nos ensinava muitas coisa, como fazer muitas cartas formais, pedido, recomendação, muitas cartas, isto muito ajudou, advertência, muitas coisas! (...) isso aqui é uma coisa muito boa no IFB. Ele nos ensinou, pessoa fazendo curso operador de micro, mas tem oportunidade para aprender muitas coisas. Fazendo curso português, fazendo curso matemática, fazendo curso raciocínio lógico. (...) descobri espanhol, uma língua que é semelhante com português. Eu gosto de estudar as línguas, entendeu. Eu não sei, eu só descobri, Brasil, país cercado de Países que pessoas falam espanhol! Um dia, porque gosto de viajar, um dia eu vou viajar... Vai me ajudar para... comunicar, falar com pessoas (...) (...) Espanhol é o que mais se aproxima do português aqui. Eu é ... Pra mim “primeiro coisa”, eu preciso, agora querer estudar mais, eu quero voltar e quero fazer curso, outro curso superior, sim eu fiz curso de filosofia, teologia, mas, todos os país, quando uma pessoa entra no país, muito difícil. No Brasil as pessoas aceita diploma. Eu recebi diploma de universidade no Roma. Porque minha universidade na Nigéria tá afiliada com universidade de Roma. Mas, quando eu cheguei aqui, muito difícil porque todo diploma tão em inglês. Entendeu. Pra mim usar meu diploma, pouco difícil, porque eu preciso traduzir, preciso voltar pro meu país, enviar meu diploma para meu país, embaixada do Brasil, carimbar, depois enviar para ministério de relações exterior. Muitas coisas, muito burocráticas (...) Português. Só temo às vezes... Pessoa vai confundi as coisas. Quer falar. Pessoa, eu posso receber ligação com pessoa da Nigéria, eu vou começar inicialmente falar português. “Aí me desculpa!” Depois vai mudar de língua, falar, começar falar em inglês ou falar IBO, porque meu tribo tem outro idioma chamado IBO. Se eu quero estudar língua portuguesa? Farei!</p>
<p><b>CATEGORIA 01-</b> Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.</p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 1.4 -</b> Situação sócio-profissional de enquadramento do aluno.</p>	

ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
<p><b>Leonardo</b> <b>(Guiné Bissau)</b></p>	<p>Eu já tinha formado, mas tava ainda na casa de estudantes. Aí, no CET, conversei com ela e eles me aceitaram lá. Aí, eu fiquei fazendo esse curso de especialização. Eu trabalhava meio período, né, como estagiário técnico, aí descontava no meu salário pra pagar curso direto. Que o curso era R\$ 400,00, acho que era R\$ 460,00. Em Gestão de Negócios e Consultoria de Turismo.</p> <p>(...) aí depois passei no mestrado. É! Sociologia, Turismo, Transportes. É uma viagem, mas é... São desafios né! É porque tive que buscar alternativa. Sociologia não me dava emprego, então tinha que buscar alternativa. Sociologia serviria melhor no meu país do que aqui, então eu tinha que buscar alternativa, se eu soubesse que ia ficar eu teria mudado de curso.</p>
<p><b>Marta</b> <b>(Paraguai)</b></p>	<p>(...) eu tentei uma vaga e eu tive a barreira, eu falei até que isso é ignorância que não aceitam, eu sou nativa, mas aqui é engessado né, cabeça fechada. Mas aqui tem que ter comprovando o seu certificado de tantas horas que você tenha cursado!</p> <p>Eu fiz uma entrevista no Hotel Nacional, mas eu não consegui.</p> <p>(...) quando eu cheguei, eu tentei. Aí, depois eu...</p> <p>(...) agora tem o pré-requisito, então...</p>
<p><b>Jorge</b> <b>(Nigéria)</b></p>	<p>(...) por isso na policia federal, falava, eles falava para mim, com meu protocolo eu posso pedir por CPF, eu posso estudar no Brasil...</p> <p>(...) carteira de trabalho. Essa aqui uma única coisa, eu gosto de Brasil, outros países, esse aqui diferente. Brasil, país, primeiro país do mundo, acho que o único país no mundo que faz isso, dá ao refugiado essa oportunidade de ser acolhido pra... Outro país, você vai ficar em tenda, esperando. Mas aqui no Brasil, quando você tá esperando, você pode estudar, pode trabalhar também.</p> <p>Só esse. Eu comecei com esse emprego.</p> <p>Eu trabalho no hospital.</p> <p>Como secretário.</p> <p>Climer – Clinica Médica dos Rins.</p> <p>Fica em Águas Lindas (Goiás). É muito longe daqui.</p> <p>Oito horas de trabalho, só começo 8h até 5h.</p> <p>(...) faz hora-extra porque às vezes paciente, às vezes pacientes pode ter uma emergência (...). Eu sou o responsável por lá porque o dono tem muita confiança em mim. Só estou responsável por... lugar de... como se chama?! Lugar tem muitos medicamentos.</p> <p>Trazer os medicamentos, porque, para ela, ela falar que têm pessoas que trabalhavam para ela, roubar as coisas. (...) Ela tentou passar essas chaves na minha mão. Por isso, meu trabalho é 8h. Mas, eu nunca, nunca cheguei no meu trabalho 8horas. Sempre cheguei meu trabalho às vezes 07h. Às vezes 06:30h.</p> <p>Sai mais tarde às vezes, se tem uma emergência pacientes.</p>

	<p>(...) fora de trabalho, eles paga pra mim, salário mínimo, entendeu? Mas, mês eu nunca ganhei salário mínimo, porque fora “do carteira”, muitas vezes me dá dinheiro e pode me dá R\$1000,00 para enviar para minha mãe. Entendeu? Quando eu contar, dinheiro eu ganho, ele me paga R\$2.000,00, R\$2.500, R\$2.200, entendeu?</p> <p>Na carteira me paga, mas fora de carteira ele sempre me dá dinheiro para enviar pra minha mãe, entendeu?</p> <p>Ano passado eu recebe é décimo terceiro, até direito de férias, mas porque eu fiz só um ano, mês passado. Este mês, este mês.</p> <p>Conversa com dona sobre férias. Será difícil para ela, porque quando eu não estou ela sempre tem problema, só estou pensando como tirar férias.</p> <p>Eu fiz trabalho para trazer os medicamentos... Almojarifado, secretário, pacientes chegando, eu pesando pacientes, todas as cartas chegando eu respondo, fazendo faturamento dos pacientes (...)</p> <p>E pacientes chegando eu vou avaliar documento deles antes de passar pra médico, pacientes morreu, muitas coisas..</p> <p>Muitas coisas com computador.</p>
<b>CATEGORIA 02</b> – Trajetória escolar do aluno.	
<b>SUBCATEGORIA 2.1</b> – Áreas de formação em que se encontra e motivo pela escolha do IFB e do curso que frequenta na instituição.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Leonardo (Guiné Bissau)</b>	<p>Aí eu fui e tentei contabilidade, depois no outro ano, passei. Aí eu comecei a fazer contabilidade. (...) Não era superior, era técnico. Que é de três anos, que eu comecei a fazer esse curso lá, depois eu entrei no segundo ano, eu passei, larguei e vim. (...) Eu vim num programa de convênio que se chama PEC-G. É um Programa de Convênio (...) É um Programa de Estudantes de Convênio de Graduação. Esse programa, na verdade, é um programa da década de 60, que o Brasil e os países subdesenvolvidos, na verdade, em processo de desenvolvimento, que não é só os países Sul Africanos, têm também os países da América Latina, mas demais países africanos.</p> <p>É. Particpei do processo seletivo, que a seleção é feita na embaixada de Guiné, embaixada do Brasil em Guiné. Eu acho que é em consonância com o Ministério da Educação, alguma coisa.</p> <p>(...) Eu vim nesse processo aí, eu como muitos outros colegas, conseguiram, mas... Eu fiz a minha formação aqui, eu sou formado em Sociologia.</p> <p>Fiz aqui. Fiz a minha graduação. Então, voltando né, eu vi esse programa de convênio, é, uma oportunidade enorme pros Guinezes. Não só pros Guinezes, mas pros países africanos. É, eu tive a oportunidade de vim em 2005.</p> <p>Eu, IFB, eu sempre, assim, nos últimos tempos tem crescido em Brasília. Desde a construção do primeiro lá, a gente pesquisa né.</p> <p>Mas é assim, já tinha um pouco de conhecimento e quando eu vi, aqui mesmo na construção também já passava e via.</p>

	<p>Quando eu mudei pra cá, aí eu... Aqui na frente pra mim era oportunidade também de lugar pra estudar. Aí, eu fiz curso, não tava fazendo nada, aproveitar o tempo. Eu falei: eu vou pegar, se der eu faço, se não der tempo também, se conseguir alguma coisa, eu vou ter que largar, porque eu preciso sobreviver né.</p> <p>É! Esse aqui, na verdade, eu peguei inicialmente, Estatística a gente sabe que serve pra qualquer pesquisador, né. Então, pra mim Estatística era importante na área de Transporte e a gente trabalha com isso.</p> <p>A lógica, na verdade, não tem nada a ver com minha formação.</p> <p>(...) Mas, Estatística obviamente que ele vai servir pra muita coisa. Agora que a gente vai entrar nessa parte de seleção de amostra e tipos de amostras, você vai... É uma parte que... Estatística mesmo é que eu preciso ter.</p>
<p><b>Marta (Paraguai)</b></p>	<p>Fiz o Magistério no Valparaíso, fiz o curso superior também, no Valparaíso (Cidade do interior do Goiás). Eu fiz Letras/Português/Inglês.</p> <p>(..) Particular. Não tinha condições de concorrer a Faculdade não, a UnB.</p> <p>Então, o IFB eu conheci através do meu marido, porque ele trabalha com licitação de instrumentos musicais. E ele fornece instrumentos para as instituições federais, do governo. E ele fala muito! FUNARTE, IF da Bahia, IFB não sei da onde, colégios militares. E aí, ele falou: “Paula, o IFB tá oferecendo curso de espanhol. Vai ter um teste de nível! Você não quer? Você não falou que queria um diploma? Ter um Diploma?”. Aí eu falei “Opa! Vou lá!” E aí foi a minha chance de ir e ter o meu diploma de Espanhol.</p> <p>(...) Eu comecei com Letras/Espanhol no Taguatinga Centro. Só que eu desisti. Porque, eu achei muito burocrático. Acho que toda, depois o pessoal fala que, o pessoal fala né, que igual a UnB, é mais ou menos igual a UnB. Não tem diferença não.</p> <p>(...) isso foi agora, recente em 2012/13/14.</p> <p>2013 acho que eu comecei o Espanhol, a primeira turma de Espanhol de Taguatinga Centro. Eu entrei, fiz um teste de... Não foi um teste não, foi de Portador de Diploma.</p> <p>Aí, eu entrei no segundo semestre.</p> <p>Não me adaptei porque eu achei muito burocrático, muito engessado!</p> <p>(...) Porque muito questionamento, como era o primeiro, parecia que não tinha nada definido. Tava muito, muita gente desistiu, não sei se é porque eu já trazia uma experiência também, porque éramos 03 Portador de diploma. E a gente ficava horrorizado! Não anda! A gente não consegue sair do lugar, muita picuinha, muita coisinha, fica ainda pendente, sabe! E também, querendo ou não, eu vejo que dependia de muita coisa do trâmite do próprio Instituto, do próprio Instituto por ser o primeiro curso. Na época eu questionei que eu queria fazer um teste de nivelamento, porque o Espanhol lá era o mesmo nível que eu já tinha visto aqui. Eu já tava no terceiro nível e eu questionei isso pra eles: “Como é que eu vou estudar isso de novo!? Não tem lógica, não tem como, não tem um caminho?” “Não! Você tem que fazer de novo!”</p> <p>E aí, eu deixei. Eu saí esse semestre agora. Era o último. Renovei até quando eu pude. E não voltei. Não voltei! Tem teste agora, evoluiu, tem um teste de nivelamento. Aí, na época não tinha. Aí, depois muita coisa mudou. Mas, eu desisti na</p>

	<p>verdade, porque eu tava fazendo concurso no Paraná, porque lá não tem, eu já liguei e lá não tem. Então, como é que eu vou ficar na metade do caminho nessa... Já estou estudando pra concurso, não vou mais fazer. Já estou com 35 anos, calma!</p> <p>Então, eu ia fazer o fundamento, mas eu preferia fazer o teste. Mas tudo bem, mas eu não sei, não seria uma coisa negativa do IFB não, como você falou, é tudo muito novo, tem cinco anos, no Paraná, por exemplo, é centenário e, a maioria das pessoas vem de fora. Mas, querendo ou não, ele foi uma oportunidade, não só pra mim, meu marido também que estuda e várias pessoas que a gente indica. Tem sempre uma oportunidade muito boa, isso aí é fato. A gente fala, assim, quando chega aqui, “que bom que tem”</p>
<p><b>Jorge (Nigéria)</b></p>	<p>Olha, eu terminei meus estudos de filosofia tem um ano.  (...) filosofia na Nigéria, a igreja católica lá, pessoas que fizeram curso em filosofia, eles não os consideram muito religioso para ser padre, tornar-se padre! Porque filosofia, uma coisa muito é repleto de coisas de, ideias de mundo. Entendeu?!  Somente, objetivo deles só... para a pessoa pensar muito bem, ficar muito, é, não tem preconceito pra pessoa pensar muito bem, pensar altamente, entendeu?!  Pessoa vai, filosofia, vai começar com esclarecimento de ideias, depois começar com outras filosofias, falar, Deus não existe, a mente de uma pessoa fica muito aberta... entendeu?!  Somente quando uma pessoa começa teologia, ele vão com pouco considerar aquela pessoa, “Ô, agora você já chegou”.  Porque teologia, estudos sobre “Deus” Mas, filosofia, depois filosofia eu fiz estágio. . .  Um ano. Durante este estágio, eu trabalhava como professor.  Instituição particular. . (...) Que pertence à igreja também.  Porque, eu muito bem em ciência. Sô, eu ensinar alunos, ensinei alunos, ensinava alunos lá. Ciência integrado. (...) e é introdução para tecnologia!  E depois (...) teologia?  Filosofia quatro (...). Outros quatro anos de Teologia.  Eu terminei teologia tinha 29 anos.  Através de uma amiga, uma amiga falou pra mim: “aqui tem estudo IFB! Pessoa tem oportunidade, você pode estudar grátis” Eu falei: “não! Essa aqui não é possível. Como uma pessoa vai estudar grátis no Brasil?” Ele falou: “não somente você tendo documentação pode estudar grátis” Sô, quando eu tentei eu consegui. Ele falou: “você simplesmente apresentou certidão de ensino médio tudo.”  Quando eu fiz curso no IFB, eu era somente eu no meu turma, só eu uma pessoa estrangeira. Meus professores fizeram muito esforço para mim ajudar e os alunos também. Depois a escola pode me chamar pessoalmente para explicar as coisas, porque assim, eu fiz curso, mas ainda não superou, superei a língua.</p>
<p><b>CATEGORIA 02 - Trajetória escolar do aluno.</b></p>	

<b>SUBCATEGORIA 2.2 – Aspectos que auxiliam e os que prejudicam a aprendizagem e a integração dos alunos dentro do Instituto Federal de Brasília</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Leonardo (Guiné Bissau)</b>	<p>Não! Com o aprendizado não! É mais por minhas dificuldades mesmo.</p> <p>Ah! Não tem nada a ver com aprendizado. Eu acho que quem tem oportunidade de entrar aqui, pra fazer um curso aqui, não largaria não! Eu acho que não tem... Pelo menos não tem isso, quem tem a oportunidade de fazer.</p> <p>Ah! Já pensei! Já pensei em termos de... Porque teve um tempo que pensei em largar e dedicar no projeto, vou tentar ver alguma oportunidade aí de trabalho, em algum momento pra fazer.</p>
<b>Marta (Paraguai)</b>	<p>Olha! Desse campus eu não tenho, digamos aspecto negativo. Não tenho! Não tenho não! Pra mim é positivo, eu queria isso, eu consegui e ganhei oportunidade de seguir em frente. Já no outro campus é que eu tive essa barreira aí que eu te falei. Mas é novo! Vai evoluindo e não deixa de ser uma oportunidade pra quem quer fazer um curso superior e não têm condições, eu acho uma oportunidade fantástica. Porque você conseguir um diploma de uma Universidade pública tem muito mais peso, muito mais valor do que uma particular. Ainda mais bem inferior igual foi a que eu fiz. Então, pra mim seria um orgulho muito grande fazer parte, ter um diploma do IF. Embora, tenha deixado, mas, por questões do concurso, pra lá, mas eu sei que eu tenho a chance ainda de retornar.</p> <p>E aqui, não tem coordenação. Lá tinha, só teve um semestre, do tempo que estou aqui. Só teve um semestre. Então, a gente tem pouco relacionamento.</p> <p>Eu acho que não todo sábado seria necessário não. Eu acho que um sábado por mês, talvez. Os outros semestres a gente sofreu muito com isso. Então, quando a gente tava lá, no início desse ano, eles colocaram coordenação pra gente, de tanto a gente pedir, porque a gente... Muita gente trabalha, estuda e não tem tempo. E, às vezes, a gente tinha que resolver algumas coisas.</p> <p>Registro acadêmico, na secretaria. A assistência estudantil também, se tivesse.</p> <p>Os dois, né. É os dois, acho que, no caso eu tava com auxílio, eu tinha que disponibilizar um dia pra vir. Geralmente é isso! (...)</p> <p>Eu acho que seria interessante hoje, seria interessante um sábado por mês, já ajuda. Inclusive, eu acho que deixei um documento meu aqui, não tenho certeza e ainda não vim, tenho que vir durante a semana. Aí acaba que, se tivesse alguém aqui, eu já teria visto.</p> <p>(...) Mas, assim, se tivesse... O meu caso não é tanto, eu acredito, porque eu trabalho só duas vezes na semana, então eu tenho como vir, mas eu vejo que muita gente que trabalha né, o dia todo, à noite estuda, não tem tempo nenhum! Seria só hoje pra resolver alguma coisa.</p>
	<p>Primeira coisa de verdade, quando eu fiz curso aqui, operador de micro, problema de distância. Porque naquele tempo eu depois da escola, voltar para Lago Sul, a noite... muito...</p> <p>Muito longe. Foi um dia, tem, havia um dia é, havia um dia, eu fui atacado, pessoas da Estrutural, eu entrei em luta</p>

<p><b>Jorge</b> <b>(Nigéria)</b></p>	<p>corporal com eles, depois lutar com eles, eu fugi. Só, às vezes, problema, problemas de segurança. Não, não, não, não. Porque eu entrei, porque na Nigéria, quando eu estou fazendo ensino médio, eu fiz Taekwondo, quando ele foi me atacar, problema de segurança. Outro problema, problema de língua também. Sempre fiz curso mas, as vezes não entendia, o que os professores tavam falando.</p> <p>O problema de a, esse aqui pra mim, outra coisa boa, a Estrutural naquele tempo ele me ajudou com financiamento. Tem um programa pra ajudar.</p> <p>Bolsa.</p> <p>Assistência estudantil. É uma coisa, uma única coisa muito boa. E a, materiais, cadernos e as nossas professoras sempre têm na Estrutural, tem é, não sei, departamento pra ajudar os alunos que têm problema pessoalmente. Se você, por isso... Essa aqui, é uma coisa muito boa.</p> <p>Muito positivo. Pessoas que não somente tá fazendo pra, pessoa com capacidade, uma pessoa capaz para ficar, para criatividade dentro de cada um de nós para crescer.</p> <p>Uhum. Outra coisa, muitas tarefas. Muito boa. Eu pessoalmente. Algumas pessoas não gostaram, mas pra mim, uma coisa positiva.</p>
<p><b>CATEGORIA 02 - Trajetória escolar do aluno.</b></p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 2.3 - Práticas de preconceito e desrespeito em relação aos alunos imigrantes considerando as diversidades dos mesmos (nomeadamente, devido às diferenças linguísticas e às assimetrias culturais e econômicas).</b></p>	
<p><b>ENTREVISTADOS</b></p>	<p><b>UNIDADE DE REGISTRO</b></p>
<p><b>Leonardo</b> <b>(Guiné Bissau)</b></p>	<p>Desde o primeiro dia que eu cheguei aqui, desde o outro Campus, conversando, você chega na Secretaria e é bem atendido, chega na Assistência Estudantil, não tem seguranças, não tem problema nenhum. Não tem que questionar. Eu acho que, eu acho que você tem oportunidade aqui, estrangeiro né, obviamente, como qualquer brasileiro de ter acesso às pessoas, poder conversar, poder entender, colocar suas necessidades. Não tem esse impedimento, não tem essa dificuldade. Não. De jeito nenhum! Isso aí, não sei, por que eu acho que, às vezes também, por atitude, as pessoas também acabam conhecendo, sabe que você já tem também, você não é uma pessoa que chegou ali do nada! Você já tem... Tem um mínimo de conhecimento. Acho que isso também faz a diferença às vezes, entendeu?!</p> <p>Obviamente que vir como estudante abre perspectivas maiores que, primeiro que você chega no espaço onde você tem... Você se integra rapidamente.</p> <p>Você tem esse processo de inserção muito mais fácil, muito mais fácil, você conhece pessoas, entendeu?! Você vem como, por exemplo, estudante num ambiente onde as pessoas têm mais conhecimento. Então, e você tem a recepção da universidade que te dá condições melhores. Obviamente que imigrantes hoje, hoje eu considero que tô vivendo vida de imigrante né! Como não tô vinculado exatamente ao negócio e você vê a dificuldade, por exemplo, quando eu era estudante eu não tinha essa dificuldade, trabalhando ou não tava ali na casa de estudante, tava almoçando por R\$ 1,00 (um</p>

	<p>real), não tem como comparar. E, além disso, também a gente sabe que isso é natural. Principalmente se a gente for pegar... a gente tem que diferenciar a imigração quando é, por exemplo, a imigração africana, você tem mais problemas porque as pessoas encaram muitas vezes a história africana de forma pejorativa, entendeu?! A própria mídia, historicamente, trata da África como se fosse um lugar só de guerra, de fome, de miséria e tudo isso reflete também, o comportamento das pessoas.</p> <p>A vida de imigrante africano é mais difícil do que a vida de imigrante Sírio. O Sírio, de certa forma, é branco. Africano, primeiro que já tem preconceito, e aqui, racial muito forte!</p> <p>(...) Então, o cara além de sofrer preconceito racial, ainda tem a questão da xenofobia de outro lugar de onde ele veio. Você tem... O imigrante africano tem esse agravante.</p>
<b>Marta (Paraguai)</b>	Não! Eu convivo muito pouco né. A gente só vem aos sábados.
<b>Jorge (Nigéria)</b>	<p>É. Eu falei, eu nunca, é racismo, no Brasil.</p> <p>Nunca! Têm alguns refugiados, amigos refugiados que falava: “ô! Nossa!” Mas, eu pessoalmente, eu não sei porque, talvez no futuro, eu não sei, mas pessoalmente nunca!</p> <p>Somente problema eu encontrava, somente problema de documentação quando eu estava procurando por trabalho, pessoal falou: “ô! Não protocolo!”</p> <p>Eles não me aceitavam não por causa de cor ou por causa de mau entendimento.</p> <p>É a lei do Brasil!</p> <p>Pra mim, IFB outra família, Só problema estou encontrando agora, estou enfrentando agora o problema... o problema de frequentar escola. Porque às vezes horário de meu trabalho, entendeu? Será muito difícil pra mim chegar aqui (...).</p>
<b>CATEGORIA 02</b> – Trajetória escolar do aluno.	
<b>SUBCATEGORIA 2.4</b> – Metodologias utilizadas pelos professores e pelas demais equipes educacionais atendem (ou não) as necessidades sentidas pelos alunos imigrantes e como se dá o relacionamento professor/aluno, aluno/aluno e aluno/demais equipes e servidores do campus.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Leonardo (Guiné Bissau)</b>	<p>Olha, eu vou te contar uma coisa, eu, assim, eu gostei muito de Lógica e Estatística. Primeiro que você tem um material didático muito organizado. Informática também, apesar de não tá mais fazendo. Você, pra quem tem tempo e quer aprender, você tem uma facilidade, além de que, professores aqui é... Estão preparados, são preparados. Não tem dúvida com relação a isso. Você tem professores que tem paciência pra explicar, pra tirar a sua dúvida. Quanto à questão metodológica, não tenho o que falar porque a atuação dos professores, não tem, não tem o que falar. Isso depende só do tempo do aluno, pra se dedicar a isso.</p> <p>Não, eu acho... olha, assim, a gente tem, na UnB, é mais fechado do que aqui, porque aqui é pequeno, né.</p> <p>Você tem acesso, você tá aí, vê o professor, tá falando, relacionamento com professor eu não vi nada de, assim, eu vejo os</p>

	<p>professores querendo passar as mensagens, disposto a ajudar. Aqui eu não vi, mas já vi situações piores na UnB. Então, aqui eu tô achando um luxo pros alunos.</p> <p>É mais de integração. Porque você tem um número mais reduzido de alunos, professor conhece todos os alunos. Então, na UnB você já tem um público enorme! Então, a questão de relacionamento, a disponibilidade de professores pra te atender é mais complexo. O ambiente, obviamente que isso é característico dos ambientes mais pequenos, favorece essa integração.</p>
<p><b>Marta</b> <b>(Paraguai)</b></p>	<p>Ótimas! Taguatinga eu fiquei fascinada! Muita informação, aprendi muito! (...) Os professores muito bons! Muito bem preparados! Professora Simone, excelente! Nossa! Fundamentos da Educação eu fiquei, assim, apaixonada, foi muito bom! Aqui, a gente teve troca de professores. Tivemos a Rosilene e a Suelen. A Suelen, a gente, às vezes, tem que estimular um pouco. A gente já, a gente tem um tempo com ela. A gente só ficou um semestre com a Rose. A Rose era mais Gramática. Gramática, gramática pura! Essa aqui, ela tem uma didática diferente, ela gosta muito da dinâmica, ela não fica presa aqui à gramática, em si, não!</p> <p>Ela é mais de dinamizar mesmo! Chamar a gente, todo mundo.</p> <p>(...) a gente aprende né.</p> <p>Tanto de uma forma ou de outra, a gente tá aprendendo. Ela não deixa de abordar a gramática.</p> <p>Não tenho nada pra reclamar da Suelen não. Flexível, nossa!</p> <p>Muito tranqüilo! A gente não tem o que reclamar não!</p> <p>Quase que não tenho contato. Mas, eu tive auxílio permanência e todos eles, desde o início, tanto o de Taguatinga quanto o daqui, eu sempre tentei os auxílios, então o IFB tem me ajudado bastante.</p> <p>(...) é um ponto positivo né. Toda ajuda é bem-vinda. Na época eu não trabalhava, comecei a trabalhar no início do ano passado.</p> <p>Já, ajuda bastante.</p>
<p><b>Jorge</b> <b>(Nigéria)</b></p>	<p>Geralmente, cada professora, cada professor, tem o jeito dele. Tem professor que fala muito rápido, mas falo: “hê, professor, por favor, devagar.” Ele vai...! (...) Muito humilde, muito disposto para ajudar.</p> <p>(...) a questão do idioma seria o que mais traria dificuldades.</p> <p>Eu nunca tinha. Eu não sei outros turmas, no meu turma, o relacionamento foi tranquilo, muito tranquilo!</p> <p>Aqui é muito bem também. Porque, só problema às vezes negativa, uma coisa negativa, pode ser professor chegar um pouco tarde ou para falar uma coisa para ajudar, pessoas pode começar um estudo que não tem conexão. Entendeu? Com nosso curso. Mas, depois eu descobrir, esse aqui, esforça para, nossa, às vezes relaxa. Entendeu?</p> <p>Porque descobri a maioria alunos que fizeram curso à noite, trabalham.</p> <p>Chegam cansados, essa aqui, jeito de professor pra eles ficar mais relaxados. Entendeu?</p> <p>É o meu relacionamento com eles... Muito “tranquila”.</p> <p>(...) professora Cris é muito, muito boa, nos trata como filhos. Até tenho certeza, tem alguns, alguns lá tem a mesma idade com ela ou mais, é uma outra família, entendeu?</p>

<b>CATEGORIA 03 - Contribuições para o desenho de uma proposta de desenvolvimento de atitudes inclusivas e políticas educativas na instituição.</b>	
<b>SUBCATEGORIA 3.1 – Sugestões que possam contribuir no direcionamento de linhas orientadoras no acolhimento e acompanhamento dos estudantes imigrantes para a sua efetiva integração/inclusão dentro do IFB.</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Leonardo (Guiné Bissau)</b>	<p>Olha, eu acho que o IFB, por trabalhar com questões de cursos técnicos, são profissionalizantes principalmente, imigrante quando ele vem, ou ele não tem uma profissão ou ele tem uma profissão e quer aperfeiçoar, principalmente. Ou trabalha com isso e, na prática, não tem certificação, não tem conhecimento. Tem muita gente que tem conhecimento, mas não tem certificação, o que dificulta a entrada no mercado, a gente sabe.</p> <p>E, o IFB, tem essa política né, de certificação de profissionais. Talvez, pudesse pensar nesse sentido. O imigrante, ele vem, a maioria dos imigrantes, quais são os trabalhos que eles conseguem? Só na área de construção civil. Essa é a área que eles conseguem, a maioria deles, então, talvez pudesse, o IFB, adotar uma política talvez, de língua, eu acho que a língua seria fundamental.</p> <p>A oferta de curso de português, nesse caso, e alguma certificação pra quem já tem, que ele pudesse fazer alguma avaliação, algum nivelamento de avaliação, num período curto e algumas vagas pra aqueles que puder, mesmo que seja abertos especificamente pra isso, pra aqueles que querem fazer formação nesse sentido, que imigrante, esse trabalho que vai fazer, de qualquer forma, pudesse ter oportunidade, porque não vai ter, não tem como pagar fora, não vai ter como pagar. Então, aí o IFB talvez, estaria fazendo uma grande contribuição nesse sentido e se pudesse trabalhar pra avaliar né, ver qual seriam as possibilidades, porque tem aí, o IFB, nós temos outros institutos que tem mais demanda que aqui, não tem muita demanda aqui em Brasília.</p> <p>Mesmo que não seja convênio pro país, mas tipo abrir, por exemplo, curso de... Vamos supor “FIC”. Entendeu?! Curso técnico que tá regulamentado, não sei se pudesse fazer, adotar uma política com o Ministério da Educação de ofertar algumas vagas nesse curso técnico, mas que pudesse abrir, talvez, o processo seletivo e sorteio pra esses imigrantes, porque todos não vai conseguir acolher, mas que pelo menos cada semestre pudesse ter um grupo.</p> <p>Então, mesmo que seja poucas vagas, gradativamente, a língua, acho que isso aí pode ser uma coisa mais light, mais rápido. Agora, existe sim essa possibilidade também, que eu acho que se tiver essa condição aí, de algumas vagas nos cursos, por exemplo, vamos supor panificação, gastronomia, se você pegar os imigrantes, eles conseguem fazer o curso deles e eles, pelo menos, conseguem garantir trabalho deles próprios. Se você der espaço nesse curso e colocar três, quatro, cinco pessoas, já é uma forma de você tá incluindo cinco pessoas, que tão com dificuldade.</p>
	<p>Eu acho que seria encaminhar pro mercado de trabalho, principalmente os imigrantes, eu vejo hoje muito (...) teve aquele período da copa, né, então, a gente presenciou muita gente, vê muito pela rua, meio que desorientado e tal.</p> <p>A gente tem um vizinho que é de Gana.</p> <p>(...) No guará tem muito.</p>

<p><b>Marta (Paraguai)</b></p>	<p>Então, a gente vê essas pessoas, se elas conseguirem entrar né, elas virem a questão da documentação também. Então, considerando que eles tenham essa documentação, o IFB seria uma porta de entrada, mas a partir disso, também encaminhar para o mercado de trabalho.</p>
<p><b>Jorge (Nigéria)</b></p>	<p>Minha sugestão é pra IFB não é, continuar, se tá, será difícil, mas continuar com esse programa de assistência social de pessoas, continuar manutenção de departamento, para ajudar os alunos que têm problemas particulares, problema de entendimento, continuar, não precisa por coisa de crise, vai fechar esse departamento, entendeu. Outra coisa, aqui, às vezes é problema de segurança aqui, quando a gente tá saindo.          (..) Acho que é esse departamento, para ajudar as pessoas, é melhor ter outro departamento para ajudar estrangeiros, porque no IFB, não somente brasileiros, têm também estrangeiros também que vão começar estudos mas, têm muitos estrangeiros eu conheço (...) no IFB, depois desiste, na Estrutural. Mas acho se a gente tem naquele tempo isso aqui pra ajudar estrangeiros, acho que não, eles vão não desiste.          Mais. Somente para estrangeiros.          Vai ajudar muito.          Muito obrigado por oportunidade. Esta entrevista e é porque seguramente no futuro, o que eu falei, os problemas é desvendar...          Serem resolvidos. Seguramente, porque não, provavelmente você não pode entender o que estou falando. Somente quando você viajar pra outro país, você vai entender o que estou falando. Ficar em outro país, não é fácil,          Outra língua, outra, não é fácil!</p>

Anexo 9 – Grelha de análise de conteúdo – alunos evadidos

<b>GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – ALUNOS EVADIDOS</b>	
<b>CATEGORIA 01 – Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.</b>	
<b>SUBCATEGORIA 1.1 - identificação da proveniência geográfica do aluno e/ou da família do mesmo, dos motivos da migração para Brasília; da duração do processo migratório, do histórico familiar e das possibilidades de reunificação familiar.</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	<p>Eu conheci alguns países e justamente no período que eu decidi vir para o Brasil estava recentemente divorciado. E a minha mãe falecida, ela tinha ouvido falar muito do Brasil, pela igreja né, ao qual a gente pertence. Ai eu decidi fazer alguma é, chama de obra vicário, por ela no templo de São Paulo. Aí foi o meu primeiro contato, mas eu me preparei, eu fiz um nível de português para poder partilhar a cultura e poder me integrar aqui. Esta foi a razão primária de poder vir para Brasil, conhecer, aprender da cultura e fazer este trabalho vicário pela minha mãe no Templo de São Paulo.</p> <p>(...) a primeira vez foi no ano 2010. Eu só fiquei em São Paulo quarenta e cinco dias. E aí, conheci, liguei para o meu amigo que ele foi lá na Venezuela fazer um curso de medicina. Aí ele desistiu por que a mãe dele adoeceu. E eu liguei de São Paulo e ele diz, ele me chama de pai, então ele diz: “você está em São Paulo. Você tem que vir para a minha casa”. Aí planeamos tudo e eu cheguei aqui em Brasília. Aqui passei, fiquei por vinte, trinta dias mais ou menos na casa dele. Aí voltei para meu país Venezuela e aí eu fiquei apaixonado pela cultura daqui, pelo sorriso das pessoas, pela alegria. Até porque meu país estava, está passando e ainda continua passando por dificuldades políticas. Então, isto faz que a população fique muito triste e eu vi aquela alegria do povo brasileiro. E isso para mim era muito contagiante.</p> <p>Eu estava fragilizado pelo divórcio e tudo aquilo então estava como tentando me localizar. Aí eu voltei para Venezuela e logo em seguida comecei a planejar a seguinte viagem. Para onde? Para Brasil.</p> <p>Três filhos! Duas filhas maiores de idade, um filho menor de idade, que ele ficou com todos os benefícios da lei. Eu estou, passei uma pensão para ele e lucro da empresa que eu tinha. E ele ficou até, pelo menos, fazer dezoito anos. E está estudando e, ele está com a mãe dele fazendo tudo!</p>
<b>Selma (Nigéria)</b>	<p>Vinte e dois anos.</p> <p>Assim, eu vim para cá muito nova e o pouco que eu conheci do meu país é mais baseado no que os meus pais me contam, o que eu vejo, escuto na roda de amigos e até dos nigerianos que estão aqui no Brasil, que estão estudando, tão trabalhando (...)</p> <p>Então, no caso, como eu falei, meu pai veio aqui pra estudar (...) (...)Arquitetura. (...) nos anos 80 (oitenta), na UNB, aí quando ele terminou a graduação ele voltou para a Nigéria, conheceu minha mãe, casou, teve eu, minha irmã e aí veio aqui para o Brasil.</p> <p>Isso foi em 97 (noventa e sete).</p>

	<p>Com 03 (três anos) de idade.  A mais nova nasceu aqui.  Duas! Eu e a minha outra irmã nascemos lá na Nigéria.  Chegou a trabalhar lá, numa empresa de grande porte na Nigéria.  Ele diz que foi por causa que ele deve ter pensado que o Brasil tinha mais oportunidades, que ele ia poder crescer aqui também.  Não, acho que sim, mas é por que meu pai já ficou tanto tempo aqui que ele já tinha costumado. Aí a intenção do meu pai era deixar eu e as minhas irmãs para estudar aqui, aí caso a nossa vida melhorasse financeiramente, aí ele voltava para Nigéria com a minha mãe. Aí ficava eu e minhas irmãs estudando aqui.  (...) Estudei aqui.  É um país bastante conservador também e, que meus pais até falam que, por exemplo, “ah! Ruth vem”, como meus pais estão pensando em voltar para a Nigéria, eles falam: “Não, Ruth! Depois você vem para estudar, para melhorar a sua graduação, fazer outros cursos. Só que eu penso, assim, que pelo menos para mim, eu não sei se eu ia conseguir me adaptar, assim, de uma certa forma, num país que a mulher é vista de uma forma, ela tem que ser submissa. Meu pai briga comigo, fala de usar piercing, tattoo.  (...) Meus pais têm essa vontade de retornar.  (...) Viverem lá mesmo.  Faz tantos anos e eles viram que aqui não rendeu tanto quanto eles esperavam, então ainda mais com a economia atualmente, está forçando eles a voltar.  (...) eu e minha irmã mesmo, planejamos poder terminar a graduação aqui e melhorar financeiramente, poder voltar lá para a Nigéria e ajudar a melhorar o país também. Poder ajudar de uma certa forma.  Pelo o que eu me lembro, eu não sei se meu pai veio com visto de turista e depois conseguiu mudar. Eu sei que, pelo menos, quando a minha irmã mais nova nasceu, em 2000 (dois mil), eles conseguiram a dupla nacionalidade, se eu não em engano.  De todos, de todo mundo. Como ela era brasileira, meus pais fizeram o de todo mundo logo.</p>
<p><b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b></p>	<p>Puno! Minha cidade é Puno! Então, ela fica ao sul do país!  Desde 2008 eu pleiteei esse visto e permaneci aqui com um visto de temporário, que eu renovava a cada ano.  (...) o Edwin veio em (...). Ele veio em final de 2013.  (...) o Edwin já veio pelo acordo do MERCOSUL. (...) Ele já entrou com esse acordo, tanto que o documento dele já teve um prazo maior de... De validade! Porque ele já podia, esse visto já servia para dois anos, 2014 e 2015.  Só que como ele voltou agora, então ele não pode dar continuidade pra estender esse visto, mas depois quando ele voltar a gente deve dar entrada novamente.  (...) ele cursava faculdade lá no Peru (...). Medicina!</p>

(...) ele tentou uma transferência pra cá (...). Está nesse processo... Tá tentando! E talvez, não sei por..., devido a circunstâncias também familiares, talvez ele que..., meio que..., terminasse mesmo.

(...) Porque o objetivo era que ele fizesse a transferência para fazer um tratamento paralelo aos estudos aqui e eu pudesse auxiliá-lo, eu pudesse ajudá-lo, só que assim, aqui foi difícil, como eu ti disse!

Se ter acesso a essa rede pública e como também à rede particular. O que aconteceu? Com a rede particular nós começamos a fazer os exames, tudo, os procedimentos particulares né!? Só que estava representando um gasto muito significativo, aí pensei: vamos fazer um plano, então! Aí no plano de saúde também nos deparamos com uma série de empecilhos, período de carência...

Até ele ter acesso a todos os serviços, então já se passaram 1,2,3 meses, isso tava gerando uma ansiedade nele, porque era todo dia, nesse período, esse ritmo de vida! E eu tava estudando ainda, trabalhando e estudando e não conseguia ter tempo, ele optou por voltar, voltar para concluir o curso em si.

(...) Ruan Carlos é irmão mais novo. Mais novo!  
3 anos mais novo do que eu, o Edwin, ele tem 24...  
3 em 3!

O Ruan chegou em janeiro de 2013.  
E o Edwin no fim. O Juan chegou antes do que o Edwin!

Eu tenho mais dois irmãos, novos. Depois do Juan tem a Mery, que tá com 21 anos, 3 anos também mais nova!  
Somos 4 assim, que estamos a 3,3,3 anos! E meu último irmão que acho que está com 6 anos!

(...) Somos 5 no caso! A minha mãe, mora na minha cidade, ela é funcionária pública. Meu pai faleceu já tem 15 anos.  
(...) Fomos mais assim, criados pelos nossos avós...

(...) Fui eu que quis, eu que quis. Vir ao Brasil demandou investir de diversas maneiras durante um ano...Sabe, no convencimento dos meus avós, na minha mãe. Eu dependia exclusivamente deles em todos os aspectos.  
(...) foi graças ao meu avô, ele contribuiu bastante para que eu venha para o Brasil. Tanto que ele financiou a minha vinda aqui.

O desejo da minha família é sempre o mesmo: do meu retorno! Sempre, não muda!

Eu tenho vontade de voltar, mas hoje em dia quando reflito, penso que, assim, nenhuma escolha vai me trazer apenas o bônus, então, pelos anos que eu já estou aqui, eu sinto que se eu transitar para outro contexto, seja voltando para o meu país, ou outro país, eu sei que vou sentir falta, isso vai ter um impacto, embora a construção das minhas relações aqui tenham sido muito mais... Se limitado do que era no Peru!

Tenho uma rede social aqui, assim, não diria... Não tão vasta, bem reduzida, então vejo mais por esse lado. Tenho essa intenção de voltar, mas sei que no dia que eu voltar, eu também vou sentir falta do Brasil (...)

(...) sou solteiro, não tenho filhos, sou só eu e meu irmão, atualmente. Carlos, é isso, o Juan Carlos, exatamente!

(...) Nenhum irmão tem filhos, nada!

	<p>Olha, se eles têm, acredito que eles têm! Mas não pra permanecer aqui! Só pra visitar! Mais por uma questão que acho que pesa mais, sempre é o financeiro!</p> <p>Se eu pudesse... Trazia! Todo mundo no final de semana...</p> <p>Com o acesso à comunicação hoje em dia é mais... Viável, né?! Manter o contato.</p>
<b>CATEGORIA 01</b> - Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.	
<b>SUBCATEGORIA 1.2</b> - Principais dificuldades de adaptação à realidade brasileira.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	Muito, muitas poucas pessoas! E tomando em considerações, aquele, aquela mudança de cultura para um estudante, uma pessoa que esteja querendo vir para poder estudar aqui e que seu objetivo seja estudar, então, é um choque de cultura, poder ir de um lado para o outro, procurando informações, sendo até, muitas vezes rejeitado, não passam as informações corretamente como deveriam ter sido passadas para eles, então, é uma questão que é um pouco complicada!
<b>Selma (Nigéria)</b>	<p>Assim, eu acho que ao mesmo tempo que a Nigéria e o Brasil são bastante parecidos, eles se diferem em muitos fatos, principalmente na personalidade das pessoas. Pelo menos, lá na Nigéria a gente tem mais amizade, assim, uma parceria maior entre as pessoas. Eu vejo que a cultura, pelo menos aqui no Brasil, por mais que vocês falem que tem todo acolhimento, é meio que cada um por si. A pessoa só vai te ajudar se você for de um jeito, agora se você não for de um jeito, a pessoa não vai te estender a mão. (...) Branco.</p> <p>Eu até vejo, assim, quando eu tô andando, que as pessoas me olham. Ah! Aquela pessoa é diferente!</p> <p>(...) na Nigéria, independente de você ser branca, amarela, a pessoa vai querer te ajudar.</p>
<b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b>	<p>(...) pela questão domínio da língua mesmo (...) Da língua portuguesa (...). Do domínio da língua e da cultura!</p> <p>Da cultura porque tanto ele quanto eu, somos pessoas algo reservadas, né?! A maneira de nos relacionarmos é bem diferente!</p> <p>Você chega a um local e há uma certa dificuldade assim, tentar sintonizar com os outros! Natural! Então, mas, eu acredito que eu estou mais adaptado e ele não! Eu digo assim, eu não consigo me acostumar, mas, eu digo não me acostumei, mas me adaptei! Então é algo que eu faço assim, que não é natural meu, mas eu faço porque preciso fazer parte desse grupo!</p> <p>E hoje em dia eu vejo muitos traços meus, nas minhas relações que isso já... são naturais, que eu faço inconscientemente até! Ele não! Ele ainda tá... é bem mais assim... recua! Tem vontade, mas na hora devido à essa barreira, acaba recuando!</p> <p>Também pelos anos né?! Ele tá aqui a um pouco mais de dois anos e meio! Eu já to aqui a mais de seis, sete anos!</p> <p>(...) toda vez que eu fui protagonista dessa dinâmica nas relações sobre "como interagir", os outros interagem comigo!</p> <p>Muitas vezes eu já me senti assim: muito lesado, muito assim, atingido, humilhado, em diferentes situações, né?! Mas eu conseguia me defender! Porque eu estava dentro de uma instituição acadêmica!</p> <p>Fora da instituição é algo que você não consegue fazer! (...) Mais vulnerável! Então, muito disso tem, eu acredito que o..., assim, antes mesmo, assim, até as vezes de cometer um deslize com o outro, vejo que é mais importante você permitir</p>

	<p>conhecer a fundo, assim, conhecer só!! Conhecer! Em primeiro lugar, assim! Tudo do outro! Não, assim, só a questão da fala, as maneiras, "custumes", sabe?!</p> <p>Porque você acaba entrando num ambiente controlado, né?! Então qualquer situação, por mais critica que ela seja, é passível de ser contornada! Né?! E se você chega numa cultura diferente, num contexto completamente diferente, e você começa pelo ambiente externo, é muito provável que você acabe sofrendo mais e até reproduzindo o que os outros fazem! Né?! E você acaba indo por um caminho... eu não diria errado ou certo, mas por um caminho que talvez não promova muito, sabe, essa integração de maneira adequada!</p>
<b>CATEGORIA 01 - Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.</b>	
<b>SUBCATEGORIA 1.3 – Línguas de uso do aluno; possíveis diferenciados modos de relação com a língua portuguesa e os contextos de sua utilização; necessidade de acesso a cursos específicos de língua portuguesa.</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	<p>Eu comecei lá na Venezuela um nível de português, seria um primeiro nível na faculdade de lá, nessa mesma Universidad de Los Andes, aí eles dão alguns curso que chama é...São de graça, entre aspas, por certo e são cursos de integração, é idiomas para estrangeiros! Aí eu fiz esse curso e eu cheguei aqui no Brasil e com a ajuda da minha esposa, aí eu fui aperfeiçoando a linguagem, na rua, partilhando com as pessoas!</p> <p>(...) Eu queria fazer um curso de português para estrangeiros né, aí pesquisei UNB. Eles têm um local aí que falam cursos de língua para estrangeiros. (...) Quando fui lá, eu fiquei assustado com o valor do curso, eu diz: "não tenho as condições, então não posso!" É, depois é... no decorrer do tempo, aí fiz esse curso de alfabetização, os poucos dias que fiquei lá no IFB eu aprendi muito com aquela professora!</p> <p>(...) vem estudantes ou vem pessoas de outros países com uma linguagem completamente diferente, talvez muitos consigam é...Falar, se comunicar por meio da fala, mas escrever é uma coisa completamente diferente! E o estudante tem que escrever, tem que escrever! Eu, nas oportunidades que eu já tive para poder apresentar provas escritas, eu penei, porque é muito complicado, então, por isso que eu estava querendo ir atrás de um curso de português! Feito aqui! Porque não é um luxo, ah, eu estou aqui no Brasil, eu consigo falar, mas e a escrita? Onde fica? Porque a escrita faz uma parte importantíssima para poder evoluir nos estudos, a leitura.</p>
<b>Selma (Nigéria)</b>	<p>Eu falo Inglês e Francês.</p> <p>No caso, Inglês por que é o idioma oficial lá da Nigéria e o Francês eu aprendi aqui mesmo pelo CIL (Centro Interescolar de Línguas da Secretaria de Educação do DF).</p> <p>Em casa, com meus pais falando mesmo, até por que na época eu acho que eles não falavam muito bem Português, até hoje para falar a verdade.</p> <p>Eu só tenho dificuldade para fazer texto, mas é por que nunca foi meu forte mesmo.</p> <p>Eu acho que pode parecer meio... Eu acho que o... Que a compreensão do idioma é essencial! Eu tenho um amigo meu que</p>

	<p>ele tá estudando aqui há seis anos, na UNB, e até hoje quando eu vejo ele falando Português eu fico, assim, “as pessoas te entendem!?”.</p> <p>Tem bastante dificuldade!</p> <p>Ele é da Nigéria também.</p> <p>Mas, no caso, eu acredito que até em questão de você precisar de alguma ajuda, você vai precisar se comunicar.</p> <p>(...) Eu acredito que por mais que a pessoa tem que buscar, correr atrás, o Estado, de uma certa forma, tem que dar uma assessoria, ainda mais se a pessoa vier como imigrante. Uma coisa é a pessoa que tem dinheiro, quer vir aqui pra estudar, pra trabalhar, pra curtir, é diferente de alguém que tá vindo de um país em guerra, tá vindo fugir, não tem uma estabilidade. Eu acredito que o Estado tem que oferecer tanto um apoio emocional, psicológico, quanto apoio à questão da pessoa conseguir se adaptar com a nova cultura, com o idioma que é completamente diferente, a pessoa nunca ouviu Português na vida, aí chega aqui e não sabe como se adaptar com essa cultura.</p>
<p><b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b></p>	<p>Não! No momento não! Só essas duas línguas!</p> <p>O Ruan. Tentou o inglês, mas aí acabou que deu esse... mas ele pode continuar né, agora outro semestre!</p> <p>O idioma, eu acredito que é um dos canais mais significativos para você se integrar! Sem o idioma, você se limita muito! Limita muito, muito!! Não há como! Eu digo, eu não digo isso nem por, mas quando o Edwin veio pro Brasil, assim, eu tinha já desenvolvido atividades rotineiras de maneira muito natural, e que pra mim não representava nenhum tipo de peso!</p> <p>A nossa... o lugar onde nós morávamos de uma padaria, era o que? 50 metros! Mas, pra ele ir pra padaria era tão, mas tão difícil! Só ele sair! Ir! Sabe?! Aquele receio: "o quê que eu vou fazer, o quê que eu vou falar?!" Sabe! Essa atividade tão, mas tão simples, tão básica, pra ele representou assim... assim... ele teve que passar quase um mês, assim, perguntando.</p> <p>(...) eu aprendi o português por conta própria, né... quando eu cheguei aqui eu quis e procurei, procurei uma instituição que pudesse assim... ser o suporte para eu poder aprender a língua! O único lugar onde havia isso era numa instituição superior, através de um curso superior! Né, então... mas não há algo que tipo, sirva como mediação!</p> <p>Que sirva como base! (...) contribuir com seus processos cotidianos, suas relações iniciais...</p> <p>Eu acredito que se tiver isso, se o IFB, por exemplo, pudesse estruturar uma né... um curso ou um espaço onde possa, vamos supor, ministrar aulas de português, né?! Porque não é só a aula de Português! Você acaba aprendendo muito mais do que a aula!</p> <p>Porque eu estou discutindo com você, sobre diversas situações que eu estava... assim eu... entendi, eu consolidei, eu fiz de uma leitura, assim, ao meu ver assim! É uma leitura minha, mas eu não tive a oportunidade de falara sobre isso, assim, em tantas ocasiões! Quando eu discuto, quando eu falo, são esses espaços muito restritos! Né?! Onde... não... não há ambientes específicos para se discutir sobre isso! Às vezes eu discuto com um colega de trabalho, com um amigo, né... as conversas, assim, do cotidiano, com as pessoas que estão mais centralizadas em outros assuntos! Então você não tem um lugar! Eu sei que... por exemplo, ministrar aulas, assim, oferecer um espaço para aprender o português através do ensino, é... não só vai oferecer isso, né?!</p>

	<p>Vai oferecer a troca de informações...</p> <p>(...) ...né?! Professor x aluno, aluno x aluno, sabe, e também com outras pessoas próprias do ambiente, isso, acho que... daqui desse ponto até aqui que eu percorri, pode encurtar!</p> <p>(...) o IFB oferecer um curso de língua portuguesa pra estrangeiros, pra imigrantes (...). (...) considerando assim, a reputação que o IFB tem né?! Toda a estrutura que essa instituição tem, assim, estrutura física e acadêmica, profissional! Com certeza seria um espaço muito, muito sólido! Eu creio! Não é o mesmo que fazer isso em outros ambientes!</p> <p>Qualquer "intercorrência" que acontecer, dentro ou fora, você pelo menos teria uma noção, uma orientação!</p> <p>(...) Que é... a lógica dessa sistema sócio político é muito diferente do que um... outros países e você por exemplo, acontece uma "intercorrência" aqui dentro ou fora, você não sabe a quem recorrer! Estando aqui dentro, pelo menos você diria: "não, vai a tal lugar!"</p>
<b>CATEGORIA 01- Caracterização e perfil da população estudantil imigrante no IFB.</b>	
<b>SUBCATEGORIA 1.4 - Situação sócio-profissional de enquadramento do aluno.</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	<p>(...) eu tinha uma empresa que fabricava colchões, travesseiros, sou formado em administração de empresas e tinha a minha empresa que, porém era uma empresa familiar, foi meu pai que criou essa empresa! Aí ele fez um registro do nome, ele "faleceu" e os outros filhos, meus outros irmãos, eles, é... cada quem por seu lado! Eu diz: "tenho que resgatar, resgatar aquele nome daquela empresa!" Justamente eu estava começando a faculdade, casado, recentemente casado, com uma filha. Tinha naquela oportunidade dezoito anos, já tinha responsabilidade com uma filha, com a minha ex esposa e eu diz: "vou resgatar aquele nome e vou abrir a empresa!" E aí eu comecei! E tive muito sucesso com aquela empresa!</p>
<b>Selma (Nigéria)</b>	<p>(...) Outra coisa que achei meio chato da empresa que só contrataram os homens, na época.</p> <p>(...) A desculpa é que país tava em crise, mas pelo o que eu tinha visto, pelo menos dos meus colegas, que também tinham ido pra outras empresas, praticamente todos tinham sido contratados.</p> <p>(...) Eu acho que até o fato de não ter sido contratada, meio que me desanimou. Porque eu pensei, poxa me empenhei tanto, fiz o curso para no final das contas as pessoas me julgarem pelo fato de eu ser mulher.</p> <p>Aí, no caso, como eu terminei na metade do ano, se eu não me engano, eu falei, eu vou trabalhar enquanto isso e depois vou voltar a fazer outro curso. Aí nisso eu trabalhei durante o ano de 2014 (Dois mil e quatorze) e acho que no início de 2015 (Dois mil e quinze), não foi em 2014 (Dois mil e quatorze) mesmo, eu tinha conseguido o curso para Técnica em Comércio. Foi em 2014 (Dois mil e quatorze) ou 2015 (Dois mil e quinze), eu não tô lembrando exatamente.</p> <p>Eu tava trabalhando num Call Center em Taguatinga e ficava na contra mão. Na contra mão não, eu trabalhava na Comercial e o curso era no Pistão Sul. Aí pra ir eu sempre meio que pegava engarrafamento. Chegava na aula atrasada.</p>
<b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto)</b>	<p>Psicologia!</p> <p>(...) Tô trabalhando na área!</p> <p>(...) os irmãos (...). Não, não chegaram a trabalhar!</p>

<b>(Peru)</b>	<p>Porque uma das... Uma das razões também de vir pro Brasil foi, é... Não só a questão do estudo, tem a questão laboral. Em que sentido, assim, aliar a questão acadêmica com a questão laboral!</p> <p>Em decorrência disso também, a cultura trabalhista, a cultura laboral ali, lá, funciona assim, da seguinte maneira, se você não teve uma formação, você não tem acesso! Se você não tem uma formação superior, é muito difícil você conseguir um trabalho que ti permita ter a total independência e autonomia.</p>
<b>CATEGORIA 02</b> – Trajetória escolar do aluno.	
<b>SUBCATEGORIA 2.1</b> - Áreas de formação em que se encontra, motivo pela escolha do IFB e do curso que frequentou na instituição e os motivos da evasão.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	<p>Sou formado em administração de empresas.</p> <p>Aí comecei a faculdade, de qualquer jeito tinha que ter uma renda para poder estudar. Até sendo os estudos de graça, mas eu tinha que manter a minha família e poder me ajudar com a faculdade. E aí eu decidi estudar administração de empresas para melhorar essa empresa que eu tinha feito já! Ou que meu pai tinha.</p> <p>Eu conheci o IFB porque quando eu cheguei aqui no Brasil, eu estava pesquisando algum curso de graça. Porque eu dei conta que para mim, com a desvalorização da moeda, os cursos eram muito onerosos, muito caros. Aí eu entrei no site e fiz um cadastro no IFB, aí comecei a receber informações que eu comecei a amar todas aquelas informações! Uma delas falava... Já depois que eu tinha me matriculado na Escola Técnica de Ceilândia, que eu também amei, falava desse curso de alfabetização e o que me chamou atenção é que eles, não precisavam, não pediam histórico de escolaridade, porque nós, como estrangeiros é... Temos muita dificuldade para poder fazer homologação, fazer... Validar os nossos estudos em nosso próprio país e poder trazer para o Brasil. Então, eu recomendo para todas aquelas pessoas que estejam com desejo de vir para o Brasil, que façam todas essas questões, pelo Consulado, em seu próprio país!</p> <p>(...) Eu entrei pela internet e pesquisei, coloquei "cursos de graça ou gratuitos", aí apareceu uma série de instituições, a maioria em São Paulo, no Rio. Aí eu coloquei mesma coisa: "cursos de graça ou grátis no DF", aí a primeira, o primeiro site que apareceu foi do IFB! Aí eu entrei no IFB, pediram para mim cadastrar, fazer um cadastramento aí, aí eu me cadastrei e daí em diante comecei a receber muitas informações, que eu achei bem legal, ainda estou recebendo informações.</p> <p>Antes, que não se arrisquem para vir e pensar que aqui vai ser muito fácil, não! Que façam todas aquelas questões em seu próprio país, no país de origem! Procurem o Consulado do Brasil, se estão querendo vir para o Brasil e façam tudo. Os Consulados são feitos para isso, eles providenciam todas as informações, ajudam e tem a vantagem de que falam a linguagem do país de origem!</p> <p>Eu deixei meus títulos acadêmicos lá! Eles falaram que o processo seria demorado e também porque eu estava, basicamente, para poder acompanhar a minha esposa, precisava de um visto, então eu, assim, dei prioridade ao visto e não</p>

	<p>à formação que eu tinha!</p> <p>Já estou com o visto permanente! Tenho... Aí eu fui para a Polícia Federal, com um visto que eles carimbaram em meu passaporte, aí providenciaram para mim um RGE, que significa Registro de Estrangeiro. E aí, já com esse Registro de Estrangeiro permanente, eu posso já me movimentar, posso estudar, tendo algum histórico de escolaridade, posso trabalhar! Já peguei uma carteira de trabalho, para poder trabalhar, então... Claro, não podia trabalhar no que eu sou formado porque ainda o título está nesse processo! Que eu acho que deveria ser um processo mais simplificado também!</p> <p>Eu consegui fazer na Escola Técnica de Ceilândia o curso de departamento pessoal ! Que tem muito haver com administração!</p> <p>Eu tinha a ideia, quando eu comecei esse curso, lá na escola, que eles pediram aquele registro, é... é... Esse negócio de escolaridade...</p> <p>Histórico, declaração de escolaridade, aí eu próprio coloquei uma barreira! Porque eu não trouxe nada! Então, perguntei: “posso pedir umas cópias e eu trago em Espanhol as Certificações?” Porque eu posso trazer umas cópias! E eles falaram: “Mas teria que ser em Português.” Em Espanhol! Elas vão ser em Espanhol, deveriam ser em Português! Então, o diretor dessa escola, ele simplificou, ele diz: “Vamos fazer o seguinte: você assina uma declaração, é... falando de seu nível de escolaridade e assina! E com isso damos entrada para que você possa estudar!”</p> <p>E eu achei fantástico, por que no... Em nenhum instante, nenhum momento fecharam as portas para mim e isso deu, assim, me deu a oportunidade de poder agora estar fazendo no SENAC, que é uma faculdade!</p> <p>(...) Os horários não batiam né, com o curso que já tinha começado. Na verdade, eu estou fazendo este curso de alfabetização e consegui me matricular também em um curso de criatividade! Com uma professora muito boa ela e aí... É... Já os horários, porque eram horários na tarde, vespertinos, então, batiam com o outro curso e eu fiquei envergonhado porque já tinha começado o outro, da Escola Técnica, então, eu falei com a professora, aí falei com ela e disse: “vou desistir, gostaria muito de concluir, só que não consigo e mas, em relação a, a, cadastramento, abrir matrícula, entrar, eu não teve nenhum problema, com o Instituto! Assim... eu senti que o instituto abriu as portas para mim!</p>
<p><b>Selma</b> <b>(Nigéria)</b></p>	<p>(...) toda a educação básica aqui e aí...</p> <p>Na rede pública.</p> <p>Horrível! Não, mas não é nem questão que tem inferior ao que tem lá. É por que realmente você entra aqui nas escolas públicas do Brasil, no DF em si, você não vê um amor pelo estudo, tanto pela estrutura do local.</p> <p>Na época que eu fiquei sabendo do IFB foi pelas redes sociais e pela escola, que eu tava no Ensino Médio. Acho que tinha pouco tempo que o IFB tinha chegado aqui em Brasília. E eu vi os cartazes, eu vi até nas redes sociais, eu falei: “Nossa! Parece bem legal, né! E quando eu pensei Instituto Federal, acho que o ensino deve ser de graça. Aí eu procurei conhecer mais, vi dos cursos e vi que tinham muitos cursos que me interessavam, porém ficava na contra mão, porque o local era longe. Até porque na época, quando eu terminei o Ensino Médio, eu falei, vou fazer faculdade primeiro, depois se eu não conseguir passar na UNB ou quem sabe conseguir uma bolsa, aí eu vou tentar algum curso tecnológico, técnico perdão, do</p>

IFB. Aí acabou que eu não entrei na faculdade.  
(...) Aí nisso acabou que eu não entrei na faculdade, fui trabalhar, deixei o Ensino Técnico pra mais tarde também. Fui fazendo outros cursos, de menor duração e fui levando, até que vi de novo o edital aberto, falei agora eu vou né! Já tô há tanto tempo que estou enrolando para fazer esse curso.  
Foi em 2013 (Dois mil e treze). Na verdade, eu tinha visto o aviso do curso em 2012 (Dois mil e doze), só que falei, vou esperar mais um pouco e entrar ano que vem. Aí eu entrei, acho que na metade de 2013 (Dois mil e treze), se eu não estou errada.  
Foi o curso de Jovem Aprendiz de Mecânica Automotiva.  
E na época até, eu tava querendo fazer o de... Por causa que eu passei tanto pro de Comércio quanto pro de Mecânica. Só que todo mundo falou o de Mecânica você vai ser remunerada, você vai ter um curso de uma área que cresce aqui no país, que paga bem e que você vai gostar. E realmente, na época que eu fiz o curso de Mecânica eu gostei pra caramba.  
Realmente eu vi que, infelizmente era um ambiente meio sexista, que as pessoas te julgavam por ser mulher e que ainda tinha a questão do assédio. (...) Dentro da empresa! O IFB deu toda a estrutura.  
Estudava duas horas por semana no IFB, à noite, que era o único horário que tinha disponível na grade, na época, e tinha várias empresas concessionárias que pegava mão de obra dos aprendizes.  
Não, assim, eu lembro que tinha algumas vezes que a gente tinha que executar alguma tarefa. Aí as pessoas falavam, “não! É mulher, vai ficar muito pesado, deixa pros homens carregar. Era assim, tipo queria deixar as coisas que precisavam mais de detalhes para mandar as meninas e a que precisavam de mão, de força né, de mão braçal, aí deixava nas mãos dos meninos.  
(...) achei que se eu fosse homem as pessoas, as pessoas eu me refiro mais a empresa e até os próprios clientes, que iam nas concessionárias, iam confiar mais.  
Eu acabei evadindo do curso porque na época que eu tava fazendo o curso eu também tava trabalhando. Eu chagava muito atrasada pra aula, apesar de gostar do curso eu vi que tava me atrapalhando.  
O curso era à noite, começava às 07 (Sete) horas se eu não me engano. Eu saía do trabalho nesse horário.  
Fiz um semestre.  
(...) tava gostando pra caramba!  
(...) na verdade eu reprovei, aí então, no caso...  
(...) Foi por falta, foi pelas notas mesmo, pelo fato de...  
(...) não estar conseguindo assistir as aulas aí...  
(...) Perdia muita coisa, faltava, aí não dava para acompanhar também e, às vezes, tinham os passeios, tinha saída de campo, eu não podia ir por causa do trabalho.  
Até por mim, eu teria terminado o curso de Técnico em Comércio, mas essa graduação que eu tô fazendo agora, na época em que eu consegui, eu consegui um bom desconto pra fazer essa graduação, então eu falei, vou ter que dar um tempo no curso e quem sabe voltar futuramente.

	<p>(...) e, assim, eu queria poder ter terminado o curso de Técnico em Comércio, porque eu vi várias oportunidades e, pelo menos, aqui em Brasília, a cidade gira muito em cima de concurso público e Comércio. Então eu vi várias oportunidades pro curso, pra quem tinha curso Técnico em Comércio, pra quem queria trabalhar com a área de vendas e várias oportunidades que eu queria poder participar, mas o fato de eu ter parado o curso, nem na metade direito, aí não rendeu muito.</p>
<p><b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b></p>	<p>Eu já conhecia o IFB antes, na Católica eu tive um professor que também ministrava no IFB.          (...) foi aí que surgiu a oportunidade dele estudar no IFB!          Ele ministrava no IFB, então foi através dele que eu conheci, mas isso foi há uns três anos, em 2012,2013... Foi assim que eu conheci o IFB, aí comecei a entrar no site, aí era um processo seletivo num semestre, era outro processo no outro, era com vídeos, era com palestras!          Então, durante todo esse período, a forma de ingresso, a dinâmica, lógica do IFB mudava, eu tentava entender... Ficava perdido!!          Edwin se não me engano foi Técnico em Controle Ambiental.          O Juan Carlos, ele foi no Riacho Fundo, em Inglês, um curso de Formação Inicial e Continuada.          Foi assim também, como a gente tava descobrindo, assim, como era essa po..., a filosofia de ensino, a frequência, quanto tempo precisava ir, ele foi um dia, no segundo semestre foi um dia: "não! vou pra minha aula!" Ele foi, entrou na sala, então falaram pra ele: "Não, mas você não estuda mais aqui..." Ele ficou surpreso, aí! Por quê? "Me falaram que eu já não estudo!" Aí eu fui ver o que estava acontecendo, ele falou assim: "Na verdade eu tinha aprovado". Só que tinha reprovado por falta!          Era uma vez por semana e aí ele ultrapassou o limite de faltas, 25%! Deve ter ultrapassado mais!Acredito! Por isso que ele não continuou, mas a intenção dele foi a de continuar, não havia o módulo...</p> <p>(...) ele fez também no IFB do Riacho, desde o segundo semestre de 2013, ele começou a fazer Espanhol, ele fez Espanhol.          (...) E ele concluiu esse curso de Espanhol!          Eram 6, acho que eram 6 ou 5 módulos! Aí ele fez uma prova de nivelamento e passou para o terceiro módulo! Então, fez isso, acho bem curioso porque a minha língua é o Espanhol, a dele também!          Porque fazer um curso de Espanhol, então!? Eu já tive uma experiência anterior, onde pra trabalhar, eu trabalhava assim... Numa instituição me perguntaram se eu sabia falar Espanhol! Disse que sim, me perguntaram ou me questionaram se eu tinha feito algum curso de Espanhol!          (...) Então, eu disse que não! Eu tinha feito assim... A minha formação anterior tinha sido em Espanhol, eu tinha acabado de chegar aqui!          (...) Mas, não tenho uma Certificação!          (...) foi essa a escolha que ele fez, assim, até eu pedi pra ele: "faz esse curso de Espanhol, já vai ser uma certificação, então,</p>

	quando você quiser, sei lá, cursar algum curso, você apresenta esse documento!" Então, tem a certificação e todo mundo concorre do mesmo jeito.
<b>CATEGORIA 02 -</b> Trajetória escolar do aluno.	
<b>SUBCATEGORIA 2.2 –</b> Aspectos que auxiliam e os que prejudicam a aprendizagem e a integração dos alunos dentro do Instituto Federal de Brasília.	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	(...) em meu caso como eu, é a apresentação de meu formatura lá e (...) fazer alguns estudos (...). (...) Porque a vertente aqui é muito exigente em relação ao... A poder conseguir um emprego, poder entrar em uma faculdade, querer fazer estudos... É... São realmente bem... Ter um lucro... Tem que ser pagos! Senão, a pessoa não consegue! Então, poucas oportunidades, poucas instituições estão oferecendo, em relação aos estrangeiros ou aos imigrantes ou a pessoas que estão vindo de outros locais, de outros países, oferecendo oportunidades para eles poderem estudar! E a base de um estudo, ele vai levar para um melhor emprego, uma melhor qualidade de vida e poder evoluir!
<b>Selma (Nigéria)</b>	Eu só achei uma pena o curso não ter tanto, como eu vou falar, não ter tantos alunos, porque é um curso muito bom, gratuito e pelo que eu vi é um curso caro no mercado, pelo que eu tava vendo na base de outras escolas, que oferecem o mesmo curso Técnico e que, assim, eu achei legal da minha turma é porque não tinha só, como é que eu vou dizer, tipo aquele perfil específico de estudante de curso Técnico, que acabou de terminar o ensino médio. Tinha todas as idades e tinha uma moça lá na turma que era formada e tava procurando outra formação para poder melhorar a base de conhecimento dela, tinha quem era vendedora na turma, tem quem tinha o próprio negócio. Desde a senhorinha até o adolescente. Eu vi que o IFB tem bons professores, ótimos, aliás, e que todos eles tinham aquele amor mesmo por ensinar e mesmo que, digamos, chegava lá na aula de Economia, o professor não explicava aquela coisa só, ficava passando números no quadro, ele realmente ensinava desde a parte histórica. (...) Onde a gente pode aplicar isso no mercado, até nas nossas vidas mesmo. Eu só achava ruim o fato do IFB Taguatinga Centro não ter muita estrutura. É porque o campus é provisório. Não ajuda muito!
<b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b>	Do Juan Carlos! Por exemplo, houve ocasiões em que, por ele ter, tinha acabado de chegar e já ia começar um curso, só que as pessoas começaram a falara, falar... não conseguia ele entender muito bem, algumas pessoas se irritavam com isso! Quando elas se irritavam ele começava já não falar mais, ou ...ele acabava sentindo-se assim, meio constrangido. Colegas! Mais colegas! Os professores, eu nunca tive um relato dele em relação aos professores, que tenho surgido algum tipo de ... de situação assim, ruim!

<b>CATEGORIA 02 -</b> Trajetória escolar do aluno.	
<b>SUBCATEGORIA 2.3 -</b> Práticas de preconceito e desrespeito em relação aos alunos imigrantes considerando as diversidades dos mesmos (nomeadamente, devido às diferenças linguísticas e às assimetrias culturais e econômicas).	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	Não, não teve! Eu, pessoalmente, não teve!
<b>Selma (Nigéria)</b>	Não! Foi mais fora mesmo. Na vida cotidiana. Às vezes as pessoas até perguntam, assim, só de olhar, assim, você não tem cara de brasileira não. Aí eu falo: “não gente, nasci aqui, sou daqui mesmo. Mas aí falam não, você não é!” É chato! A pessoa quer que eu fique falando meu nome trinta vezes. Eu vi que realmente eles valorizam o aluno. No caso, aqui até mesmo a minha família tendo pago avião, tendo chegado com o visto em dia, tudo certinho, às vezes, as pessoas ficam perguntando: “vocês vieram de navio?” Como assim gente, de navio? Nem é possível isso hoje em dia! Tem um certo... Certo não! Tem bastante preconceito em relação ao Continente Africano! Na questão de trabalho não, até porque meu pai tem a própria empresa dele, aí ele não tem muito problema com isso. Agora, por exemplo, eu vejo que as pessoas sempre tem um certo... As pessoas, às vezes, não pensam antes de perguntar, só falam por falar, coisas que eu acho que o migrante Europeu não vai escutar. Não vai perguntar, ninguém te olha de um jeito diferente ou pensa que você não tem dinheiro, que você é ladrão, sempre as coisas ruins ao seu respeito. Agora, quando é um negro as pessoas sempre vão te tratar de uma forma ruim. (...) Pela questão racial! Mas, também as pessoas, quando você fala que é, as pessoas ainda veem o Continente Africano como se fosse um... Sei lá... Como se fosse uma casa, todo mundo mora junto, todo mundo se conhece, as pessoas ainda não tem a noção que é... (...) Não percebem que o Continente Africano é enorme, com diferentes culturas.
<b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b>	(...) Olha, algo que aconteceu, que acontecia recorrentemente, que era a questão da que eu... meu irmão, ele comentava alguma intercorrência, mas acredito que naturais, às vezes da ... digamos do desconhecimento dos outros em relação à procedência, a cultura, a dinâmica das suas relações!
<b>CATEGORIA 02 –</b> Trajetória escolar do aluno.	
<b>SUBCATEGORIA 2.4 -</b> Metodologias utilizadas pelos professores e pelas demais equipes educacionais atendem (ou não) as necessidades sentidas pelos alunos imigrantes e como se dá o relacionamento professor/aluno, aluno/aluno e aluno/demais equipes e servidores do campus.	

<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo (Venezuela)</b>	Alto nível, alto nível! A professora de alfabetização, além de ela ter uma ética profissional muito boa, tinha um carisma sabe, amor pelas pessoas que ela estava passando as aulas. (...) muito, muito profissional! Com os alunos da turma foi fantástico e depois, assim, eu me relacionei com aqueles alunos que estavam fazendo, é... História... É... Linguística espanhola e aí eu dei conta que muitos estavam falando espanhol e aí eles ficaram muito contentes porque a maioria dos professores são nativos do Brasil! Falam espanhol, mas são nativos, aí quando eles ficaram sabendo que tinha alguém que falava espanhol e que era a linguagem nativa, então, eu fui assim, cercado de todos eles!
<b>Selma (Nigéria)</b>	Era muito bom. Sempre estavam prontos pra ajudar no que a gente precisasse. Eu lembro que até na época em que eu não tava conseguindo me adequar ao horário, tava trabalhando, estudando, teve um professor do curso de Administração, que ele chegou, conversou comigo, pediu se ele podia passar uns trabalhos para eu fazer na minha casa. Se eu quisesse ajuda nas provas, que tava chegando a época das provas e eu tava super perdida. Eu achei super legal da parte dele, que eu nem precisei chegar, eu já tava perdida assim, ele falou: “eu vi que você tá faltando algumas aulas, você chega atrasada, assim, no que eu puder te ajudar, para você não reprovar, eu te ajudo.” Servidores eram bem legais, agora a parte Pedagógica e da Secretaria eu nem cheguei a conhecer. Não tive muito contato mesmo... Da biblioteca, eu lembro que tinha um pessoal, os bibliotecários lá eram super legais. Eu lembro que sempre que... A biblioteca de lá não é muito grande, só que tem um acervo muito bom. Sempre que eu chegava pra pegar algum livro ou, às vezes, eu ficava meio sem saber qual escolher, começava a falar a história do livro, eu achava super legal porque da pra ver que a pessoa conhece, assim. E ele falava, assim, um pouco da história, qual o livro tinha mais interesse, fazia meu perfil, achei super legal da parte dele.
<b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b>	Os professores, eu nunca tive um relato dele em relação aos professores, que tenho surgido algum tipo de ...há, de situação assim, ruim!
<b>CATEGORIA 03 - Contribuições para o desenho de uma proposta de desenvolvimento de atitudes inclusivas e políticas educativas na instituição.</b>	
<b>SUBCATEGORIA 3.1 – Sugestões que possam contribuir no direcionamento de linhas orientadoras no acolhimento e acompanhamento dos estudantes imigrantes para a sua efetiva integração/inclusão dentro do IFB.</b>	
<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>Paulo</b>	Eu acho que poderiam ser ajudados com auxílio estudantil (...). (...) e, se o instituto pertence à parte do governo, até

<p><b>(Venezuela)</b></p>	<p>moradia, alimentação...          (...) em relação ao curso de português (...). (...) Brasília é um centro de convergência, aqui vem muito... Brasília é a capital do país, então muitas pessoas vão vir para o Brasil, para Brasília, pensando que aqui vão conseguir de tudo! Então, seria excelente, eu apoio! E eu estou à vontade também! Se precisas de algum apoio na língua espanhola eu estou aí para ajudar!</p>
<p><b>Selma (Nigéria)</b></p>	<p>(...) o IFB é lindo e maravilhoso e que se vocês tiverem uma, chegam a ter alunos, realmente, refugiados...          (...) Aí no caso se vocês tiverem mais interesse, porque o IFB tem bastante peso, assim, eles conseguem atuar de uma certa... Uma certa... com uma certa força na comunidade, então acredito que vocês poderiam criar programas específicos para essa parte marginalizada, das mulheres, dos refugiados.          (...) Que é a grande necessidade, ter domínio do idioma né.          E da cultura também! Principalmente!</p>
<p><b>Pedro (irmão dos alunos Nelson e Roberto) (Peru)</b></p>	<p>Eu acho que... primeiro lugar seria uma apropriação de tudo que concerne às leis de imigração! Sabe, porque elas são únicas!Pra todos! Então... é... essa apropriação, esse conhecimento dessas leis, do que a Constituição diz e de quais são os procedimentos para cada tipo de situação! A lei tipifica um tipo de atuação para cada caso, tanto que existem diversos tipos de vistos... é... então... conhecer isso, assim, acredito que é uma das primeiras coisas e o fundamental! Porque você já começa a partir disso a entender o motivo do outro aqui! Por que às vezes vem um refugiado, vem uma pessoa com interesses de estudar, vem uma pessoa com uma delegação religiosa, um jornalista, uma produção científica... então você entende melhor quem vem! Sabe?! A partir desse ponto! E depois você, diria assim, construindo um espaço, um núcleo de ajuda, talvez, para essas pessoas, em relação aos esclarecimentos, aos esclarecimentos sobre essa... essa cultura, essa lógica, como disse, sócio política que... Do país! Do local! É muito vital! Fazer entender o outro sobre essa cultura, essa lógica! Porque do país de onde nós viemos... procedemos e os outros também, é tão diferente! Cada andar, cada passo é tão diferente que se eles não conhecem minimamente isso aqui, eles se perdem! Fica mais difícil, fica mais vulneráveis! Né... eu acho que uma das ... pontos iniciais seria isso! (...) construir um espaço onde o ensino de línguas, por exemplo, possa ser assim, interessante! Mas que não seja apenas pautado nesse ensino de línguas, mas ...a um espaço assim cultural! Acesso à cultura!          (...) Acho que seria importante isso, construir isso! Seja numa sede, seja em várias, assim, que o IFB tem aqui... a gente conhece casos... eu sei, conheço casos de pessoas assim! Escondidas! Diríamos assim! Diversos lugares aqui em Brasília, devido a esses medos, a esses receios de quererem se expor! De não saber se o passo que eles estão dando é o certo!          Teve a Copa do Mundo agora em 2014, muitas pessoas vieram pra cá, prá Brasília e ficaram! E aí você começa a pensar: essas pessoas vieram numa condição! Elas estão pleiteando agora um visto argumentando outra condição! Só que a lei não tipifica, não diz nada a respeito disso! Né?! Porque vem um ango... um haitiano, vamos dizer assim, vem como turista pra assistir a Copa do Mundo, mas como pretexto prá ficar! Aí quando ele fica, não tem condições de se manter! Aí pleiteia um visto perante a polícia e o Ministério da Justiça... mas em base a quê? Aí vão falar: "mas porque você quer ficar aqui?" Né?! Aí ele argumenta um visto de refugiado! Mas ele não é refugiado, porque não existe conflitos no país de origem! Aí essa pessoa acaba isolada! Não tem condições de voltar!</p>

	<p>E fica escondida... e se submete a condições assim, de trabalho, de escravidão até as vezes, então... é difícil assim, acho que seria mostrar que quando um estrangeiro vem aqui, saiba onde recorrer, sabe, diga o espaço ... Acho que é mais o acolhimento, o acolhimento institucional!</p> <p>(...) isso faz com que sejam economizadas muitas, sejam poupadas muitas situações assim...</p> <p>Desnecessárias! Tanto pro estrangeiro, quanto pro país, pro Brasil! Isso cria uma demanda pra sociedade, pro Governo! Né?!</p> <p>Se sabe sobre as... imigração em massa nas fronteiras no Brasil! Outras pessoas assim... até nas reportagens você vê assim, as pessoas chegando sem nenhum tipo suporte nas grandes metrópoles! E é um Governo que manda prá lá, e é prá cá! E aquela coisa, ninguém quer ficar responsável! Porque não há uma política! Não há uma política, não há um espaço adequado pra isso, né?! Muito precário! Aqui eu desconheço de um espaço aqui em Brasília, principalmente, onde haja, exista isso!</p> <p>Porque o que acontece hoje em dia na Europa, a gente pode tomar como exemplo até, assim, não há... não houve nunca precedentes desse fenômeno! Mas a questão não é se faz certo ou errado, mas se... agir no momento!</p> <p>Não adianta! Políticas punitivas, repressoras, assim, de resistência, nunca funcionam! Muito pelo contrário, criam uma demanda maior, né?!</p>
--	--

Anexo 10 – Grelha de análise de conteúdo – Irmã Rosita Milesi - IMDH

<b>GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – IMDH (Irmã Rosita Milesi)</b>	
<b>CATEGORIA 01</b> – Histórico da instituição.	
<b>SUBCATEGORIA 1.1</b> - Surgimento do IMDH e o papel da instituição, junto aos imigrantes, no Distrito Federal.	
<b>ENTREVISTADO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>IMDH (Irmã Rosita Milesi)</b>	<p>O IMDH é uma entidade social sem fins lucrativos, fundada em 1999, cuja missão é promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados. O IMDH pertence à Congregação das Irmãs Scalabrinianas, vinculada à Igreja Católica. É articulador da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, que congrega atualmente em torno de 55 instituições no país. Estende também sua colaboração a outros países, somando força com outras entidades que buscam promover o atendimento aos refugiados, imigrantes e apátridas e o avanço de medidas regionais e continentais em favor desta causa.</p> <p>Rosita Milesi: Faz parte da congregação das irmãs scalabrinianas, é advogada e diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), além de membro da Pastoral da Mobilidade Humana da CNBB e da Arquidiocese de Brasília.</p> <p>A missão junto e a favor dos refugiados e refugiadas é diuturna. Acolhemos no momento em que chegam e os acompanhamos de modo a oferecer-lhes condições básicas para a reconstrução de suas vidas, principalmente nesta fase emergencial de sua chegada, quando se encontram numa situação de grande vulnerabilidade. Esta acolhida compreende ajudá-los com atitude fraterna, compreendê-los, animá-los, dar-lhes esperança e a possibilidade de recuperar a auto-estima, a confiança na possibilidade de viver em paz.</p> <p>Damos todas as orientações de que necessitam, bolsa subsistência financeira, alimentos (cesta básica), roupas, agasalhos, ajudamos na documentação, acesso à escola de crianças ou adolescentes, encaminhamento para aulas de português, ajuda no preparo de currículo e orientações sobre o mercado de trabalho, além de contatos com empresas ou possíveis empregadores. São realizadas entrevistas que são enviadas para o CONARE. As mães gestantes são encaminhadas, para a devida assistência, para os Centros de Saúde e ainda providenciamos o enxoval do bebê e eventuais apoios maiores quando necessário. Além disso, também são realizados seminários de sensibilização da sociedade, buscando envolver as entidades para o serviço humanitário.</p>
<b>CATEGORIA 02</b> - Atores envolvidos no trabalho.	
<b>SUBCATEGORIA 2.1</b> - Quem trabalha na Instituição e quais as atividades que desenvolvem.	
<b>ENTREVISTADO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>

<p style="text-align: center;"><b>IMDH</b> <b>(Irmã Rosita</b> <b>Milesi)</b></p>	<p>Nós temos 05 funcionários permanentes na casa. Não dá para ser voluntário porque tem que está aqui das 8h da manhã às 6h d tarde, não tem como, esses têm que ser permanentes. Agora, nós temos um grupo de mais ou menos 25 voluntários, para várias obrigações. Mas, o que é voluntário é feito por voluntários, são serviços complementares. Por exemplo: a pessoa é atendida num setor, mas ela quer fazer o currículo. Então, ela vai, mas o atendimento é por pessoas fixas. Mas só 05 que são contratados.</p> <p>Nós temos o seguinte: pessoas que ajudam no setor, não para dá informações sobre Leis. Ali ou dou eu ou ninguém dá. Porque não dá certo! As meninas dão aquilo que é orientado aqui. Agora, se são coisas específicas de imigração eu faço questão de saber. Porque eu estou aqui para isso. Porque senão, a gente faz dele mosca tonta!</p> <p>A gente tem muito claro isso! Para tudo tem uma resposta muito exata! Mas, não significa que vamos resolver todas essas Leis do mundo! Não, isso não! Uma pessoa foi agredida, machucada, eu não vou atrás da delegacia de polícia. Aí, imediatamente, digo assim: você vai à polícia, imediatamente, registra o fato, vai ao posto de saúde. Tudo a gente dá imediatamente! Agora, não tem como a gente resolver. Tem que ter muita clareza nisso! A informação diz o seguinte: você tem direito! Vai que ninguém vai te fazer problema nenhum! Isso nós temos que ter segurança! Mas, não temos respostas para todas as questões. “Ah! Tenho problema com aluguel”. Como é que eu vou fazer? Não tem como. Quer discutir isso? A solução é assim: “vai à defensoria pública, leve isso, mostre aquilo, faça assim”. Nós somos a fonte de informação mais demandada do Brasil! Porque o que eu respondo! Chego a responder mais de 10, 15, 20 pedidos de informações do país num dia! Sobre essas coisas de situação. Porque sabe que a gente sabe!</p> <p>Mas, isso, sobre coisas de imigração. O que não significa que a gente saiba sobre empréstimo, sobre dívida em banco. Nós estamos falando de imigrações. E nesse ponto sim: “Ah, reunião familiar” Tudo bem. Como se faz? Onde se começa? Quem faz? Tudo a gente dá uma resposta. Não deixa as pessoas assim no ar, não! Mas não que nós resolvemos tudo!</p>
<p><b>CATEGORIA 03</b> – Formas de atuação e intervenção junto aos imigrantes.</p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 3.1</b> – Atuação no processo de aquisição de documentos, conhecimento das leis, domínio do idioma e encaminhamento ao mercado de trabalho.</p>	
<p><b>ENTREVISTADO</b></p>	<p><b>UNIDADE DE REGISTRO</b></p>

<p><b>IMDH</b> <b>(Irmã Rosita</b> <b>Milesi)</b></p>	<p>Tem um questionário que pergunta se vai morrer, caso volte pro país, quando pedem refúgio, telefone, endereço, e-mail. Então, a polícia protocola e dá o protocolo para eles, válido por um ano. Com esse protocolo é que eles vêm aqui. Então o quê que nós fazemos: atendemos, explicamos que devem fazer o CPF e a carteira de trabalho, a gente orienta aonde faz, manda eles fazer novos caminhos, se caso eles não têm dinheiro pra ir, a gente dá um dinheirinho pro vale transporte, mas quase sempre a gente dá uma bolsa de R\$300,00 (trezentos reais) para eles, que é a bolsa do convênio do governo (para solicitante de refúgio ou refugiado), pelo ACNUR a gente daria só pra casos vulneráveis...Nós damos para quase todos! Só quando vem alguém que a gente vê que não precisa mesmo, mas a maioria precisa, 99% precisa. A gente dá os R\$300,00 reais, que é a bolsa de subsistência para isso, temos que fazer um parecer, na hora, ele tem que assinar esse parecer para mandar para a prestação de contas. Orienta pra fazer a carteira de trabalho. Fazemos essa orientação toda aqui! Nesta hora que ele vem, orienta tudo isso, explica tudo pra ele, faz o currículo se ele já quer nessa hora, tem outro setor que faz os currículos, dá umas orientações de trabalho se for o caso, se a pessoa quer, se ela não quer, volta outro dia e se dá, no mesmo dia faz também a entrevista com o setor de proteção, que é o setor jurídico, para que o advogado possa preparar o parecer se é refugiado ou se não é. O governo faz a entrevista dele lá, e nós fazemos a nossa. Fazemos parte do processo. Só que a nossa opinião, é uma opinião! Não é um parecer. Não é deliberativo. O governo considera se quiser. Nós temos um espaço, gostamos, mas, não é que nós tenhamos um poder decisório, né! A sociedade civil tem uma vaga no CONARE. Então, todo esse processo é feito em consideração a uma trajetória que sempre se fez assim. Existe muito espaço de debate, mas para mudar um parecer deles tem que ter muitos argumentos.</p>
<p><b>CATEGORIA 04</b> – Compreensão do papel do Estado.</p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 4.1</b> – Papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas para os imigrantes.</p>	
<p><b>ENTREVISTADO</b></p>	<p><b>UNIDADE DE REGISTRO</b></p>
<p><b>IMDH</b> <b>(Irmã Rosita</b> <b>Milesi)</b></p>	<p>No país atualmente, a maior parte das pessoas que pedem refúgio, não tem motivo de refúgio. Eles pedem porque nossa lei de imigrações não dá chance a pedir nada! Não é que a pessoa não saiba ou não queira, não tem o que oferecer. Então, esses imigrantes que chegam pra trabalhar, pedem refúgio, não tem outra coisa para pedir. Com isso, ocorre que o CONARE recebe milhares de pedido de refúgio. Eu acho que não passam de 20%, as pessoas que têm base para refúgio. Os outros não têm!</p> <p>Assim que sai a decisão negativa, o CONARE analisa trezentos (300), quatrocentos (400) processos, cento e cinquenta (150) processos numa reunião. Tem lá, oitenta (80) positivos, porque o CONARE não está dando conta de entrevistar todo mundo. Então, tem muito mais processos positivos do que negativos porque os Sírios, por exemplo, não precisa entrevistar, por causa da guerra, eles já são refugiados. Então, como tem muitos Sírios, não precisa ser entrevistado. O CONARE consegue aprovar mais do que indeferir, porque para indeferir tem que ter entrevista feita. Então, acontece que apesar da maioria não ser refugiado, as decisões são mais positivas do que negativas. Mas, é só porque no positivo entram algumas nacionalidades que não precisam fazer nada, só pelo processo na mão e vai pelo positivo e assim o CONARE consegue dar</p>

	<p>conta disso. Mas, aqueles que dependem da entrevista vai mais devagar. É o caso de Gana, Nigéria, Senegal, Guiné Bissau. Tudo isso não é refugiado, não tem, mas eles pedem. Então, existem muitos processos de refúgio que na verdade são imigrantes.</p> <p>Aí você disse: Então, o que é refugiado e o que é imigrante? O certo seria assim: que pedisse refúgio aqueles que têm motivo de refúgio, que veio pra isso, e os outros que peçam outra coisa. Como não há essa possibilidade, a gente fica com um número grande de solicitantes de refúgio, mais de 80% deles são imigrantes. Então, você vai dizer: Então, onde é que eu lido com os imigrantes? A mesma população que a gente trata de solicitantes de refúgio, de imigrante porque, enquanto não tiver uma nova lei de imigrações aonde o imigrante possa dizer assim: “eu não vim pedir refúgio, eu cheguei e eu queria pedir pra vocês uma residência para poder trabalhar”. Como ele não pode fazer, pede refúgio. Quando tiver a nova lei, espera-se que isso vá se clarear. Mas, no momento não. Então, quem são os imigrantes? “Todos os Haitianos!”, porém, eles entram com o pedido de refúgio! Porque é o único jeito de entrar no país.</p> <p>Os haitianos são imigrantes e então, pedem refúgio, mas os processos deles, a montanha de processos, é quase quarenta mil que estão lá, esperando decisão, amontoados, vão tá na divisão de estrangeiros, não vão pro CONARE. Os Ganeses foram todos pro CONARE, exceto os Haitianos, que tem uma lei própria, todos os outros vão pro CONARE. O CONARE tem hoje mais de 12 mil pedidos de refúgio. 12 mil, amontoados lá. E eles conseguem liberar no máximo 200 por mês.</p>
<b>CATEGORIA 05 – Importância das Leis</b>	
<b>SUBCATEGORIA 5.1 – Compreensão sobre a Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro).</b>	
<b>ENTREVISTADO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>IMDH (Irmã Rosita Milesi)</b>	<p>Em relação à Lei 6.815, a lei de imigrações é uma lei de imigrações, não de refúgio! É uma lei vigente, superada. Atualmente, todo o trâmite da imigração, ele é feito baseado em resoluções do CNIg, o Conselho Nacional de Imigração, que vai regulando as coisas que a lei permite regular, de modo que, se possa fazer alguma coisa. Existe um novo projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, é o PL 2.516 de 2015, que está na Câmara dos Deputados. Esse é o único projeto de lei, existia vários, mas todos se juntaram nesse, 2.516/2015.</p> <p>O projeto prevê bastante poder para a polícia e, por dedução de qualquer bom raciocínio, se o tema fica na polícia, é crime idealizado. Resumidamente, é isso! A criminalização dos imigrantes, os escritores deram esse título, porque chama muito a atenção. O projeto não prevê quem vai fazer a gestão das imigrações, não prevê, não fala em CNIg, não fala em ninguém. Praticamente elimina todo mundo e sempre coloca que o tema será “objeto de regulamento”. Tudo pelo regulamento, menos as competências da polícia federal. Então, isso, quem está assim, raivoso com isso, usa os termos mais agressivos para dizer assim: “gente, vamos abrir os olhos!” Porque não adianta ter no início um princípio bonito se depois se mantém essa questão sempre na polícia. Por que imigração tem que ser tema da polícia?</p> <p>Uma coisa que preocupa também são as medidas de afastamento compulsório, a expulsão, a extradição e a repatriação. O pessoal acha que é muita medida de afastamento compulsório, que são as chamadas “medidas de retirada compulsória”. Então, isso também incomoda bastante as pessoas. E o fato de que muito, muito, muito, diz que será tema do regulamento!</p>

	<p>Tema do regulamento! Atenderão as medidas previstas em regulamento! E assim vai, você vai achar muita história aí: em regulamento, em regulamento!</p> <p>O que muda nessa Lei, é o seguinte: quando fala dos vistos, fala muito da autorização da residência. É uma coisa nova! Ou seja, pode ser conseguida, autorizada a residência, a pessoa que se encontra em uma das seguintes situações: pesquisa, tratamento de saúde, acolhida humanitária, estudo, trabalho, férias, práticas religiosas, realização de investimento, reunião familiar, beneficiário de tratado. Cria muitos tipos de vistos, visto de visita, temporário, diplomático, oficial e de cortesia. Nos temporários, o visto de visita pode ser dado para turismo, negócio, em vez de ser visto de turista. Visto de visita é coisa nova, nunca existiu. O que se enquadra em visita: turismo, negócios, trânsito, outras hipóteses definidas em regulamento! Se tem todas essas formas de entrar como visita, todos esses tipos de pessoas podem chegar ao país.</p> <p>Uma vez que essas pessoas estejam no país, quando fala da residência, fala que pode ser considerada residência, por todos esses motivos aqui. Então, digamos que uma pessoa entra como turista, no dia seguinte, sai carta de emprego, vai encontrar uma empresa disposta a lhe dar trabalho, vai fazer um contrato de trabalho e pode pedir residência com base em trabalho. Então, com isso, se o regulamento não for terrível, vai dar chance pra muita gente!</p> <p>A Lei não vai dizer assim: “Pode vir, sem nada!” Isso não existe! Não vai dizer isso. É uma loucura! Então, o que o governo pensa com essa modalidade, criaram muitas modalidades de visto para facilitar que a pessoa lá na origem, no país dela, peça algum visto para vir para cá. Uma vez que entrou, se ela consegue se enquadrar numa dessas coisas, ela vai ter residência.</p> <p>Então, por isso que se diz que é um modelo novo! E abre e que dá chance. Outra coisa, num visto temporário, tem para pesquisa, ensino e extensão, tratamento de saúde, que nunca existiu visto pra isso, acolhida humanitária, nunca existiu na lei. A ideia seria assim: Eu acho que a ideia do governo ou de qualquer país seja assim: chegou à fronteira, não usou nenhum visto, devolve! Ninguém vai dizer que é assim, cruelmente, como estou dizendo. Mas, na prática vai ser assim.</p>
<b>CATEGORIA 06</b> – Parcerias com outras instituições	
<b>SUBCATEGORIA 6.1</b> – Parcerias existentes	
<b>ENTREVISTADO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
	<p>A UNB/NEPPE para aulas de português; cidade acolhedora para abrigo de pessoas; CRAS e CREAS do Distrito Federal para benefícios sociais, não é parceria, apenas orientamos e encaminhamos! Pastoral do imigrante de arquidiocese (parceria com seminários e eventos de sensibilização); CNIg; CONARE; Albergue Conviver (abrigo para solicitantes de refúgio e refugiados); Gerência de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (GETP do Governo do Distrito Federal); Casa São José no Varjão (espaço para aulas de português); Escola 431 de Samambaia Norte (espaço para aulas de português); Defensoria Pública da União; entre outros.</p>

<p><b>IMDH (Irmã Rosita Milesi)</b></p>	<p>A UNB pede e só aceita as pessoas que nós encaminhamos. Isso porque eles querem assim. A Universidade Católica não é assim, porque a UNB diz o seguinte: Como nós temos um curso pago e um curso gratuito, como é que nós vamos distinguir quando uma pessoa vem aqui e quer cursos gratuitos? “Nós vamos ficar sem jeito!”</p> <p>Então, a explicação é que na UNB tem um curso gratuito em parceria com o IMDH, integral dos refugiados e ponto final! Senão, o turista vai dizer assim: “não eu não quero fazer curso pago, eu quero curso gratuito”. “Ah, não pode!” Por que não pode? “Porque você tem que pagar!” ”Mas, eu quero esse curso”. Então, eles vão resolver esse assunto assim: “Nos temos cursos para alunos do IDMH e ponto final.</p> <p>Então, se o IFB quiser assim, a gente faz!</p> <p>É bom ter parceria. O quê que a gente faz quando na UNB, por exemplo, ele diz o seguinte: “Ah, ele quer estudar, é imigrante”, eles veem que é pobre e quer estudar português. Se eles percebem que é uma pessoa que realmente precisa e eles estão dispostos a que ele entre, eles mandam nos procurar.</p> <p>Passa no IMDH e o IMDH vai ver, pronto! Se o IMDH mandou encaminhamento, tudo bem! É bom porque com isso nós ficamos com a lista de quem está estudando. Diz assim: Olha, os que vêm pelo IMDH, venham! E os que vêm por nós, venham! Lotou a turma, lotou!</p>
<p><b>CATEGORIA 07</b> – Orientações sobre formas de acolhimento e integração</p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 7.1</b> – Sugestões para a atuação do IFB no acolhimento e integração dos imigrantes</p>	
<p><b>ENTREVISTADO</b></p>	<p><b>UNIDADE DE REGISTRO</b></p>
<p><b>IMDH (Irmã Rosita Milesi)</b></p>	<p>Eu acho que tudo que for aplicado coletivamente, deve ser aplicado coletivamente. Tudo o que for possível. Tratar com especificidade naquilo que precisa ser específico. Então, vocês têm muitos alunos, mas não tem alunos de português, em aula de português para estrangeiros, então, a especificidade estaria a oferecer aos alunos não nacionais a oportunidade de não tendo o conhecimento do português, ter essa capacitação. Ou essa introdução à comunicação, pelo menos.</p> <p>Segundo seria averiguar a questão de documentação. É muito frequente que estrangeiros queiram fazer cursos, os mais variados e não conseguem porque não tem os documentos exigidos. Este é o pedido que nós temos que falar com a diretoria do IFB. Se não houver uma maneira de ver como o estrangeiro, o imigrante ou o refugiado vai entrar, com que documentos, a maioria não vai conseguir. Porque quase sempre exige segundo grau e eles não têm como comprovar. Então, precisaríamos pensar qual a modalidade vamos adotar para suprir eventuais ausências de documentos, de pessoas que fizeram a capacitação, que fizeram aquele nível de instrução, mas não tem documento. A gente precisa encontrar uma solução. Se não for isso, muita gente não vai conseguir ter acesso ao IFB. Como não está conseguindo com o SESC e SENAI (Sistema “S”), é por causa disso.</p> <p>Às vezes eles sabem! Mas, não tem documento! E não tem como mandar buscar no seu país de origem. Então, essa é uma</p>

questão que precisa ser analisada.

A UNB, para curso de português, não pede nada! Ninguém exige nada não! Pode ser até analfabeto!

Mas, tem que estar em situação regular, seja temporária ou permanente. Normalmente, para curso de português, a UNB aceita desde que tenha qualquer documento brasileiro. Pode ser protocolo, pode ser residência temporária, pode ser residência permanente. Qualquer documento! Não precisa da decisão do CONARE, não precisa nada. Basta ter um comprovante, um protocolo de alguma coisa. Para curso de português! Agora, outros cursos, não! Se for entrar na faculdade, tem que ter outra situação.

Outro aspecto que tem que olhar essa especificidade é as condições de frequência aos cursos, em termos de custo de transporte porque tem que considerar que, o brasileiro também é pobre, mas ser pobre é uma coisa e não ter nada e não ter de onde tirar, é outra coisa! Porque às vezes a pessoa é pobre, mas tem um tio, um parente que pode ajudar e se vira. O estrangeiro, ele não tem essas alternativas. A rede familiar e social dele é reduzida a ele.

Outro aspecto é avaliar as possibilidades de horário, que ali é igual aos brasileiros, igual brasileiro trabalhador. Não tem muita diferença. O que ocorre é que o brasileiro pode parar de trabalhar por um tempo para fazer um cursinho porque ele já planejou, já guardou um dinheirinho, porque a vó vai pagar o curso.

Por exemplo, um imigrante, “olha, vai dois meses fazer um curso no IFB”. Ele, tá! Eu vou com prazer, mas o quê que eu vou comer nesses dois meses?” “Como vou pagar o aluguel nesses dois meses?” Então precisaria pensar em modalidades de apoio. Apoio para quem quer estudar. Não vai definir, ah! Agora todo mundo quer ganhar bolsa. Não, não é isso! Mas, não adianta ser irracional!

Nós temos que planejar alguns encontros e ver no que podemos contribuir. Nós, o ACNUR, podemos chamar o CONARE, nós podemos chamar vários atores que vão dar umas palestras de sensibilização aos professores. Não tem problema!

Anexo 11 – Grelha de análise de conteúdo – NEPPE

<b>GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – NEPPE (Professora Lúcia Maria de Assunção Barbosa)</b>	
<b>CATEGORIA 01 – Histórico da instituição.</b>	
<b>SUBCATEGORIA 1.1 – História e papel do Núcleo, junto aos imigrantes, aqui no Distrito Federal</b>	
<b>ENTREVISTADO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>NEPPE (Professora Lúcia)</b>	<p>Eu sou Lúcia Barbosa, eu sou professora aqui da UNB e sou professora de português para estrangeiros e o meu concurso é esse aqui na UNB, e esse é meu trabalho principal. Eu fui professora da UFSCAR (Universidade de São Carlos) durante quase 20 anos, também implantei lá português para estrangeiros, o primeiro curso de português para estrangeiros na Universidade Federal de São Carlos e, essa prática, essa ação, ela segue até hoje com o professor Nelson Viana, que é um estudioso da área, um grande especialista nessa área e então eu atuo aqui no programa de Pós Graduação da UNB, em linguística aplicada e atuo na Federal de São Carlos, no doutorado em linguística (...).</p> <p>Quero agradecer a universidade de Brasília, é por que é neste contexto institucional que eu tenho podido atuar nessa frente, então quero agradecer a esta instituição, nesse sentido e ao instituto de letras, ao NEPPE, que é o meu departamento de línguas estrangeiras. É, UNB Idiomas, que é a nossa escola de línguas, aqui na UNB, que é na verdade o setor que abarca o núcleo de ensino e pesquisa em português para estrangeiros, o NEPPE, que é esse núcleo que eu coordeno desde 2012. Esse núcleo, na realidade, em 2013 mudou de nome, no final de 2012, começo de 2013, porque ele era chamado programa de extensão de português para outras línguas. Então, esse programa de extensão ele começou na década de oitenta, no final da década de oitenta, na UNB. É um programa muito antigo. Como programa de extensão ele fez um trabalho muito importante, mas com a minha chegada na UNB, eu tomei a decisão, apoiada pelo Instituto de Letras, meu departamento, e aquele já não era um projeto de extensão, já era um núcleo do departamento, como núcleo ele está cada vez mais se fortalecendo.</p> <p>Eu já comecei em que contexto eu iniciei, na Universidade Federal de São Carlos, em 1993/1994. Eu tenho muito orgulho de dizer que o primeiro curso de Português para estrangeiros, da Universidade Federal de São Carlos, foi feito por mim, foi ministrado por mim e foi a partir daí que eu comecei a estudar mesmo esse domínio, vamos dizer assim, de conhecimento. Meu doutorado foi em Português para estrangeiros, então eu não me desvinculo em nenhum momento, em nenhum lugar, dessa área do conhecimento. Já falei do NEPPE, do Núcleo de Ensino e Pesquisa de Português para Estrangeiros, que é o nosso locus de trabalho e que tem sido também, é tem se tornado cada vez mais um lugar de pesquisa, de ensino e também de acolhimento de pesquisadores.</p>
<b>CATEGORIA 02 - Atores envolvidos no trabalho.</b>	
<b>SUBCATEGORIA 2.1 - Quem são os profissionais que trabalham no Núcleo e quais as atividades que desenvolvem.</b>	
<b>ENTREVISTADO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
	E é nesse NEPPE que nós temos essa grata satisfação de ter a Alice, nossa secretária mor e, é a Alice que tem dado esse apoio

<p><b>NEPPE</b> <b>(Professora Lúcia)</b></p>	<p>incondicional a essas tarefas, essas atividades que nós realizamos, sempre disposta, sempre acolhedora, né (...).          (...) Eu quero também lembrar que a Tabata trabalhou comigo lá no NEPPE, me ajudou muito nesse começo no NEPPE, enfim nessa, nessa reorganização desse núcleo (...).          (...) Minha equipe, que é o Ananji, que desapareceu por alguns minutos, que ele fica me dando coisas, nosso café. E a gente, é assim tem sido um grande apoiador que eu chamo de ananjo. Ananjo por que realmente a hora que a coisa aperta Ananji, por favor, olha não pode esquecer tal coisa e está sempre a postos.          A Mireli que (...) mora em Ceres, no interior, é para lá de Goiânia e é professora do Instituto Federal Goiano e trabalha comigo desde o mestrado e agora está com pesquisa de doutorado, terminado, vai defender em Março, tratando do Português como Língua de Acolhimento (...).          A Lígia que também se juntou a nós recentemente com muita força, muita garra, muita vontade.          Ingrid e Nathália da mesma forma e o Luan, que é a pessoa que fica na secretaria à noite, é o que acolhe as inscrições as pessoas que chegam e tal. Ele trabalha à tarde e uma parte da noite no NEPPE (...).          E as voluntárias e voluntários que têm se juntado a nós e, às vezes eu nem conheço todo mundo, como não conhecia a Girlene, mas queria dizer que eu espero que um dia que a gente não precise ser mais voluntários, né, que a gente possa ter essa atividade reconhecida como lugar de trabalho, né! Enfim, uma atividade mais arrumada também para a gente sobreviver com ela, não é porque é bacana e tal, mas eu acho que precisa se profissionalizar e aí a política, as políticas públicas, precisam reconhecer esse lugar também, não é?!</p>
<p><b>CATEGORIA 03 – Linhas de atuação do Núcleo.</b></p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 3.1 – Linha de atuação; Projetos e cursos oferecidos; Projeto PROACOLHER; Metodologia de ensino utilizada; Material didático utilizado; português como língua de acolhimento.</b></p>	
<p><b>ENTREVISTADO</b></p>	<p><b>UNIDADE DE REGISTRO</b></p>
<p><b>CATEGORIA 04 – Parceria do Núcleo com outras instituições.</b></p>	
<p><b>SUBCATEGORIA 4.1 – Parcerias existentes</b></p>	
<p><b>ENTREVISTADO</b></p>	<p><b>UNIDADE DE REGISTRO</b></p>
<p><b>NEPPE</b> <b>(Professora Lúcia)</b></p>	<p>Quem é que trabalha com isso aqui no DF? Chamamos o IMDH para fazermos uma reunião e estabelecer de imediato esta parceria. As parcerias são fundamentais, o ACNUR também reconhece nosso trabalho. Quando nós temos que negociar um termo, vem o ACNUR, vem o IDMH, vai a Alice, Tabata ficar o dia inteiro lá esperando o DFTRANS resolver nossas demandas. Se eu chegar sozinha lá no DFTRANS (Departamento de Transporte do DF), pois preciso de sessenta passes. Como assim, não, não é. Agora se vem, se tem uma rede, se tem grupos organizados, trabalho organizado, isso tudo muda e aí a gente vai começando a ter políticas públicas. Então hoje, por exemplo, não tenho nenhum problema com o DFTRANS, nossos estudantes tem passe livre do dia que começa o curso ao dia que termina.</p>

	<p>Isso é política, já! Se estivesse sozinha realmente não conseguiria, queria dizer que parcerias é fundamental, não é. Estudantes de direito, estudantes de relações internacionais, estudantes que sejam, é de cursos como psicologia também, sabe todas essas especialidades, área tal se afinam com esta ação, com esta ação, com estas ações. E irá fortalecer as pesquisas nessa temática. Eu acho que pra esses recursos é preciso pesquisa no ambiente acadêmico. Ao invés de ficar chorando vamos fazer a pesquisa gente! Há muitas pessoas interessadas.</p>
<b>CATEGORIA 05 – Atitudes discriminatórias</b>	
<b>SUBCATEGORIA 5.1 - Preconceito e Xenofobia</b>	
<b>ENTREVISTADO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
<b>NEPPE (Professora Lúcia)</b>	<p>Aí as pessoas falam em xenofobia. Nós vamos esclarecer aqui ta!</p> <p>Nossos antepassados não foram imigrantes, eu tenho tentando e vou passar a dica para você como pessoa, descendente de negros, negros, meu avô nasceu em 1901, o que significa que os pais do meu avô, meus bisavós, eram todos escravizados, não é, e meus avós já tinham uma situação que a gente chama de agregados. Não sei se vocês sabem o que é que é agregado. O agregado é aquele escravizado que foi, que obteve enfim a liberdade, mas que continua na terra fazendo pequenos serviços na terra do dono. Ele nunca é dono da terra, então ele fica ali, tem aquela casinha, faz pequenos serviços, não é remunerado. Então, isso tem o nome mesmo técnico que chama agregado. E meus avós foram agregados até 1952 por aí, então assim, eu venho de uma situação que eu posso dizer com muita tranquilidade o que eu penso, o que eu acho, por que eu vivi e vivo algumas coisas, só nessa questão da xenofobia eu quero dizer (...), o Brasil não é xenófobo! (...) Por que você que é xenofobia mesmo? Aversão em relação ao estrangeiro. Em relação ao estrangeiro, mas vocês veem algum ataque a ingleses, norte- americanos, suecos, holandeses, chega um holandês aqui ele vai ser atacado? Olha cai fora porque você vai tomar nosso emprego seu holandês vá embora! Pelo contrário aqui é super solidário.</p> <p>Isso não é xenofobia! Isso tem nome. Isso é racismo! É outra coisa, então, assim, nós não somos xenófobos. Nós vamos ter que resolver isso aqui entre nós. É bom que nós, como professores atuantes nessas ações, nós tenhamos isso muito evidente para nós. Não se trata de xenofobia, trata-se de racismo, o que nós não queremos são negros, tá! Então, não foi assassinado o moço lá em Santa Catarina? Um haitiano. Assim, quando vai alugar, tem uma casa para alugar. Vamos pegar a situação concreta. E chega uma pessoa que é de origem europeia e chega um haitiano. Para quem que a pessoa vai alugar a casa? Gente, não tenhamos dúvida. Então, comecei a delinear um artigo que chama “o Brasil mostra a sua cara”, porque é nesta hora que a gente vai mostrar quem a gente é de fato. Então cai por terra essa história de cordialidade brasileira, cai por terra o mito, o nosso mito de democracia racial, já cai. Opa acabou! Certo!</p> <p>(...) vamos conversar sério que, na verdade, as medidas públicas que já existem que combatem o racismo, elas vão ter que ser trazidas para o contexto que nós estamos atuando. Não vamos fingir que nós não temos políticas públicas, nós temos, temos leis inclusive. O que precisamos é trazê-las para perto de nós, estudá-la, não é. Pegar os materiais que já foram desenvolvidos nesse aspecto e trabalhar com as pessoas que estão equivocadas.</p> <p>Com essa história da imigração nós temos sido demandados a todo o momento, tá aí Ingrid, Lígia enfim, todo dia tem gente</p>

	<p>pedindo para fazer um vídeo, uma entrevista. Bom, e a gente abre, lógico, porque nós estamos num país democrático, é importante que a gente abra as portas para imprensa. Mas, tem alguma imprensa que a gente não quer ser muito parceiro dela e aí esta imprensa da qual a gente não quer ser muito parceiro, é justamente ela que fala: “O mundo árabe está em conflito” Não é, alguns países e, são poucos, são minoria, então a gente vai ter que arrumar, professores, o nosso discurso, porque falar, vocês sabem, falar é fazer! Quando eu falo, eu estou fazendo! Quando eu falo, assim tem uma frase, “Quando eu falo, eu te batizo, você já está batizado!” E a gente não pensa muito nisso, o poder daquilo que se fala. Quando você fala: “você não entra aqui!” Você está me impedindo de entrar. Você não entra mesmo. Você está agindo. Está agindo, então linguagem é ação, efetivamente. Certo! Nós temos que pensar nisso como pessoas que somos, então, ah o Brasil, hospitaleiro, não é gente!!! Nós temos pessoas hospitaleiras, é verdade, pessoas, grupos acolhedores, com certeza temos, mas nós vamos ver a história, por exemplo, dos bolivianos, em São Paulo, olha a história dos nossos vizinhos, irmãos, aqui do lado, não é, então a gente vai ter que repensar também esse lugar nosso nessa história aqui, certo!</p>
<p><b>NEPPE</b> <b>(Professora Lúcia)</b></p>	<p>Eu quero falar um pouquinho do Projeto Acolher, (...) que já está registrado no CNPQ, Pró Acolher - Português como Acolhimento em Contexto de Imigração - esse é o nome do projeto.</p> <p>Esse projeto, na verdade, ele se inicia em 2013 oficialmente, mas em 2014 que ele foi registrado no CNPQ. No ano passado ele recebeu menção, é aprovação por mérito e pediu um recurso aí. Quando foi aprovado no mérito eu quase coloquei na parede, assim aprovação do mérito, porque é muito difícil ter um projeto aprovado no CNPQ, né, e não tivemos muito dinheiro. Mas o mérito já me foi assim um carinho da parte do CNPQ. Este projeto está incluído nesse grupo de pesquisa que se chama Leitura e Língua, Cultura e Representação, que é um grupo de pesquisa também coordenado por mim, registrado no CNPQ, que existe desde 2010.</p> <p>(...) Nós temos dentro desse Projeto Pró Acolher, nós temos um doutorado, com pesquisa em andamento, um mestrado (...) porque eu tenho uma mestranda sobre minha orientação, que a Lígia Sene, e outra mestranda, que não está sob a minha orientação, mas está trabalhando na temática, que é a Ingrid, está trabalhando como avaliação nesse sentido. De como se dá a avaliação e tal, então é, nós estamos finalizando duas iniciações científicas. São duas pesquisas importantes na Secretaria de Educação do DF. As crianças, as crianças filhas e filhos de imigrantes, né, as crianças imigrantes, as crianças nas escolas, qual a política que está sendo adotada para ensinar língua para essas crianças. Então esse é um projeto que ganha força agora, são cinco pesquisas financiadas pela graduação, para o projeto no Paranoá e Itapoã. Durante quatro meses nós ficamos no Paranoá, de 2013 a 2015, estes são de acolhimento, módulos de português são os módulos do NEPPE e são destinados a imigrantes e refugiados. Imigrantes em situação de vulnerabilidade, não é qualquer imigrante que pode fazer este curso.</p> <p>O governo sempre acata como imigrante aquele que já está legalizado, que está numa situação legal no país, o governo já o reconhece no país. E o refugiado não é reconhecido. Considerado refugiado ou não, é diferente. O refugiado está documentado no Brasil. Quando a pessoa chega, ela recebe um protocolo de estrangeiro, então de qualquer jeito ela está aqui legalmente. Mas o imigrante pode ser um imigrante e não ser legal, estar em situação de vulnerabilidade.</p>

Ah! Todos são imigrantes, é a maior dúvida! O OBmigra é um site fantástico que traz informações, números, estatísticas e aparatos legais também.

Foram 120 pessoas que vêm com os documentos, enviadas pelo Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), com o qual nós temos uma parceria com eles. Algumas pessoas falam: “É um número pequeno!” Sim, é um número pequeno! Mas, nós não abrimos mais de 20 vagas por turma para garantir um trabalho melhor. Porque se o Português que ofertamos para Diplomatas, o número máximo por turma é de 20 alunos, pois nós pensamos na qualidade, neste também, quisemos garantir a mesma qualidade que garantimos para Diplomatas.

Essa língua, na verdade, no final das contas, ela não foi escolhida. Assim como ela não escolhe o país aonde ela vai. É uma situação bastante diferenciada. A pessoa não escolhe o Brasil como lugar. Às vezes ela chega ao Brasil. Ela tem muita dificuldade para tirar documentos. Tem muitas pessoas que não são alfabetizadas, elas têm dificuldade com a escrita, o alfabeto que é diferente e a pessoa às vezes tem que escrever. Não é uma tarefa fácil!

(...) o nosso grande desafio é formação de professores. (...) É, então, formação de professores é o grande desafio. É, elaboração de materiais de divulgação, leis, cartilhas da administração pública com dados importantes. Sabe uma espécie de roteiro que a pessoa tenha em mãos quando chega. Já traduzido na língua dela, certo! Isso é importante! O IMDH já tem algum material nesse sentido. Enfim, já nós, na sala de aula, não temos isso. O ideal seria que a pessoa chegasse ao NEPPE e já tivesse uma espécie de, como se chama, uma Cartilha! Uma cartilha em que ela tivesse acesso e pudesse ler como estas coisas se dão. É, nós precisaríamos publicar módulos que pudessem ser usados em outros espaços, módulos didáticos! (...) nós vamos montando o nosso material, com vistas a ser um material didático, a ser distribuído gratuitamente, online para todas as pessoas do Brasil, em princípio, porque nós somos de língua portuguesa, mas em princípio é que trabalham nessa área. Então a pessoa entra lá e baixa o material, um módulo.

Nós precisamos abrir o acesso a serviços institucionais, como tradução, validação de diploma, já falei isso, em inserção em nível superior. Nós temos vários casos de imigrantes, homens e mulheres, que já tem uma formação e que podem ser inseridos em uma universidade e cursar um nível superior. Nós já temos inclusive o nosso primeiro, que eu chamo de garoto propaganda, ele já está fazendo Ciência Política, na UNB. Foi a primeira pessoa que chegou ao NEPPE, solicitando um curso, o Bareboa, queria até que ele estivesse aqui para falar conosco, ele está fazendo Ciência Política, então a ideia é que essas pessoas sejam inseridas imediatamente, elas podem e fazem curso de Português e vão acompanhando as aulas. Eu trabalhei na UFSCAR com dois ou três vestibulares para refugiados. A UFSCAR foi a primeira universidade brasileira a instalar um vestibular para refugiados e eu trabalhei, tive a oportunidade nesse vestibular e ele existe até hoje, mas agora acho que eles trabalham com a nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), algo assim, mudou um pouquinho, mas tá lá, tem edital, pra gente mirar e talvez fazermos juntos daí, não é, uma ou algumas ações para que nós tenhamos isso aqui em Brasília, para que a pessoa chegue e possa participar daqui a pouco de uma possibilidade de ingresso à universidade.

Nós temos como grande desafio a desconstrução de estereótipos, essa já marcada pela palavra refúgio, pelo verbo refugiar, pelo adjetivo refugiado, então nós temos outros, além desses, não é apenas pessoas vindas da África, países dos quais nós nunca ouvimos falar, nós falamos que ele é africano, não é?! Bom, a gente não pode tomar a África como um país, um continente como

país, nós temos que tomá-lo, vê-lo e entendê-lo com a sua multiplicidade e eu posso falar isso com muita tranquilidade pela minha própria descendência. Vocês sabem que os negros no Brasil, eles não são, é, não tem uma vida fácil, nunca tiveram. Um país que escravizou negros e negras, durante quase três séculos, não pode do dia para a noite falar: “agora vocês são iguais a nós.” Não são! Não é assim que se passa! Como não é assim que se passa, então quando chega um africano, uma africana, não é?!

Foi muito interessante porque eu estava, justamente, no Congresso, na Câmara dos Deputados, justamente participando do evento do OBmigra, na sexta-feira e, eu e mais duas mulheres negras e nós fomos procuradas pelo pessoal do cerimonial, perguntando qual era a Embaixada à qual nós pertencíamos. Só eu não era da Embaixada, porque as outras duas eram. Então quer dizer, no mínimo ela é da Embaixada, ela é diplomata, da diplomacia, porque não pode ser... uma pessoa... é não pode! Achei muito interessante, ela já veio lá fora, a gente precisa do nome de vocês, é da embaixada, eu disse: Elas são! Eu não! Aí bom, esse tipo de atitude, de não acolhimento, infelizmente, eu já me acostumei com ele, eu não acho mais estranho que a pessoa venha me perguntar se eu sou da embaixada. Mas, eu acho que nós precisamos dar passos importantes a respeito disso também, não é!? A gente tem que tentar desconstruir estereótipos nesse caminho, nessa direção.

Então, se a gente pensar na questão do bilingüismo, por exemplo, até isso a gente pode começar a pensar agora. Quem que é bilíngue? Quem que é Bilíngue? Uma pessoa que fala duas línguas! Mas, se ela for indígena não vale! E ela fala às vezes três, quatro, mas ela não é considerada nem bilíngue porque ela não tem o referencial do branco. (...) Eu acho que isto que está em questão aqui como uma questão bastante forte, essas ações, essas experiências têm que nos ajudar a melhorar-nos como pessoas, no trato umas com as outras, não é?! No reconhecimento dessa alteridade, dessa diferença e desse deslocamento que a gente tem que fazer quando está diante desse outro.

Nesse sentido nós ainda nem começamos a debater a questão do multilinguismo dos nossos imigrantes. Nem começamos a debater esse aspecto. Todos eles falam, no mínimo... Todos! Duas línguas. Estão chegando ao português, a experiência linguística deles é muito mais é arrojada do que, às vezes, a nossa. Eu falo “male male” inglês; mal francês, não é, acho que nossa e não reconheço no outro esta, vamos dizer, esta faculdade que é ser, não é uma faculdade, é uma competência que é ser multilíngue, certo, ou bilíngue.

Evidenciar as especificidades do ensino de português como língua de acolhimento, é específico. O acolhimento é específico, então quando a gente vai trabalhar com material didático, a gente vai buscar apoio em que teoria? Português como segunda língua não é bem, português como segunda língua, é também, a gente vai buscar lá, mas a gente vai buscar também português para fins específicos, não é. O antigo língua instrumental vai buscar em língua estrangeira também por que em algum momento ela é mais estrangeira que segunda língua aqui! Exatamente, então, a Lígia, por exemplo, está trabalhando com as especificidades desse contexto de ensino. O que é específico aí? Nós estamos aqui querendo discutir ações para gestão dessas especificidades e demanda. Não adianta evidenciar, nós temos que fazer gestão delas.

(...) esse acesso à língua, pensando na língua como este lugar de acolhimento, simbólico, mas não tão simbólico assim, porque na hora que a pessoa olhar por este preço não tem nada de simbólico aí. É real.

Éh.. delinear planejamentos, planilhas de ensino, avaliação, carga horária mínima do curso, produção de material didático.

	<p>Eu queria, quero, espero, espero, no sentido da esperança mesmo, que nós possamos ter essa maravilha de gente que apóia, de gente que erradica racismo. De gente que faz a alteridade acontecer, de gente que pratica, que seja cordial e não apenas um discurso. O que nós temos feito ao longo da nossa história com nossos indígenas; com nossos irmãos da fronteira; com nossos antepassados negros, que aqui chegaram; com nossos imigrantes, os primeiros que aqui chegaram e passaram horrores às vezes, na própria aprendizagem da língua. Na fundação do Brasil aí a gente vê cenas tristes, você não pode falar essa língua aqui, então isso começou com os nossos indígenas, você está proibido de falar, não pode falar, então é uma política que prevalece, de certa forma, num domínio mais simbólico e elaborado, mas prevalece. Porque você está falando a sua língua agora? Eu falo a minha língua agora porque preciso me fortalecer, porque eu preciso me lembrar dela, é ela que me fortalece, que diz quem sou. É essa língua que tenho, é a ela que eu tenho que recorrer. Se tiver que me traduzir, me traduza na minha língua, é isto que eu quero. É isso e com isso que a língua de acolhimento vai trabalhar, não é.</p>
--	--

Anexo 12 – Resolução CONSUP/IFBA, nº 06, de 28 de março de 2014



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR - CONSUP**

**RESOLUÇÃO Nº 06 DE 28 DE MARÇO DE 2014**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA, no**

uso de suas atribuições, considerando o que foi deliberado na 1ª Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 27/03/2014, quando da apreciação do Processo nº 23278000554/2014-66, RESOLVE:

*Art. 1º Aprovar as Normas para Revalidação de Diplomas e Certificados de Cursos Técnicos e Tecnológicos pelo IFBA, expedidos por Estabelecimentos Estrangeiros de Ensino, em anexo.*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

**Aurina Oliveira Santana**  
Presidente do CONSUP



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR - CONSUP**

**NORMAS PARA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS DE CURSOS  
TÉCNICOS E TECNOLÓGICO, PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA, EXPEDIDOS POR ESTABELECIMENTOS  
ESTRANGEIROS DE ENSINO**

**Aprovadas pela Resolução CONSUP nº 06 de 28/03/ 2014 TÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Capítulo I**

**Da Revalidação de Diplomas**

**Art. 1º** Revalidação é o ato oficial pelo qual diplomas, emitidos no exterior e válidos no país de origem, tornam-se equiparados aos emitidos no Brasil, adquirindo o caráter legal necessário para todos os fins, inclusive o exercício profissional, mediante o competente registro nos órgãos de classe, quando exigido.

**Art. 2º** Os diplomas correspondentes ao ensino técnico e superior tecnológico, expedidos por instituições estrangeiras, poderão ser revalidados pelo IFBA, para o efeito de serem declarados equivalentes aos títulos por ele conferidos, com validade nacional, para fins previstos em Lei.

**Art. 3º** São suscetíveis de revalidação os diplomas expedidos no exterior que encontrem correspondência quanto ao currículo, à carga horária e às habilitações ou títulos conferidos pelo IFBA, entendida essa correspondência em sentido amplo, para permitir à Comissão de Avaliação a análise dos estudos realizados em áreas congêneres, similares ou afins.

§ 1º A revalidação outorgada pelo IFBA não obriga os órgãos de classe a proceder ao registro para habilitar o exercício profissional no País.

§ 2º A revalidação poderá ser simplificada nos casos previstos em acordo educacional entre o Brasil e o país de origem do diploma, subsistindo, porém, a obrigatoriedade de registro, quando este for exigido pela legislação brasileira.

§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior, o requerente deverá anexar cópia do acordo de que for beneficiário.

**Capítulo II**

## **Da Abertura do Processo e da Documentação**

**Art. 4º** O processo de revalidação de diploma de curso técnico e superior tecnólogo será aberto e instaurado, no prazo estipulado por Edital publicado semestralmente no calendário acadêmico, com um requerimento do interessado ao Reitor, que seguirá a tramitação referida no Anexo I.

§ 1º O requerimento deverá ser protocolado ou encaminhado por carta registrada dos Correios para o Câmpus onde o curso equivalente ao diploma é ofertado.

§ 2º Na entrega do requerimento os conteúdos programáticos e demais documentos deverão estar traduzidos para a Língua Portuguesa, por meio de tradutor juramentado.

§ 3º A seguinte documentação deverá obrigatoriamente acompanhar o requerimento:

I – Cópia da cédula de Identidade acompanhada da original para brasileiro ou naturalizado;

II – Se estrangeiro, cópia de identidade e do visto permanente expedido pela Superintendência da Polícia Federal, com originais, ou Passaporte com visto permanente concedido pela autoridade consular competente, com apresentação do original;

III – Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar, para brasileiros entre 18 e 45 anos, com apresentação do original.

IV – Cópia do comprovante de quitação com o serviço eleitoral para brasileiros e naturalizados, com apresentação do original;

V – Cópia do diploma e do Histórico Escolar a serem revalidados, acompanhados dos originais, com o visto da autoridade consular brasileira no país onde foi expedido;

VI – Cópia do currículo do curso a ser revalidado, com conteúdo programático (de cada disciplina ou equivalente), carga horária e bibliografia, visado pela autoridade consular brasileira no país onde foi expedido;

VII – Cópia do Certificado de Conclusão do Ensino Médio, acompanhada do original, com o visto da autoridade consular brasileira no país onde foi expedido, para os casos em que o curso técnico não contempla as disciplinas de formação geral equivalente ao Ensino Médio;

VIII – Aos refugiados que não possam exibir seus diplomas e currículos, admitir-se à o suprimento pelos meios de prova em direito permitidos, ressalvado o convencimento das autoridades administrativas do IFBA, sempre legalmente fundamentado.

## **TÍTULO II DO RITO PROCESSUAL**

### **Capítulo I**

#### **Da Comissão de Revalidação**

**Art. 5º** O julgamento da equivalência, para efeito de revalidação, será feito por uma Comissão de Avaliação, designada pelo Diretor Geral do Câmpus onde ocorrerá a tramitação do processo e será composta por 3 (três) professores do quadro efetivo, também deste Câmpus, sendo pelo menos 2 (dois) professores relacionados ao título avaliado.

### **Capítulo II**

#### **Do Estudo da Comparação ou Analogia com os Cursos do IFBA Seção I**

#### **Da Análise Curricular, das provas e da Complementação Curricular**

**Art. 6º** Caberá à Comissão de Avaliação:

- I - verificar a coerência e a correspondência de toda a documentação exigida pela presente resolução;
- II - confirmar a afinidade entre o curso realizado no exterior e o oferecido pelo IFBA;
- III - definir a coerência entre a qualificação conferida pelo título e a adequação da documentação apresentada pelo interessado;
- IV - verificar a correspondência entre os conteúdos abordados no conjunto dos componentes curriculares do curso realizado no exterior e os do curso que é oferecido no IFBA.

§ 1º A Comissão de Avaliação poderá, ao longo da tramitação do processo:

- a) solicitar documentação ou informações complementares que, a seu critério, sejam consideradas necessárias;
- b) na hipótese de persistirem dúvidas, poderá a Comissão determinar que o candidato seja submetido a exames e provas em língua portuguesa, destinadas à caracterização da equivalência de que trata os artigos anteriores;

§ 2º A Comissão de Avaliação, ao analisar o processo de equivalência, optará, fundamentalmente, por uma das seguintes conclusões:

- 1) correspondência integral, sem necessidade de exames e provas, deferindo a revalidação;
  - 2) correspondência parcial, dependendo apenas de aprovação em exames e provas, na língua portuguesa. O deferimento, neste caso, estará condicionado ao cumprimento das exigências;
    - a) A Comissão de Avaliação disponibilizará um Plano de Estudo ao requerente, fixando os componentes curriculares, a carga horária e o prazo para conclusão dos estudos complementares;
    - b) O não cumprimento do prazo para conclusão dos estudos complementares acarretará no indeferimento e arquivamento do processo, dando-se ciência ao interessado.
- 3) recusa da equivalência solicitada, indeferindo o requerimento.

**Art. 7º** Em qualquer caso, exigirá-se que o candidato tenha cumprido ou venha a cumprir os requisitos mínimos prescritos para os cursos brasileiros correspondentes.

## **Seção II**

### **Do prazo para análise e dos Recursos**

**Art. 8º** O pedido de revalidação será examinado no prazo máximo de 6 (seis) meses da data do seu protocolo, fazendo-se o devido registro, quando for julgado que há equivalência, ou devolvendo-se a solicitação ao interessado, com a justificativa cabível, no caso de indeferimento.

Parágrafo Único – Ao requerente, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da comunicação da decisão da Comissão de Avaliação, ao interessado. Caso haja necessidade de cumprimento de um plano de estudos, o prazo do caput poderá ser estendido, considerando-se seu cumprimento para encerramento do processo de revalidação.

**Art. 9º** Cumpridas as etapas do processo de revalidação, a Comissão de Avaliação elaborará relatório circunstanciado, no qual deverão constar os procedimentos adotados, os resultados de cada etapa e o resultado final. Esse relatório deverá ser anexado ao processo original, que será tramitado para a Diretoria Geral do Câmpus e em seguida enviado a CORES/GRA, para dar conhecimento ao interessado e arquivamento.

**Art. 10.** O interessado custeará totalmente todas as despesas de seu processo de revalidação, inclusive despesas de postagem e tradutor juramentado, quando for solicitado.

## **Capítulo III**

### **Da Decisão Favorável**

**Art. 11.** O diploma revalidado receberá duas apostilas, conforme o modelo do Anexo II: o termo de revalidação, assinado pelo Diretor (a) Geral do Câmpus e pelo Reitor (a), e o registro da revalidação, assinado pelo Coordenador de CORES/GRA do Câmpus, obedecendo-se à legislação educacional brasileira.

### **TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12.** Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Ensino.

**Art. 13.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### **ANEXO I RESUMO DO TRÂMITE DO PROCESSO DA REVALIDAÇÃO**

1. O interessado ou seu procurador legal deverá protocolar requerimento ao Reitor, em um Câmpus do IFBA onde seja ofertado curso equivalente, com a documentação obrigatória anexada. O processo poderá ser encaminhado também por carta registrada dos Correios, sendo que as despesas de postagem são responsabilidade do interessado.
2. O Diretor do Câmpus designará a Comissão de Avaliação, composta por três professores do quadro permanente do referido Câmpus, sendo que, pelo menos dois deverão ser docentes do curso cujo processo de revalidação se aplica.
3. A Comissão de Avaliação analisará todos os documentos e emitirá parecer técnico sobre as condições de revalidação, o qual deverá ser assinado por todos os membros e enviado para o Diretor do Câmpus.
4. A Comissão de Avaliação terá, no máximo, três meses para completar a análise e devolver o processo à Direção do Câmpus, estando incluída nesse período a solicitação de esclarecimentos ou de documentação suplementar ao interessado.
5. Caso o pedido seja indeferido, a CORES/GRA informará ao interessado e arquivará o processo. Neste caso, cabe recurso do interessado.
6. Caso o pedido seja deferido, o Diretor do Câmpus solicitará do interessado o diploma original para apostilamento, que deverá seguir o modelo do Anexo II. O apostilamento será feito pela CORES/GRA do Câmpus, que arquivará o processo.
8. A documentação do processo será devolvida ao interessado, caso o pedido seja indeferido em todas as instâncias de avaliação, inclusive no recurso.

**ANEXO II**  
**MODELO DA APOSTILA PARA O VERSO DO DIPLOMA REVALIDADO**  
**MEC/SETEC**

<p style="text-align: center;">Instituto Federal da Bahia Câmpus ..... Coordenadoria de Registros Acadêmicos</p>
<p>O Diretor do Câmpus ..... , nos termos da Lei 9394/1996; Lei 11892/2008; Decreto 2.689/1998; Pareceres CNE/CEB 14/1998, CNE/CEB 18/2002, CNE/CEB 11/2000, CNE/CEB 40/2004; Resolução CNE/CEB 1/2000, e com base no Parecer nº.279/2013 – PF/IFBA, referente ao Memorando nº 082/2013/PROEN, revalida, para fins de validade nacional, o diploma de estudosde ..... (nome do curso), emitido a ..... (nome do requerente) pelo(a) .....(nome da instituição emissora do título) como equivalente à habilitação (Técnico de Nível Médio ou Graduação) em..... ofertado por este instituto. ..... (BA), ..... de..... de .....</p> <p style="text-align: center;">_____ Diretor (a) Geral do Câmpus</p> <p style="text-align: center;">..... Reitor(a) do IFBA</p>
<p>DIPLOMA REGISTRADO SOB Nº ..... , LIVRO DE EXPEDIÇÃO Nº ..... , FOLHA Nº ..... , PROCESSO Nº ..... E EXPEDIDO EM ..... / ..... / ..... (Registro com validade em todo o território nacional, conforme Lei nº 9.394, de 20/12/1996, art. 48, § 1º e Lei nº 11.892, de 29/12/2008, art. 2º, § 3º). ..... , ..... / ..... / .....</p> <p style="text-align: center;">..... Assinatura do responsável pelo Setor (nome, cargo e portaria)</p>